



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARÁ

Processo: **TC/008283/2021**

Data da Autuação: 13/07/2021 00:00:00

Unidade Jurisdicionada: ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARÁ - ALEPA

Assunto: EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2020.

Classe: PRESTACAO DE CONTAS DOS ADMINISTRADORES E RESPONSÁVEIS PELA GESTAO DE RECURSOS PUBLICOS ESTADUAIS

Subclasse: CONTAS DE EXERCICIO OU GESTAO

Relator: ROSA EGÍDIA CRISPINO CALHEIROS LOPES

Procurador:

Responsável/Interessado: ANNE CHRISTIAN GARCA SALZER (Remetente)
DANIEL BARBOSA SANTOS

Prestação de Contas dos Administradores e Responsáveis pela Gestão de Recursos Públicos Estaduais

1. Identificação da Remessa

Protocolo/ Processo	Unidade jurisdicionada prestadora de contas	Ano	Exercício	Tipo de remessa
- /-	ALEPA - ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO	2021	2020	Agregadora

Unidade jurisdicionada responsável pelo envio	Usuário responsável pelo envio	Envio
ALEPA - ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO	329.614.562-15 - Anne Christian Garça Salzer	05/05/2021 11:13:32

Observação do usuário responsável pelo envio:

Nenhuma observação registrada.

Remessas agregadas

- /- PSSP-ALEPA - PLANO DE SEGURIDADE SOCIAL DOS PARLAMENTARES

2. Resumo dos Itens

Unidade Jurisdicionada	Solicitados	Preenchidos	Justificados
ALEPA - ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO	29	20	9
PSSP-ALEPA - PLANO DE SEGURIDADE SOCIAL DOS PARLAMENTARES	16	9	7

3. Resumo dos Responsáveis

Unidade Jurisdicionada	Função	CPF	Nome	Valor Movimentado
ALEPA - ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO	Dirigente Máximo	920.464.362-53	DANIEL BARBOSA SANTOS	-
	Ordenador de Despesas	920.464.362-53	DANIEL BARBOSA SANTOS	R\$ 627,977,375.08
PSSP-ALEPA - PLANO DE SEGURIDADE SOCIAL DOS PARLAMENTARES	Dirigente Máximo	920.464.362-53	DANIEL BARBOSA SANTOS	-
	Ordenador de Despesas	920.464.362-53	DANIEL BARBOSA SANTOS	R\$ 24,178,208.50
			TOTAL MOVIMENTADO:	R\$ 652,155,583.58



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA GERAL
COORDENADORIA DE INFORMAÇÃO E DOCUMENTAÇÃO

DISTRIBUIÇÃO ELETRÔNICA

Conforme Sorteio Eletrônico realizado na forma prevista no artigo 49, §§1º e 2º do Regimento Interno, os presentes autos foram distribuídos a(o) Exmº.(a) Sr.(a) Conselheiro(a) ROSA EGÍDIA CRISPINO CALHEIROS LOPES.

Belém/PA, 13 / 7 / 2021



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA GERAL
COORDENADORIA DE INFORMAÇÃO E DOCUMENTAÇÃO

TERMO DE REMESSA

Nesta data, faço remessa destes autos à 1º C.C.G.

Em, 13/7/2021.

COORDENADORIA DE INFORMACAO E DOCUMENTACAO-CID



Recibo de Protocolo:

Número do Protocolo: **121903/2019**
Número do Ofício: **S/Nº**
Data do Ofício: **06/12/2019 15:27:26**
Usuário:
Unidade Administrativa: **ESTADO DO PARÁ**
Unidade Jurisdicionada: **TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO PARA**
Tipo de Entrada: **Expediente**
Data de entrada no protocolo: **06/12/2019 15:27:26**
Data de emissão do relatório: **03/08/2021 12:15:07**
Meio de Entrega: **Migração**
Classe/Subclasse: **INSPEÇÃO EXTRAORDINÁRIA E AUDITORIA ESPECIAL - AUDITORIA ESPECIAL**

Assunto: **OBJETIVO GERAL: ANALISE DO PORTAL VIRTUAL Á LUZ DA LEI COMPLEMENTAR Nº131/2009 E LEI DE ACESSO A INFORMAÇÃO**

Observações: **INSPEÇÃO EM ANDAMENTO.**



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARÁ
Secretaria de Controle Externo – 1ª CCG

Expediente nº: 121903/2019

Natureza: Inspeção

Órgão: Assembleia Legislativa do Estado do Pará – Alepa

Assinatura: _____
Assinado: _____
Ofício: _____
Data: _____



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARÁ
Secretaria de Controle Externo – Secex

Fale



SOLICITAÇÃO DE FISCALIZAÇÃO: 1ª CCG

Instrumento: Inspeção	Fundamentação legal: Art. 72, III do RITCE/PA.
Ato originário: Plano Anual de Fiscalização – PAF 2019	
Objeto da fiscalização: Portal Virtual – ALEPA	Período Fiscalizado: 04/02/2019 a 19/12/2019
Unidade Jurisdicionada: Assembleia Legislativa do Estado do Pará	Localidade: Belém
Vinculação (Unidade Jurisdicionada): Não há unidade jurisdicionada vinculada	
Objetivo Geral: Análise do Portal Virtual à luz da Lei Complementar nº 131/2009 e Lei nº 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação).	
Objetivo Específico: Verificar se as informações disponibilizadas no sitio eletrônico atendem aos requisitos previstos nas leis supramencionadas.	

Responsável pela Unidade Jurisdicionada:

Nome	Cargo	Período
Deputado Daniel Barbosa Santos	Presidente	01/01/2019 a 31/12/2019

Composição da equipe

Servidor	Cargo	Matrícula
Dualyson de Abreu Borba	Auditor de Controle Externo	0101575
Fernanda Pinheiro Pantoja	Gerente de Fiscalização	0101476
Sandra Mariz de Sá Ferreira	Gerente de Fiscalização	0100488

À Secretaria de Controle Externo para autorização;

Data: 06/12/2019

Sandra Mariz de Sá Ferreira
Sandra Mara Mariz de Sá Ferreira
Controladora em exercício – 1ª CCG

DELIBERAÇÃO DA SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO

Autorizo a realização da Fiscalização.
À 1ª CCG para as providências cabíveis.

Data: 06/12/2019

Ana Paula Cruz Maciel
Ana Paula Cruz Maciel
Secretária de Controle Externo



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO - SECEX
1ª Controladoria de Contas de Gestão – 1ª CCG

Ofício nº 2019/04131 - 1ª CCG/Secex

Belém-PA, 16 de dezembro de 2019.

A Sua Excelência o Senhor
Deputado **Daniel Barbosa Santos**
Presidente da ALEPA
Assembleia Legislativa do Estado do Pará
Belém-PA


Assunto: Fiscalização

Senhor Presidente,

Honrada em cumprimentá-lo, e no uso das atribuições contidas no artigo 31 da Lei Orgânica deste Tribunal, regulamentada no art. 72, III, do Regimento Interno, aprovado pelo Ato nº 63/2012, solicita-se a Vossa Excelência viabilizar os trabalhos de fiscalização a serem realizados nesse Órgão.

Na oportunidade apresentam-se os técnicos deste Tribunal Sandra Mara Mariz de Sá Ferreira, Fernanda Pinheiro Pantoja e Dualyson de Abreu Borba para a condução e exercício do procedimento de fiscalização nº 2019/11218-5, que tem como objetivo analisar as informações disponibilizadas no site dessa Assembleia Legislativa do Estado do Pará (Alepa), em conformidade com a legislação vigente.

Atenciosamente,


Rosa Egídia Crispino Calheiros Lopes
Conselheira Corregedora no exercício da Presidência

Assembleia Legislativa do Estado do Pará
GABINETE DA PRESIDÊNCIA
Recebido em: 19/12/19
Hora: 09:30
Por: 

Renata de Lima
Mat. 15211/ALEPA
Gabinete da Presidência



Estado do Pará
Assembleia Legislativa

PAUTA DA 73ª REUNIÃO ORDINÁRIA, DO 2º PERÍODO
DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 19ª LEGISLATURA
REALIZADA EM 17/12/2019

MATÉRIA EM REGIME DE URGÊNCIA

2º TURNO: (VOTAÇÃO NOMINAL)

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 8/2019 - PODER EXECUTIVO

Altera a Lei Complementar nº 053, de 7 de fevereiro de 2006, que "Dispõe sobre a Organização Básica e fixa o efetivo da Polícia Militar do Pará - PMPA". (Parecer FAVORÁVEL das Comissões de Justiça e Finanças, em reunião conjunta)

1º TURNO: (VOTAÇÃO NOMINAL)

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 10/2019 - PODER EXECUTIVO

Altera, acrescenta e revoga dispositivos da Lei Complementar nº 039, de 9 de janeiro de 2002. (APOSENTADORIA POR INCAPACIDADE PERMANENTE) (Avulso 120, pág. 52)

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 11/2019 - PODER EXECUTIVO

Altera e acrescenta dispositivos à Lei Complementar nº 039, de 9 de janeiro de 2002; altera e revoga dispositivos da Lei Complementar nº 112, de 28 de dezembro de 2016; altera dispositivos da Lei Complementar nº 115, de 17 de julho de 2017; e dá outras providências. (FUNPREV) (Avulso 120, pág. 97).

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 12/2019 - PODER EXECUTIVO

Altera, acrescenta e revoga dispositivos da Lei Complementar nº 111, de 28 de dezembro de 2016. (PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR) (Avulso 120, pág. 103)

2º TURNO

PROJETO DE LEI Nº 344/2019 - PODER EXECUTIVO

Altera a Lei Estadual nº 6.626, de 3 de fevereiro de 2004. (Atualização dos critérios de ingresso na Polícia Militar do Estado do Pará) (Pareceres FAVORÁVEIS das Comissões de Justiça e Segurança Pública, em reunião conjunta, e de Finanças)

1º TURNO

PROJETO DE LEI Nº 366/2019 - PODER EXECUTIVO

Regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública do Estado do Pará e dá outras providências. (Avulso 120, pág. 09)

PROJETO DE LEI Nº 368/2019 - PODER EXECUTIVO

Institui o Programa SUA CASA, e dá outras providências. (Avulso 120, pág. 13).

PROJETO DE LEI Nº 369/2019 - PODER EXECUTIVO

Altera a Lei Estadual nº 6.833, de 13 de fevereiro de 2006, que institui o Código de Ética e Disciplina da Polícia Militar do Pará. (Avulso 120, pág. 21)

PROJETO DE LEI Nº 370/2019 - PODER EXECUTIVO

Altera, acrescenta e revoga dispositivos na Lei nº 5.251, de 31 de julho de 1985, que dispõe sobre o Estatuto dos Policiais-Militares da Polícia Militar do Estado do Pará (PMPA), e dá outras providências. (Avulso 120, pág. 24)

PROJETO DE LEI Nº 386/2019 - PODER EXECUTIVO

Altera, acrescenta e revoga dispositivos da Lei nº 5.539, de 10 de maio de 1989, e da Lei nº 5.810, de 24 de janeiro de 1994.(Gratificação de Moradia, Risco de Vida, Auxílio Funeral). (Avulso 120, pág. 27)

PROJETO DE LEI Nº 387/2019 - PODER EXECUTIVO

Autoriza o Estado do Pará a contratar Operação de Crédito externa junto ao "New Development Bank (NDB)" da China, no valor de até US\$168.640.000,00 (cento e sessenta e oito milhões, seiscentos e quarenta mil dolares americanos), com a garantia da União, e a oferecer contragarantias, e dá outras providências. (Avulso 120, pág. 34)

PROJETO DE LEI Nº 400/2019 - PODER EXECUTIVO

Revoga a Lei Estadual nº 7.632, de 22 de maio de 2012, que "Institui o Programa Nota Fiscal Cidadã, e dá outras providências." (Avulso 120, pág. 39)

PROJETO DE LEI Nº 401/2019 - PODER EXECUTIVO

Altera a Lei nº 6.170, de 15 de dezembro de 1998, a Lei nº 7.017 de 24 de julho de 2007, e a Lei nº 8.096 de 1º de janeiro de 2015, e dá outras providências. (SISTEMA ESTADUAL DE ENSINO) (Pareceres FAVORÁVEIS das Comissões de Justiça, Finanças e Educação) (Avulso 120, pág. 43)

MATÉRIA EM REGIME NORMAL**2º TURNO: (VOTAÇÃO NOMINAL)****PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 9/2019 - MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO**

Altera dispositivos da Lei Complementar nº 057, de 06 de julho de 2006 (Lei Orgânica do Ministério Público do Estado do Pará) e dá outras providências. (Arquivamento sumário e início de prescrição). (Parecer FAVORÁVEL das Comissões de Justiça e Finanças, em reunião conjunta) (Avulso 112, pág. 04).



2º TURNO

PROJETO DE LEI Nº 49/2019 - DEP. DIRCEU TEN CATEN

Declara e reconhece de Utilidade Pública para o Estado do Pará a ASSOCIAÇÃO DE USUÁRIOS DE RESERVA EXTRATIVISTA MARINHA MOCAPAJUBA, do Município de São Caetano de Odivelas. (Pareceres FAVORÁVEIS das Comissões de JUSTIÇA e FINANÇAS) (Avulso 45, pág. 103). (E MAIS TODOS OS PROJETOS SOBRE UTILIDADE PÚBLICA CONSTANTES DA RELAÇÃO EM ANEXO)

1º TURNO

PROJETO DE LEI Nº 252/2019 - DEP. PAULA GOMES

Dispõe sobre a garantia à gestante da possibilidade de optar pelo parto cesariano, a partir da trigésima nona semana de gestação, bem como a analgesia, mesmo quando escolhido o parto normal. (Pareceres FAVORÁVEIS das Comissões de Justiça, Finanças e Saúde) (Avulso 118, pág. 80)

PROJETO DE LEI Nº 266/2019 - DEP. PROFESSORA NILSE

Institui a Política Estadual de Empoderamento da Mulher no Estado do Pará, e dá outras providências. (Pareceres FAVORÁVEIS das Comissões de Justiça, Finanças e Direitos Humanos) (Avulso 118, pág. 90)

TURNO ÚNICO

PROJETO DE INDICAÇÃO Nº 102/2019 - DEP. RENILCE NICODEMOS

Indica ao Poder Executivo a estadualização da Ramal Vicinal Padre Inácio Magalhães (KM 094) que integra a PA-320, no centro do Município de São Francisco do Pará, à PA-127, ligando o Município de Igarapé-Açu à BR-316, Coordenadas: Ponto Inicial Lat: 1º10'13.71"S/ LONG: 47º47'53.28"O; Ponto Intermediário LAT: 1º10'36.712"S/ LONG: 47º47'30.77"O; Ponto Final LAT: 1º 17'17.66"S/ LONG: 47º41'1.67"O. (Parecer FAVORÁVEL da Comissão de Justiça) (Avulso nº 119, pág. 13).

TERÇA, 17 de DEZEMBRO DE 2019

RESUMO DO PLENÁRIO


PEQUENO EXPEDIENTE

ANGELO FERRARI (PTB)

O deputado iniciou falando da mineração Rio do Norte, que atua no município de Oriximiná. Disse que anos atrás, essa mineradora, junto com a prefeitura, fraudou uma concessão de transporte coletivo e falou que os trabalhadores ficaram sem suas horas transporte, assim os prejudicando. Destacou que na época era vereador e travou uma luta contra a mineradora. E falou que agora a mineradora quer mudar o turno de trabalho dos trabalhadores.

MARINOR BRITO (PSOL)

A deputada falou que é sempre uma honra falar em nome das categorias, que são o suporte mais forte que o Estado tem, e disse ser uma honra ser professora e nunca ter se curvado como sindicalista aos ataques que a categoria vem tendo. Falou que o Governador mandou um “pacote de maldades” à Assembleia Legislativa, constituindo vários projetos de Lei e uma PEC onde os servidores terão que pagar. Falou que entrou com um Mandado de Segurança preventivo para tentar suspender a votação dos Projetos, especialmente da PEC. E disse que a Assembleia vai pagar um ônus muito alto por deixar as



coisas acontecerem no ritmo decidido pelo Governo do Estado, e disse que é um ônus que seu mandato não pagará porque está solidária aos servidores públicos.

HORÁRIO DE LIDERANÇAS

FABIO FREITAS (REPUB)

O deputado falou sobre a Comissão de Prevenção às Drogas, na qual está como presidente. Disse que desde o dia 01 de fevereiro até hoje, a Comissão percorreu 40 municípios, alcançando 193 mil pessoas, falando sobre as drogas. Disse que sábado estiveram no Mangueirinho, com o PROERT, programa que trata a questão de prevenção às drogas para os adolescentes.

DR. GALILEU (PSC)

O parlamentar falou que ontem esteve na Secretaria de Transporte, junto com o Senador Zequinha Marinho e alguns deputados, para discutir a reforma da PA 151, que está intrafegável. Disse que esteve com o secretário Pádua e colocou para ele toda essa situação, que precisa ter uma atenção especial, e conseguiram traçar um plano de ação para que este ano consiga recuperar esse trecho. E agradeceu o apoio ao secretário Pádua. Falou também da reunião que ocorreu nesta casa sobre a formação do seu partido, que há muitos anos vem crescendo junto com o povo.

MARINOR BRITO (PSOL)

A deputada apelou aos deputados, que ela tem certeza que não estão se sentindo confortáveis com o processo que estão vivendo. Falou que uma matéria como esta tem uma grande amplitude e não recebeu as devidas informações por parte do Governo, que fala de déficit previdenciário, mas que não mostra o valor desse déficit. Falou que para eles, que têm um alto salário, o aumento de 14% na alíquota não teria tanto impacto, mas para os servidores públicos que recebem menos de 6 mil reais, sim.

DRA.HELOISA (DEM)

A parlamentar também falou do processo da Previdência, processo que ainda não foi discutido suficiente, mas é importantíssimo para a vida de todos os servidores públicos. A parlamentar entende que não deve ser votado hoje, que deve ficar para fevereiro para que possa ser discutido com calma. Ressaltou também de um óbito que ocorreu no Estado de forma perversa e de forma evitável, em teste de aptidão física que se faz para ingresso na Polícia Civil. E falou que não podem mais ficar calados assistindo o que está acontecendo.

THIAGO ARAUJO (CIDA)

O deputado destacou que o Parlamento chega ao fim de um ano legislativo com a apresentação de uma pauta com 17 projetos para serem deliberados ainda hoje. Disse que os deputados têm o direito de dialogar com a sociedade e

ter tempo suficiente para analisar, estudar as proposições feitas e apresentar suas emendas, no sentido de aprimorar os projetos apresentados. E disse ter a sensação que um “rolo compressor” está passando, sem o mínimo de debate, principalmente com os servidores públicos. Destacou que não concorda com isso e que irá defender os servidores públicos, por entender que o Estado tem outras vias de trazer a transformação para a sociedade, e não aumentando a contribuição e fazendo alterações na previdência do servidor do Estado do Pará.

GRANDE EXPEDIENTE

FABIO FREITAS (REPUB)

O parlamentar prestou conta da Comissão de Estudo de Modernização Tributária Geração de Emprego e Renda. Falou que esteve na Fiepa, discutindo as alíquotas do ICMS para produtos similares, incentivos camuflados como empréstimos em juros subsidiados, entre outros. E falou que um relatório será entregue à Secretaria Legislativa e ao Presidente Dr. Daniel.

MARINOR BRITO (PSOL)

A deputada falou que a portaria do Ministério da Previdência fere o Pacto Federativo, determinou um prazo e aumento até junho de 2020, e disse não conseguir entender o que fez o Governador se curvar à essa quebra do Pacto Federativo e se antecipar à PEC paralela. Disse

que o apelo feito pelos deputados Thiago Araújo e Eliel Faustino é natural, e quer que seja entendido como uma necessidade dos deputados que não concordam com esta reforma e têm o direito de aprofundar essa discussão. E concluiu que não há o que concordar com esse projeto.

DR. JAQUES NEVES (PSC)

O parlamentar disse mais uma vez que vai fazer campanha necessária para que a saúde do Estado melhore cada vez mais, e disse ter certeza que o governo vem buscando isso através de ações. Ressaltou que precisa ser estabelecido que todos os pontos sejam cumpridos para que se obtenha êxito. Destacou que o Hospital do Caetés precisa dar suporte à alta complexidade daquela região. Disse que não faz sentido o hospital estar sediado em Capanema e o povo ter que buscar leitos nas urgências e emergências fora daquela região. Pontuou que a Comissão de Saúde está aprovando o requerimento para a convocação do Secretário, para que ele possa dar explicações sobre essa situação.

ELIEL FAUSTINO (DEM)

O deputado disse que fez reclamação anterior destacando que a pauta está irregular, sobretudo porque ela não observa o que diz o regimento. E ressaltou que pela primeira vez se tem 18 projetos, 14 do governo, 5 previdenciários, projetos que não tiveram devida discussão nesta casa. Falou que esses projetos não



poderiam estar na pauta porque não existe constitucionalidade superveniente.

Texto: Luana Lobato.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARÁ

**SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO (Secex)
1ª CCG**

RELATÓRIO DE FISCALIZAÇÃO

EXPEDIENTE Nº: 2019/12190-3

JURISDICIONADO: Assembleia Legislativa do Estado do Pará – Alepa

PERÍODO: 01/09/2019 a 03/03/2020

RESPONSÁVEL: Deputado Daniel Santos



SUMÁRIO

IDENTIFICAÇÃO DA FISCALIZAÇÃO.....	1
1. INTRODUÇÃO	3
2. FUNDAMENTAÇÃO	3
3. RESULTADO DA ANÁLISE.....	4
3.1 Da Transição dos Portais da transparência da Alepa	4
3.2 Competências e Estrutura Organizacional.....	5
3.3 Transparência na Gestão Fiscal	15
3.3.1 Quanto aos instrumentos de transparência – Planos, Orçamentos, Prestações de Contas e Relatórios de Gestão Fiscal	15
3.3.2 Quanto à Disponibilização de Informações sobre Receitas e Despesas em Tempo Real	19
3.4 Licitações e Contratos Administrativos (Art. 8º, § 1º, IV, da LAI)	29
3.5 Respostas a perguntas frequentes (Art. 8º, § 1º, VI, da LAI)	34
3.6 Atividade-Fim do Órgão	35
3.6.1 Proposições.....	37
3.6.2 Pautas	38
3.6.3 Resumo do Plenário.....	39
3.6.4 Banco de Leis	41
3.6.5 Resultados de Ações de Controle Externo e Interno	43
3.7 Transparência Passiva e Controle Social	43
3.8 Acessibilidade	45
4. CONCLUSÃO	48

IDENTIFICAÇÃO DA FISCALIZAÇÃO

Expediente nº 2019/12190-3 – 1ª CCG/Secex
Natureza: Inspeção ordinária
Órgão : Assembleia Legislativa do Estado do Pará - ALEPA

RELATÓRIO TÉCNICO

1. INTRODUÇÃO

Versa o relatório sobre inspeção ordinária realizada na Assembleia Legislativa do Estado do Pará (Alepa), fundamentada no art. 72, III, do Regimento Interno do Tribunal de Contas do Estado do Pará (Ato nº 63/2012), por meio do Expediente nº 2019/12190-3, referente aos exercícios de 2019/2020, tendo como responsável o deputado Daniel Barbosa Santos, atual Presidente, abrangendo o período de 02 de setembro de 2019 a 03 de março de 2020. A equipe designada para os trabalhos de inspeção é composta pelos técnicos da 1ª CCG, Dualyson de Abreu Borba, Fernanda Pinheiro Pantoja e Sandra Mara Mariz de Sá Ferreira.

Os trabalhos foram realizados em face do Portal virtual da Alepa/PA, por meio do endereço <<http://www.alepa.pa.gov.br>>, consultado no período de 09/12/2019 a 03/03/2020 e teve como escopo analisar sua adequação às regras estabelecidas pela Lei Complementar nº 131/2009 (Lei da Transparência), Decreto nº 7.185/2010 e Lei nº 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação).

2. FUNDAMENTAÇÃO

A Constituição Federal de 1988 prevê a Publicidade como um dos princípios expressos a serem seguidos pela Administração Pública Direta e Indireta no âmbito de todos os entes federativos (art. 37, *caput*, CF/88). Dessa maneira, a transparência – subprincípio da Publicidade – revela-se como um dos pilares do regime democrático, pois possibilita ao povo, como legítimo detentor do poder (art. 1º, CF/88), ter acesso a ferramentas para o efetivo acompanhamento da gestão da máquina pública.

Nesse contexto, a Lei nº 12.527/2011 – Lei de Acesso à Informação (LAI) – tornou obrigatória, por parte dos órgãos e entidades públicas, a utilização de seus sítios oficiais na rede



mundial de computadores para a divulgação, em local de fácil acesso, de informações de interesse coletivo ou geral por eles produzidas ou custodiadas (art. 8º, *caput* e § 2º). Dessa forma, a referida lei foi utilizada como base normativa para a realização da presente auditoria, especialmente as regras contidas nos artigos 7º, 8º e 9º.

Com relação à transparência orçamentária e financeira, a Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal) também é um parâmetro que deve ser seguido pelos portais virtuais governamentais, sobretudo no que tange aos comandos inseridos pela Lei Complementar nº 131/2009. Em um nível regulamentar, o Governo Federal instituiu o Decreto nº 7.185/2010, o qual dispõe sobre o padrão mínimo de qualidade do sistema integrado de administração financeira e controle, no âmbito de cada ente da Federação, nos termos do art. 48, parágrafo único, inciso III, da Lei Complementar nº 101/2000. Dessa forma, tais preceitos legais e normativos também subsidiaram esta auditoria.

3. RESULTADO DA ANÁLISE

Neste item apresentam-se os resultados da análise desta auditoria, realizada no sítio oficial do órgão, <<http://www.alepa.pa.gov.br>>, no período de 09/12/2019 a 03/03/2020, quanto ao interstício de 02/09/2019 a 03/03/2020, conforme exposição abaixo transcrita:

3.1. Da transição dos portais da transparência da Alepa

Relevante destacar, de início, que a Alepa possui atualmente dois portais da transparência, o primeiro (mais antigo) como subseção acessível por meio da aba *Serviços*, constante na página inicial, e o segundo (em fase de adequação) acessível por meio do *link* <<http://transparencia.alepa.pa.gov.br/v2019/index.php>>, o qual possui atalho na página inicial.

Portanto, a análise realizada pela equipe de auditoria, além de examinar a adequação de ambos os portais às legislações anteriormente mencionadas, também efetuou um comparativo entre eles, quando necessário. Ressalta-se, por fim, que o exame final da compatibilidade do novo portal da transparência da Alepa, com a legislação aplicável, foi efetuado após o encerramento do prazo de readequação, o qual estava previsto para o final do mês de fevereiro/2020.

3.2. Competências e Estrutura Organizacional

De acordo com o art. 8º, da Lei nº 12.527/2011, deve constar no sítio dos órgãos e entidades abrangidos pela Lei em comento o registro das competências e estrutura organizacional, endereços e telefones das respectivas unidades e horários de atendimento ao público.

Na tela inicial do Portal virtual da Alepa, verificou-se que a aba *Institucional* apresenta as seguintes opções: *Mesa Diretora*, *Deputados*, *Comissões e Representações*, *Relatórios*, *Condecorações e Medalhas*, *Planejamento Estratégico* e *Organograma*:



Figura 1 – Fonte: Equipe de Auditoria¹

Observa-se que, no detalhamento das opções *Mesa Diretora* e *Comissões e Representações*, consta a relação de seus integrantes, com indicação dos cargos, porém não constam informações sobre as matérias discutidas, agenda ou pautas das reuniões, conforme telas capturadas, a seguir:

¹ Disponível em: <<https://www.alepa.pa.gov.br>>. Acesso: 24jan2019.

Mesa Diretora

MESA DIRETORA 2019-2021

A Mesa Diretora é responsável pela direção dos trabalhos legislativos e dos serviços administrativos da Casa. Compõe-se de Presidência (Presidente e dois Vice-Presidentes) e de Secretaria, composta por quatro Secretários.

Presidente	Deputado Dr. Daniel Santos
1º Vice-Presidente	Deputado Renato Ogawa
2ª Vice-Presidente	Deputada Michelle Begot
1º Secretário	Deputado Eraldo Pimenta
2º Secretário	Deputado Victor Dias
3ª Secretária	Deputada Dilvanda Faro
4º Secretário	Deputado Hilton Aguiar

Figura 2 – Fonte: Equipe de Auditoria²

Comissões e Representações

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA (CCJ)

A CCJ analisa a constitucionalidade e legalidade de todos os projetos que dão entrada na Alepa e a CFFO analisa o Plano Plurianual (PPA), a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e outras matérias financeiras. Nas demais comissões, os projetos em tramitação nas duas referidas são remetidos, quando há necessidade de análises técnicas dos temas e os conteúdos mais específicos.

▶ Titulares:

Ozório Juvenil - MDB (Presidente)
Ana Cunha - PSDB (Vice-Presidente)
 Chicão - MDB
 Martinho Carmona - MDB
 Cilene Couto - PSDB
 Eliel Faustino - DEM
 Antônio Tonheiro - PR
 Delegado Toni Cunha - PTB
 Paula Gomes - PSD
 Fábio Figueiras - PSB
 Dirceu Ten Catem - PT

Figura 3 – Fonte: Equipe de Auditoria³

² Disponível em: <https://www.alepa.pa.gov.br/mesa_diretora.asp?id_pagina=3>. Acesso: 24jan2019

³ Disponível em: <<https://www.alepa.pa.gov.br/comissoes.asp>>. Acesso: 24jan2020.

Ressalta-se que tais informações deveriam estar disponíveis à população, por serem de interesse público (art. 3º, II, da LAI), conforme previsão contida no art. 7º, inciso V, da LAI:

Art. 7º O acesso à informação de que trata esta Lei compreende, entre outros, os direitos de obter:

(...)

V - Informação sobre atividades exercidas pelos órgãos e entidades, inclusive as relativas à sua política, organização e serviços.

Na opção *Deputados*, quando acessadas as páginas destinadas a cada parlamentar, clicando-se em sua respectiva foto, verificam-se informações resumidas sobre a biografia de cada agente público, sendo disponibilizado *e-mail* institucional, perfis em redes sociais, campo para comunicação com o parlamentar por meio de mensagem de texto, endereço e telefone do gabinete, porém não é informado horário de atendimento ao público, conforme imagens a seguir (art. 8º, §1º, I, da LAI):

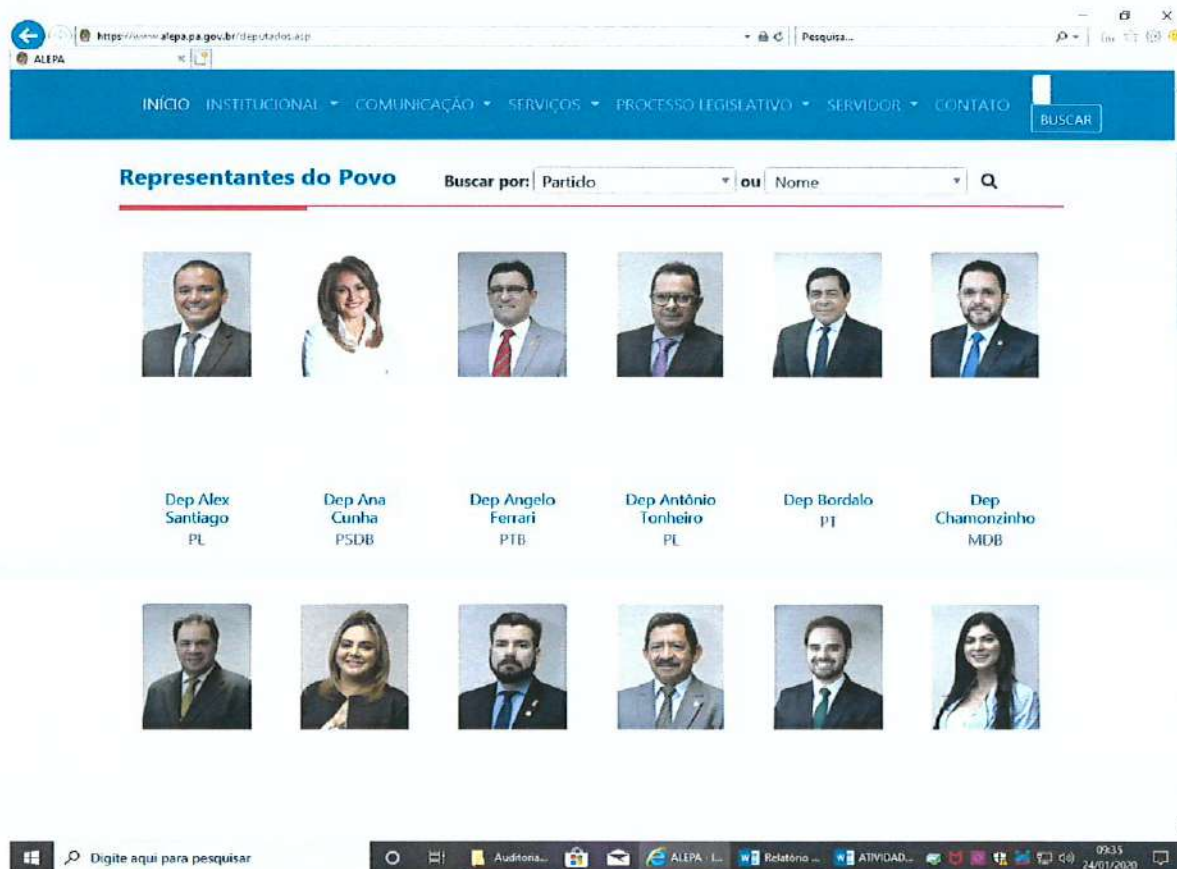


Figura 4 – Fonte: Equipe de Auditoria⁴

⁴ Disponível em: <<https://www.alepa.pa.gov.br/deputados.asp>>. Acesso: 24jan2020.

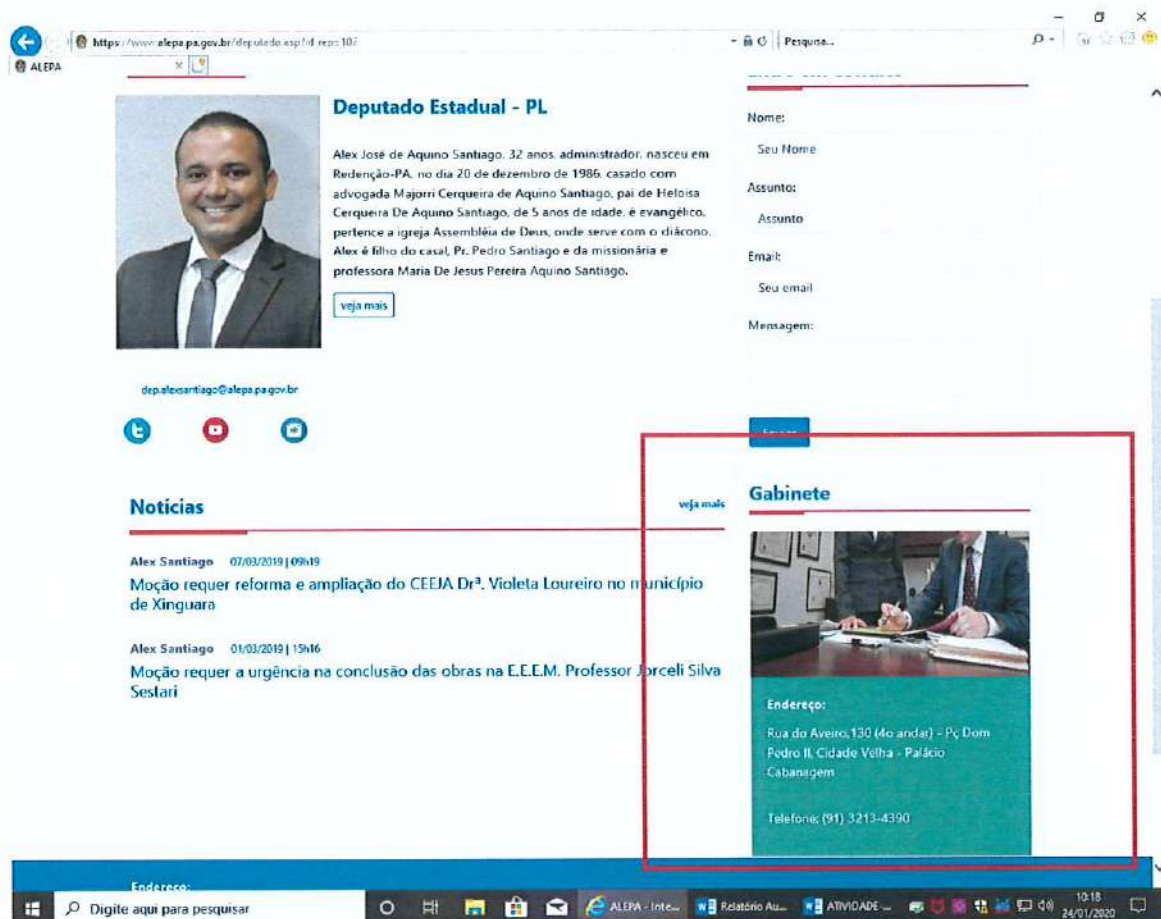


Figura 5 – Fonte: Equipe de Auditoria⁵.

No Novo Portal da Transparência, na aba *Deputados*, constam opções com informações individualizadas dos Parlamentares da Casa, quais sejam:

- Resumo* (que contempla dados gerais, tais como o valor do salário do deputado, número de assessores, frequência, partido ao qual é filiado e *e-mail* funcional);
- Frequência* (onde é possível verificar, mais detalhadamente, dados sobre o comparecimento dos Deputados à Casa, suas faltas e licenças concedidas);
- Verba de Gabinete* (sendo possível verificar o valor mensal de tais verbas, bem como a relação nominal dos Secretários Parlamentares vinculados a cada Deputado);
- Verba Indenizatória* (atualizadas até o mês de dezembro de 2019, não sendo possível acessar a especificação dos gastos referentes aos valores destinados para cada parlamentar);
- Diárias e Auxílio* (onde constam os valores despendidos mensalmente pelos membros da

⁵ Disponível em: <https://www.alepa.pa.gov.br/deputado.asp?id_rep=107>. Acesso: 24jan2020.

Casa para estas finalidades); e

-*Lista de e-mails* (com o endereço de correio eletrônico dos parlamentares).

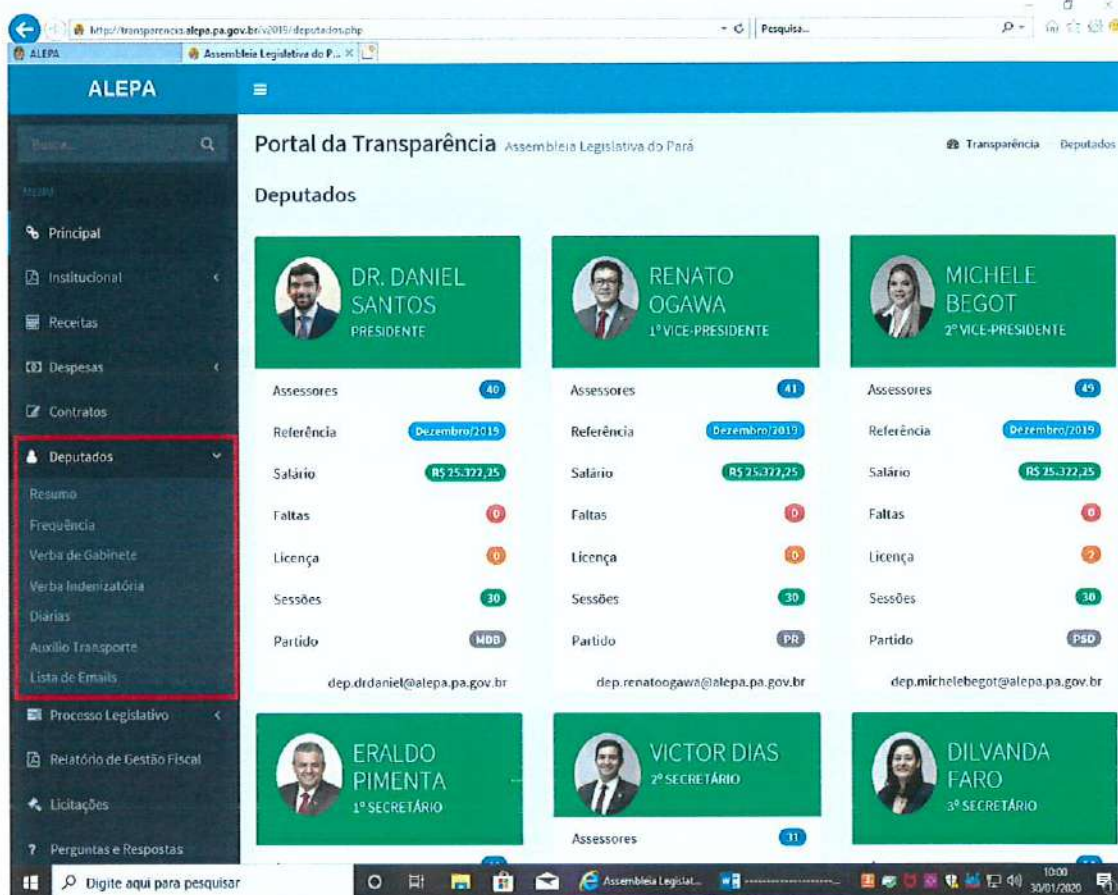


Figura 6 – Fonte: Equipe de Auditoria⁶.

Nesse ponto, o Novo Portal de transparência da Alepa disponibiliza informações de interesse público, atinentes ao manuseio de recursos financeiros estaduais e à execução de atividades administrativas dos Deputados, guardando coerência com os preceitos estabelecidos pela LAI.

Na opção *Verba Indenizatória* (aba *Deputados*), observa-se a disponibilização de informações que carecem de clareza. Consta como valor de “Base de Cálculo” o montante de R\$ 35.000,00 (trinta e cinco mil reais). Em seguida, constam verbas indenizatórias discriminadas em percentuais, os quais, somados, ultrapassam 100%, não ficando evidente a forma de cálculo e os limites máximos para cada uma das rubricas. Além disso, embora conste campo que supostamente possibilitaria *download* do ato normativo regulatório das referidas verbas indenizatórias (Ato 068/2013), o documento em questão não está disponível para consulta,

⁶ Disponível em: <<http://transparencia.alepa.pa.gov.br/v2019/deputados.php>>. Acesso: 30jan2020.

conforme figura a seguir:

Dep. JUNIOR HAGE	Janeiro/2020	R\$ 6,00
Dep. LUTH REBELO	Janeiro/2020	R\$ 6,00
Dep. MARINOR BRITO	Janeiro/2020	R\$ 6,00
Dep. MARTINO CARMONA	Janeiro/2020	R\$ 6,00
Dep. MIRO SANOVA	Janeiro/2020	R\$ 6,00
Dep. ORLANDO LOBATO	Janeiro/2020	R\$ 6,00
Dep. OZÓRIO JUVENIL	Janeiro/2020	R\$ 6,00
Dep. PAULA GOMES	Janeiro/2020	R\$ 6,00
Dep. PROFESSORA NILSE	Janeiro/2020	R\$ 6,00
Dep. RAMUNDO SANTOS	Janeiro/2020	R\$ 6,00
Dep. RENILCE NICODEMOS	Janeiro/2020	R\$ 6,00
Dep. THIAGO AMÓJIO	Janeiro/2020	R\$ 6,00
Dep. TONI CUNHA	Janeiro/2020	R\$ 6,00
TOTAL: 41		

Legenda:

- Base de Cálculo: R\$ 35.000,00
- Locação de veículos Automotores: 40%
- Fretamento de aeronaves e/ou embarcações: 70%
- Combustíveis e Lubrificantes: 40%
- Demais despesas com empresas no ato 068/2003: 50%
- Ata 068/2003: Disponível

Figura 7 – Fonte: Equipe de Auditoria⁷.

Por outro lado, na Aba *Institucional*, da página inicial, opção *Relatórios*, verificam-se informações sem clareza e objetividade no que tange à classificação e sistematização dos dados (art. 8º, §3º, I, da LAI). Em pesquisa realizada no dia 23/01/2020, no interstício de 01/01/2019 a 31/12/2019, foram disponibilizados vários relatórios com temáticas e datas esparsas, elaborados em exercícios divergentes do período pesquisado, conforme tela a seguir:

⁷ Disponível em: < http://transparencia.alepa.pa.gov.br/v2019/verba_indenizatoria.php>. Acesso: 31jan2020.



Figura 8 – Fonte: Equipe de Auditoria⁸.

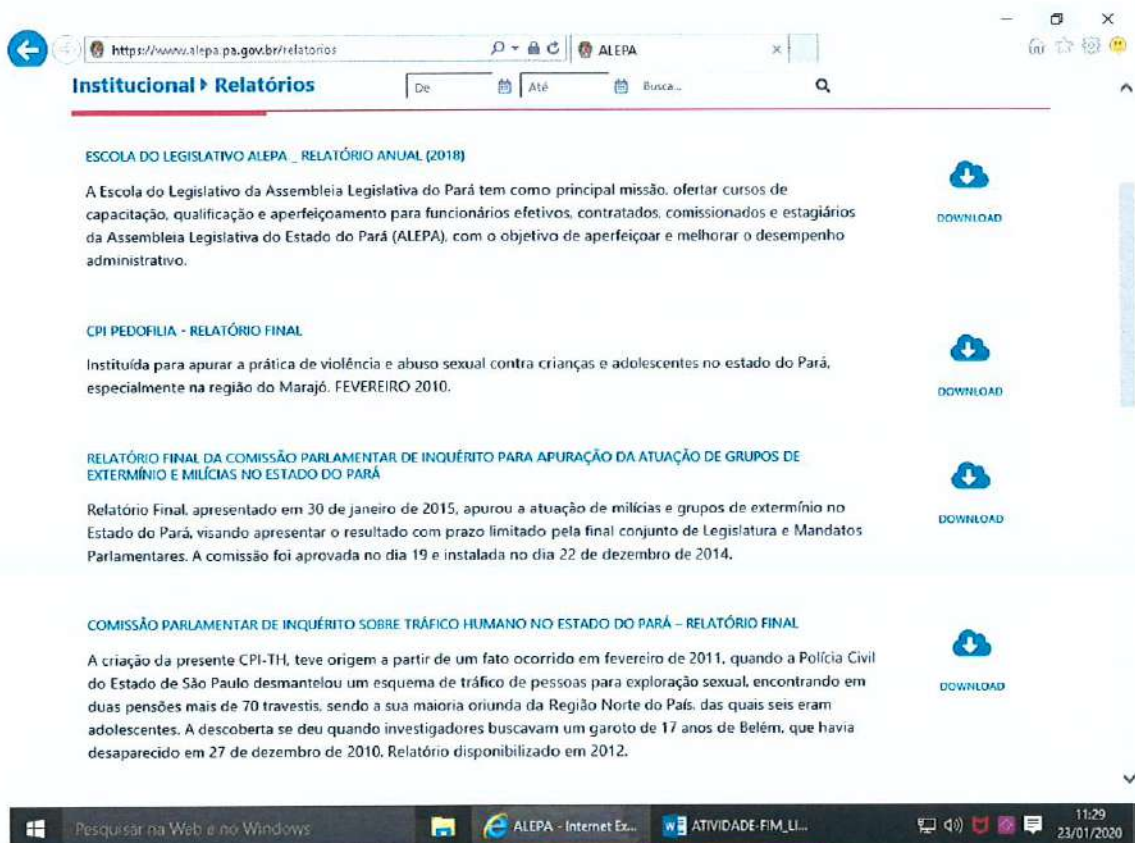


Figura 9 – Fonte: Equipe de Auditoria⁹.

Nesse sentido, a opção em questão não atende ao critério de disponibilidade prescrito

⁸ Disponível em: <<https://www.alepa.pa.gov.br/relatorios>>. Acesso: 23jan2020.

⁹ Disponível em: <<https://www.alepa.pa.gov.br/relatorios>>. Acesso: 23jan2020.

na LAI¹⁰, já que os dados ali contidos estão desatualizados¹¹, comprometendo a qualidade das informações disponíveis ao público em geral.

Já na opção *Planejamento Estratégico* verificam-se informações resumidas acerca da Finalidade, Missão, Visão e Compromisso do órgão, carecendo de dados mais específicos e pormenorizados (art. 3º, art. 7º, VII, “a” e art. 8º da LAI), tais como: mapa estratégico, objetivos, indicadores e metas.

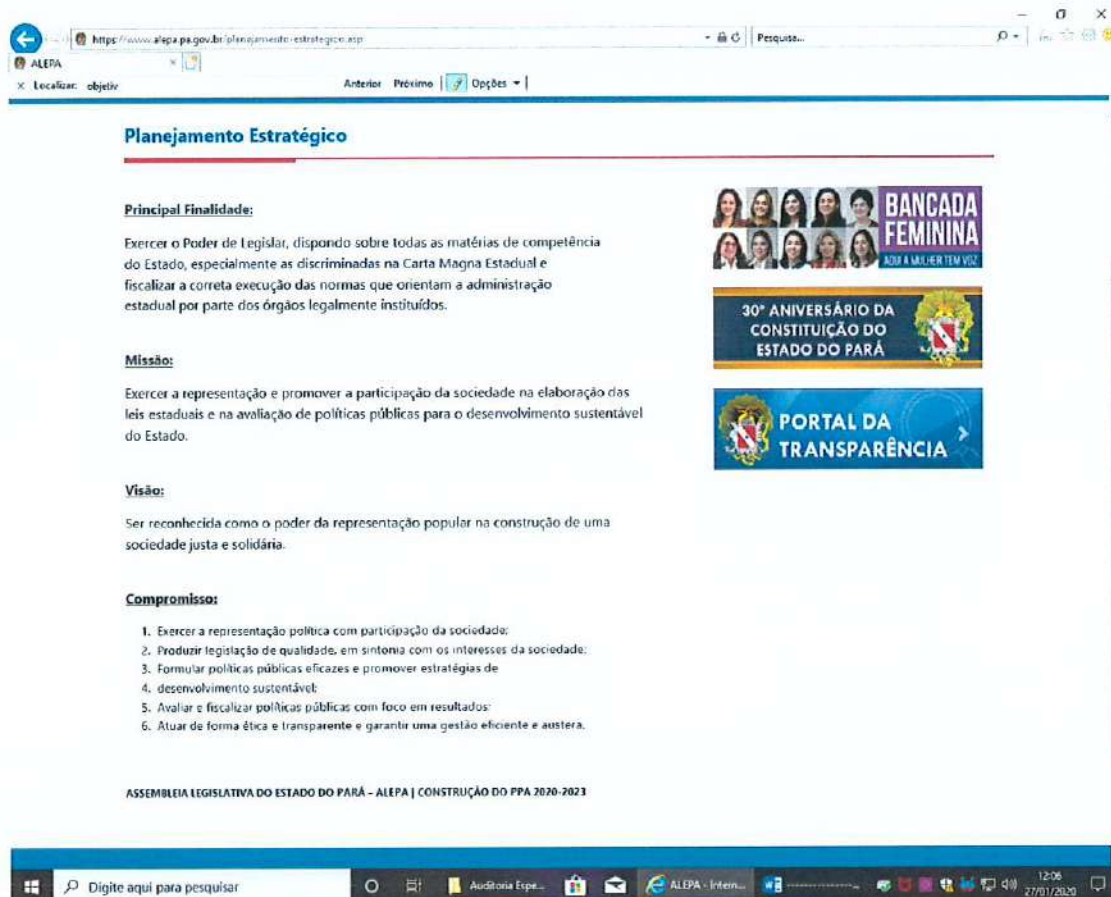


Figura 10 – Fonte: Equipe de Auditoria¹².

Por sua vez, na opção *Organograma*, observa-se gráfico contendo estrutura hierárquica organizacional das unidades que compõem o órgão, sem discriminação de suas respectivas competências e gestores responsáveis. Somente algumas das referidas unidades são acompanhadas de *links* específicos, quais sejam: Comissões técnicas, Plenário, Mesa Diretora,

¹⁰ Art. 4º Para os efeitos desta Lei, considera-se: (...) VI - disponibilidade: qualidade da informação que pode ser conhecida e utilizada por indivíduos, equipamentos ou sistemas autorizados.

¹¹ Art. 8º (...) § 3º Os sítios de que trata o § 2º deverão, na forma de regulamento, atender, entre outros, aos seguintes requisitos: (...) VI - manter atualizadas as informações disponíveis para acesso.

¹² Disponível em: < <https://www.alepa.pa.gov.br/planejamento-estrategico.asp>>. Acesso: 24jan2020.

Núcleo Educacional Engº Waldemar Chaves, Ouvidoria, Departamento de Memorial Legislativo, Seção da Biblioteca, Centro de Atendimento ao cidadão (CAC), Gabinete Militar, Ass. de Imprensa e Divulgação, Diretoria da Escola Legislativa. Tais *links*, ao serem acionados, redirecionam a informativos de caráter geral. A título de exemplificação, acessando-se o *link* vinculado à unidade “Departamento de Memorial Legislativo”, ocorre redirecionamento para página que trata do acervo histórico do órgão, conforme figuras a seguir:

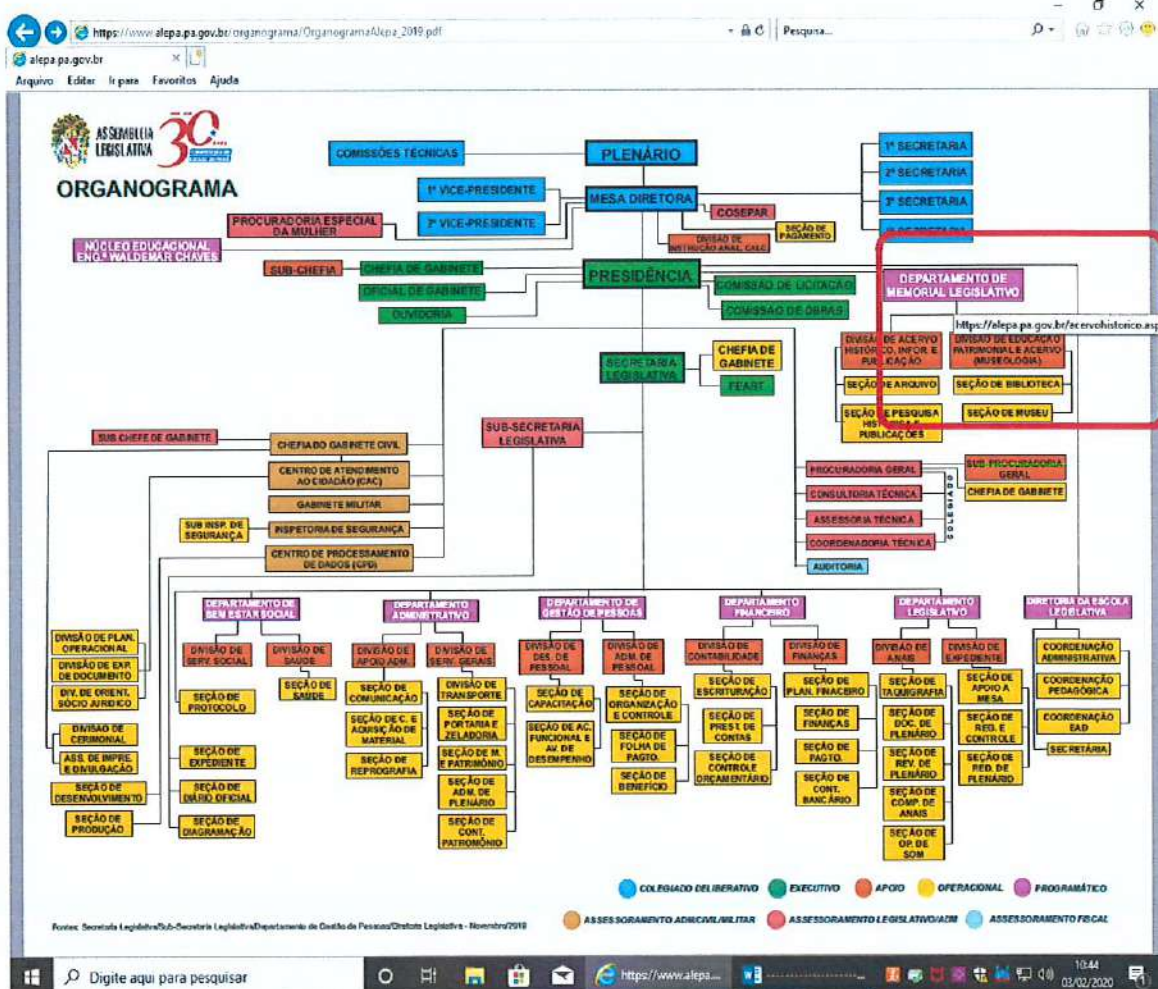


Figura 11 – Fonte: Equipe de Auditoria¹³.

¹³ Disponível em: < https://www.alepa.pa.gov.br/organograma/OrganogramaAlepa_2019.pdf>. Acesso: 03 fev2020.

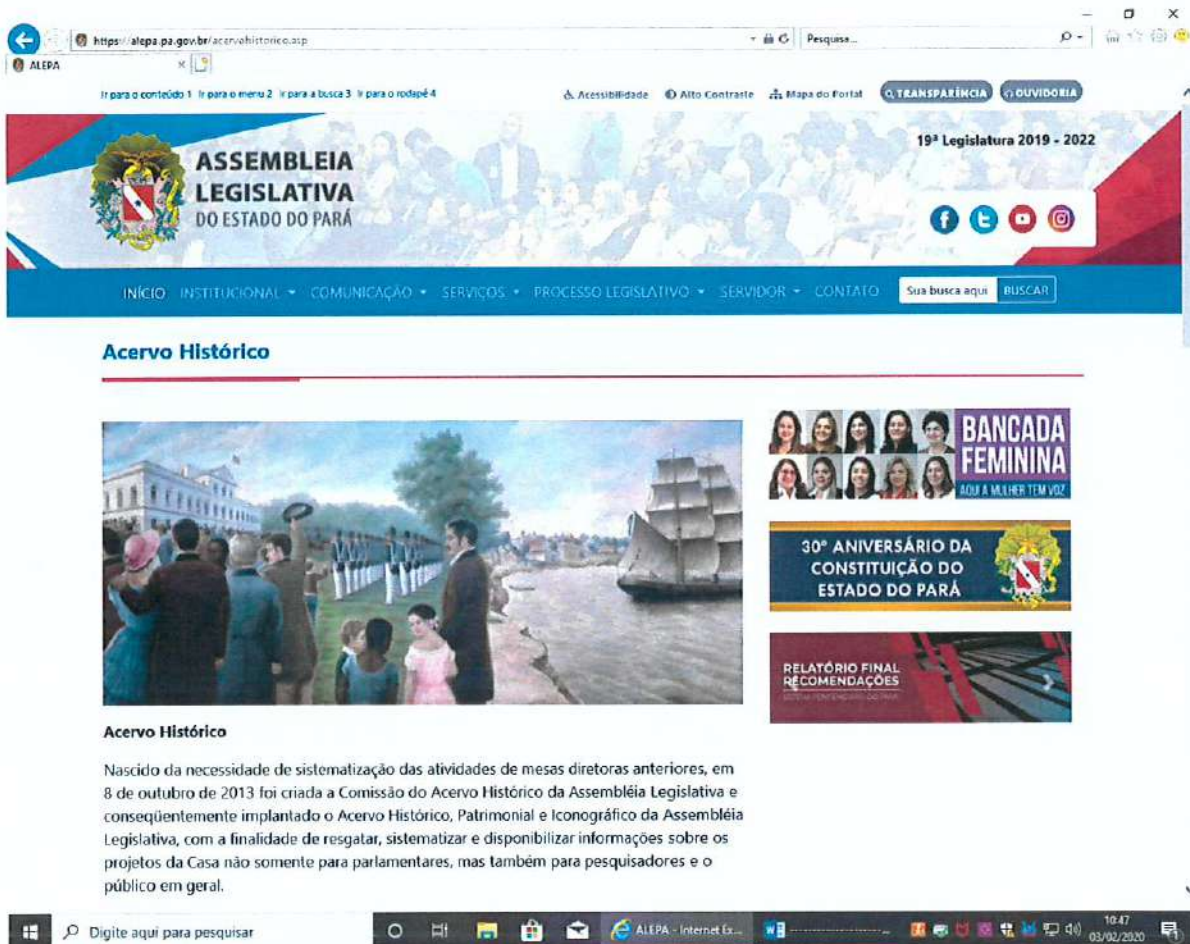


Figura 12 – Fonte: Equipe de Auditoria¹⁴.

No Novo Portal da Transparência, por meio da opção *Estrutura Organizacional* da aba *Institucional*, também encontra-se disponibilizado o referido organograma, com opção de *download*, mas sem os *links* de redirecionamento mencionados:

¹⁴ Disponível em: < <https://alepa.pa.gov.br/acervohistorico.asp>>. Acesso: 03 fev 2020.

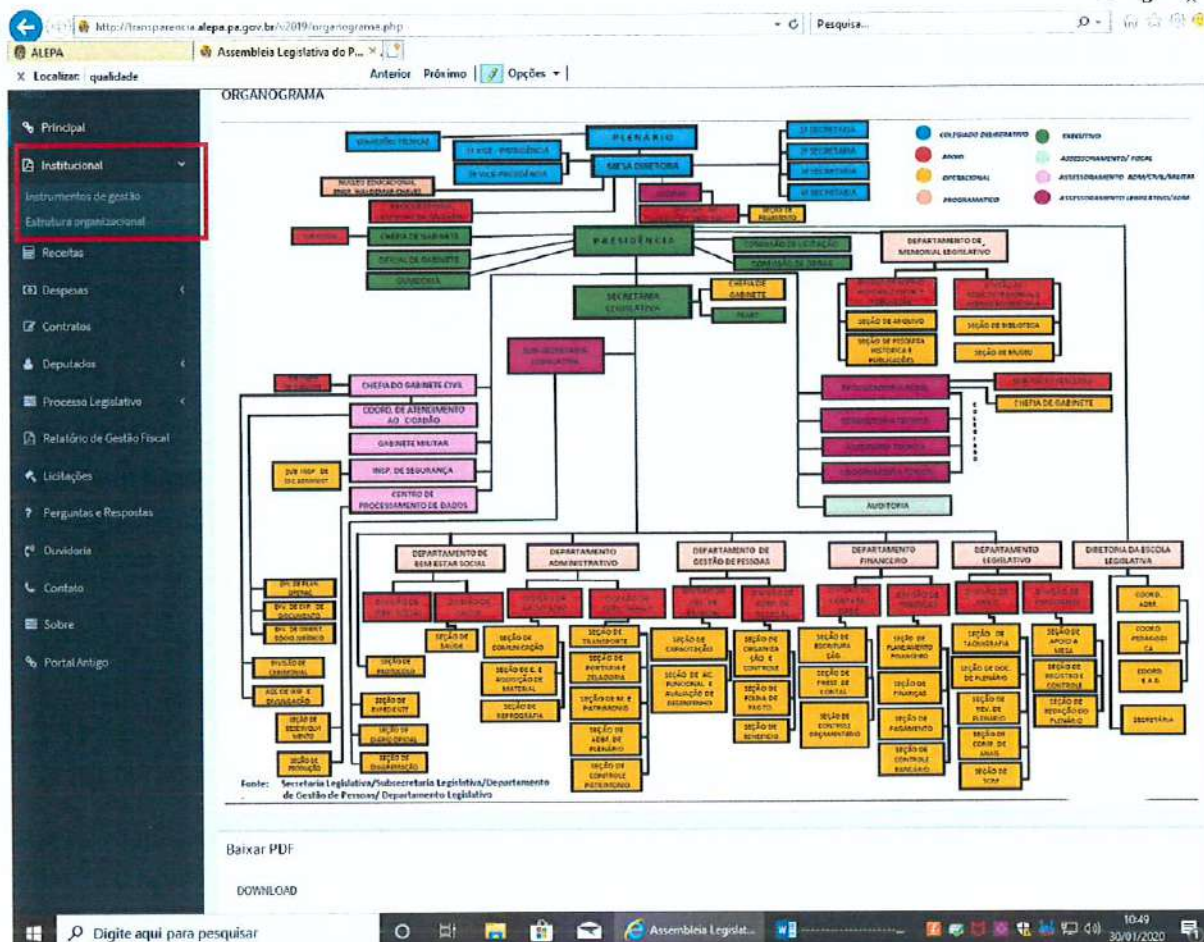


Figura 13 – Fonte: Equipe de Auditoria¹⁵.

3.3 Transparência na Gestão Fiscal

À vista do disposto na LC nº 131/2009, regulamentada pelo Decreto nº 7.185/2010, o qual define os instrumentos e mecanismos de transparência da gestão fiscal, de que trata o art. 48 da LRF, foram efetuadas as seguintes constatações no portal eletrônico da Alepa no período sob análise (setembro/2019 a fevereiro/2020):

3.3.1 Quanto aos instrumentos de transparência – Planos, Orçamentos, Prestações de Contas e Relatórios de Gestão Fiscal

Em relação aos Planos, Orçamentos e Prestações de Contas, acrescidos de suas versões simplificadas, verificou-se que no novo portal da transparência do órgão, na aba *Institucional*, opção *Instrumentos de Gestão*, foi efetuada a divulgação apenas do Plano Plurianual (PPA) 2020-2023, da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) 2020 e da Lei Orçamentária Anual (LOA) 2019

¹⁵ Disponível em: <<http://transparencia.alepa.pa.gov.br/v2019/organograma.php>>. Acesso: 30jan2020.

do estado do Pará.

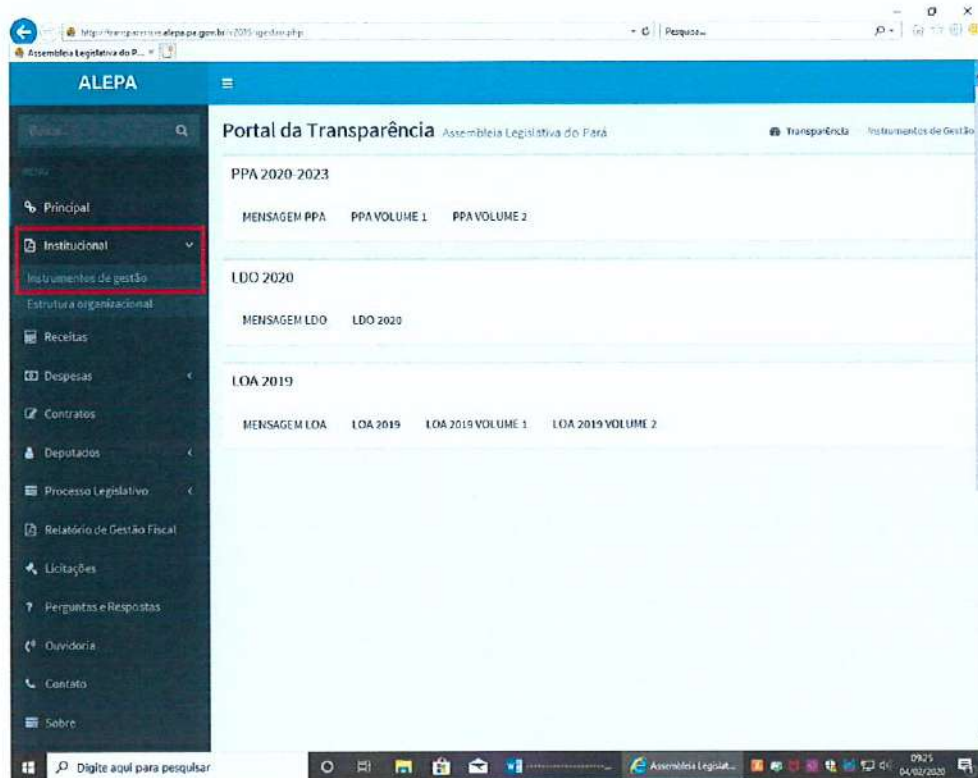


Figura 14 – Fonte: Equipe de Auditoria¹⁶.

As informações individualizadas acerca do orçamento relativo à Casa Legislativa, tanto na antiga, quanto na nova versão do portal, não foram encontradas. O órgão auditado apenas replicou os instrumentos de planejamento de todo o Estado, já consolidados em forma de lei, o que dificulta o acesso aos dados específicos da Alepa.

No tocante aos RGFs, verificou-se, na versão antiga do portal, a existência de aba específica *Relatório de Gestão Fiscal*, na qual foram disponibilizados os relatórios contendo o demonstrativo da despesa com pessoal (1º e 2º quadrimestre) acrescida da disponibilidade de caixa e simplificado (3º quadrimestre), desde o exercício 2011 até o exercício 2019.

¹⁶ Disponível em: < <http://transparencia.alepa.pa.gov.br/v2019/igestao.php>>. Acesso: 04fev2020.

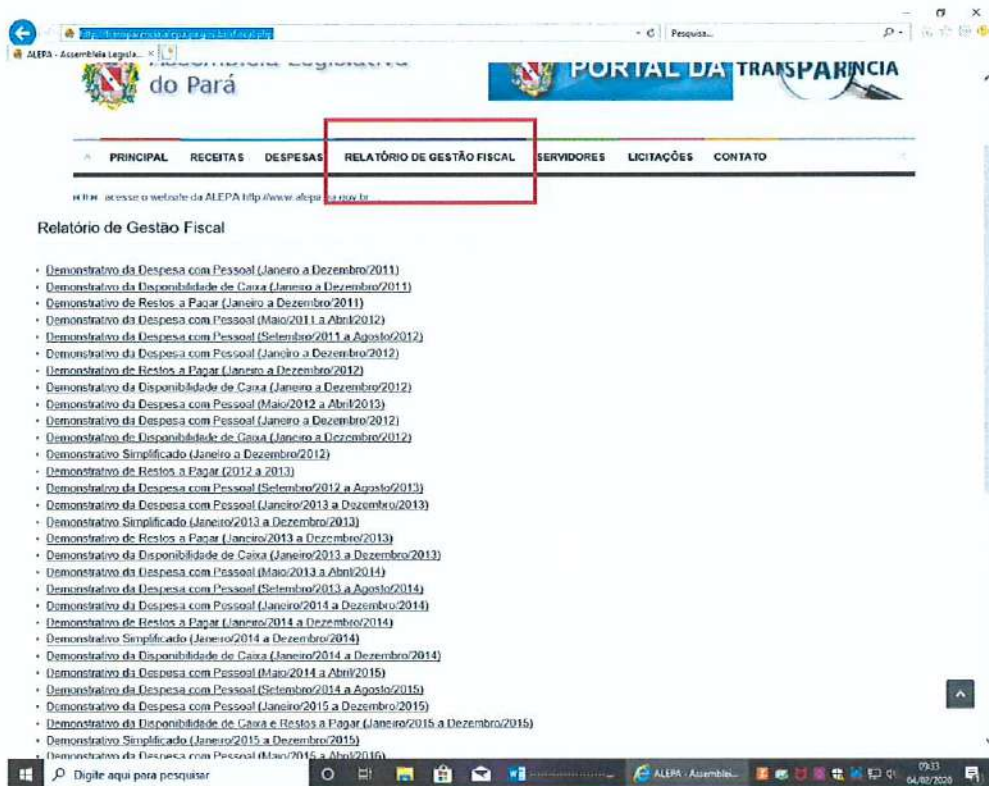


Figura 15 – Fonte: Equipe de Auditoria¹⁷.

Na nova versão do portal foram divulgados apenas o demonstrativo simplificado dos exercícios 2017 e 2018 nas suas versões retificadoras, conforme apresentado a seguir:

¹⁷ Disponível em: < <http://transparencia.alepa.pa.gov.br/rfiscal.php>>. Acesso: 04fev2020.

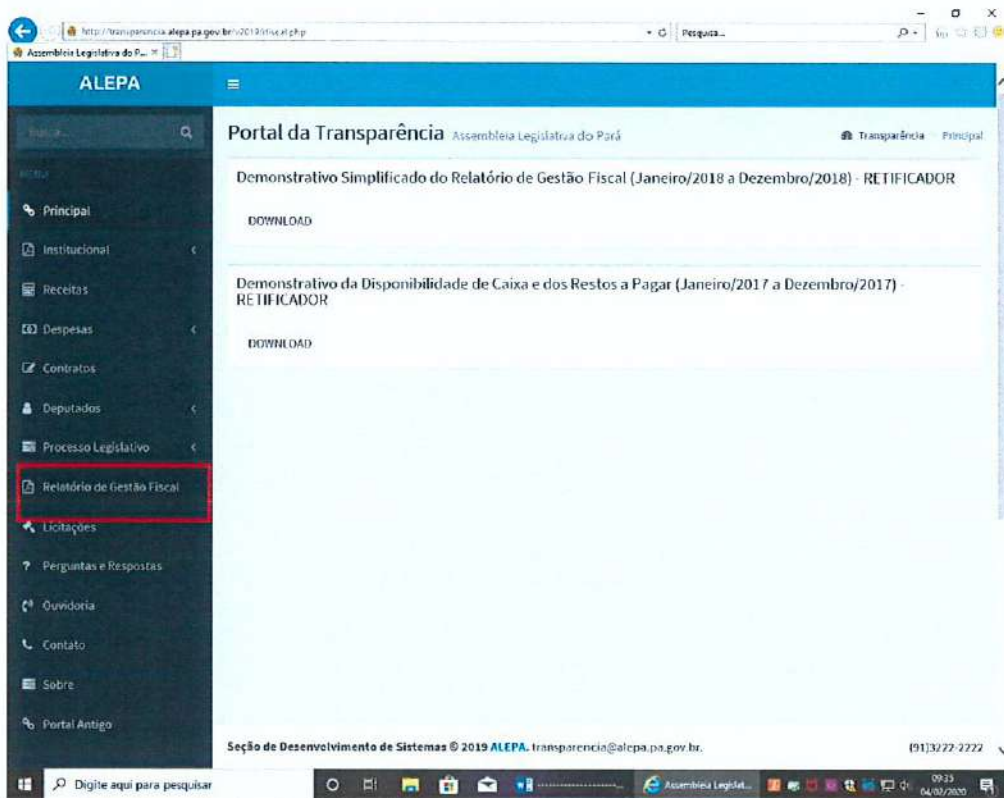


Figura 16 – Fonte: Equipe de Auditoria¹⁸.

Sendo assim, infere-se que, a despeito da entrada em vigor em 2019, da nova plataforma, o órgão opta por divulgar os RGFs no antigo portal. Ao menos é o que se verifica em relação à edição mais recente do relatório (3º quadrimestre/2019), divulgada em janeiro de 2020:

¹⁸ Disponível em: <<http://transparencia.alepa.pa.gov.br/v2019/rfiscal.php>>. Acesso: 04 fev 2020.

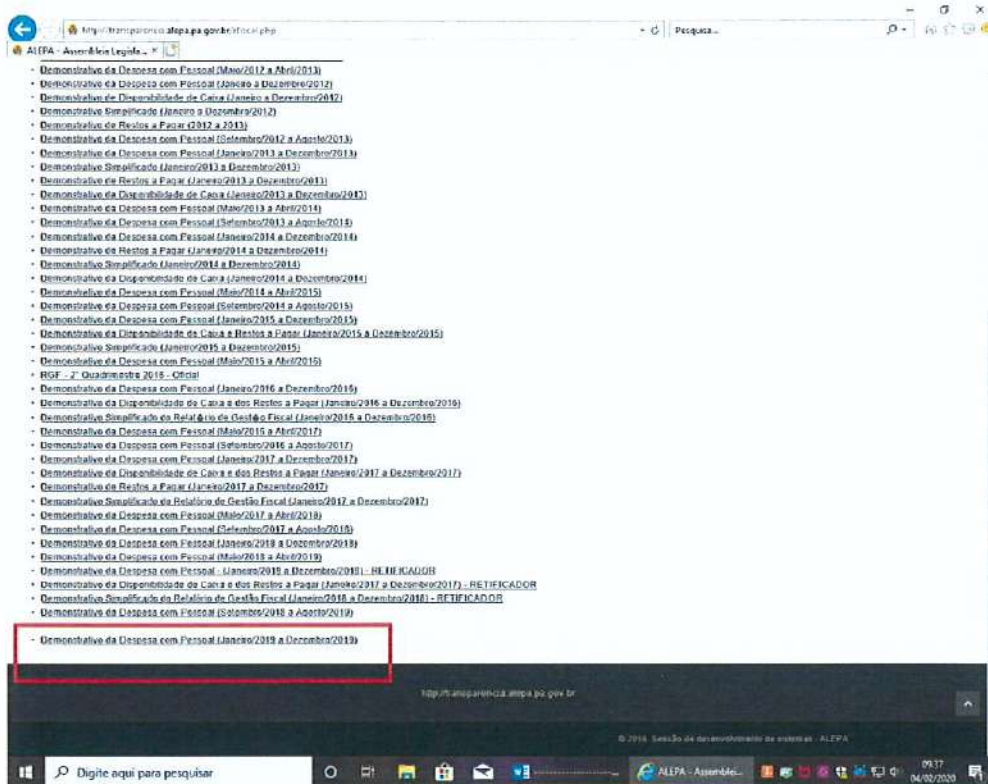


Figura 17 – Fonte: Equipe de Auditoria¹⁹.

De todo modo, para fins de cumprimento do requisito divulgação do RGF, inclusive em meios eletrônicos de acesso ao público, contido na LRF, considera-se que foi atendido. No entanto, o órgão, ante à criação de um novo portal da transparência, que entrou em vigor no exercício 2019 e no qual já disponibiliza informações de exercícios anteriores, conforme supra demonstrado, precisa readequar a cronologia de divulgação dessas informações nesse novo portal.

3.3.2. Quanto à Disponibilização de Informações sobre Receitas e Despesas em Tempo Real

A disponibilização da informação sobre a execução orçamentária e financeira deve, nos termos do Decreto nº 7.185/2010, ser apresentada de forma consolidada, ou seja, incluindo a unidade gestora principal e aquelas que lhe são vinculadas, permitindo consulta por período compreendido entre duas datas (art. 2º).

No caso das despesas, a informação deve evidenciar (art. 7º, I):

a) os estágios do empenho, da liquidação e do pagamento;

¹⁹ Disponível em: <<http://transparencia.alepa.pa.gov.br/fiscal.php>>. Acesso: 04/fev/2020.



- b) o número do correspondente processo da execução, quando for o caso;
- c) a classificação orçamentária, especificando a unidade orçamentária, função, subfunção, natureza da despesa e a fonte dos recursos que financiam o gasto;
- d) o beneficiário (pessoa física ou pessoa jurídica), exceto no caso de folha de pagamento;
- e) o procedimento licitatório realizado, bem como a sua dispensa ou inexigibilidade, quando for o caso, com o número do correspondente processo, e;
- f) o bem ou serviço prestado.

No caso das receitas, os valores devem apresentar os ingressos, compreendendo no mínimo sua natureza, inclusive referentes aos recursos extraordinários (art. 7º, II).

Além disso, o conjunto das informações disponibilizadas deve possibilitar ao usuário, ainda, a geração de relatórios em formato *pdf*, *txt*, *xls*, *csv*, entre outros, e a liberação ao pleno conhecimento e acompanhamento da sociedade deve ocorrer em tempo real, ou seja, até o primeiro dia útil subsequente à data do registro contábil (art. 2º, § 2º).

Diante dessas exigências, cabe destacar que a Casa Legislativa, assim como os demais poderes e órgãos do estado do Pará, integrantes do orçamento fiscal e da seguridade social, utilizam o Sistema Integrado de Administração Financeira e Orçamentária (Siafem) para fins de execução orçamentária, financeira e patrimonial. Desse modo, essa base de dados constitui a principal fonte de informação para o portal.

As informações constantes em ambos os portais da Alepa, evidenciam que, apesar de a casa legislativa estadual disponibilizar os dados das receitas e das despesas, eles não se coadunam a todos os requisitos estabelecidos no Decreto nº 7.185/2010, a começar pelas informações da UG vinculada 010102, Plano de Seguridade Social dos Parlamentares (PSSP), as quais não foram encontradas.

No tocante às receitas, as informações divulgadas são limitadas, já que apresentam em período fechado (mensal), de forma genérica, os valores das receitas intituladas “Repasse”, “Finanprev”, “Rendim. Aplicação” e “Imposto de Renda”. Salienta-se, porém, que as terminologias apresentadas não estão em linguagem clara e de fácil compreensão ao usuário, por possuírem caráter técnico, carecendo de explicações complementares que possibilitem o correto entendimento por parte do cidadão (art. 5º, da LAI). Além disso, não deixam clara a natureza e a fonte de recursos desses ingressos (orçamentária, extraorçamentária, recurso do tesouro, recurso

próprio etc.).

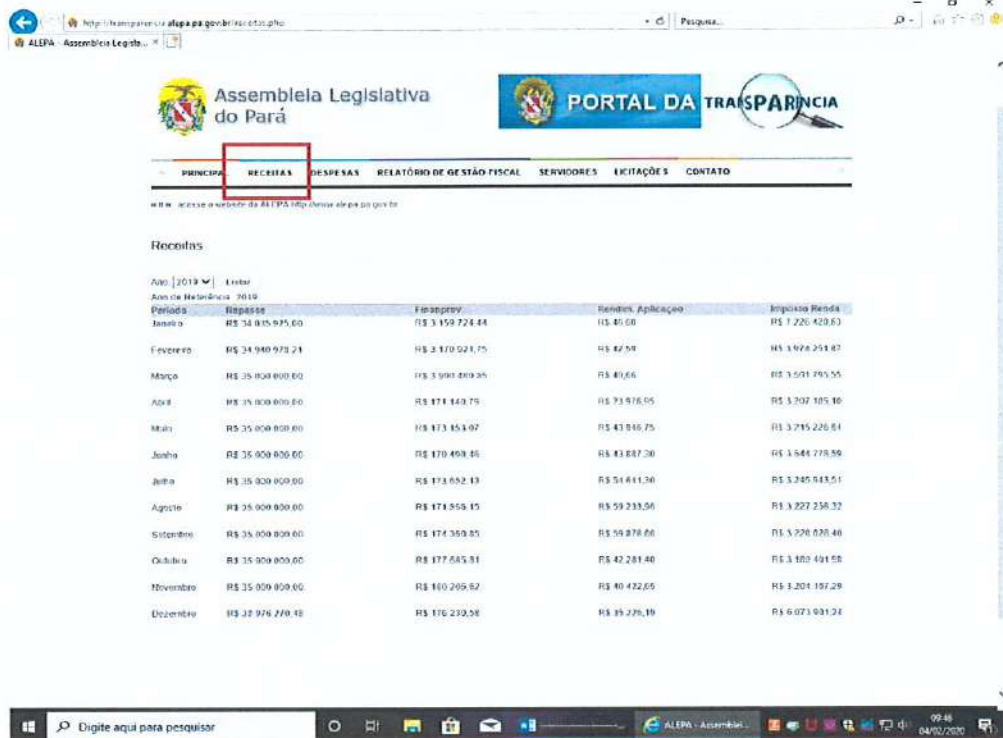


Figura 18 – Fonte: Equipe de Auditoria²⁰.

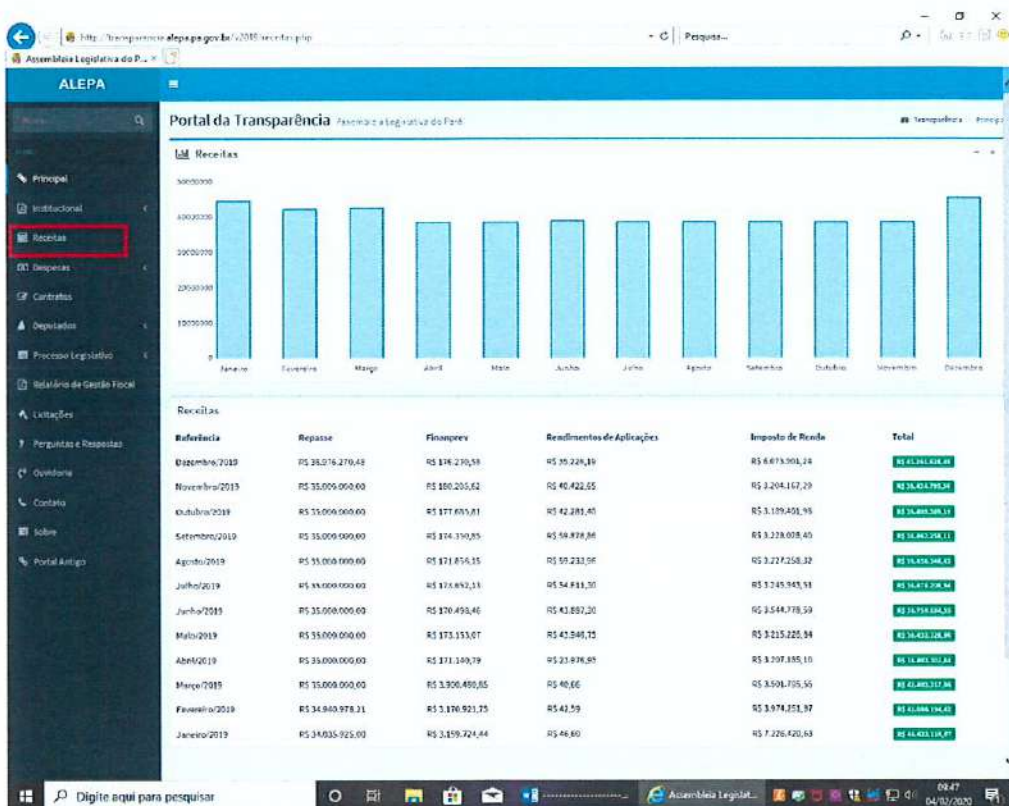


Figura 19 – Fonte: Equipe de Auditoria²¹.

²⁰ Disponível em: < <http://transparencia.alepa.pa.gov.br/receitas.php>>. Acesso: 04fev2020.

²¹ Disponível em: < <http://transparencia.alepa.pa.gov.br/v2019/receitas.php>>. Acesso: 04fev2020.

Em relação às despesas, observou-se que no antigo portal, a despeito da possibilidade de extração das informações por período compreendido entre duas datas e por estágios da despesa (a Alepa só informa os estágios do empenho e do pagamento), os resultados apresentados, a partir dos filtros selecionados, não retornam com os dados especificamente solicitados, ou seja, não estão condizentes com as informações requeridas pelo usuário.

A título de exemplo, destaca-se que, ao selecionar o elemento de despesa “contratação por tempo determinado”, no período de 01/11/2019 a 30/11/2019, os dados apresentados relacionam todas as despesas executadas no período e não a definida no filtro pelo usuário, inclusive o campo “Elemento de Despesa”, ainda que selecionado, aparece em branco no retorno da pesquisa, conforme imagens a seguir:

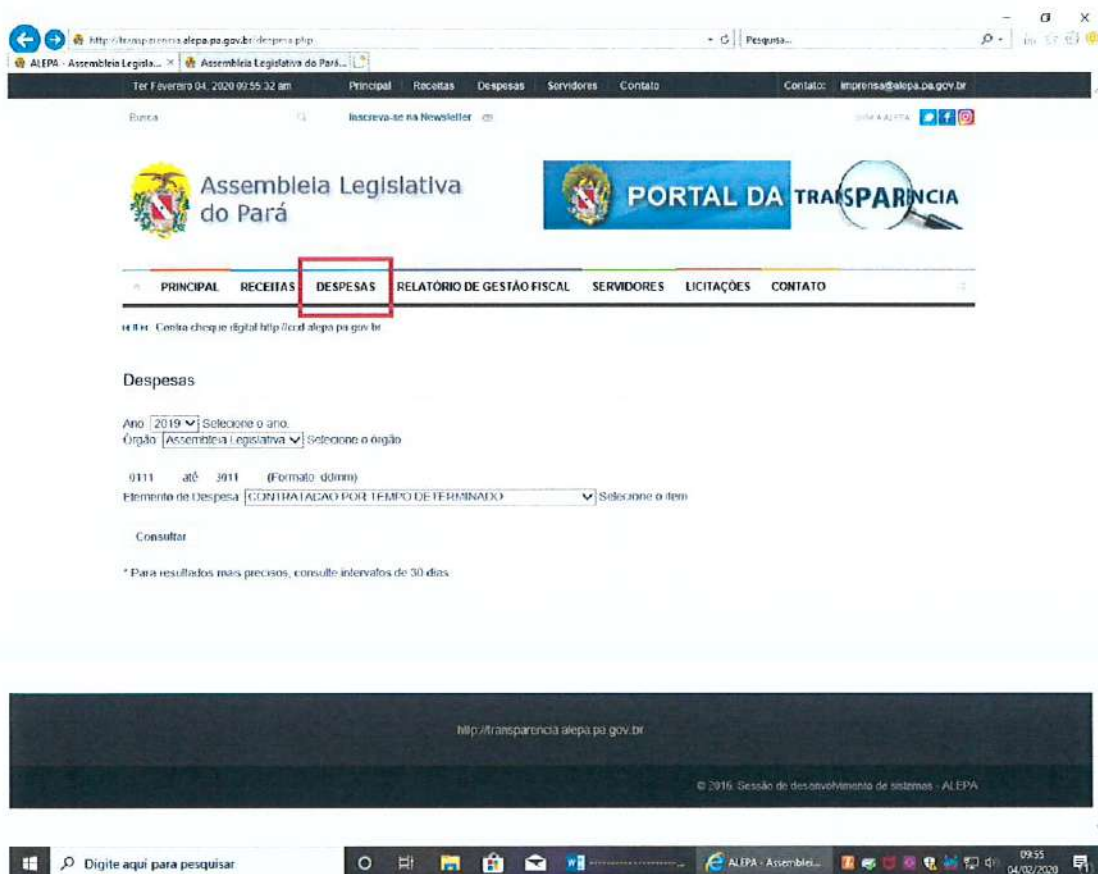


Figura 20 – Fonte: Equipe de Auditoria²².

²² Disponível em: < <http://transparencia.alepa.pa.gov.br/despesa.php>>. Acesso: 04fev2020.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARÁ
Secretaria de Controle Externo - 1ª CCG



http://transparencia.alepa.pa.gov.br/despesa1.php

ALPEA - Assembleia Legisla... Assembleia Legislativa do Pará...

PRINCIPAL RECEITAS DESPESAS RELATORIO DE GESTÃO FISCAL SERVIDORES LICITAÇÕES CONTAPO

www - Centro de controle sigint http://sigint.alepa.pa.gov.br

DESPESAS
Parâmetros da Pesquisa:
Ano: 2019
Período: 01/01 a 31/12
Fluxo de Despesa

Orgão: ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO
Unidade Gestora: ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO
Total Empenhado: 25.010.800,64
Total Pago: 25.010.800,64

Nº do Empenho	Benef. do Empenho	CPF	Beneficiário	Empenhado	Anulação	Recursos	Empenho	Final	Pago
2019NE03525	05/11/2019	77913995/000	ANTONIA DE MIMA MOUTA OLIVEIRA	5.064,45	0,00	0,00	5.064,45	5.064,45	5.064,45
2019NE03537	04/11/2019	841950152565	ANA PAULA SILVA GOMES DE FREITAS	5.064,45	0,00	0,00	5.064,45	5.064,45	5.064,45
2019NE03539	08/11/2019	28210590278	ANGELO AUGUSTO DE OLIVEIRA FERREIRA	5.064,45	0,00	0,00	5.064,45	5.064,45	5.064,45
2019NE03553	05/11/2019	15741481001630	BRASLIA VARGENS F. TURISMO LTDA	1.605,00	0,00	0,00	1.605,00	1.605,00	1.605,00
2019NE03554	05/11/2019	15741481001630	BRASLIA VARGENS F. TURISMO LTDA	20.200,00	0,00	0,00	20.200,00	20.200,00	20.200,00
2019NE03555	05/11/2019	15741481001630	BRASLIA VARGENS F. TURISMO LTDA	2.517,29	0,00	0,00	2.517,29	2.517,29	2.517,29
2019NE03556	05/11/2019	15741481001630	BRASLIA VARGENS F. TURISMO LTDA	11.200,00	0,00	0,00	11.200,00	11.200,00	11.200,00
2019NE03557	05/11/2019	15741481001630	BRASLIA VARGENS F. TURISMO LTDA	162.106,20	0,00	0,00	162.106,20	162.106,20	162.106,20
2019NE03558	05/11/2019	15741481001630	BRASLIA VARGENS F. TURISMO LTDA	29.933,72	0,00	0,00	29.933,72	29.933,72	29.933,72
2019NE03559	05/11/2019	098850400917423	ROSEBRYAN COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA	30.000,00	0,00	0,00	30.000,00	30.000,00	30.000,00
2019NE03561	05/11/2019	0500561200418	EMPRESA DE TEC. DA INF. E COM. DO E. PARA PROCEPA	26.244,47	0,00	0,00	26.244,47	26.244,47	26.244,47
2019NE03562	05/11/2019	15741481001630	BRASLIA VARGENS F. TURISMO LTDA	1.800,00	0,00	0,00	1.800,00	1.800,00	1.800,00
2019NE03563	05/11/2019	15741481001630	BRASLIA VARGENS F. TURISMO LTDA	24.000,00	0,00	0,00	24.000,00	24.000,00	24.000,00
2019NE03564	05/11/2019	15741481001630	BRASLIA VARGENS F. TURISMO LTDA	3.830,00	0,00	0,00	3.830,00	3.830,00	3.830,00
2019NE03565	05/11/2019	15741481001630	BRASLIA VARGENS F. TURISMO LTDA	15.600,00	0,00	0,00	15.600,00	15.600,00	15.600,00
2019NE03566	05/11/2019	15741481001630	BRASLIA VARGENS F. TURISMO LTDA	23.640,00	0,00	0,00	23.640,00	23.640,00	23.640,00
2019NE03567	05/11/2019	15741481001630	BRASLIA VARGENS F. TURISMO LTDA	54.440,00	0,00	0,00	54.440,00	54.440,00	54.440,00

Figura 21 – Fonte: Equipe de Auditoria²³.

http://transparencia.alepa.pa.gov.br/despesa1.php

ALPEA - Assembleia Legisla... Assembleia Legislativa do Pará...

2019NE03572	05/11/2019	2820202020	HELOISA MARIA VELO E SILVA RIBEIRAS	2.822,21	0,00	0,00	2.822,21	2.822,21	2.822,21
2019NE03580	09/11/2019	2887187000101	RAFAEL JOSE MACHADO DE MOURA VASCONCELOS	1.055,00	1.055,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2019NE03588	09/11/2019	4001022225	EVERTON RICARDO RAO LOPEZ	970,71	0,00	0,00	970,71	970,71	970,71
2019NE03591	09/11/2019	00866050901	EMERSON MACHADO VASCONCELOS	4.900,00	0,00	0,00	4.900,00	4.900,00	4.900,00
2019NE03592	05/11/2019	2600072245	ANTONIO AGOSTINHO DEBORGES DA SILVA	970,71	0,00	0,00	970,71	970,71	970,71
2019NE03594	06/11/2019	4000042201	FABIO CASPARI DA COSTA PEREIRA	970,71	0,00	0,00	970,71	970,71	970,71
2019NE03595	06/11/2019	9404920208	ESPINOZA VALER MACHADO FERREIRO	970,71	0,00	0,00	970,71	970,71	970,71
2019NE03596	06/11/2019	0132511244	JOSE DE LIMA ALVES	970,71	0,00	0,00	970,71	970,71	970,71
2019NE03598	09/11/2019	3000202824	ANTONIO HAZARENO MIRANDA DE SA	970,71	0,00	0,00	970,71	970,71	970,71
2019NE03599	09/11/2019	0211309272	ERIPY CARVALHO PEREIRA	970,71	0,00	0,00	970,71	970,71	970,71
2019NE03600	09/11/2019	0057055231	MENY DA SILVA CAHOSO	970,71	0,00	0,00	970,71	970,71	970,71
2019NE03601	09/11/2019	1338062206	ALICE JOSE DE AGUIAR SANT'ANNA	1.846,15	0,00	0,00	1.846,15	1.846,15	1.846,15
2019NE03604	09/11/2019	0275614222	ANTONIO JOSE CASIMIRO DA COSTA	970,71	0,00	0,00	970,71	970,71	970,71
2019NE03606	09/11/2019	0514203272	OCIR FORTES FERREIRA	970,71	0,00	0,00	970,71	970,71	970,71
2019NE03608	05/11/2019	0295202014	ELVINDA FURTADO FARIAS	5.064,45	0,00	0,00	5.064,45	5.064,45	5.064,45
2019NE03611	05/11/2019	1188441172	SERGIO RAMONDES FARIAS FERREIRO	970,71	0,00	0,00	970,71	970,71	970,71
2019NE03612	05/11/2019	1212042206	AFACIO RIZAZPE COSTA CHAGAS	970,71	0,00	0,00	970,71	970,71	970,71
2019NE03613	05/11/2019	3007042006	SORAIA MARIA SILVA DA SILVA	970,71	0,00	0,00	970,71	970,71	970,71
2019NE03614	05/11/2019	2162029314	ELISABETH JOSE GONCALVES BUNDESA	970,71	0,00	0,00	970,71	970,71	970,71
2019NE03615	09/11/2019	1900705272	RAFAEL MONTEIRO DE OLIVEIRA	970,71	0,00	0,00	970,71	970,71	970,71
2019NE03616	09/11/2019	0807180272	RENATA SOARES RAMOS DA SILVA	970,71	0,00	0,00	970,71	970,71	970,71
2019NE03617	09/11/2019	0306122272	FRANCISCA FERREIRA MOREIRA SANT'ANNA	2.064,45	0,00	0,00	2.064,45	2.064,45	2.064,45
2019NE03618	09/11/2019	2803740254	ANTONIO DE MACHADO FERREIRO DA COSTA	970,71	0,00	0,00	970,71	970,71	970,71
2019NE03619	09/11/2019	5220182006	KEISY FARIAS MOURAS	970,71	0,00	0,00	970,71	970,71	970,71
2019NE03620	05/11/2019	0540244206	RAMON JOSE FERREIRA DOS SANTOS	3.378,30	0,00	0,00	3.378,30	3.378,30	3.378,30
Total				690.435,83	0,00	0,00	690.435,83	690.435,83	690.435,83

Figura 22 – Fonte: Equipe de Auditoria²⁴.

²³ Disponível em: < <http://transparencia.alepa.pa.gov.br/despesa1.php>>. Acesso: 04fev2020.

²⁴ Disponível em: < <http://transparencia.alepa.pa.gov.br/despesa1.php>>. Acesso: 04fev2020.

Assim, no exemplo acima, para o usuário obter a informação relativa à contratação por tempo determinado terá, necessariamente, que detalhar cada uma das linhas geradas no relatório, considerando-se que também não é possível a geração de relatórios consolidados nos formatos pdf, txt, xls, csv, entre outros, o que limita o acesso aos dados requeridos.

Já no novo portal, essas informações revelam-se ainda mais restritas, visto que o rol dos elementos de despesas disponíveis, na aba *Despesas*, opção *Despesas Diversas*, estão limitados aos destacados na figura a seguir:

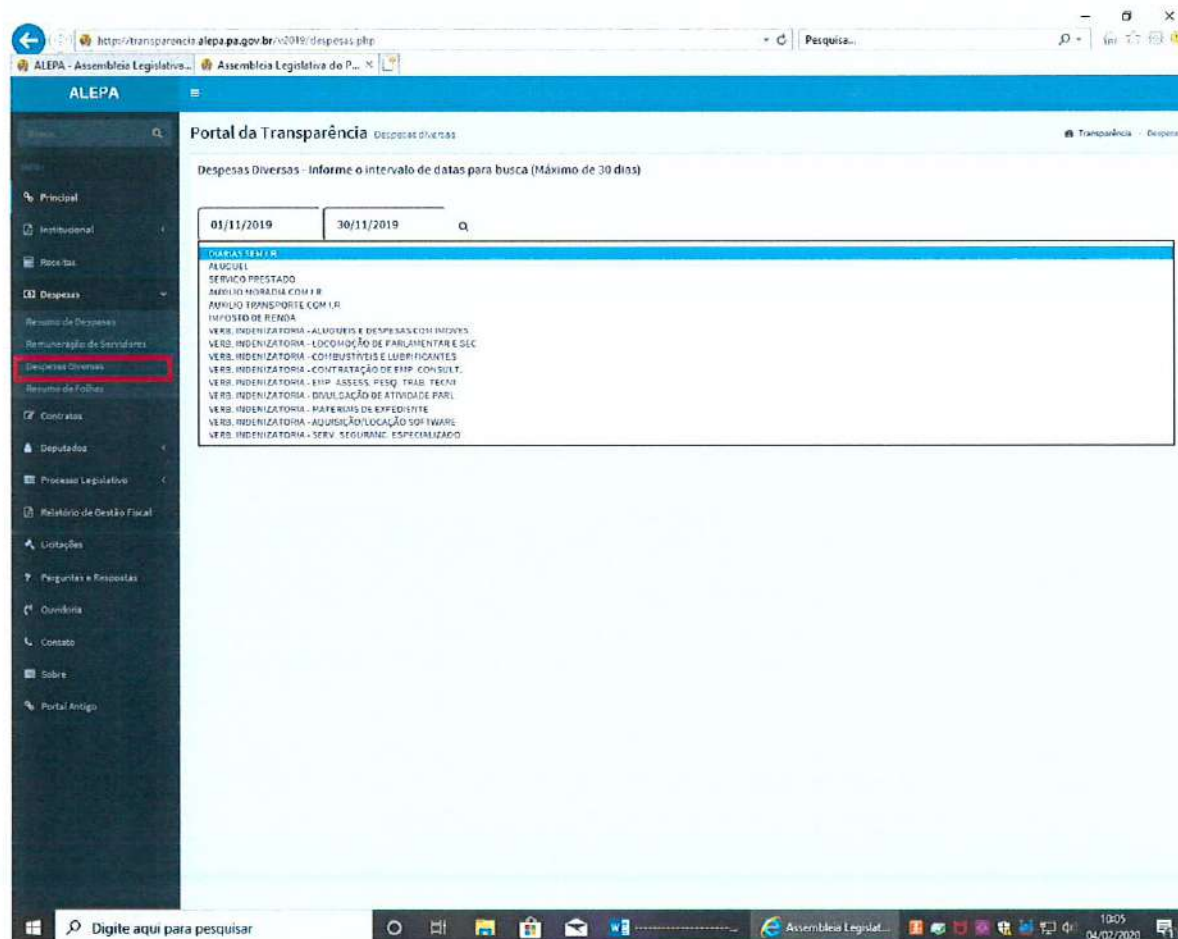


Figura 23 – Fonte: Equipe de Auditoria²⁵.

Ressalte-se que as nomenclaturas especificadas foram adaptadas pelo órgão, visto que não retratam, na íntegra, a classificação contida na Portaria Interministerial nº 163, de 4 de maio de 2001²⁶, a qual deve nortear a execução orçamentária dos entes federativos. Ademais, na relação supra especificada, não é possível identificar os estágios da despesa, número de processo,

²⁵ Disponível em: < <http://transparencia.alepa.pa.gov.br/despesa1.php>>. Acesso: 04fev2020.

²⁶ Dispõe sobre normas gerais de consolidação das Contas Públicas no âmbito da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, e dá outras providências.

no caso de aquisição de bens ou contratação de serviços, dados do prestador/fornecedor, entre outros exigidos no Decreto nº 7.185/2010.

Em relação ao detalhamento do item “diárias sem IR”, período 01/11/2019 a 30/11/2019, a informação apresentada encontra-se incompleta, haja vista constar dados referentes somente à data, nome, valor e CPF do beneficiário. Nesse sentido, entende-se por necessária a disponibilização de informações acerca das despesas com diárias e passagens a servidores ou colaboradores eventuais, no interesse da administração, tais como: órgão superior, órgão subordinado ou entidade vinculada, unidade gestora, cargo do servidor, origem e destino de todos os trechos das viagens, período e motivo das viagens, meio de transporte, categoria e valor da passagem, número de diárias e número do empenho.

Ressalta-se que no quadro referente ao item “diárias sem IR”, constante no novo Portal da Transparência, a coluna denominada empenho, apresenta-se em branco, estando omitidas as informações correspondentes, conforme observa-se na figura abaixo:

The screenshot shows the 'Portal da Transparência' interface for 'Despesa: DIÁRIAS SEM IR' for the period 01/11/2019 to 30/11/2019. The table lists various expenses with columns for DATA, NOME, VALOR, EMpenho, and CPF. The 'EMpenho' column is highlighted with a red box and is empty for all entries.

DATA	NOME	VALOR	EMpenho	CPF
04/11/2019	EUEL PEREIRA FAUSTINO FILHO	R\$ 1.648,36		164.***.***
07/11/2019	FELIPE SILVA BRUCKNER	R\$ 617,21		726.***.***
09/11/2019	ISORIVIAN DER CENHENO NORMANDO	R\$ 4.220,28		548.***.***
04/11/2019	JAQUES DA SILVA NEVES	R\$ 3.376,32		365.***.***
04/11/2019	FABIO SOUSA DE FREITAS	R\$ 1.688,36		310.***.***
04/11/2019	PATRICK DA SILVA SILVEIRA	R\$ 647,24		017.***.***
04/11/2019	BRENO RODR FERREIRA BARBOSA NETO	R\$ 647,34		004.***.***
04/11/2019	AUGUSTO JOSE ALENCAR GAMBIA	R\$ 970,71		028.***.***
04/11/2019	ERALDO SORGE SEBASTIAO PIMENTA	R\$ 3.376,30		278.***.***
04/11/2019	DIVANDA FURTADO FARO	R\$ 5.064,48		439.***.***
04/11/2019	CLENE LISBDA COUTO MARQUES	R\$ 3.064,43		395.***.***
04/11/2019	DIRECU TEN CATEM PIES	R\$ 3.376,32		968.***.***
04/11/2019	ERALDO SORGE SEBASTIAO PIMENTA	R\$ 5.064,48		278.***.***
04/11/2019	EUEL PEREIRA FAUSTINO FILHO	R\$ 4.220,40		184.***.***
04/11/2019	JAQUES DA SILVA NEVES	R\$ 3.376,30		368.***.***
04/11/2019	JAQUES DA SILVA NEVES	R\$ 3.376,30		368.***.***
04/11/2019	DARLEU ZACARIAS CALDAS DE MORAES	R\$ 1.688,36		609.***.***
04/11/2019	ANGELO AUGUSTO DE OLIVEIRA FERRARI	R\$ 3.064,43		282.***.***
04/11/2019	ANGELO AUGUSTO DE OLIVEIRA FERRARI	R\$ 1.688,36		382.***.***
04/11/2019	RENILCE PINHEIRO DA SILVA	R\$ 1.942,42		726.***.***
04/11/2019	RENILCE CONCEIÇÃO E S/NICO DENNIS LOBO	R\$ 1.688,35		637.***.***
04/11/2019	ERALDO SORGE SEBASTIAO PIMENTA	R\$ 1.688,35		278.***.***
04/11/2019	ERALDO SORGE SEBASTIAO PIMENTA	R\$ 2.532,24		278.***.***
04/11/2019	ALESSANDRA LIMA LIMA DOS SANTOS	R\$ 1.291,28		312.***.***
04/11/2019	OSORIO ADOIRFO GÓES HUNES DE SOUSA	R\$ 4.220,40		248.***.***

Figura 24 – Fonte: Equipe de Auditoria²⁷.

²⁷ Disponível em: <http://transparencia.alepa.pa.gov.br/v2019/detalhe_despesa.php>. Acesso: 04fev2020.

Os itens da relação aluguel, serviço prestado, auxílio moradia com IR, auxílio transporte com IR e Imposto de Renda aparecem em branco.

Portal da Transparência - Detalhamento de Despesas

DESPESA ALUGUEL
vvaafom: 04/03/2019 a 30/11/2019

DATA	NOME	VALOR	EMPENHO	CPF
	Registros:			
	Retornar			

DETOTAL: R\$ 0,00

Figura 25 – Fonte: Equipe de Auditoria²⁸.

Para as despesas com verbas indenizatórias – alugueis e despesas com imóveis, as informações são apresentadas de forma incompleta, pois a coluna que deveria informar o número do empenho correspondente também encontra-se em branco.

²⁸ Disponível em: < http://transparencia.alepa.pa.gov.br/v2019/detalhe_despesa.php>. Acesso: 04 fev 2020.

DATA	NOME	VALOR	EMPENHO	CPF
01/11/2019	ANA MARIA DO SOCORRO MAGNO CUNHA	R\$ 117,33		287.***.***-*
01/11/2019	ANA MARIA DO SOCORRO MAGNO CUNHA	R\$ 113,71		237.***.***-*
01/11/2019	ANA MARIA DO SOCORRO MAGNO CUNHA	R\$ 510,00		237.***.***-*
01/11/2019	ANTONIO CARLOS CUNHA SA	R\$ 5.500,00		645.***.***-*
01/11/2019	ANTONIO CARLOS CUNHA SA	R\$ 150,00		645.***.***-*
01/11/2019	ANTONIO CARLOS CUNHA SA	R\$ 605,85		645.***.***-*
01/11/2019	ANTONIO GOMES DE LIMA	R\$ 2.000,00		372.***.***-*
01/11/2019	ANTONIO GOMES DE LIMA	R\$ 1.800,00		372.***.***-*
04/11/2019	FABIO SOUSA DE FREITAS	R\$ 102,00		320.***.***-*
04/11/2019	FABIO SOUSA DE FREITAS	R\$ 6.300,00		320.***.***-*
04/11/2019	GUILIEM ZACARIAS CALDAS DE MORAES	R\$ 6.000,00		639.***.***-*
04/11/2019	MARIA RAFAELSE BRASILE DIAS PINHEIRO	R\$ 3.000,00		503.***.***-*
04/11/2019	MARINOR JORGE BRITO	R\$ 2.500,00		116.***.***-*
04/11/2019	MARINOR JORGE BRITO	R\$ 142,93		116.***.***-*
04/11/2019	MARINOR JORGE BRITO	R\$ 28,50		116.***.***-*
04/11/2019	MARTINHO ARNALDO CAMPOS CARMONA	R\$ 389,21		081.***.***-*
04/11/2019	MARTINHO ARNALDO CAMPOS CARMONA	R\$ 370,00		081.***.***-*
04/11/2019	WANDERLAN AUGUSTO BRANCO QUARESIMA	R\$ 2.500,00		381.***.***-*
16/11/2019	THIAGO ARAUJO	R\$ 2.363,00		602.***.***-*

Registros: 19

TOTAL: R\$ 24.405,16

Figura 26 – Fonte: Equipe de Auditoria²⁹.

Por fim, destaca-se que não foram localizadas informações acerca de repasses ou transferência de recursos financeiros efetuados pela Alepa no período sob análise.

No que tange ao detalhamento da folha de pagamento, na opção *Remuneração de Servidores*, do novo Portal da Transparência do órgão, é possível filtrar as informações por mês de referência e nome do servidor. Em pesquisa realizada no dia 29/01/2020, verificou-se que os dados se encontram incompletos. Embora sejam disponibilizados a matrícula, nome completo, cargo, remuneração bruta, descontos e valor líquido pertinente, não se especifica a composição remuneratória, com a indicação do valor correspondente ao vencimento de cada cargo e discriminação de parcelas referentes a vantagens pecuniárias (eventuais ou permanentes), conforme se observa, a seguir, em tela capturada:

²⁹ Disponível em: < <http://transparencia.alepa.pa.gov.br/despesa1.php>>. Acesso: 04 fev 2020.

Matricula	Nome	Cargo	Remuneração	Descontos	Valor Líquido
24201	Abdias maria da silva de andrade	Secretario parlamentar n. 04	R\$ 8.843,00	R\$ 124,75	R\$ 8.718,25
00229	Abelc maria fevicio assumpcao	Ast.serv.legislati.plal-102 *	R\$ 51.374,75	R\$ 29.349,90	R\$ 22.024,85
00301	Aneia maria feitoso ribeiro	Anal.leg.doc.plenar.plal-075	R\$ 51.677,07	R\$ 4.537,24	R\$ 47.139,83
00230	Ana maria da luz prestes	Tecnico legislativo-plal-102	R\$ 32.247,31	R\$ 18.133,06	R\$ 14.114,25
23914	Ana maria da silva ferro	Secretario parlamentar n. 15	R\$ 8.217,40	R\$ 25,49	R\$ 8.191,91
12518	Ana maria da silva sonhos	Secretario parlamentar n. 09	R\$ 7.845,96	R\$ 945,16	R\$ 6.900,80
00939	Ana maria de oliveira maia	Agente serv.gerais.pl.a0-011 *	R\$ 6.761,19	R\$ 2.385,47	R\$ 4.375,72
81169	Ana maria do socorro magno cunha	Deputado estadual	R\$ 25.222,20	R\$ 12.777,38	R\$ 12.444,82
00541	Ana maria freitas lima	Agente serv.gerais.pl.a0-011	R\$ 9.273,34	R\$ 5.139,24	R\$ 4.134,10
00538	Ana maria gonalves maritva	Anal.leg.ast.leg.-plal-070 *	R\$ 34.148,96	R\$ 1.617,96	R\$ 32.530,99
24992	Ana maria lima de sousa	Secretario parlamentar n. 03	R\$ 916,46	R\$ 79,41	R\$ 837,05
00480	Ana maria santos dos santos	Ast.adm.legisl,"a" plal-102 *	R\$ 16.297,20	R\$ 5.042,24	R\$ 11.254,96
24464	Ana maria vieira da silva	Secretario parlamentar n. 01	R\$ 916,46	R\$ 79,41	R\$ 837,05
22733	Andreza maria dos santos guimaraes	Secretario parlamentar n. 08	R\$ 949,46	R\$ 102,26	R\$ 847,20
13262	Angela maria de almeida campos	Secretario parlamentar n. 12	R\$ 5.333,30	R\$ 816,19	R\$ 4.517,11
00429	Angela maria santos chagas	Anal.leg.ast.leg.-plal-070	R\$ 13.373,31	R\$ 7.026,51	R\$ 6.346,80
19077	Antonia maria dos santos moraes	Secretario parlamentar n. 06	R\$ 1.023,87	R\$ 123,89	R\$ 900,00
24986	Antonia maria eloi resende da gama	Secretario parlamentar n. 04	R\$ 5.709,45	R\$ 154,20	R\$ 5.555,25
17021	Antonia maria holanda cardoso	Secretario parlamentar n. 04	R\$ 7.843,06	R\$ 155,23	R\$ 7.687,83

Figura 27 – Fonte: Equipe de Auditoria³⁰.

Ao clicar no nome do servidor para detalhamento, constata-se a existência de campo referente a informações complementares, tais como: Férias, 13º Salário e Redutor Constitucional, contudo permanece a ausência de discriminação das parcelas remuneratórias, conforme tela capturada, a seguir:

³⁰ Disponível em: < http://transparencia.alepa.pa.gov.br/v2019/folha_servidores.php>. Acesso: 30jan2020.

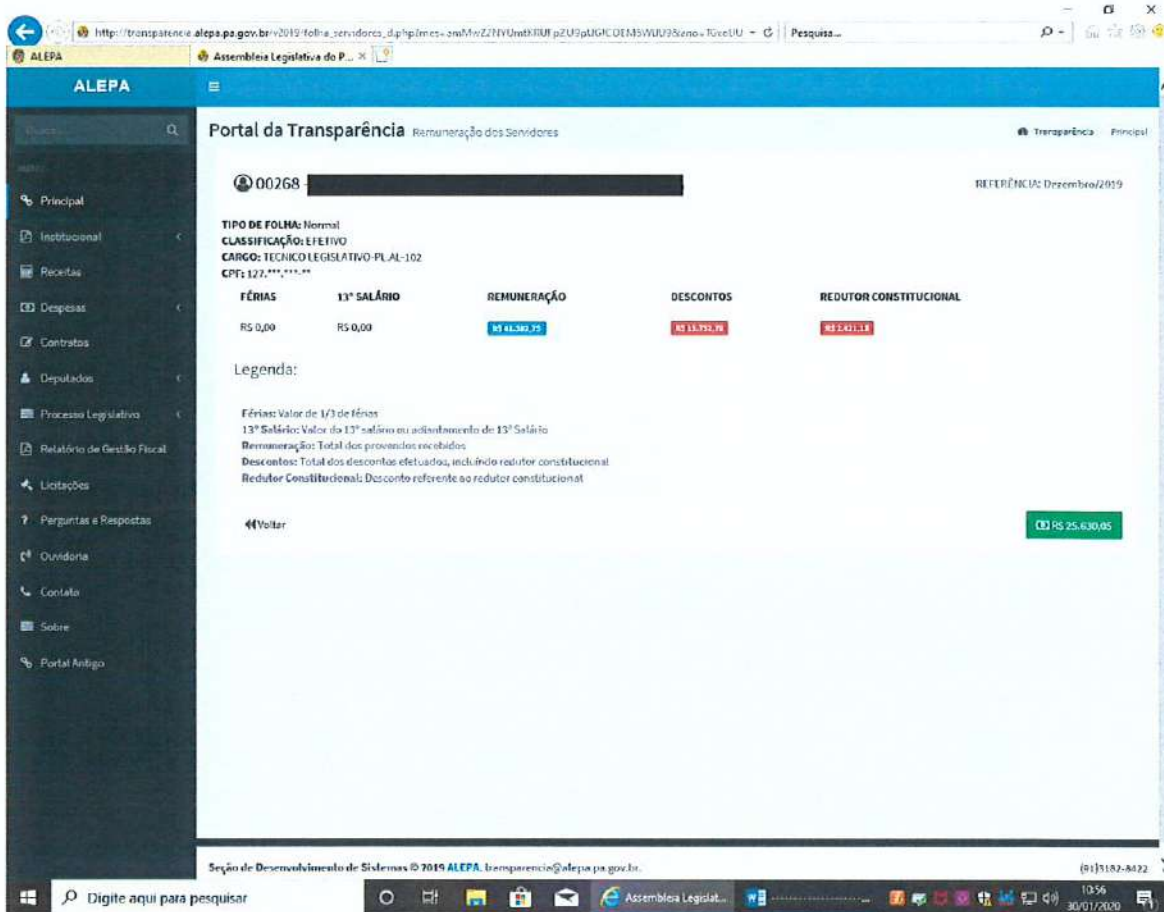


Figura 28 – Fonte: Equipe de Auditoria³¹.

3.5 Licitação e Contratos (Art. 8º, § 1º, IV, da LAI)

Na aba *Licitações*, do novo portal de transparência do órgão, é possível filtrar as informações por data (estando disponíveis informações compreendidas no período de 2014 a 2020), bem como por modalidade de licitação (havendo oito opções: chamamento público, concorrência, convite, dispensa, inexigibilidade, pregão eletrônico, pregão presencial e tomada de preços).

Em pesquisa realizada em 21/01/2020, contemplando-se todos os certames licitatórios processados no ano de 2019, foram identificados 48 (quarenta e oito) procedimentos licitatórios diversos, tendo sido selecionados três deles para averiguação mais detalhada: o *Pregão Eletrônico nº 001/2019* (revogado), o *Pregão Presencial nº 002/2019* (em andamento) e a

³¹ Disponível em:

<http://transparencia.alepa.pa.gov.br/v2019/folha_servidores_d.php?mes=amMwZ2NYUmtKRUFpZU9pUGJCOEM5WUU9&ano=1GxoUUQzdmN3ODV0WF1vVF1mSXRCs3c9&mat=aFFGbEtBemRqQVdXMIdejkxZG1LSIE9&tipo=UjQzNmZkYnBmN1VTVm9qSmZ6WnlETDQ9>. Acesso: 30jan2020.

Inexigibilidade nº 009/2019 (finalizada).

Ao detalhar o *Pregão Eletrônico nº 001/2019*, foi possível constatar que o órgão auditado disponibilizou o edital de abertura digitalizado em formato “pdf” e também, no campo “extrato”, a publicação nº 414268, do D.O.E./PA, de 15/03/2019, referente à anulação do certame, conforme tela capturada, a seguir:

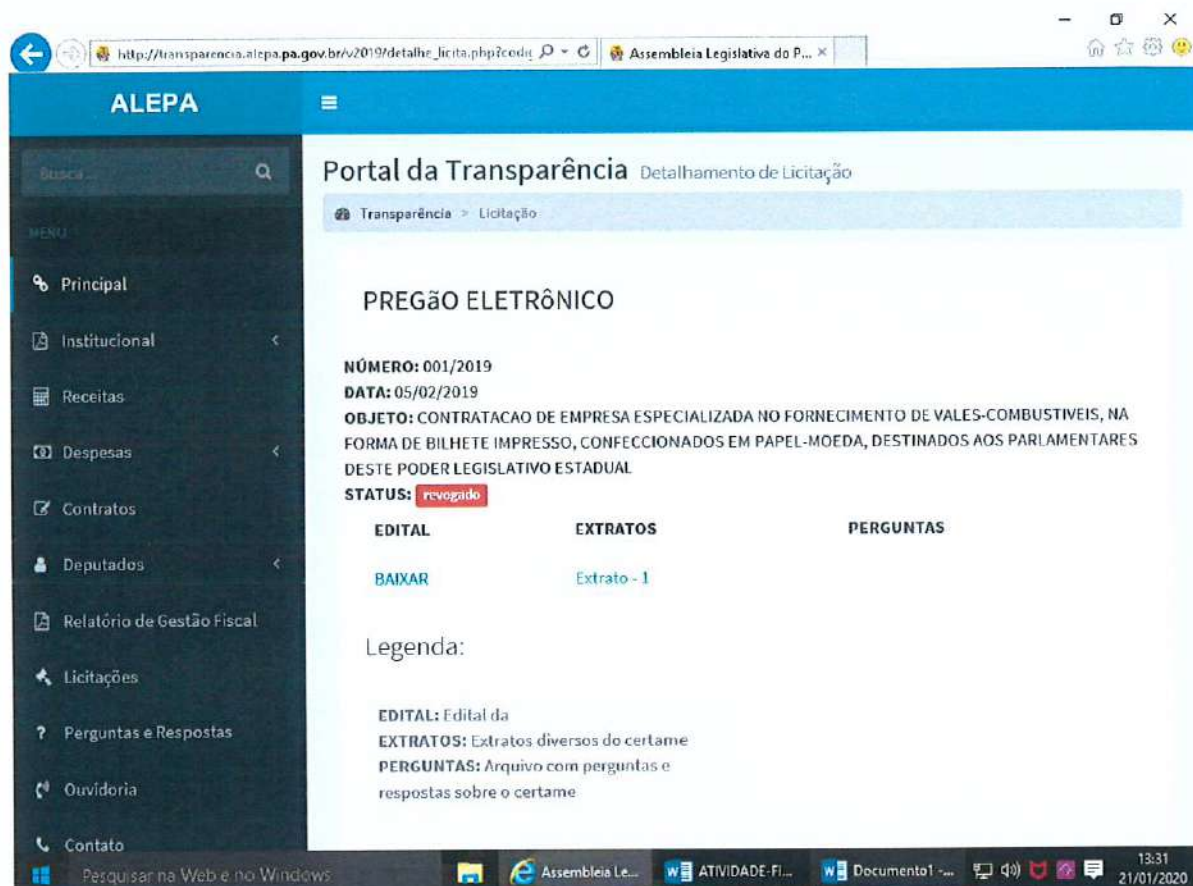


Figura 29 – Fonte: Equipe de Auditoria³².

Já com o detalhamento do *Pregão Presencial nº 002/2019*, verificou-se a disponibilização do edital do certame, o qual previa o dia 23/12/2019 como data para abertura das propostas, não havendo, no portal, outras informações de interesse público, tais como os atos administrativos subsequentes, as empresas interessadas, a efetiva finalização ou não do certame, dentre outras, conforme tela a seguir:

³² Disponível em: < http://transparencia.alepa.pa.gov.br/v2019/detalhe_licita.php?codigo=ZV15TGU3STIZeUMweG5VWldMOVRtS2M9>. Acesso: 21jan2020.

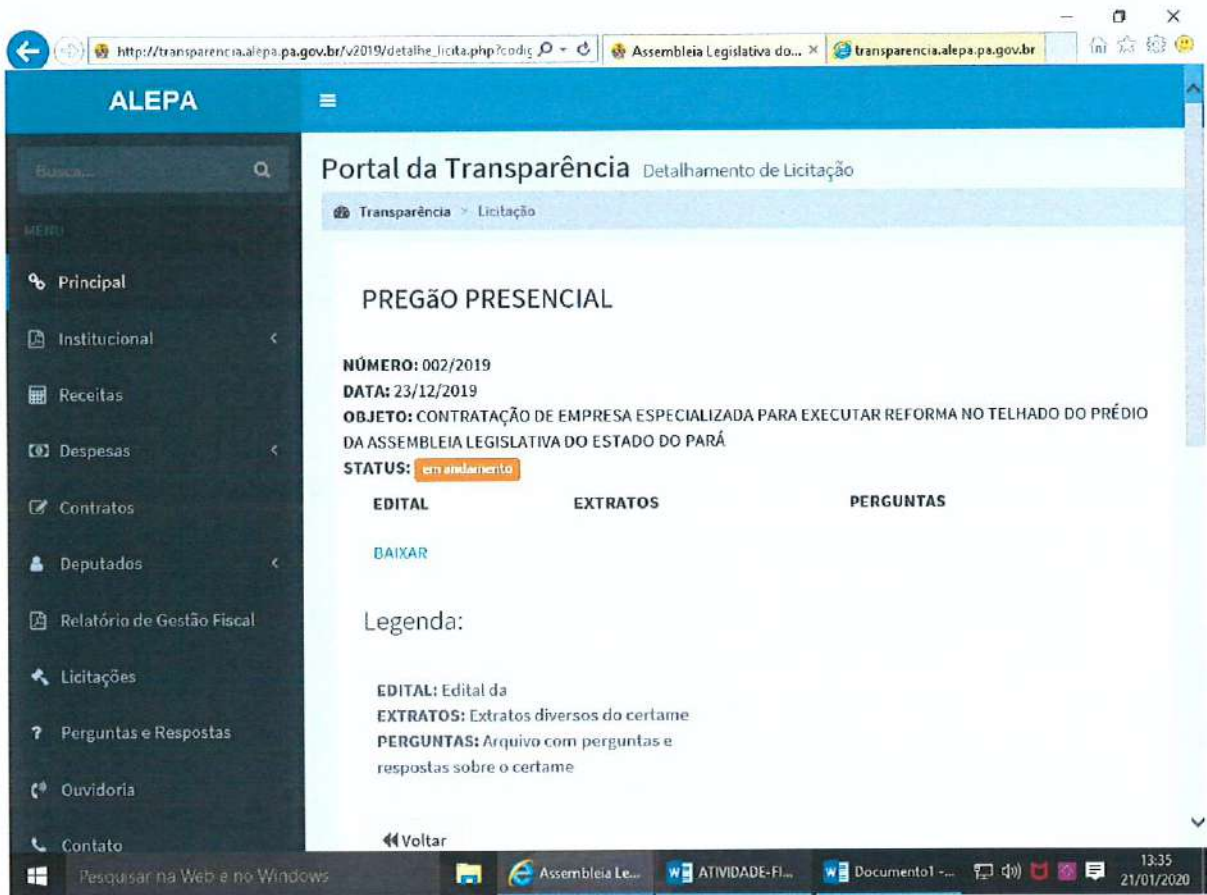


Figura 30 – Fonte: Equipe de Auditoria³³.

Por sua vez, a Inexigibilidade nº 03/2019, ao ser detalhada, é acompanhada de cópia digitalizada do contrato firmado com a empresa contratada, não constando, por exemplo os motivos que ensejaram a referida contratação direta:

³³ Disponível em: <http://transparencia.alepa.pa.gov.br/v2019/detalhe_licita.php?codigo=YjJyeG9uSDFqOUoyOVpKQ0FHamlqQWs9>. Acesso: 21jan2020.

The screenshot shows a web browser window displaying the 'Portal da Transparência' for 'Contratos'. The page title is 'Portal da Transparência Contratos'. The breadcrumb trail is 'Transparência > Contratos'. The main content area displays the following information:

- NÚMERO:** 8/2019
- EMPRESA:** BWB NEGÓCIOS PUBLICITÁRIOS LTDA
- OBJETO:** CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NO FORNECIMENTO ANUAL DE ASSINATURAS DO JORNAL O DIÁRIO DO PARÁ
- CONTRATAÇÃO:** INEXIGIBILIDADE. N. 003/2019
- VALOR MENSAL:** R\$ 0,00
- OBSERVAÇÃO:**
- INÍCIO:** 26/05/2019
- TÉRMINO:** 25/05/2020
- CONTRATO:** [DOWNLOAD](#)

Below this information, there is a section for 'Aditivos' with a table header:

TERMO	ADITIVO	INICIO	TÉRMINO	V. MENSAL	V. GLOBAL
					Valor Global R\$ 43.200,30

At the bottom of the page, there is a 'Voltar' button and a green button with the text 'Valor Global R\$ 43.200,30'. The browser's address bar shows the URL: http://transparencia.alepa.pa.gov.br/v2019/detalhe_contrato.php?c. The taskbar at the bottom shows the Windows logo, search bar, and several open applications including 'Assembleia Legislat...' and 'ATIVIDADE-FIM_LI...'. The system clock shows 13:44 on 21/01/2020.

Figura 31 – Fonte: Equipe de Auditoria³⁴.

Entretanto, em nova consulta, realizada em 03/03/2020, verificou-se a atualização da página referente à contratação direta em questão, tendo-se incluído o Termo de Inexigibilidade nº 003/2019, assinado pelo Presidente da Casa Legislativa, com as razões respectivas:

³⁴ Disponível em: <

http://transparencia.alepa.pa.gov.br/v2019/detalhe_licita.php?codigo=OVE3L0FsWGtFSnh5ZTVFVS25YNDU4Q2M9>. Acesso: 21jan2020.

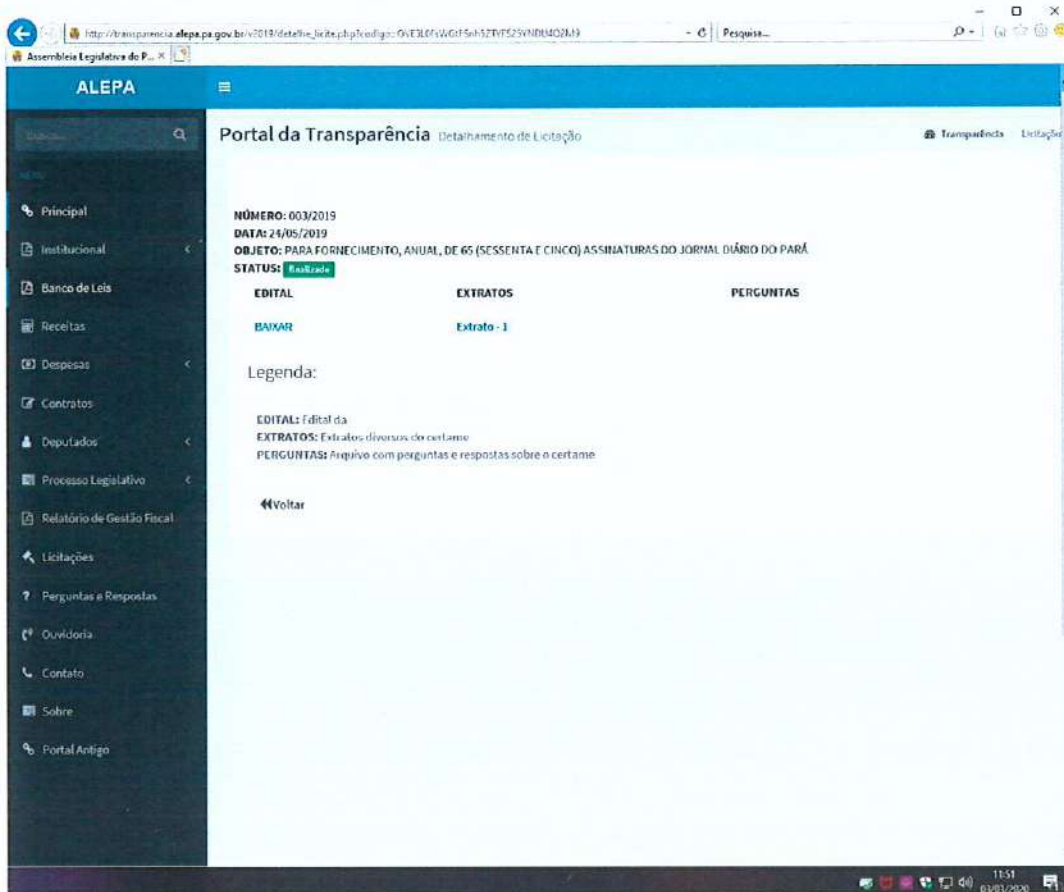


Figura 32 – Fonte: Equipe de Auditoria³⁵.

Já o campo destinado aos contratos administrativos contempla documentos dos anos de 2013 a 2019. Ao analisar a sequência dos contratos pertinentes ao ano de 2019, percebe-se que esta não se encontra completa – estando ausentes, por exemplo, os contratos n^{os} 04/2019 e 35/2019 –, não constando justificativa para tanto, havendo, assim, falha no que tange à disponibilização transparente de informações (art. 6º, I, da LAI):

³⁵ Disponível em: <

http://transparencia.alepa.pa.gov.br/v2019/detalhe_licita.php?codigo=OVE3L0FsWGtFSnh5ZTVFVS25YNDU4Q2M9>. Acesso: 03 mar 2020.

CONTRATO	EMPRESA	OBJETO	CONTRATAÇÃO	
37/2019	M. A. R. BRAGA COMÉRCIO E SERVIÇOS DE ENGENHARIA EIRELI	AQUISIÇÃO EVENTUAL DE EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL (EPI'S), DE ACORDO COM A DEMANDA, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DOS SERVIDORES LOTADOS NA SEÇÃO DE MANUTENÇÃO DE PATRIMÔNIO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARÁ	010 PREGÃO ELETRÔNICO	Detalhamento
36/2019	LOCKDESK LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTOS E SOLUÇÕES EM INFORMÁTICA LTDA	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA, INCLUINDO INSTALAÇÃO E MANUTENÇÃO, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DESTA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA ESTADUAL	014 PREGÃO ELETRÔNICO	Detalhamento
34/2019	BELPARÁ COMERCIAL LTDA - EPP	AQUISIÇÃO E INSTALAÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE ÁUDIO VISUAL PARA A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARÁ	011 PREGÃO ELETRÔNICO	Detalhamento
33/2019	MAXXCARD ADMINISTRADORA DE CARTÕES LTDA	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NO FORNECIMENTO DE VALES-COMBUSTÍVEIS, NA FORMA DE BILHETE IMPRESSO, CONFECCIONADOS EM PAPEL MOEDA	008 PREGÃO ELETRÔNICO	Detalhamento
32/2019	RAFAEL WILLIAM CASTRO DA SILVA 01457083221	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE LAVAGEM A SECO DE 41 (QUARENTA E UMA) POLTRONAS DO PLENÁRIO NEWTON MIRANDA DESTA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARÁ	017 DISPENSA	Detalhamento
31/2019	THOMAZ TORTORETTE FILHO BRINDES ? ME	AQUISIÇÃO DE PIN (BÓTON) EM METAL DOURADO COM A BANDEIRA DO ESTADO DO PARÁ, PARA IDENTIFICAÇÃO DAS SENHORAS E SENHORES DEPUTADOS EM SUAS ATIVIDADES INTERNAS E EXTERNAS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARÁ	016 DISPENSA	Detalhamento

Figura 33 – Fonte: Equipe de Auditoria³⁶.

3.6 Respostas a Perguntas Frequentes (Art. 8º, § 1º, VI, da LAI)

O art. 8º, § 1º, VI, da LAI, assevera que os órgãos públicos devem divulgar, em seus portais virtuais, respostas às perguntas mais frequentes da sociedade. Observa-se que no Novo Portal da Transparência a Alepa incluiu aba específica para o referido fim, conforme imagem a seguir:

³⁶ Disponível em: < <http://transparencia.alepa.pa.gov.br/v2019/contratos.php>>. Acesso: 21jan2020.

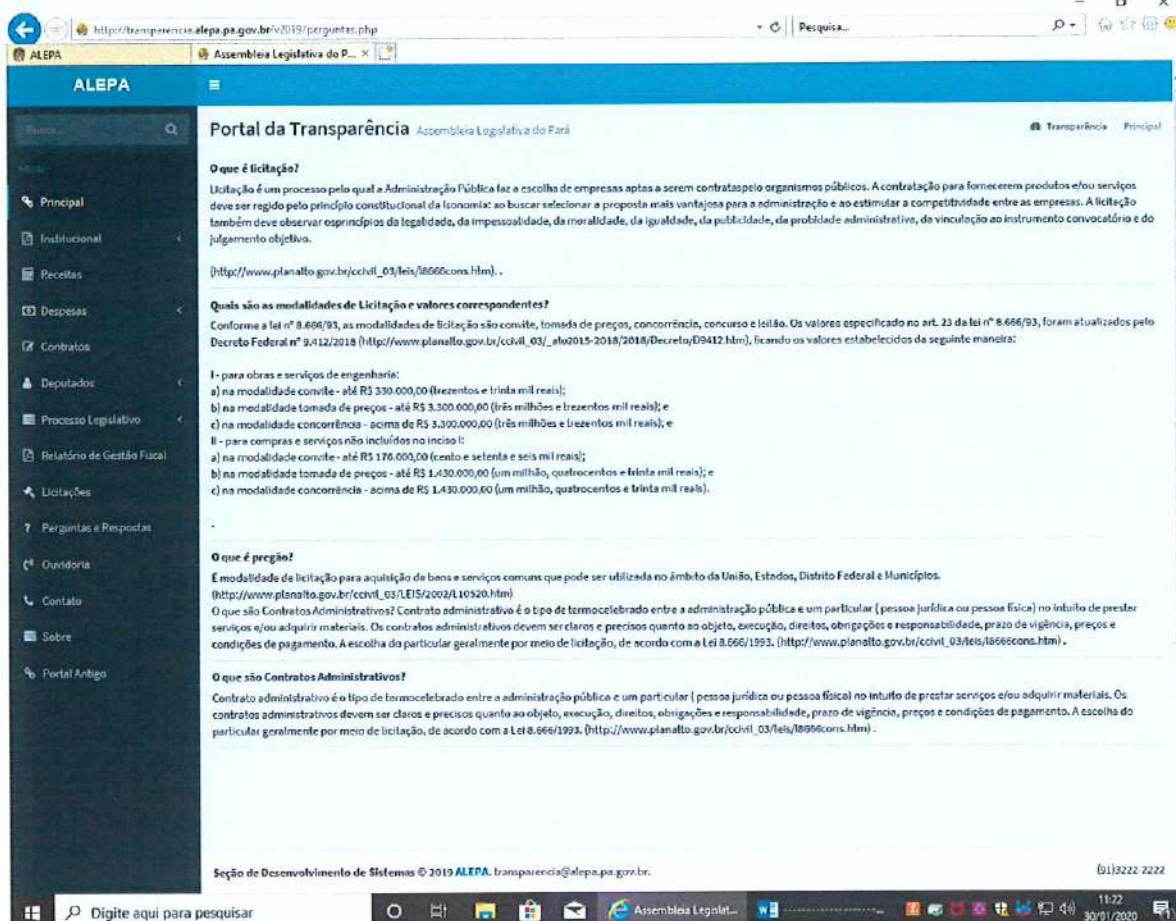


Figura 34 – Fonte: Equipe de Auditoria³⁷.

Entretanto, percebe-se que as perguntas e respostas incluídas limitam-se a alguns tópicos pertinentes a licitações e contratos administrativos, sem que se faça menção a outros itens atinentes à transparência, como por exemplo: processo legislativo, instrumentos de gestão fiscal, a atividade-fim do órgão, etc.

3.7 Atividade-fim do órgão

Dentro do sistema federativo adotado pela Constituição Federal de 1988 (art. 1º), cabe à Assembleia Legislativa do Estado do Pará, como principal encargo institucional, o exercício da função legislativa estadual. Nesse sentido, importante se faz a análise da transparência da Alepa no que tange ao processo legislativo.

Em pesquisa realizada em 16/01/2020, verificou-se que, a página inicial do seu sítio eletrônico oficial da Alepa havia campo denominado “Processo Legislativo”, que contemplava, conforme imagem abaixo, quatro opções, quais sejam: Proposições, Pautas, Resumo do Plenário

³⁷ Disponível em: < <http://transparencia.alepa.pa.gov.br/v2019/perguntas.php>>. Acesso: 21jan2020.

e Banco de Leis.



Figura 35 – Fonte: Equipe de Auditoria³⁸.

Em nova pesquisa, realizada em 03/03/2020, foi realizada atualização do referido campo, adicionando-se, ainda, a opção *O Processo Legislativo*, a qual contempla informativo sobre o fluxo para elaboração de diplomas legais no âmbito estadual:

³⁸ Disponível em: < <https://www.alepa.pa.gov.br/>>. Acesso: 16jan2020.



Figura 36 – Fonte: Equipe de Auditoria³⁹.

As demais opções (Proposições, Pautas, Resumo do Plenário e Banco de Leis) serão analisadas a seguir, individualmente:

3.7.1 Proposições

No ambiente *Proposições* constam informações quanto aos projetos de diplomas legislativos que estão em curso na Alepa, havendo várias indicações de filtro, tais como a modalidade do diploma a ser discutido (decreto legislativo, emenda constitucional, projeto de lei), tipo de autor (deputado, ex-deputado, outros), a data inicial e final de entrada do projeto, assunto ou palavra-chave, dentre outros.

Realizou-se, em 16/01/2020, pesquisa sem filtros específicos, a fim de averiguar, de forma panorâmica, a compatibilidade das informações disponibilizadas com os preceitos estabelecidos na LAI. A pesquisa em questão retornou com 20.539 registros encontrados, o que

³⁹ Disponível em: < <https://alepa.pa.gov.br/processolegislativo.asp/>>. Acesso: 03mar2020.

denota que, no ambiente virtual em questão, há um número significativo de informações incluídas.

Ao ser realizada pesquisa com o filtro “projeto de lei”, foram encontrados 5.707 registros. Ao detalhar um projeto que já teve sua votação concluída (o Projeto de Lei nº 221/2019), atestou-se a existência de informações tais como o tipo de proposição, a data de entrada, o autor, a ementa do projeto, o histórico de tramitação e votações, bem como o número da lei na qual o projeto foi convertido, conforme tela abaixo:

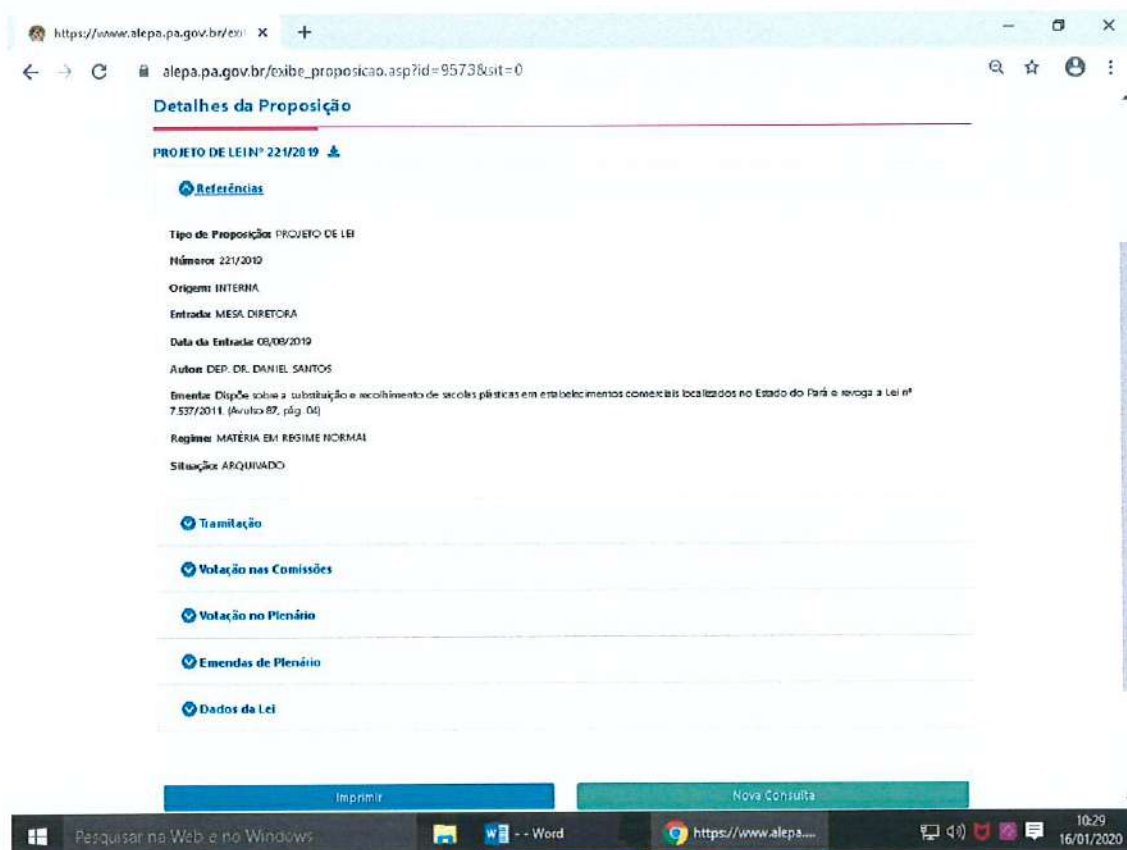


Figura 37 – Fonte: Equipe de Auditoria⁴⁰.

Observa-se, portanto, que há grau satisfatório de transparência, no sítio da Alepa na internet, quanto aos processos legislativos que tramitam na referida Casa Legislativa, no que tange à primariedade, integridade, autenticidade e atualização das informações disponibilizadas (art. 7º, IV, da LAI).

3.7.2 Pautas

Na opção “Pautas”, foi possível verificar relação referente ao período de 2007 e 2019.

⁴⁰ Disponível em: < https://www.alepa.pa.gov.br/exibe_proposicao.asp?id=9573&sit=0>. Acesso: 16jan2020.

Ao detalhar a competência 12/2019, em pesquisa realizada em 16/01/2020, foi possível ter acesso às pautas das reuniões ordinárias realizadas entre 03/12/2019 e 18/12/2019, bem como à da reunião extraordinária ocorrida no dia 23/12/2019, conforme tela a seguir:

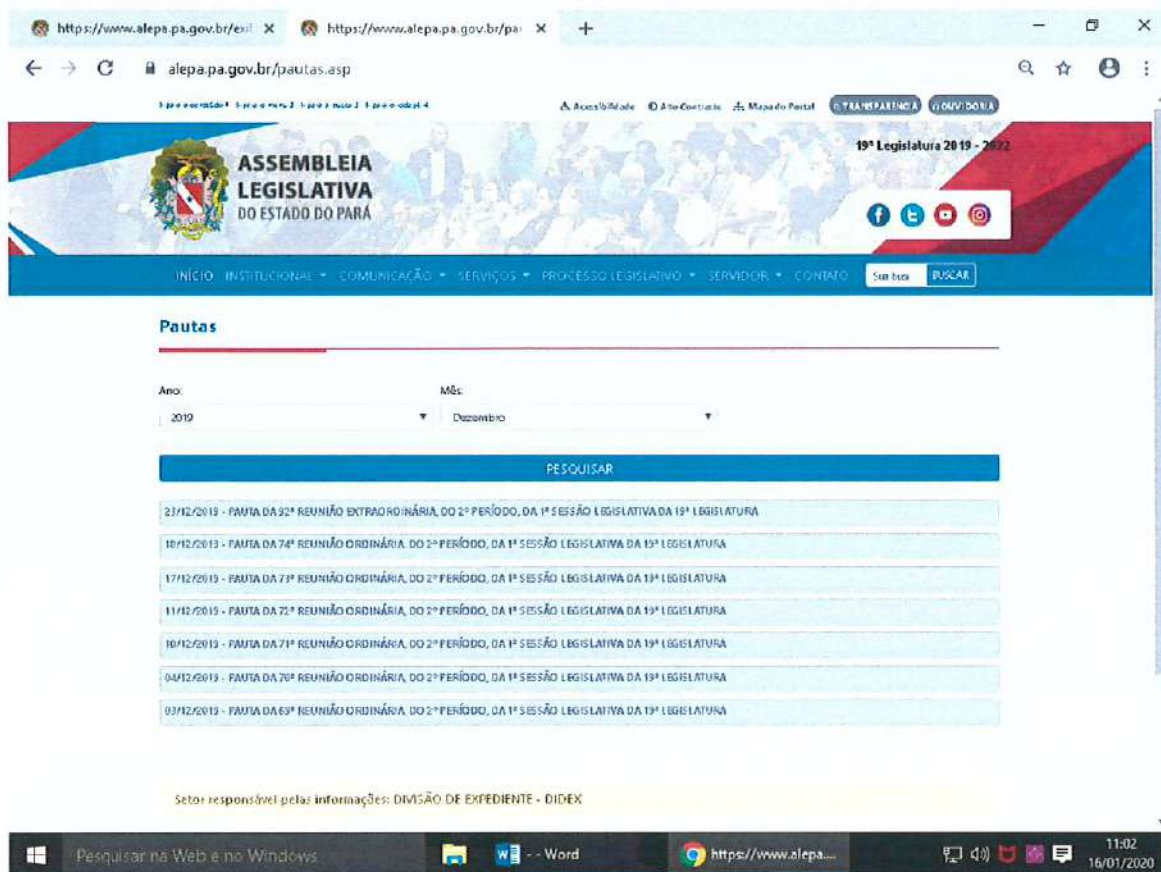


Figura 38 – Fonte: Equipe de Auditoria⁴¹.

Ao detalhar a pauta da reunião extraordinária ocorrida no dia 23/12/2019, foi possível ter acesso a dois grandes grupos de matérias a serem discutidas, quais sejam, *matérias em regime de urgência* e *matéria em regime normal* (fls. 03 e 04).

Portanto, a Alepa disponibiliza ao público em geral informações atinentes às matérias que serão tratadas nas sessões plenárias ordinárias e extraordinárias, atendendo-se ao critério de primariedade das informações disponibilizadas (art. 7º, IV, da LAI).

3.7.3 Resumo do Plenário

Na opção *Resumo do Plenário*, por meio de pesquisa realizada em 16/01/2020, constavam informações relativas apenas às reuniões que ocorreram até o dia 17/12/2019, estando

⁴¹ Disponível em: <<https://www.alepa.pa.gov.br/pautas.asp>>. Acesso: 16jan2020.

pendente a inclusão dos resumos relativos aos dias 18 e 23/12/2019, conforme imagem a seguir:

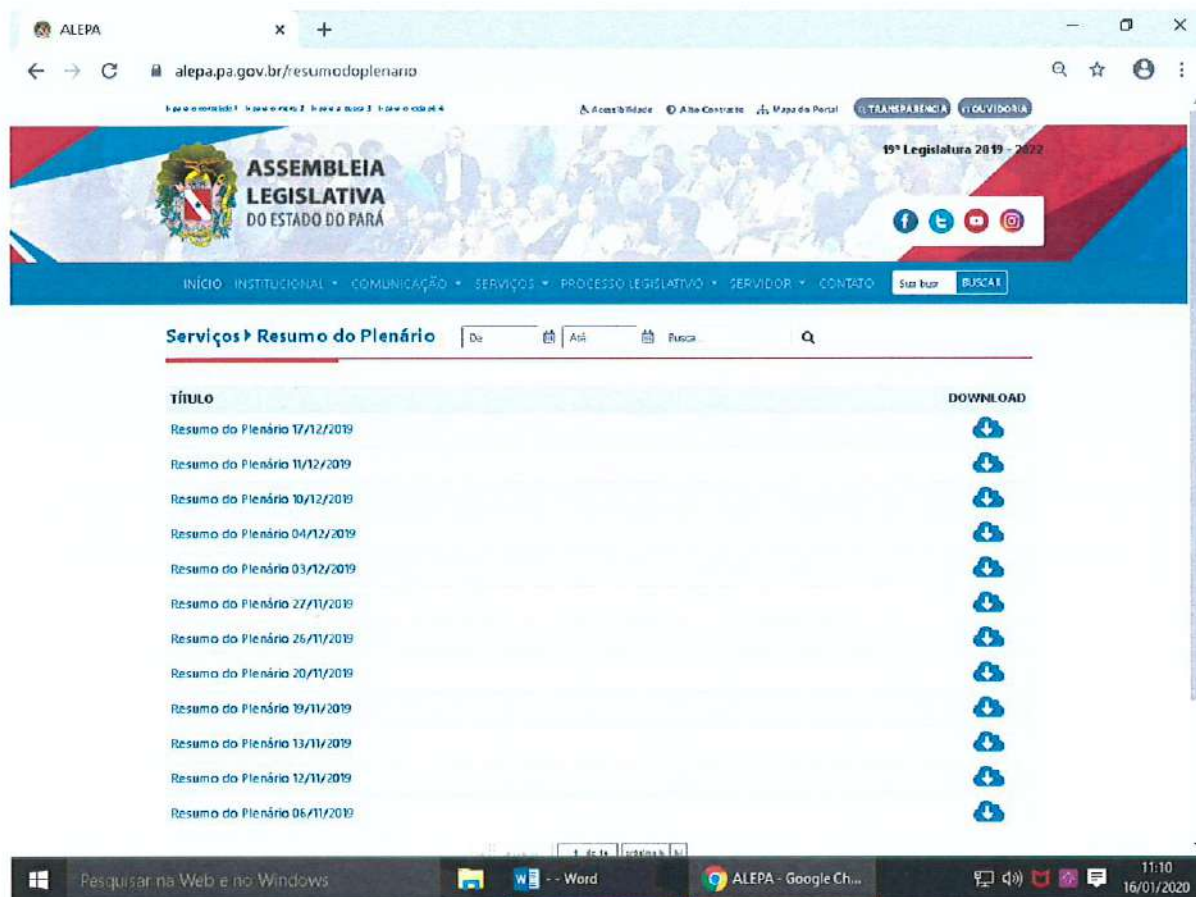


Figura 39 – Fonte: Equipe de Auditoria⁴².

Dessa maneira, há falhas no que tange à disponibilidade (art. 6º, III) e atualização das informações (art. 8º, §3º, VI, da LAI).

Ademais, ao se analisar o conteúdo do Resumo do Plenário atinente à sessão do dia 17/12/2019 (fls.05-07), verificou-se que informações relativas às alterações das Leis Complementares, das Leis Ordinárias e demais projetos em discussão não foram abordados no referido Resumo. O texto em questão resume tão somente as falas dos deputados, mas não são abordados, por exemplo, os projetos que foram efetivamente discutidos, os que foram aprovados ou arquivados, bem como as discussões que giraram em torno de cada tema, conforme se observa no excerto a seguir, colhido do referido resumo:

⁴² Disponível em: < <https://www.alepa.pa.gov.br/resumodoplanario>>. Acesso: 16jan2020.

TERÇA, 17 DE DEZEMBRO DE 2019

RESUMO DO PLENÁRIO PEQUENO EXPEDIENTE

ANGELO FERRARI (PTB) O deputado iniciou falando da mineração Rio do Norte, que atua no município de Oriximiná. Disse que anos atrás, essa mineradora, junto com a prefeitura, fraudou uma concessão de transporte coletivo e falou que os trabalhadores ficaram sem suas horas transporte, assim os prejudicando. Destacou que na época era vereador e travou uma luta contra a mineradora. E falou que agora a mineradora quer mudar o turno de trabalho dos trabalhadores.

As informações ausentes no referido resumo são de interesse público (art. 3º, II, da LAI), pois refletem o resultado da atividade-fim do órgão ao longo de cada sessão legislativa, possibilitando, inclusive, um maior controle por parte da sociedade (art. 3º, V, da LAI). Salienta-se que em consulta realizada no dia 03.03.2020, verificou-se que o conteúdo dos resumos posteriores (de 11/02 a 03/03/2020) seguiram a mesma sistemática apontada, permanecendo exíguos os dados ali contidos.

3.7.4 Banco de Leis

Na opção *Banco de Leis* é possível consultar a coletânea de diplomas legislativos produzidos pela Alepa, utilizando-se como parâmetro o número da lei, o ano da lei, o tipo de documento e palavras-chave.

A fim de atestar a tempestividade na inclusão dos novos diplomas normativos aprovados, realizou-se, em 16/01/2020, pesquisa na qual se constatou que a lei estadual mais recentemente adicionada no referido ambiente foi a Lei nº 8.908/2019, conforme telas a seguir:

Figura 40 – Fonte: Equipe de Auditoria⁴³.

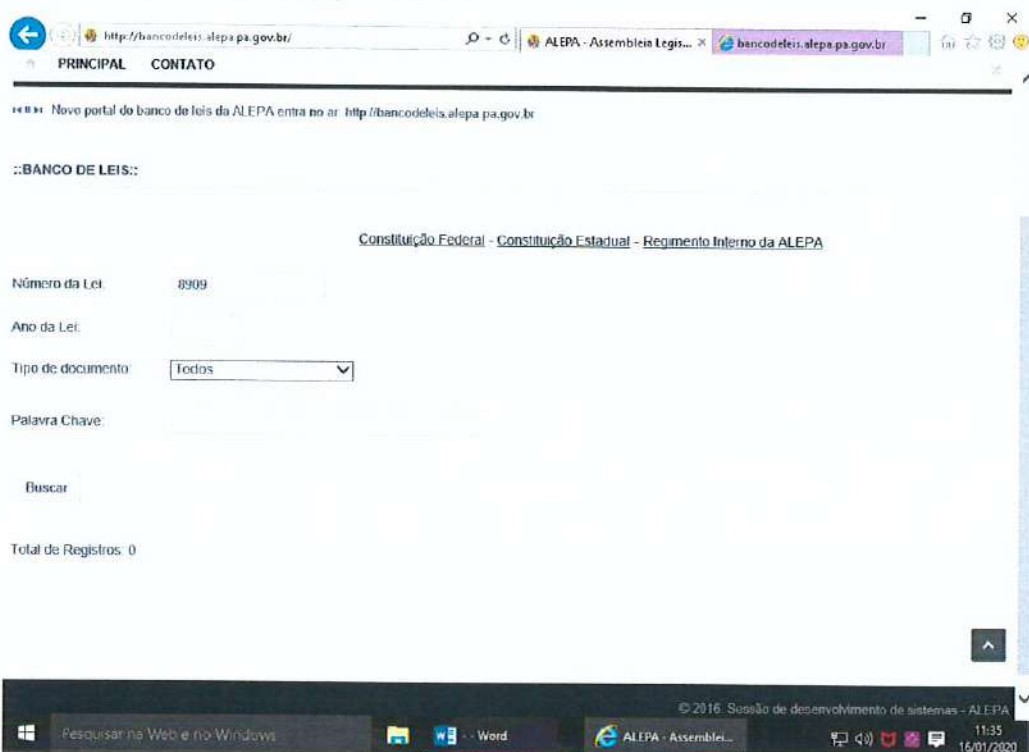


Figura 41 – Fonte: Equipe de Auditoria⁴⁴.

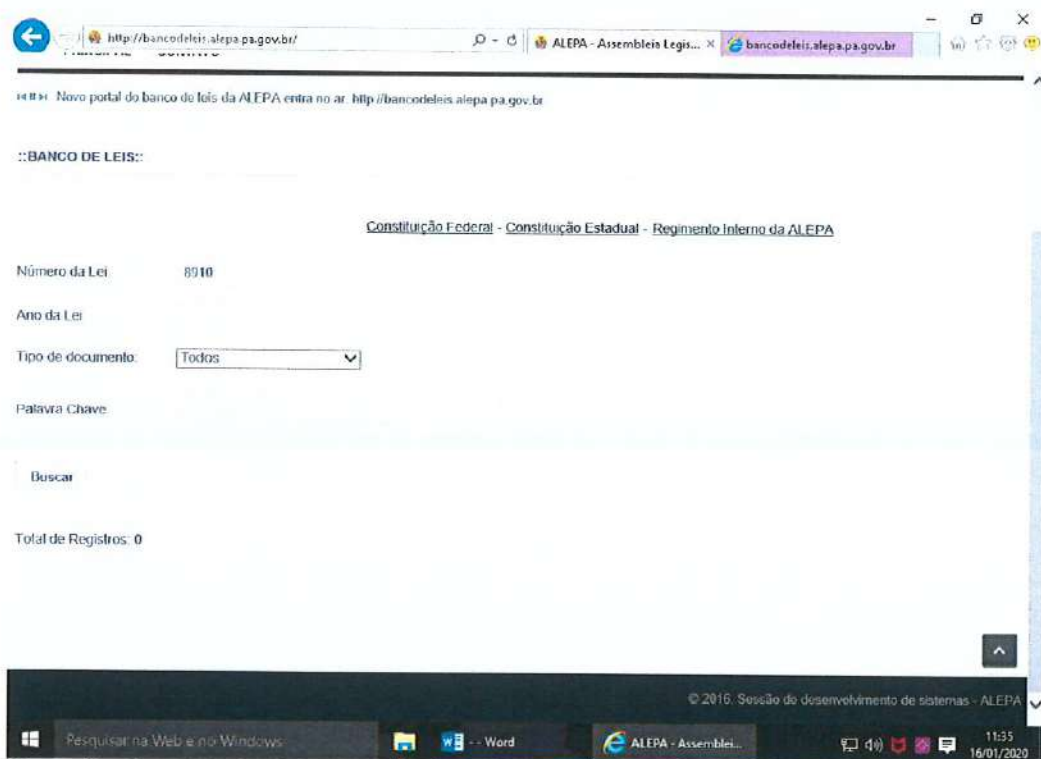


Figura 42 – Fonte: Equipe de Auditoria⁴⁵.

⁴³ Disponível em: <<https://www.alepa.pa.gov.br/bancodeleis.asp>>. Acesso: 16jan2020.

⁴⁴ Disponível em: <<https://www.alepa.pa.gov.br/bancodeleis.asp>>. Acesso: 16jan2020.

⁴⁵ Disponível em: <<https://www.alepa.pa.gov.br/bancodeleis.asp>>. Acesso: 16jan2020.

Em pesquisas realizadas, na mesma data, no D.O.E./PA, verificou-se que a Lei Estadual nº 8.908/2019 foi publicada em 08/11/2019, o que demonstra que as leis publicadas a partir de então ainda não foram disponibilizadas no Portal da Alepa, no campo específico.

A título de exemplo, a Lei nº 8.974/2019 foi publicada no D.O.E./PA em 14/01/2019. Assim sendo, considerando-se que as leis são publicadas em numeração sequencial, conclui-se que estavam pendentes de inclusão, no Banco de Leis da Alepa, até a data da pesquisa realizada, mais de 60 (sessenta) leis ordinárias, comprometendo o acesso dos cidadãos às atualizações legislativas estaduais (art. 8º, §3º, VI, da LAI).

3.7.5 Resultados de Ações de Controle Externo e Interno

O art. 7º, inciso VII, alínea *b*, da LAI, assevera que os órgãos públicos devem disponibilizar, em seus respectivos sítios na *internet*, “resultado de inspeções, auditorias, prestações e tomadas de contas realizadas pelos órgãos de controle interno e externo, incluindo prestações de contas relativas a exercícios anteriores”.

Nesse sentido, embora a Alepa seja o órgão incumbido pela fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial da administração direta e indireta, no âmbito estadual (art. 115, *caput*, da Constituição do Estado), cumprindo-lhe exercer o controle externo com auxílio do TCE/PA (art. 116, *caput*, da Constituição do Estado), as informações exigidas na alínea mencionada não foram localizadas no sítio virtual da Alepa.

3.8 Transparência Passiva e Controle Social

Enquanto a transparência ativa corresponde à divulgação de dados por iniciativa do próprio setor público independentemente de requerimento, a transparência passiva pode ser entendida como a disponibilização de informações públicas em atendimento a demandas específicas de uma pessoa física ou jurídica⁴⁶. Nesse sentido, o art. 9º, da LAI, estabelece:

Art. 9º O acesso a informações públicas será assegurado mediante:
1 - criação de serviço de informações ao cidadão, nos órgãos e entidades do poder público, em local com condições apropriadas para:
a) atender e orientar o público quanto ao acesso a informações;

⁴⁶ Portal de Acesso à informação do Governo Federal. Disponível em: <<http://www.acessoinformacao.gov.br/perguntas-frequentes/aspectos-gerais-da-lei#11>>. Acesso: 27jan2020.

- b) *informar sobre a tramitação de documentos nas suas respectivas unidades;*
- c) *protocolizar documentos e requerimentos de acesso a informações.*

Por esse motivo, mostra-se relevante a análise dos canais institucionais disponibilizados pela Alepa para que o cidadão possa solicitar, formalmente, informações que sejam do seu interesse.

Na página da Ouvidoria da Alepa é possível constatar a existência de duas opções relacionadas ao referido dispositivo legal, quais sejam: *Abrir Manifestação* e *Acompanhamento*:

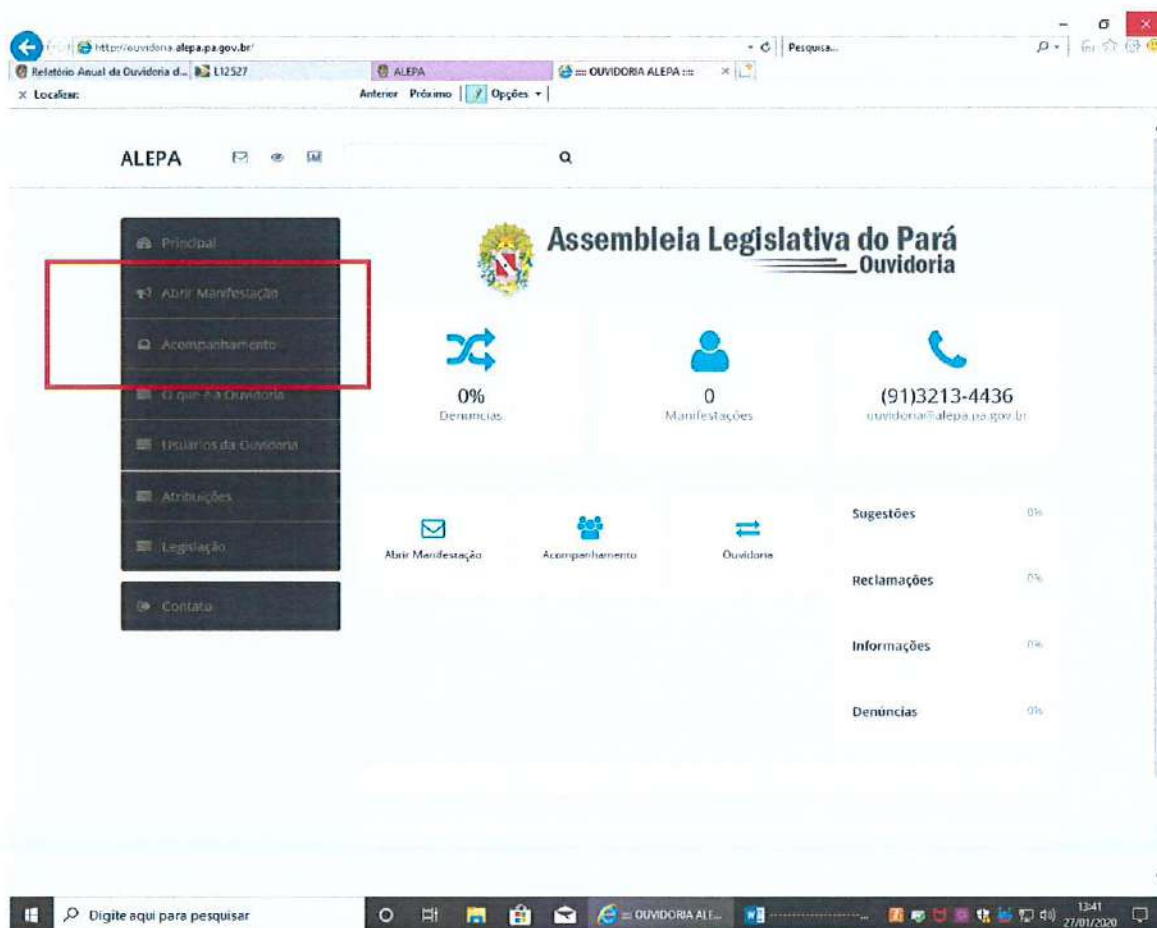


Figura 43 – Fonte: Equipe de Auditoria⁴⁷.

Na primeira delas, há campos de preenchimento relacionados à identificação do solicitante (nome, CPF, endereço, telefone e e-mail), ao objetivo do contato (sugestão, reclamação, informação, denúncia e outros), bem como ao conteúdo em si da manifestação.

Já na opção *Acompanhamento de Manifestação* é possível pesquisar as demandas em

⁴⁷ Disponível em: <<https://www.alepa.pa.gov.br/bancodeleis.asp>>. Acesso: 16jan2020.

processamento, por meio do código de acompanhamento ou do CPF do solicitante. Verificou-se que não há informação relativa ao horário de atendimento ao público na aba *Contatos*, da página destinada à Ouvidoria:

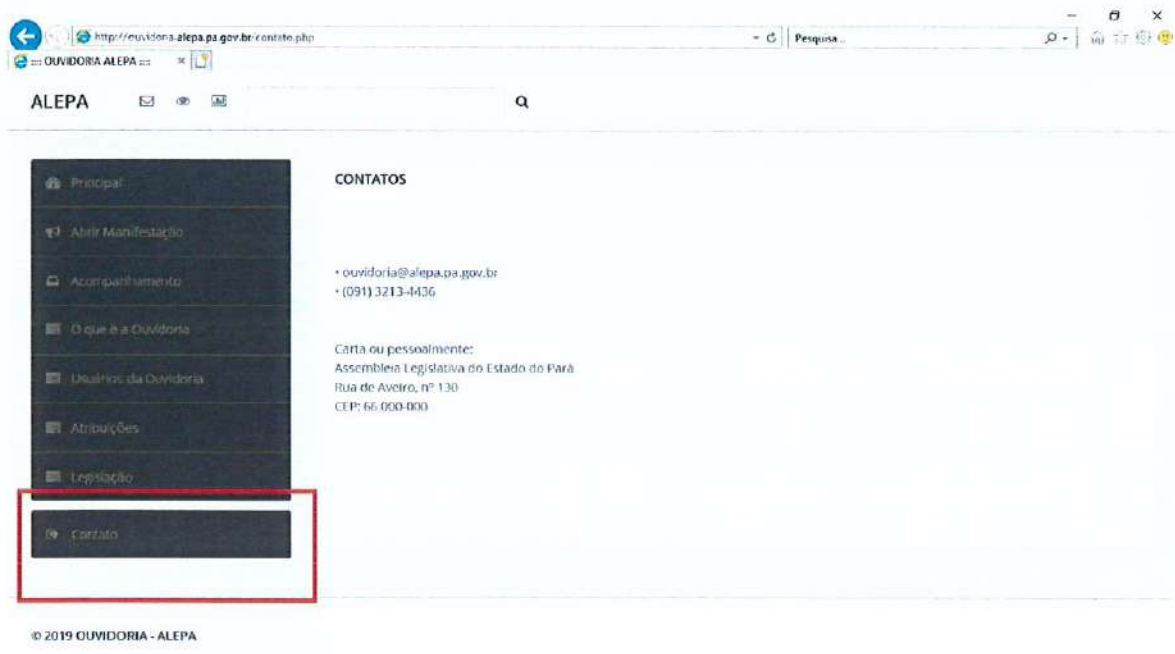


Figura 44 – Fonte: Equipe de Auditoria⁴⁸.

3.9 Acessibilidade

O art. 8º, §3º, inciso VIII, da LAI, prescreve que os órgãos e entidades públicas, ao divulgarem informações de interesse público em seus respectivos sítios oficiais na rede mundial de computadores, devem adotar as medidas necessárias para garantir a acessibilidade de conteúdo para pessoas com deficiência.

No que tange à acessibilidade do sítio da Alepa, verificou-se, em pesquisa realizada no dia 21/02/2020 no sítio virtual do órgão, a existência de item específico, no topo da página

⁴⁸ Disponível em: < <http://ouvidoria.alepa.pa.gov.br/contato.php>>. Acesso: 31jan2020.

inicial:

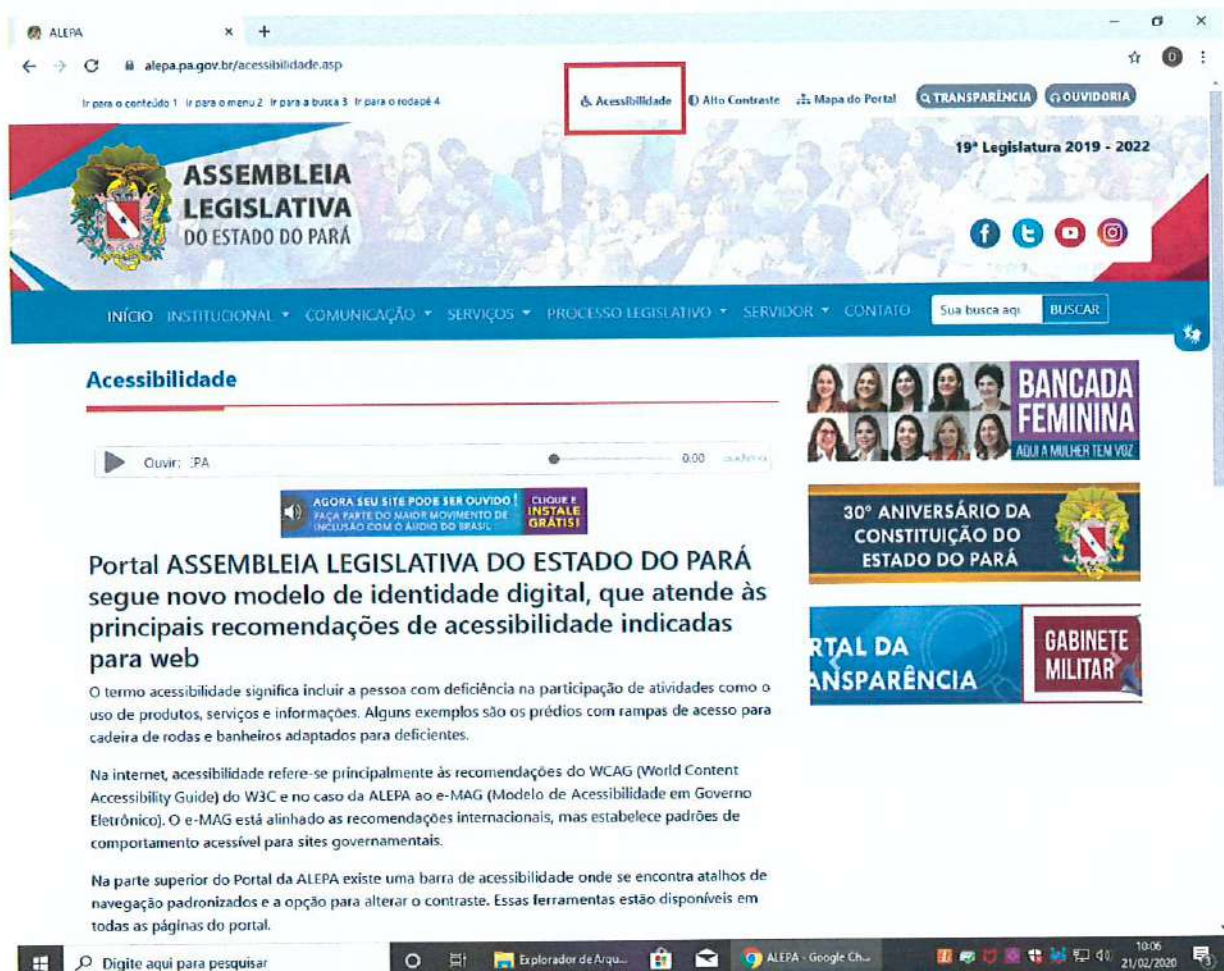


Figura 45 – Fonte: Equipe de Auditoria⁴⁹.

Conforme figura acima, ao acionar o item “acessibilidade”, há redirecionamento para página que traz o conceito do referido termo, as formas pelas quais a Alepa garante a acessibilidade em seu portal, além de instrumentos normativos sobre o tema. Ademais, são detalhadas as funções dos seguintes atalhos no sítio virtual ora sob análise:

Os padrões de atalhos oferecidos pelo Portal da Alepa são:
Teclando-se Alt + 1 em qualquer página do portal, chega-se diretamente ao começo do conteúdo principal da página.
Teclando-se Alt + 2 em qualquer página do portal, chega-se diretamente ao início do menu principal.
Teclando-se Alt + 3 em qualquer página do portal, chega-se diretamente em sua busca interna.
No caso do Firefox, em vez de Alt + número, tecle simultaneamente Alt + Shift + número.
Sendo Firefox no Mac OS, em vez de Alt + Shift + número, tecle simultaneamente Ctrl + Alt + número.

⁴⁹ Disponível em: < <https://www.alepa.pa.gov.br/acessibilidade.asp>>. Acesso: 21 fev 2020.

No Opera, as teclas são Shift + Escape + número. Ao teclar apenas Shift + Escape, o usuário encontrará uma janela com todas as alternativas de ACCESSKEY da página.

Verificou-se, portanto, a existência de mecanismos específicos que facilitam o acesso ao sítio da Alepa na *internet* por pessoas com deficiência, em consonância com as disposições contidas no art. 8º, §3º, VIII, da LAI.

Ademais, conforme notícia veiculada no Portal Virtual da Alepa, em 03/02/2020, o órgão passou a contar com a participação de intérpretes de Língua Brasileira de Sinais (Libras), a partir da Sessão Solene ocorrida no dia 04/02/2020, conforme imagem capturada, a seguir:



Figura 46 – Fonte: Equipe de Auditoria⁵⁰.

Tal iniciativa possibilita que pessoas com deficiência auditiva consigam acompanhar sessões do órgão auditado, ação esta que se mostra coerente com os preceitos normativos contidos na LAI, na medida que propicia acesso mais amplo a informações de interesse público

⁵⁰ Disponível em: < <https://www.youtube.com/embed/bneqG-HGsqI/?modestbranding=0&>>. Acesso: 27jan2020.

(art. 6º, I).

Ademais, em pesquisa realizada no dia 03/03/2020, verificou-se que a Alepa incluiu, em algumas páginas de seu sítio de internet – tais como no ambiente de notícias – versão em áudio dos textos apresentados por escrito, facilitando o acesso à informação por parte de deficientes visuais:



Figura 44 – Fonte: Equipe de Auditoria⁵¹.

4. CONCLUSÃO

A finalidade deste trabalho pautou-se na importância de uma disponibilização mínima das informações mais relevantes à sociedade, expostas nos sítios virtuais oficiais dos órgãos do Poder Público, de modo que o acesso a estes dados ocorra de forma mais simplificada, em

⁵¹ Disponível em: < <https://www.alepa.pa.gov.br/noticia/2752/>>. Acesso: 03mar2020.

linguagem de fácil compreensão, fomentando, assim, o controle social.

Pela análise explanada nos tópicos precedentes, observaram-se algumas incompatibilidades do portal eletrônico ora analisado com as normas jurídicas que fundamentaram a respectiva análise, inconsistências estas expostas a seguir:

1. Ausência de informações, nas opções *Mesa Diretora* e *Comissões Parlamentares* (aba *Institucional* do Portal Virtual da Alepa), quanto às matérias por elas discutidas, bem como os respectivos horários de reuniões (item 3.2);
2. Omissão quanto ao horário de atendimento ao público por parte dos gabinetes parlamentares e da ouvidoria da Alepa (itens 3.2 e 3.8);
3. Ausência de disponibilização do inteiro teor do Ato nº 068/2013, no campo destinado para tanto, na opção *Verba Indenizatória*, da aba *Deputados*, bem como ausência de clareza e de discriminação pormenorizada dos dispêndios que compuseram o montante informado na opção em questão (item 3.2);
4. Fragilidade na disponibilização de Relatórios Institucionais do órgão auditado, opção *Relatórios*, da aba *Institucional* (item 3.2);
5. Omissão de informações detalhadas referentes a indicadores, metas e objetivos do órgão auditado (3.2);
6. Divulgação da relação de departamentos administrativos do órgão auditado sem indicação das respectivas competências institucionais, bem como de seus respectivos responsáveis (item 3.2);
7. Ausência de informação, destacada de forma individualizada e de fácil acesso, acerca dos orçamentos anuais da Casa Legislativa (item 3.3.1);
8. Divulgação de informações desatualizadas e incompletas, no novo Portal, com relação aos Relatórios de Gestão Fiscal (item 3.3.1);
9. Impossibilidade de *download* de relatórios em formato pdf, txt, xls, csv, no que se refere às despesas e receitas do órgão (item 3.3.2);
10. Inexistência de informações específicas sobre a UG “010102 – Plano de Seguridade Social dos Parlamentares (PSSP)” (item 3.3.2);



11. Apresentação limitada e genérica de dados pertinentes à receita e à despesa (item 3.3.2);
12. Ausência de informações completas concernentes as despesas com diárias e passagens a servidores e colaboradores eventuais (item 3.3.2);
13. Incompatibilidade entre os dados selecionados pelo usuário e os efetivamente apresentados, quando das pesquisas atinentes a despesas do órgão, realizadas no antigo portal (item 3.3.2);
14. Incompletude das informações relativas às despesas no novo portal e incompatibilidade das nomenclaturas apresentadas com aquelas contidas na versão mais recente da Portaria Interministerial nº 163/2001 (item 3.3.2);
15. Ausência de informações acerca de repasses ou transferências de recursos financeiros efetuados pela Alepa no período sob análise (item 3.3.2);
16. Disponibilização da folha de pagamento sem especificação das parcelas que compõem a remuneração dos servidores (item 3.3.2);
17. Ausência de disponibilização de informações relevantes atinentes ao andamento de licitações e contratações diretas (item 3.4);
18. Inconsistência na ordenação e disponibilização de contratos administrativos firmados pelo órgão auditado (item 3.4);
19. Respostas a perguntas mais frequentes da sociedade apresentadas de forma pouco abrangente (item 3.5);
20. Fragilidade nas informações contidas nos Resumos do Plenário (item 3.6.3);
21. Intempestividade na atualização legislativa estadual no Banco de Leis (item 3.6.4);
22. Ausência de disponibilização de resultado de inspeções, auditorias, prestação de contas realizadas pelos órgãos de controle interno e externo, incluindo prestações de contas de exercícios anteriores (item 3.6.5).



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARÁ
Secretaria de Controle Externo - 1ª CCG



Ante o exposto, sugere-se que a Alepa seja cientificada acerca das inconsistências suscitadas no bojo deste relatório e que na análise das contas de gestão, referente ao exercício de 2019, sejam verificados os ajustes realizados pelo órgão quanto ao cumprimento dos dispositivos previstos na Lei Complementar nº 131/2009 (Lei da Transparência), no Decreto nº 7.185/2010 e na Lei nº 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação).

É o relatório.

Belém-PA, 04 de março de 2020.


Dualyson de Abreu Borba
Auditor de Controle Externo
Mat. 0101575


Fernanda Pinheiro Pantoja
Gerente de Fiscalização
Mat. 0101112


Sandra Mara Mariz de Sá Ferreira
Gerente de Fiscalização
Mat. 0100488

A seguir com a análise
técnica desta Controladoria.

Em: 06/03/2020



Priscila da Paz Nascimento
Controladora da 1ª CCG



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO - SECEX
1ª Controladoria de Contas de Gestão



DESPACHO

Considerando que o encerramento da inspeção realizada no Portal da Transparência da Assembleia Legislativa do Estado do Pará-Alepa, ocorreu pouco antes da suspensão do trabalho presencial nesta Corte de Contas, em razão da pandemia do covid-19, retorno o expediente aos técnicos designados, a exceção da servidora Fernanda Pinheiro Pantoja, que se encontra em licença maternidade, para realização de monitoramento no referido portal, e posterior elaboração de Comunicação de Resultado de Fiscalização, a ser encaminhada àquela Casa Legislativa, para fins de encerramento do feito.

Belém-PA, 02 de setembro de 2020.

PRISCILA DA PAZ NASCIMENTO
CONTROLADORA – 1ª CCG



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARÁ
Secretaria de Controle Externo – 1ª CCG

Ofício nº 01774/2020 – 1ª CCG

Belém-PA, 22 de outubro de 2020.

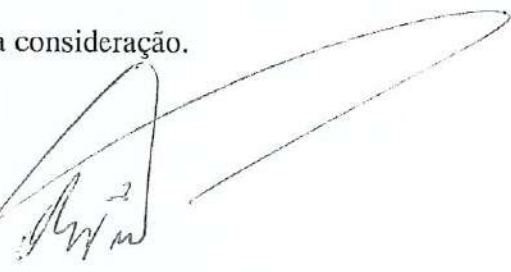
A Sua Excelência o Senhor
Deputado Daniel Santos
Presidente
Assembleia Legislativa do Estado do Pará - Alepa
Belém - Pará

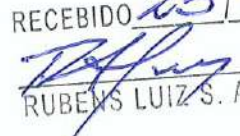
Assunto: Comunicação de Resultado de Fiscalização

Senhor Presidente,

Honrado em cumprimentá-lo, encaminho em anexo a Comunicação de Resultado de Fiscalização, realizada no sítio eletrônico dessa Assembleia Legislativa do Estado do Pará, referente ao procedimento nº 121903/2019-TCE/PA.

No ensejo, renovo votos de elevada consideração.


Conselheiro Odilon Inácio Teixeira
Presidente

PROTOCOLO GERAL DA ALEPA
RECEBIDO 23/10/20

RUBENS LUIZ S. ALVES: MAT. 509



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO
1ª CCG



EXPEDIENTE N°: 121903/2019

REFERÊNCIA: Inspeção

ÓRGÃO: Assembleia Legislativa do Estado do Pará - Alepa

EXERCÍCIOS: 2019/2020

COMUNICAÇÃO DE RESULTADO DE FISCALIZAÇÃO

Excelentíssimo Senhor Presidente, Deputado Daniel Santos,

Concluída a Fiscalização, realizada no sítio eletrônico da Assembleia Legislativa do Estado do Pará - Alepa, referente à Inspeção Ordinária (período 01/09/2019 a 03/03/2020) e Monitoramento das informações inseridas no portal virtual do órgão, exercícios 2019 e 2020, sob sua responsabilidade, comunica-se o resultado apurado.

O referido monitoramento foi realizado no Portal virtual da Alepa, por meio do endereço <<http://www.alepa.pa.gov.br>>, consultado no período de 14/09/2020 a 23/09/2020 e teve como escopo analisar sua adequação às regras estabelecidas pela Lei Complementar n° 131/2009 (Lei da Transparência), Decreto n° 7.185/2010 e Lei n° 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação).

1. RESULTADO DA FISCALIZAÇÃO

1.1. Da transição dos portais da transparência da Alepa

A Alepa mantém ainda ambos os portais da transparência. Por meio, tanto da aba *Serviços*, e por atalho “Transparência” constantes na página inicial, acessa-se o portal antigo, o qual apresenta *link* para acesso ao novo portal.

1.2. Competência e Estrutura Organizacional

De acordo com o art. 8º, da Lei n° 12.527/2011, deve constar no sítio dos órgãos e entidades abrangidos pela Lei em comento o registro das competências e estrutura

1



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO
1ª CCG

organizacional, endereços e telefones das respectivas unidades e horários de atendimento ao público.

Na tela inicial do Portal virtual da Alepa, verificou-se que a aba *Institucional* apresenta as seguintes opções: *Mesa Diretora, Deputados, Comissões e Representações, Relatórios, Condecorações e Medalhas, Planejamento Estratégico e Organograma*.

Observa-se que, no detalhamento das opções *Mesa Diretora e Comissões e Representações*, consta a relação de seus integrantes, com indicação dos cargos, porém não constam informações sobre as matérias discutidas, agenda ou pautas das reuniões.

Ressalta-se que tais informações deveriam estar disponíveis à população, por serem de interesse público (art. 3º, II, da LAI), conforme previsão contida no art. 7º, inciso V, da LAI:

Art. 7º O acesso à informação de que trata esta Lei compreende, entre outros, os direitos de obter:

(...)

V - Informação sobre atividades exercidas pelos órgãos e entidades, inclusive as relativas à sua política, organização e serviços.

Na opção *Deputados*, quando acessadas as páginas destinadas a cada parlamentar, clicando-se em sua respectiva foto, verificam-se informações resumidas sobre a biografia de cada agente público, sendo disponibilizado *e-mail* institucional, perfis em redes sociais, campo para comunicação com o parlamentar por meio de mensagem de texto, endereço e telefone do gabinete, porém não é informado horário de atendimento ao público, conforme imagens a seguir (art. 8º, §1º, I, da LAI):

No Novo Portal da Transparência, na aba *Deputados*, constam opções com informações individualizadas dos Parlamentares da Casa, quais sejam:

-*Resumo* (que contempla dados gerais, tais como o valor do salário do deputado, número de assessores, frequência, partido ao qual é filiado e *e-mail* funcional);

-*Frequência* (onde é possível verificar, mais detalhadamente, dados sobre o comparecimento dos Deputados à Casa, suas faltas e licenças concedidas);

-*Verba de Gabinete* (sendo possível verificar o valor mensal de tais verbas, bem como a relação nominal dos Secretários Parlamentares vinculados a cada Deputado);

2



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO
1ª CCG



-*Verba Indenizatória* (deveriam estar atualizadas até o mês de agosto de 2020, entretanto os valores respectivos informados constam somente até o mês de maio/2020, permanecendo a impossibilidade de acessar o detalhamento dos respectivos gastos).

-*Diárias e Auxílio* (onde constam os valores despendidos mensalmente pelos membros da Casa para estas finalidades); e

-*Lista de e-mails* (com o endereço de correio eletrônico dos parlamentares).

Por ocasião do monitoramento, o Novo Portal de Transparência da Alepa deixou de disponibilizar informações de interesse público, atinentes ao manuseio de recursos financeiros estaduais e à execução de atividades administrativas dos Deputados, violando os preceitos estabelecidos pela LAI.

Na opção *Verba Indenizatória* (aba *Deputados*), observa-se que permanecem a ausência de clareza quanto às informações ali constantes. Apresenta-se como “Base de Cálculo” o montante de R\$ 35.000,00 (trinta e cinco mil reais). Em seguida, constam valores que ultrapassam 100%, não ficando evidente a forma de cálculo e os limites máximos para cada uma das rubricas. Além disso, permanece a impossibilidade de realizar o *download* do ato normativo regulatório das referidas verbas indenizatórias (Ato nº 068/2013), o documento em questão continua indisponível para consulta.

Verificou-se na Aba *Institucional*, da página inicial, opção *Relatórios*, que as informações apresentadas permanecem sem clareza e objetividade no que tange à classificação e sistematização dos dados (art. 8º, §3º, I, da LAI).

Nesse sentido, a opção em questão permanece sem atender ao critério de disponibilidade prescrito na LAI¹, já que os referidos dados estão desatualizados², comprometendo a qualidade das informações disponíveis ao público em geral.

¹ Art. 4º Para os efeitos desta Lei, considera-se: (...) VI - disponibilidade: qualidade da informação que pode ser conhecida e utilizada por indivíduos, equipamentos ou sistemas autorizados.

² Art. 8º (...) § 3º Os sítios de que trata o § 2º deverão, na forma de regulamento, atender, entre outros, aos seguintes requisitos: (...) VI - manter atualizadas as informações disponíveis para acesso.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO
1ª CCG

Quanto à opção *Planejamento Estratégico* verificam-se informações resumidas acerca da Finalidade, Missão, Visão e Compromisso do órgão, carecendo de dados mais específicos e pormenorizados (art. 3º, art. 7º, VII, “a” e art. 8º da LAI), tais como: mapa estratégico, objetivos, indicadores e metas.

Por sua vez, na opção *Organograma*, consta arquivo em PDF com a estrutura hierárquica organizacional das unidades que compõem o órgão, sem discriminação de suas respectivas competências e gestores responsáveis. Somente algumas das referidas unidades são acompanhadas de *links* específicos, quais sejam: Comissões técnicas, Plenário, Mesa Diretora, Núcleo Educacional Engº Waldemar Chaves, Ouvidoria, Departamento de Memorial Legislativo, Seção da Biblioteca, Centro de Atendimento ao cidadão (CAC), Gabinete Militar, Ass. de Imprensa e Divulgação, Diretoria da Escola Legislativa. Tais *links*, ao serem acionados, redirecionam a informativos de caráter geral. A título de exemplificação, acessando-se o *link* vinculado à unidade “Departamento de Memorial Legislativo”, ocorre redirecionamento para página que trata do acervo histórico do órgão.

No Novo Portal da Transparência, por meio da opção *Estrutura Organizacional* da aba *Institucional*, também está disponibilizado o referido organograma, com opção de *download*, mas sem os *links* de redirecionamento mencionados.

1.3 Transparência na Gestão Fiscal

À vista do disposto na LC nº 131/2009, regulamentada pelo Decreto nº 7.185/2010, o qual define os instrumentos e mecanismos de transparência da gestão fiscal, de que trata o art. 48 da LRF, foram efetuadas as seguintes constatações no portal eletrônico da Alepa no período de janeiro a agosto/2020:

1.3.1. Quanto aos instrumentos de transparência – Planos, Orçamentos, Prestações de Contas e Relatórios de Gestão Fiscal

Em relação aos Planos, Orçamentos e Prestações de Contas, acrescidos de suas versões simplificadas, verificou-se que no novo portal da transparência do órgão, na aba *Institucional*, opção *Instrumentos de Gestão*, foi efetuada a divulgação apenas do Plano Plurianual (PPA)



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO
1ª CCG



2020-2023, da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) 2020 e da Lei Orçamentária Anual (LOA) 2019 do estado do Pará.

Relevante frisar que a Lei Orçamentária Anual para o exercício financeiro 2020 (LOA 2020), Lei nº 8.969, de 30 de dezembro de 2019, publicada no suplemento do Diário Oficial do Estado nº 34.092, em 17 de janeiro de 2020, não se encontra disponível para acesso.

As informações individualizadas acerca do orçamento relativo à Casa Legislativa, tanto na antiga, como na nova versão do portal, não foram encontradas. O jurisdicionado apenas replicou os instrumentos de planejamento do Estado, já consolidados em forma de lei, o que dificulta o acesso aos dados específicos da Alepa.

No tocante aos RGFs, verificou-se, na versão antiga do portal, a existência de aba específica *Relatório de Gestão Fiscal*, na qual foram disponibilizados os relatórios contendo o demonstrativo da despesa com pessoal (1º e 2º quadrimestre) acrescida da disponibilidade de caixa e simplificado (3º quadrimestre), desde o exercício 2011 até o exercício 2019 (permanecendo sem atualização por ocasião do monitoramento).

Na nova versão do portal, as informações disponibilizadas foram atualizadas para divulgar o RGF do 1º Quadrimestre de 2020, além de manter os demonstrativos simplificados do RGF de 2017 e 2018, sem disponibilizar os dados referentes ao exercício de 2019.

De todo modo, para fins de cumprimento do requisito divulgação do RGF, inclusive em meios eletrônicos de acesso ao público, contido na LRF, considera-se que foi atendido. No entanto, faz-se necessária a migração dos dados relativos ao exercício 2019 para o novo portal, visando a adequada transparência e facilitação ao controle social.

1.3.2. Quanto à Disponibilização de Informações sobre Receitas e Despesas em Tempo Real

A disponibilização da informação sobre a execução orçamentária e financeira deve, nos termos do Decreto nº 7.185/2010, ser apresentada de forma consolidada, ou seja, incluindo a unidade gestora principal e aquelas que lhe são vinculadas, permitindo consulta por período compreendido entre duas datas (art. 2º).

No caso das despesas, a informação deve evidenciar (art. 7º, I):



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO
1ª CCG

- a) os estágios do empenho, da liquidação e do pagamento;
- b) o número do correspondente processo da execução, quando for o caso;
- c) a classificação orçamentária, especificando a unidade orçamentária, função, subfunção, natureza da despesa e a fonte dos recursos que financiam o gasto;
- d) o beneficiário (pessoa física ou pessoa jurídica), exceto no caso de folha de pagamento;
- e) o procedimento licitatório realizado, bem como a sua dispensa ou inexigibilidade, quando for o caso, com o número do correspondente processo, e;
- f) o bem ou serviço prestado.

No caso das receitas, os valores devem apresentar os ingressos, compreendendo, no mínimo, sua natureza, inclusive referentes aos recursos extraordinários (art. 7º, II).

Além disso, o conjunto das informações disponibilizadas deve possibilitar ao usuário, ainda, a geração de relatórios em formato *pdf*, *txt*, *xls*, *csv*, entre outros, e a liberação dos dados ao pleno conhecimento e acompanhamento da sociedade deve ocorrer em tempo real, ou seja, até o primeiro dia útil subsequente à data do registro contábil (art. 2º, § 2º).

Diante dessas exigências, cabe destacar que a Casa Legislativa, assim como os demais poderes e órgãos do estado do Pará, integrantes do orçamento fiscal e da seguridade social, utilizam o Sistema Integrado de Administração Financeira e Orçamentária (Siafem) para fins de execução orçamentária, financeira e patrimonial. Essa base de dados é, portanto, a principal fonte de informação para o portal.

As informações constantes em ambos os portais da Alepa, evidenciaram que, apesar de a Casa Legislativa estadual disponibilizar os dados das receitas e das despesas, eles não se coadunam com todos os requisitos estabelecidos no Decreto nº 7.185/2010, a começar pelas informações da UG vinculada 010102, Plano de Seguridade Social dos Parlamentares (PSSP), as quais não foram encontradas.

No tocante às receitas, as informações divulgadas são limitadas, já que apresentam em período fechado (mensal), de forma genérica, os valores das receitas intituladas “Repasse”, “Finanprev”, “Rendim. Aplicação” e “Imposto de Renda”. Salienta-se, que as terminologias apresentadas não estão em linguagem de fácil compreensão ao cidadão em geral, por apresentarem caráter técnico, carecendo de explicações complementares que possibilitem o

correto entendimento por parte da sociedade (art. 5º, da LAI). Além disso, não deixam clara a natureza e a fonte de recursos desses ingressos (orçamentária, extraorçamentária, recurso do tesouro, recurso próprio etc.).

Em relação às despesas, observou-se que no antigo portal, a despeito da possibilidade de extração das informações por período compreendido entre duas datas e por estágios da despesa (a Alepa só informa os estágios do empenho e do pagamento), permanece a situação de que os resultados apresentados, a partir dos filtros selecionados, não retornam com os dados especificamente solicitados, ou seja, não estão condizentes com as informações requeridas pelo usuário.

A título de exemplo, destaca-se que, ao selecionar o elemento de despesa “diárias-civil”, no período de 01/01/2019 a 31/07/2019, os dados apresentados relacionam todas as despesas executadas no período e não a definida no filtro pelo usuário, inclusive o campo “Elemento de Despesa”, ainda que selecionado, aparece em branco no retorno da pesquisa.

Assim, no exemplo acima, para o usuário obter a informação relativa à diárias-civil terá, necessariamente, que detalhar cada uma das linhas geradas no relatório, considerando-se que também não é possível a geração de relatórios consolidados nos formatos pdf, txt, xls, csv, entre outros, o que limita o acesso aos dados requeridos.

Observa-se que no novo portal, essas informações revelam-se ainda mais restritas, visto que o rol dos elementos de despesas disponíveis, na aba *Despesas*, opção *Despesas Diversas*, estão limitados, destacando-se que ainda há a limitação temporal da consulta em 30 dias, impossibilitando a consulta em períodos maiores.

Ressalte-se que as nomenclaturas especificadas foram adaptadas pela Alepa, visto que não retratam a classificação contida na Portaria Interministerial nº 163, de 4 de maio de 2001³, a qual deve nortear a execução orçamentária dos entes federativos. Ademais, na relação supra

³ Dispõe sobre normas gerais de consolidação das Contas Públicas no âmbito da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, e dá outras providências.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO
1ª CCG

especificada, não é possível identificar os estágios da despesa, número de processo, no caso de aquisição de bens ou contratação de serviços, dados do prestador/fornecedor, entre outros exigidos no Decreto nº 7.185/2010.

Em relação ao detalhamento do item “diárias sem IR”, em nova consulta realizada em razão do monitoramento, com o período 01/01/2020 a 31/01/2020, a informação apresentada permanece incompleta, constando apenas nome, valor e CPF do beneficiário, passando a ocultar a data da despesa. A coluna denominada empenho, permanece em branco, sem apresentar as informações pertinentes.

Nesse sentido, entende-se por necessária a disponibilização de informações acerca das despesas com diárias e passagens a servidores ou colaboradores eventuais, no interesse da administração, tais como: órgão superior, órgão subordinado ou entidade vinculada, unidade gestora, cargo do servidor, origem e destino de todos os trechos das viagens, período e motivo das viagens, meio de transporte, categoria e valor da passagem, número de diárias e número do empenho.

Os itens da relação aluguel, serviço prestado, auxílio moradia com IR, auxílio transporte com IR e Imposto de Renda permanecem aparecendo em branco.

Para as despesas com verbas indenizatórias – alugueis e despesas com imóveis, as informações permanecem sendo apresentadas de forma incompleta, sem o número do empenho na coluna correspondente.

Por fim, destaca-se que não foram localizadas informações acerca de repasses ou transferência de recursos financeiros efetuados pela Alepa no período sob análise.

No que tange ao detalhamento da folha de pagamento, na opção *Remuneração de Servidores*, do novo Portal da Transparência do órgão, é possível filtrar as informações por mês de referência e nome do servidor. Em pesquisa realizada no dia 21/09/2020, verificou-se que os dados permanecem sendo apresentados de forma incompleta.

8



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO
1ª CCG



Embora sejam disponibilizados a matrícula, nome completo, cargo, remuneração bruta, descontos e valor líquido pertinente, não se especifica a composição remuneratória, com a indicação do valor correspondente ao vencimento de cada cargo e discriminação de parcelas referentes a vantagens pecuniárias (eventuais ou permanentes).

Ao clicar no nome do servidor para detalhamento, constata-se a existência dos campos referentes à Férias, 13º Salário e Redutor Constitucional, contudo permanece a ausência de discriminação das parcelas remuneratórias.

1.4 Licitação e Contratos (Art. 8º, § 1º, IV, da LAI)

Na aba *Licitações*, do novo portal de transparência do órgão, é possível filtrar as informações por data (estando disponíveis informações compreendidas no período de 2014 a 2020), bem como por modalidade de licitação (havendo agora nove opções: adesão à ata de registro de preço (ARP)- modalidade recentemente incluída, chamamento público, concorrência, convite, dispensa, inexigibilidade, pregão eletrônico, pregão presencial e tomada de preços).

Em pesquisa realizada em 21/09/2020, contemplando-se todos os certames licitatórios processados no ano de 2020, foram identificados 10 (dez) procedimentos licitatórios diversos, tendo sido selecionados três deles para averiguação mais detalhada: o Chamamento Público nº 001/2020 (finalizado), o Pregão Presencial nº 001/2020 (finalizado) e o Pregão Eletrônico nº 01/2020 (finalizado).

Ao detalhar o Chamamento Público nº 001/2020, observou-se que a Alepa disponibilizou apenas o edital de abertura digitalizado em formato pdf.

O detalhamento do Pregão Presencial nº 001/2020, também demonstrou a disponibilização apenas do edital do certame, o qual previu o dia 27/02/2020 como a data da sessão pública, não havendo, no portal, outras informações de interesse público.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO
1ª CCG

Por sua vez, o *Pregão Eletrônico nº 01/2020*, ao ser detalhado, é acompanhado de cópia digitalizada do termo de adjudicação e homologação e do contrato administrativo nº 023/2020 firmado com a empresa contratada.

Já o campo destinado aos contratos administrativos contempla documentos dos anos de 2013 a 2020. Ao analisar a sequência dos contratos pertinentes ao ano de 2020, percebe-se que esta não se encontra completa – estando ausentes, por exemplo, os contratos nºs 12/2020, 22/2020, 24/2020, 25/2020 e 32/2020 –, sem as devidas justificativas, incorrendo, portanto, em falha quanto à disponibilização transparente de informações (art. 6º, I, da LAI):

1.5. Respostas a Perguntas Frequentes (Art. 8º, § 1º, VI, da LAI)

O art. 8º, § 1º, VI, da LAI, assevera que os órgãos públicos devem divulgar, em seus portais virtuais, respostas às perguntas mais frequentes da sociedade. Observa-se que no Novo Portal da Transparência, a Alepa incluiu aba específica para o referido fim.

Entretanto, percebe-se que as perguntas e respostas incluídas limitam-se a poucos tópicos pertinentes a licitações e contratos administrativos, sem que se faça menção a outros itens atinentes à transparência, como por exemplo: processo legislativo, instrumentos de gestão fiscal, a atividade-fim do órgão etc.

1.6. Atividade-fim do órgão

Dentro do sistema federativo adotado pela Constituição Federal de 1988 (art. 1º), cabe à Assembleia Legislativa do Estado do Pará, como principal encargo institucional, o exercício da função legislativa estadual. Nesse sentido, importante se faz a análise da transparência da Alepa no que tange ao processo legislativo.

Em pesquisa realizada em 23/09/2020, verificou-se que na página inicial do seu sítio eletrônico oficial da Alepa havia campo denominado “Processo Legislativo”, passando a contemplar, seis opções de consulta: *O Processo Legislativo, Avulsos, Proposições, Pautas, Resumo do Plenário e Banco de Leis*.

1.6.1. O Processo Legislativo



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO
1ª CCG



A referida opção contempla informativo sobre o fluxo para elaboração de diplomas legais no âmbito estadual.

1.6.2 *Proposições*

No ambiente *Proposições* constam informações quanto aos projetos de diplomas legislativos que estão em curso na Alepa, havendo várias indicações de filtro, tais como: tipo de proposição (decreto legislativo, emenda constitucional, projeto de lei), tipo de autor (deputado, ex-deputado, outros), a data inicial e final de entrada do projeto, assunto ou palavra-chave, dentre outros.

Realizou-se, em 23/09/2020, pesquisa sem filtros específicos, a fim de averiguar, de forma panorâmica, a compatibilidade das informações disponibilizadas com os preceitos estabelecidos na LAI.

A pesquisa em questão retornou com 22.204 registros encontrados, o que denota que, no ambiente virtual em questão, há um número significativo de informações incluídas.

Ao ser realizada pesquisa com o filtro “projeto de lei”, foram encontrados 5.940 registros. Ao detalhar o Projeto de Lei nº 228/202020, foram apresentadas dentro da aba *Referências* informações tais como: tipo de proposição, número, origem, entrada, data de entrada, o autor, a ementa, regime e situação, além da aba *Tramitação*.

Observa-se, portanto, que há grau satisfatório de transparência, no sítio da Alepa na internet, quanto aos processos legislativos que tramitam na referida Casa Legislativa, no que tange à primariedade, integridade, autenticidade e atualização das informações disponibilizadas (art. 7º, IV, da LAI).

1.6.3. *Pautas*

Na opção “Pautas”, foi possível verificar relação referente ao período de 2007 a 2020. Ao detalhar a competência 09/2020, em pesquisa realizada em 23/09/2020, foi possível ter



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO
1ª CCG

acesso às pautas das reuniões ordinárias realizadas entre 01/09/2020 a 22/09/2020, e à da reunião extraordinária ocorrida no dia 23/09/2020.

Ao detalhar a pauta da reunião extraordinária ocorrida no dia 23/09/2020, foi possível ter acesso ao único processo de lei a ser votado, que ocorreu em regime de urgência.

Portanto, a Alepa disponibiliza ao público em geral informações atinentes às matérias que serão tratadas nas sessões plenárias ordinárias e extraordinárias, atendendo ao critério de primariedade das informações disponibilizadas (art. 7º, IV, da LAI).

1.6.4. Resumo do Plenário

Na opção *Resumo do Plenário*, por meio de pesquisa realizada em 23/09/2020, constam informações relativas às reuniões que ocorreram de 01/02/2017 a 22/09/2020, obedecendo, portanto, à disponibilidade (art. 6º, III) e atualização das informações (art. 8º, §3º, VI, da LAI).

Ao se analisar o conteúdo do Resumo do Plenário atinente à sessão do dia 22/09/2020, observou-se que o texto trata tão somente das falas dos deputados, sem abordar os projetos discutidos, os aprovados ou arquivados.

As informações prestadas não são suficientes a atender integralmente o interesse público (art. 3º, II, da LAI), por não disponibilizarem na íntegra os trâmites e debates que são pertinentes à atividade-fim do órgão ao longo de cada sessão legislativa, impossibilitando, inclusive, o efetivo controle por parte da sociedade (art. 3º, V, da LAI).

1.6.5. Banco de Leis

Na opção *Banco de Leis* ocorre inicialmente a disponibilização de um *link* para consulta à coletânea de diplomas legislativos da Alepa, utilizando-se como parâmetro o número da lei, o ano da lei, o tipo de documento e palavras-chave. Há a observação de que o banco de leis está disponibilizado, porém, passando por readequações, pelo que informa contatos de *e-mail* e telefone para o encaminhamento de dúvidas e/ou sugestões.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO
1ª CCG



No intuito de avaliar a tempestividade na inclusão dos novos diplomas normativos aprovados, realizou-se, em 23/09/2020, pesquisa, selecionando somente o filtro “tipo de documento” (Lei Ordinária), na qual se constatou que a lei estadual mais recentemente adicionada ao referido ambiente consta como sendo a Lei nº 5.810/2020, apresentando como ementa “Dispõe sobre o Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos Civis da Administração Direta, das Autarquias e das Fundações Públicas do Estado do Pará”.

Ocorre que ao clicar no *link* disponível para acessar o referido diploma legal, é disponibilizado o Regimento Interno da Alepa, Resolução nº 02/94 em arquivo *pdf*.

Sequencialmente a Lei nº 5.810/2020 (sic), está disponibilizada a Lei nº 9.095, de 09/07/2020 a qual “*Declara e reconhece como de utilidade pública para o Estado do Pará, o Grêmio Recreativo Cultural Bloco Carnavalesco Vemtimbora, do Município de Colares*”, trazendo ainda a informação de que o referido diploma legal foi publicado no Diário Oficial do Estado nº 34.280 em 14/07/2020.

Em pesquisa realizada no dia 23/09/2020 no sitio eletrônico da Imprensa Oficial do Estado do Pará, a partir da data da lei mais recente disponibilizada pela Alepa em seu portal virtual, identificou-se 29 (vinte e nove) leis que foram publicadas no Diário Oficial, sem a respectiva disponibilização no Banco de Leis da Alepa.

As leis foram publicadas nos dias 17/07 (DOE 34284), 24/07 (DOE 34291), 19/08 (DOE 34317), 08/09 (DOE 34337) e 16/09 (DOE 34345), correspondendo aos números sequencias de 9.102 a 9.131. Constata-se, portanto, que a Alepa não alimenta tempestivamente seu banco de leis, dificultado o acesso, do cidadão comum, às atualizações legislativas estaduais (art. 8º, §3º, VI, da LAI).

1.6.6. Resultados de Ações de Controle Externo e Interno

O art. 7º, inciso VII, alínea *b*, da LAI, assevera que os órgãos públicos devem disponibilizar, em seus respectivos sítios na *internet*, “resultado de inspeções, auditorias, prestações e tomadas de contas realizadas pelos órgãos de controle interno e externo, incluindo prestações de contas relativas a exercícios anteriores”.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO
1ª CCG

Nesse sentido, embora a Alepa seja o órgão incumbido pela fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial da administração direta e indireta, no âmbito estadual (art. 115, *caput*, da Constituição do Estado), cumprindo-lhe exercer o controle externo com auxílio do TCE/PA (art. 116, *caput*, da Constituição do Estado), as informações exigidas na alínea mencionada não foram localizadas no sítio virtual da Alepa.

1.7. Transparência Passiva e Controle Social

Enquanto a transparência ativa corresponde à divulgação de dados por iniciativa do próprio setor público independentemente de requerimento, a transparência passiva pode ser entendida como a disponibilização de informações públicas em atendimento a demandas específicas de uma pessoa física ou jurídica⁴. Nesse sentido, o art. 9º, da LAI, estabelece:

Art. 9º O acesso a informações públicas será assegurado mediante:
1 - criação de serviço de informações ao cidadão, nos órgãos e entidades do poder público, em local com condições apropriadas para:
a) atender e orientar o público quanto ao acesso a informações;
b) informar sobre a tramitação de documentos nas suas respectivas unidades;
c) protocolizar documentos e requerimentos de acesso a informações.

Por esse motivo, mostra-se relevante a análise dos canais institucionais disponibilizados pela Alepa para que o cidadão possa solicitar, formalmente, informações que sejam do seu interesse.

Na página da Ouvidoria da Alepa é possível encontrar duas opções relacionadas ao referido dispositivo legal, quais sejam: “Abrir Manifestação” e “Acompanhamento”.

Na primeira delas, há campos de preenchimento relacionados à identificação do solicitante (nome, CPF, endereço, telefone e e-mail), ao objetivo do contato (sugestão, reclamação, informação, denúncia e outros), bem como ao conteúdo em si da manifestação. Já na opção *Acompanhamento de Manifestação* é possível pesquisar as demandas em processamento, por meio do código de acompanhamento ou do CPF do solicitante.

⁴ Portal de Acesso à informação do Governo Federal. Disponível em: <<http://www.acessoainformacao.gov.br/perguntas-frequentes/aspectos-gerais-da-lei#11>>. Acesso: 24/09/2020.

14



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO
1ª CCG



Verificou-se que permanece sem a informação relativa ao horário de atendimento ao público na aba *Contatos*, da página destinada à Ouvidoria, apesar de constar que o atendimento também pode ser realizado presencialmente.

1.8. Acessibilidade

O art. 8º, §3º, inciso VIII, da LAI, prescreve que os órgãos e entidades públicas, ao divulgarem informações de interesse público em seus respectivos sítios oficiais na rede mundial de computadores, devem adotar as medidas necessárias para garantir a acessibilidade de conteúdo para pessoas com deficiência.

No que tange à acessibilidade do sítio da Alepa, verificou-se, em pesquisa realizada no dia 24/09/2020 no sítio virtual do órgão, a existência de item específico, no topo da página inicial.

Ao acionar o item “acessibilidade”, há redirecionamento para página que traz a definição do termo, os meios pelos quais a Alepa garante a acessibilidade em seu portal, além de instrumentos normativos sobre o tema. Ademais, são detalhadas as funções dos seguintes atalhos no sítio virtual ora sob análise:

*Os padrões de atalhos oferecidos pelo Portal da Alepa são:
Teclando-se Alt + 1 em qualquer página do portal, chega-se diretamente ao começo do conteúdo principal da página.
Teclando-se Alt + 2 em qualquer página do portal, chega-se diretamente ao início do menu principal.
Teclando-se Alt + 3 em qualquer página do portal, chega-se diretamente em sua busca interna.
No caso do Firefox, em vez de Alt + número, tecle simultaneamente Alt + Shift + número.
Sendo Firefox no Mac OS, em vez de Alt + Shift + número, tecle simultaneamente Ctrl + Alt + número.
No Opera, as teclas são Shift + Escape + número. Ao teclar apenas Shift + Escape, o usuário encontrará uma janela com todas as alternativas de ACCESSKEY da página.*

Constatou-se, portanto, a existência de mecanismos específicos que facilitam o acesso ao sítio eletrônico da Alepa por pessoas com deficiência, em consonância com as disposições contidas no art. 8º, §3º, VIII, da LAI.


TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO
1ª CCG

Ademais, conforme notícia veiculada no Portal Virtual da Alepa, em 03/02/2020, o órgão passou a contar com a participação de intérpretes de Língua Brasileira de Sinais (Libras), a partir da Sessão Solene ocorrida no dia 04/02/2020.

Tal iniciativa possibilita que pessoas com deficiência auditiva consigam acompanhar sessões do órgão auditado, ação esta que se mostra coerente com os preceitos normativos contidos na LAI, na medida em que propicia acesso mais amplo a informações de interesse público (art. 6º, I).

Já em monitoramento do portal virtual em 24/09/2020 foi possível acompanhar uma transmissão ao vivo de sessão ordinária na Alepa, em que se pode constatar que a interpretação em Libras permanece ativa e em funcionamento.

As novas consultas realizada por ocasião do monitoramento ora apresentado constataram que as versões em áudio dos textos constantes no portal virtual da Alepa foram concentrados no *link* Rádio Web / Podcasts Alepa o qual está disponível na página principal.


Clicando no referido *link* ocorre o direcionamento para a página com o conteúdo em áudio. Tal ação, além de atender as normas de atenção às pessoas com deficiência, também facilitaram o encontro das informações, uma vez que estão concentradas em um único caminho.

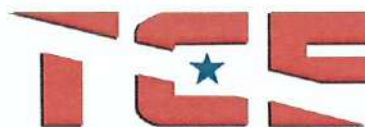
É a Comunicação.

Belém (PA), 19 de outubro de 2020.


Dualyson de Abreu Borba
Auditor de Controle Externo
Mat. 0101575


Sandra Mara Mariz de Sá Ferreira
Analista Aux. de Controle Externo
Gerente de Fiscalização – 1ª CCG
Mat. 0100488


Priscila da Paz Nascimento
Auditora de Controle Externo
Controladora – 1ª CCG
Mat. 0101112



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARÁ

SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO (Secex)

1ª CCG

RELATÓRIO DE INSPEÇÃO

EXPEDIENTE Nº: 121903/2019

JURISDICIONADO: Assembleia Legislativa do Estado do Pará – Alepa

PERÍODO: 14/09/2020 a 23/09/2020

RESPONSÁVEL: Deputado Daniel Santos



SUMÁRIO

IDENTIFICAÇÃO DA FISCALIZAÇÃO	1
1. INTRODUÇÃO	3
2. FUNDAMENTAÇÃO	3
3. RESULTADO DA ANÁLISE	4
3.1 Da Transição dos Portais da transparência da Alepa	4
3.2 Competências e Estrutura Organizacional	5
3.3 Transparência na Gestão Fiscal	15
3.3.1. Quanto aos instrumentos de transparência – Planos, Orçamentos, Prestações de Contas e Relatórios de Gestão Fiscal	15
3.3.2 Quanto à Disponibilização de Informações sobre Receitas e Despesas em Tempo Real	19
3.4 Licitações e Contratos Administrativos (Art. 8º, § 1º, IV, da LAI)	29
3.5 Respostas a perguntas frequentes (Art. 8º, § 1º, VI, da LAI)	34
3.6 Atividade-Fim do Órgão	35
3.6.1 Proposições	37
3.6.2 Pautas	38
3.6.3 Resumo do Plenário	39
3.6.4 Banco de Leis	41
3.6.5 Resultados de Ações de Controle Externo e Interno	43
3.7 Transparência Passiva e Controle Social	43
3.8 Acessibilidade	45
4. CONCLUSÃO	48

IDENTIFICAÇÃO DA FISCALIZAÇÃO

Expediente nº: 121903/2019

Natureza: Inspeção

Órgão: Assembleia Legislativa do Estado do Pará - ALEPA

RELATÓRIO

1. INTRODUÇÃO

Trata este relatório de inspeção realizada no portal virtual da Assembleia Legislativa do Estado do Pará (Alepa), com fundamento no art. 84 do Regimento Interno do Tribunal de Contas do Estado do Pará (Ato nº 63/2012), referente ao exercício de 2019, tendo como responsável o deputado Daniel Barbosa Santos, atual Presidente.



A referida inspeção foi realizada no Portal virtual da Alepa, por meio do endereço <<http://www.alepa.pa.gov.br>>, consultado no período de 14/09/2020 a 23/09/2020 e teve como escopo analisar sua adequação às regras estabelecidas pela Lei Complementar nº 131/2009 (Lei da Transparência), Decreto nº 7.185/2010 e Lei nº 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação).

2. FUNDAMENTAÇÃO

O presente trabalho fundamentou-se na Lei nº 12.527/2011 – Lei de Acesso à Informação (LAI), que regulamenta o direito constitucional de acesso às informações públicas, bem como, a Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), sobretudo no que tange aos comandos inseridos pela Lei Complementar nº 131/2009, e em um nível regulamentar, o Decreto nº 7.185/2010, o qual dispõe sobre o padrão mínimo de qualidade do sistema integrado de administração financeira.

3. RESULTADO DA ANÁLISE

Demonstram-se a seguir as constatações obtidas por meio das consultas fundamentadas na segunda inspeção realizada no portal virtual da Alepa, <<http://www.alepa.pa.gov.br>>, no período de 14/09/2020 a 16/09/2020:

3.1. Da transição dos portais da transparência da Alepa

A Alepa mantém ainda ambos os portais da transparência. Por meio, tanto da aba *Serviços*, e por atalho “Transparência” constantes na página inicial, acessa-se o portal antigo, o qual apresenta *link* para acesso ao novo portal.

3.2. Competência e Estrutura Organizacional

De acordo com o art. 8º, da Lei nº 12.527/2011, deve constar no sítio dos órgãos e entidades abrangidos pela Lei em comento o registro das competências e estrutura organizacional, endereços e telefones das respectivas unidades e horários de atendimento ao público.

Na tela inicial do Portal virtual da Alepa, verificou-se que a aba *Institucional* apresenta as seguintes opções: *Mesa Diretora, Deputados, Comissões e Representações, Relatórios, Condecorações e Medalhas, Planejamento Estratégico e Organograma*:



Figura 1 – Fonte: Equipe de Auditoria¹

¹ Disponível em: <<https://www.alepa.pa.gov.br>>. Acesso: 14/09/2020.

Observa-se que, no detalhamento das opções *Mesa Diretora* e *Comissões e Representações*, consta a relação de seus integrantes, com indicação dos cargos, porém não constam informações sobre as matérias discutidas, agenda ou pautas das reuniões, conforme telas capturadas, a seguir:

The screenshot shows the website interface for the Mesa Diretora. At the top, there is a navigation bar with links for 'TRANSPARÊNCIA' and 'OUVIDORIA'. Below this is a banner for the 'ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARÁ' for the '19ª Legislatura 2019 - 2022'. The main content area is titled 'Mesa Diretora' and contains the following information:

MESA DIRETORA 2019-2021

A Mesa Diretora é responsável pela direção dos trabalhos legislativos e dos serviços administrativos da Casa. Compõe-se de Presidência (Presidente e dois Vice-Presidentes) e de Secretaria, composta por quatro Secretários.

Presidente	Deputado Dr. Daniel Santos
1º Vice-Presidente	Deputado Renato Ogawa
2º Vice-Presidente	Deputada Michelle Begot
1º Secretário	Deputado Eraldo Pimenta
2º Secretário	Deputado Victor Dias
3º Secretária	Deputada Dilvanda Faro
4º Secretário	Deputado Hilton Aguiar

On the right side of the page, there are three promotional banners: 'CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DO PARÁ (ATUALIZADA) FAÇA O DOWNLOAD AQUI', '30º ANIVERSÁRIO DA CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DO PARÁ', and 'PORTAL DA TRANSPARÊNCIA'.

Figura 2 – Fonte: Equipe de Auditoria²

² Disponível em: <https://www.alepa.pa.gov.br/mesa_diretora.asp?id_pagina=3>. Acesso: 14/09/2020

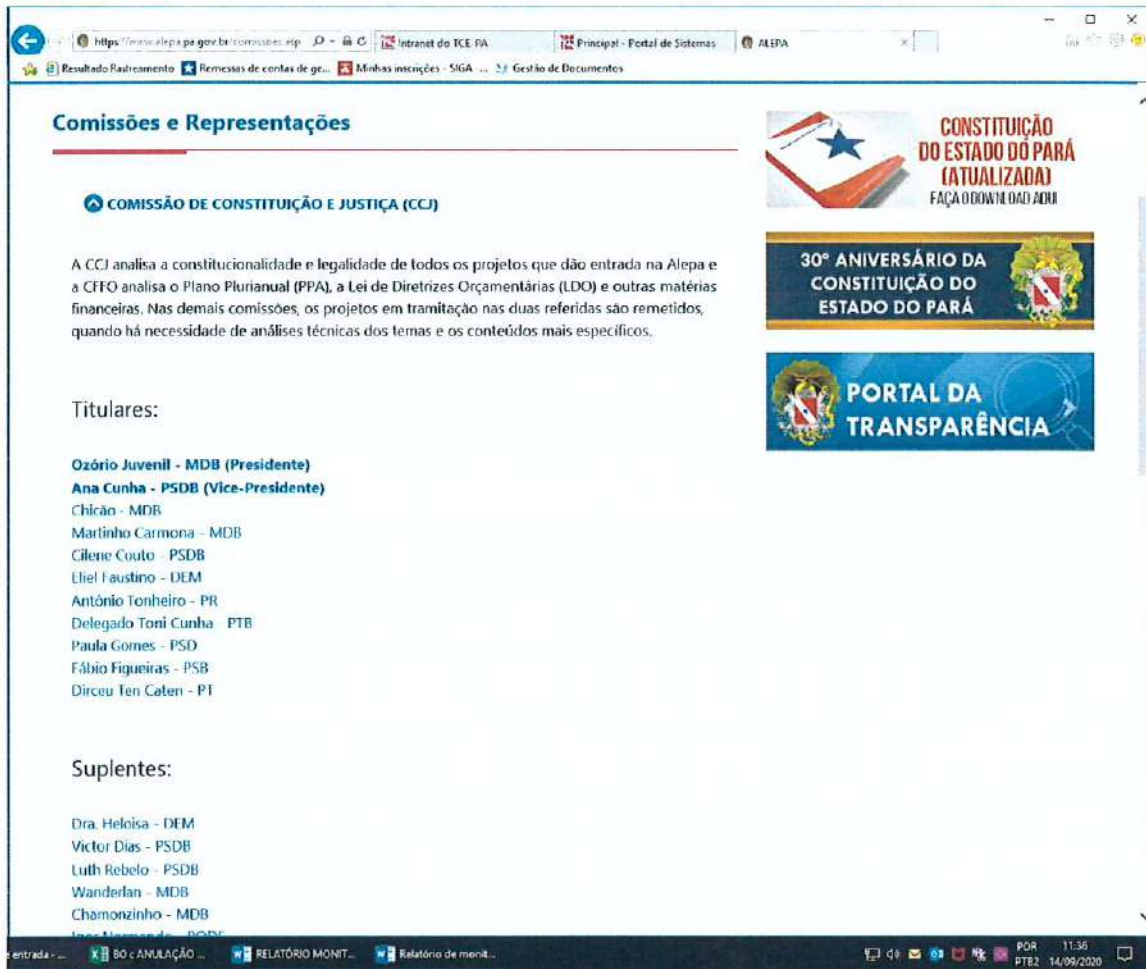


Figura 3 – Fonte: Equipe de Auditoria³

Ressalta-se que tais informações deveriam estar disponíveis à população, por serem de interesse público (art. 3º, II, da LAI), conforme previsão contida no art. 7º, inciso V, da LAI:

Art. 7º O acesso à informação de que trata esta Lei compreende, entre outros, os direitos de obter:
(...)
V - Informação sobre atividades exercidas pelos órgãos e entidades, inclusive as relativas à sua política, organização e serviços.

Na opção *Deputados*, quando acessadas as páginas destinadas a cada parlamentar, clicando-se em sua respectiva foto, verificam-se informações resumidas sobre a biografia de cada agente público, sendo disponibilizado *e-mail* institucional, perfis em redes sociais, campo para comunicação com o parlamentar por meio de mensagem de texto, endereço e telefone do gabinete, porém não é informado horário de atendimento ao público, conforme imagens a seguir (art. 8º, § 1º, I, da LAI):

³ Disponível em: < <https://www.alepa.pa.gov.br/comissoes.asp>>. Acesso: 14/09/2020.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARÁ
Secretaria de Controle Externo - 1ª CCG



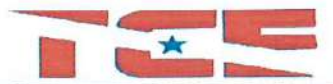
Representantes do Povo Buscar por: Partido ou Nome

Dep Alex Santiago PL	Dep Ana Cunha PSDB	Dep Angelo Ferrari PTB	Dep Antônio Tonheiro PL	Dep Bordaio PT	Dep Chamozinho MDB
Dep Chicão MDB	Dep Cilene Couto PSDB	Dep Delegado Caveira PP	Dep Delegado Nilton Neves PSL	Dep Delegado Toni Cunha PTB	Dep Diana Belo DC

Taskbar: entrada - BO e ANULAÇÃO - RELATÓRIO MONIT... Relatório de monit... 11:39 POR PTB2 14/09/2020

Figura 4 – Fonte: Equipe de Auditoria⁴

⁴ Disponível em: <<https://www.alepa.pa.gov.br/deputados.asp>>. Acesso: 14/09/2020.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARÁ
Secretaria de Controle Externo - 1ª CCG



Assunto:
Assunto

Email:
Seu email

Mensagem:

Enviar

Notícias veja mais

Alex Santiago 07/03/2019 | 09h19
Moção requer reforma e ampliação do CEEJA Dr^a. Violeta Loureiro no município de Xinguara

Alex Santiago 01/03/2019 | 15h16
Moção requer a urgência na conclusão das obras na E.E.E.M. Professor Jorceli Silva Sestari

Gabinete

Endereço:
Rua do Aveiro, 130 (4o andar) - Pq Dom Pedro II, Cidade Velha - Palácio Cabanagem
Telefone: (91) 3213-4390

Endereço:

Figura 5 – Fonte: Equipe de Auditoria⁵.

No Novo Portal da Transparência, na aba *Deputados*, constam opções com informações individualizadas dos Parlamentares da Casa, quais sejam:

- Resumo* (que contempla dados gerais, tais como o valor do salário do deputado, número de assessores, frequência, partido ao qual é filiado e *e-mail* funcional);
- Frequência* (onde é possível verificar, mais detalhadamente, dados sobre o comparecimento dos Deputados à Casa, suas faltas e licenças concedidas);
- Verba de Gabinete* (sendo possível verificar o valor mensal de tais verbas, bem como a relação nominal dos Secretários Parlamentares vinculados a cada Deputado);
- Verba Indenizatória* (deveriam estar atualizadas até o mês de agosto de 2020, mas os valores respectivos estão informados somente até o mês de maio/2020, permanecendo

⁵ Disponível em: <https://www.alepa.pa.gov.br/deputado.asp?id_rep=107>. Acesso: 14/09/2020.

a impossibilidade de acessar o detalhamento dos respectivos gastos);

Deputado(a)	Referência	Total
Dep. DR. DANIEL SANTOS	Maio/2020	R\$ 35.000,00
Dep. RENATO OGAWA	Maio/2020	R\$ 34.950,00
Dep. MICHELE BEGOT	Maio/2020	R\$ 35.003,04
Dep. ERALDO PIMENTA	Maio/2020	R\$ 38.500,00
Dep. VICTOR DIAS	Maio/2020	R\$ 35.000,00
Dep. DILVANDA FARO	Maio/2020	R\$ 35.000,00
Dep. ALEX SANTIAGO	Maio/2020	R\$ 33.949,39

Figura 6 – Fonte: Equipe de Auditoria⁶.

-Diárias e Auxílio (onde constam os valores despendidos mensalmente pelos membros da Casa para estas finalidades); e

-Lista de e-mails (com o endereço de correio eletrônico dos parlamentares).

Por ocasião da segunda inspeção, o Novo Portal de transparência da Alepa deixou de disponibilizar informações de interesse público, atinentes ao manuseio de recursos financeiros estaduais e à execução de atividades administrativas dos Deputados, violando os preceitos estabelecidos pela LAI.

Na opção *Verba Indenizatória* (aba *Deputados*), observa-se que permanecem a

⁶ Disponível em: <<http://transparencia.alepa.pa.gov.br/v2019/deputados.php>>. Acesso: 14/09/2020.

ausência de clareza quanto às informações ali constantes. Apresenta-se como “Base de Cálculo” o montante de R\$ 35.000,00 (trinta e cinco mil reais). Em seguida, constam valores que ultrapassam 100%, não ficando evidente a forma de cálculo e os limites máximos para cada uma das rubricas. Além disso, permanece a impossibilidade de realizar o *download* do ato normativo regulatório das referidas verbas indenizatórias (Ato nº 068/2013), o documento em questão continua indisponível para consulta, conforme figura a seguir:

Dep. HILTON AGUIAR	Maior/2020	R\$ 26.500,00
Dep. IGORNORMANDO	Maior/2020	R\$ 0,00
Dep. JÔNOR HAGE	Maior/2020	R\$ 13.800,00
Dep. LUFH BEBELO	Maior/2020	R\$ 0,00
Dep. MARINOR BRITO	Maior/2020	R\$ 16.354,65
Dep. MARTINO CARMONA	Maior/2020	R\$ 24.991,17
Dep. MIRO SANGVA	Maior/2020	R\$ 24.800,00
Dep. ORLANDO LOBATO	Maior/2020	R\$ 35.000,00
Dep. OZÓRIO JUVENIL	Maior/2020	R\$ 0,00
Dep. PAULA GOMES	Maior/2020	R\$ 23.331,64
Dep. PROFESSORA NILSE	Maior/2020	R\$ 35.000,00
Dep. RAMUNDO SANTOS	Maior/2020	R\$ 24.947,66
Dep. RENILCE NICODEMOS	Maior/2020	R\$ 45.000,00
Dep. THIAGO ARAÚJO	Maior/2020	R\$ 21.500,00
Dep. TONI CURRÁ	Maior/2020	R\$ 23.448,25
Dep. IRANILMA	Maior/2020	R\$ 35.000,00
TOTAL: 42		

Legenda:

- Base de Cálculo: R\$ 25.000,00
- Locação de veículos Automotores: 40%
- Frete de aeronaves e/ou embarcações: 70%
- Combustíveis e Lubrificantes: 10%
- Demais despesas contempladas no ato 068/2003: 50%
- Ato 068/2003: Download

Seção de Desenvolvimento de Sistemas © 2019 ALEPA. transparencia@alepa.pa.gov.br (01)3187-8472

Figura 7 – Fonte: Equipe de Auditoria⁷.

Já na Aba *Institucional*, da página inicial, opção *Relatórios*, as informações apresentadas permanecem sem clareza e objetividade no que tange à classificação e sistematização dos dados (art. 8º, §3º, I, da LAI).

Realizada no dia 14/09/2020, no interstício de 01/01/2019 a 31/12/2019, a pesquisa

⁷ Disponível em: < http://transparencia.alepa.pa.gov.br/v2019/verba_indenizatoria.php>. Acesso: 14/09/2020.

retornou dados aleatórios, exercícios divergentes, os mesmos, inclusive, de antes de se preencher os parâmetros da pesquisa, conforme tela a seguir:

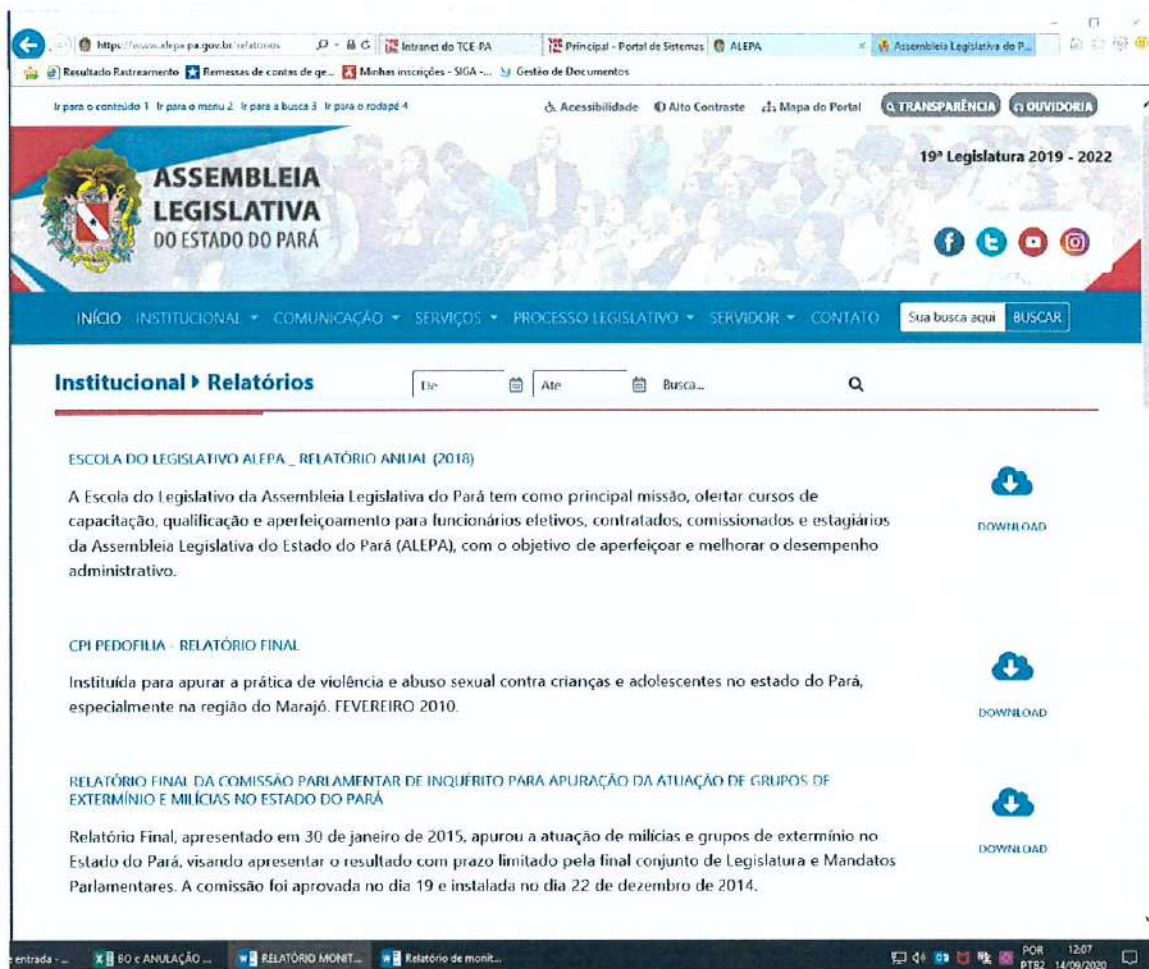


Figura 8 – Fonte: Equipe de Auditoria⁸.

⁸ Disponível em: <<https://www.alepa.pa.gov.br/relatorios>>. Acesso: 14/09/2020.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARÁ
Secretaria de Controle Externo - 1ª CCG

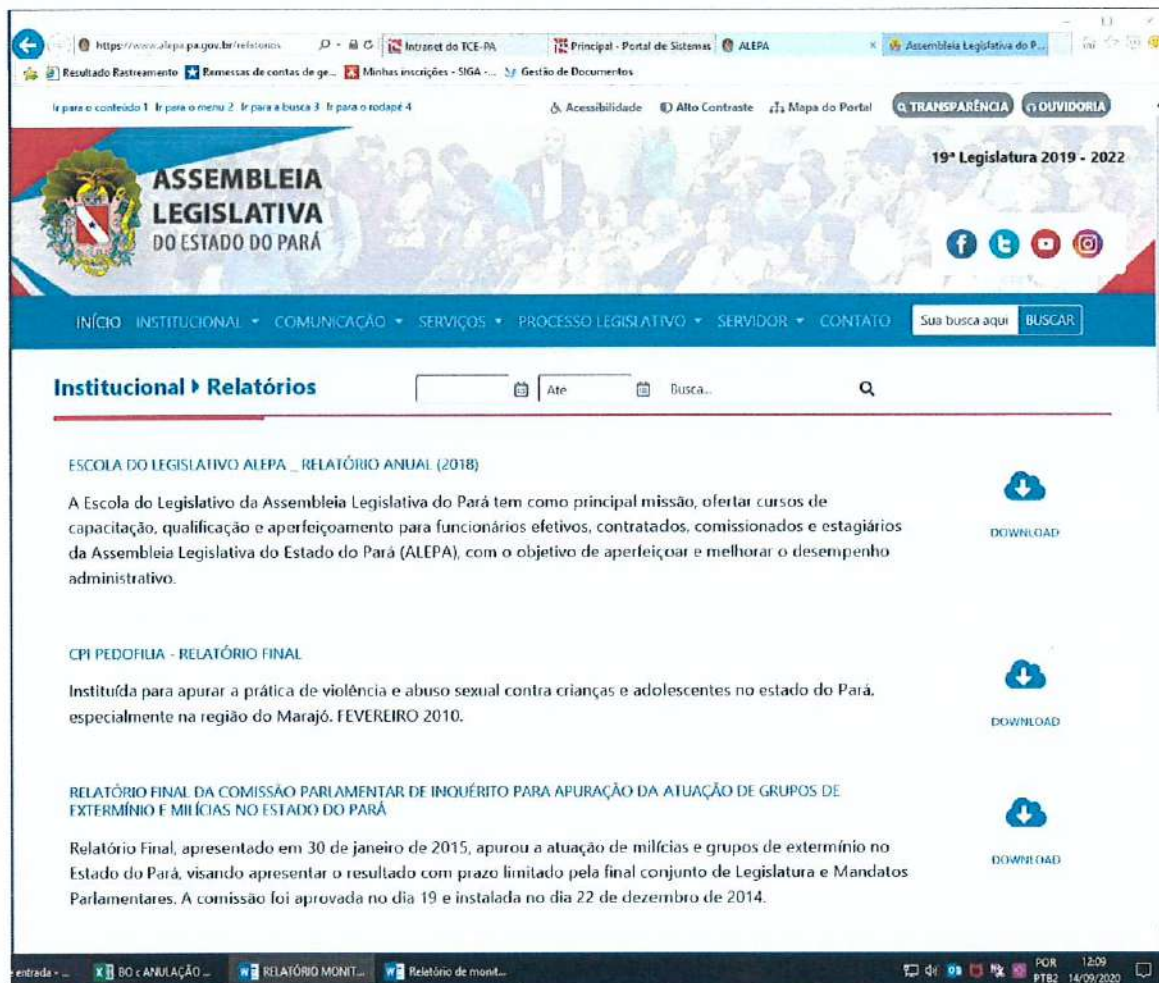


Figura 9 – Fonte: Equipe de Auditoria⁹.

Nesse sentido, a opção em questão permanece sem atender ao critério de disponibilidade prescrito na LAI¹⁰, já que os referidos dados estão desatualizados¹¹, comprometendo a qualidade das informações disponíveis ao público em geral.

Já na opção *Planejamento Estratégico* verificam-se informações resumidas acerca da Finalidade, Missão, Visão e Compromisso do órgão, carecendo de dados mais específicos e pormenorizados (art. 3º, art. 7º, VII, “a” e art. 8º da LAI), tais como: mapa estratégico, objetivos, indicadores e metas.

⁹ Disponível em: <<https://www.alepa.pa.gov.br/relatorios>>. Acesso: 14/09/2020.

¹⁰ Art. 4º Para os efeitos desta Lei, considera-se: (...) VI - disponibilidade: qualidade da informação que pode ser conhecida e utilizada por indivíduos, equipamentos ou sistemas autorizados.

¹¹ Art. 8º (...) § 3º Os sítios de que trata o § 2º deverão, na forma de regulamento, atender, entre outros, aos seguintes requisitos: (...) VI - manter atualizadas as informações disponíveis para acesso.

Planejamento Estratégico

Principal Finalidade:
Exercer o Poder de Legislar, dispondo sobre todas as matérias de competência do Estado, especialmente as discriminadas na Carta Magna Estadual e fiscalizar a correta execução das normas que orientam a administração estadual por parte dos órgãos legalmente instituídos.

Missão:
Exercer a representação e promover a participação da sociedade na elaboração das leis estaduais e na avaliação de políticas públicas para o desenvolvimento sustentável do Estado.

Visão:
Ser reconhecida como o poder da representação popular na construção de uma sociedade justa e solidária.

Compromisso:

1. Exercer a representação política com participação da sociedade;
2. Produzir legislação de qualidade, em sintonia com os interesses da sociedade;
3. Formular políticas públicas eficazes e promover estratégias de desenvolvimento sustentável;
4. Avaliar e fiscalizar políticas públicas com foco em resultados;
5. Atuar de forma ética e transparente e garantir uma gestão eficiente e austera.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARÁ - ALEPA | CONSTRUÇÃO DO PPA 2020-2023

Figura 10 – Fonte: Equipe de Auditoria¹².

Por sua vez, na opção *Organograma*, consta arquivo em PDF com a estrutura hierárquica organizacional das unidades que compõem o órgão, sem discriminação de suas respectivas competências e gestores responsáveis. Somente algumas das referidas unidades são acompanhadas de *links* específicos, quais sejam: Comissões técnicas, Plenário, Mesa Diretora, Núcleo Educacional Engº Waldemar Chaves, Ouvidoria, Departamento de Memorial Legislativo, Seção da Biblioteca, Centro de Atendimento ao cidadão (CAC), Gabinete Militar, Ass. de Imprensa e Divulgação, Diretoria da Escola Legislativa. Tais *links*, ao serem acionados, redirecionam a informativos de caráter geral. A título de exemplificação, acessando-se o *link* vinculado à unidade “Departamento de Memorial Legislativo”, ocorre redirecionamento para página que trata do acervo histórico do órgão, conforme figuras a seguir:

¹² Disponível em: < <https://www.alepa.pa.gov.br/planejamento-estrategico.asp>>. Acesso: 14/09/2020.

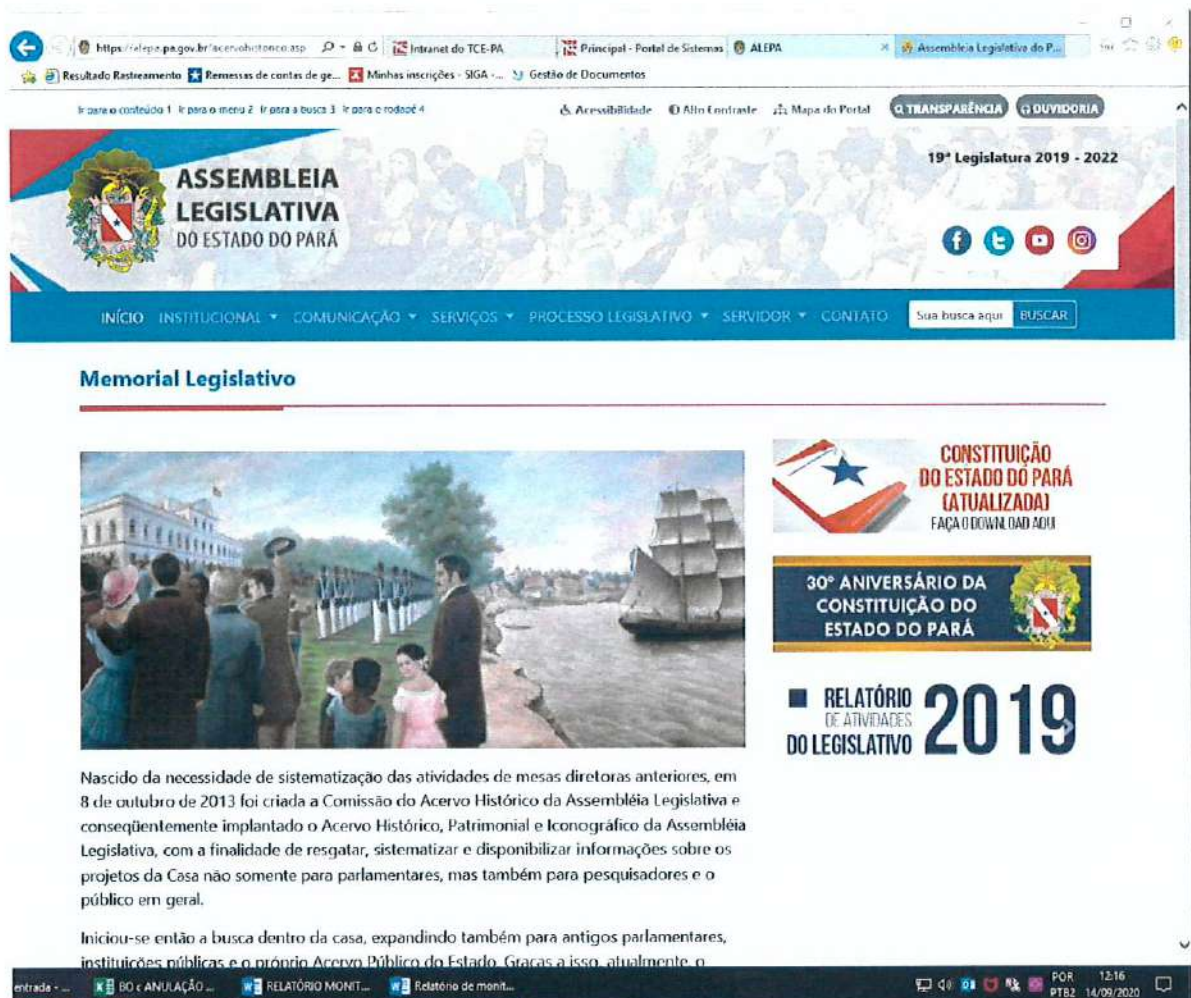


Figura 12 – Fonte: Equipe de Auditoria¹⁴.

No Novo Portal da Transparência, por meio da opção *Estrutura Organizacional* da aba *Institucional*, também está disponibilizado o referido organograma, com opção de *download*, mas sem os *links* de redirecionamento mencionados:

¹⁴ Disponível em: < <https://alepa.pa.gov.br/acervohistorico.asp>>. Acesso: 14/09/2020.

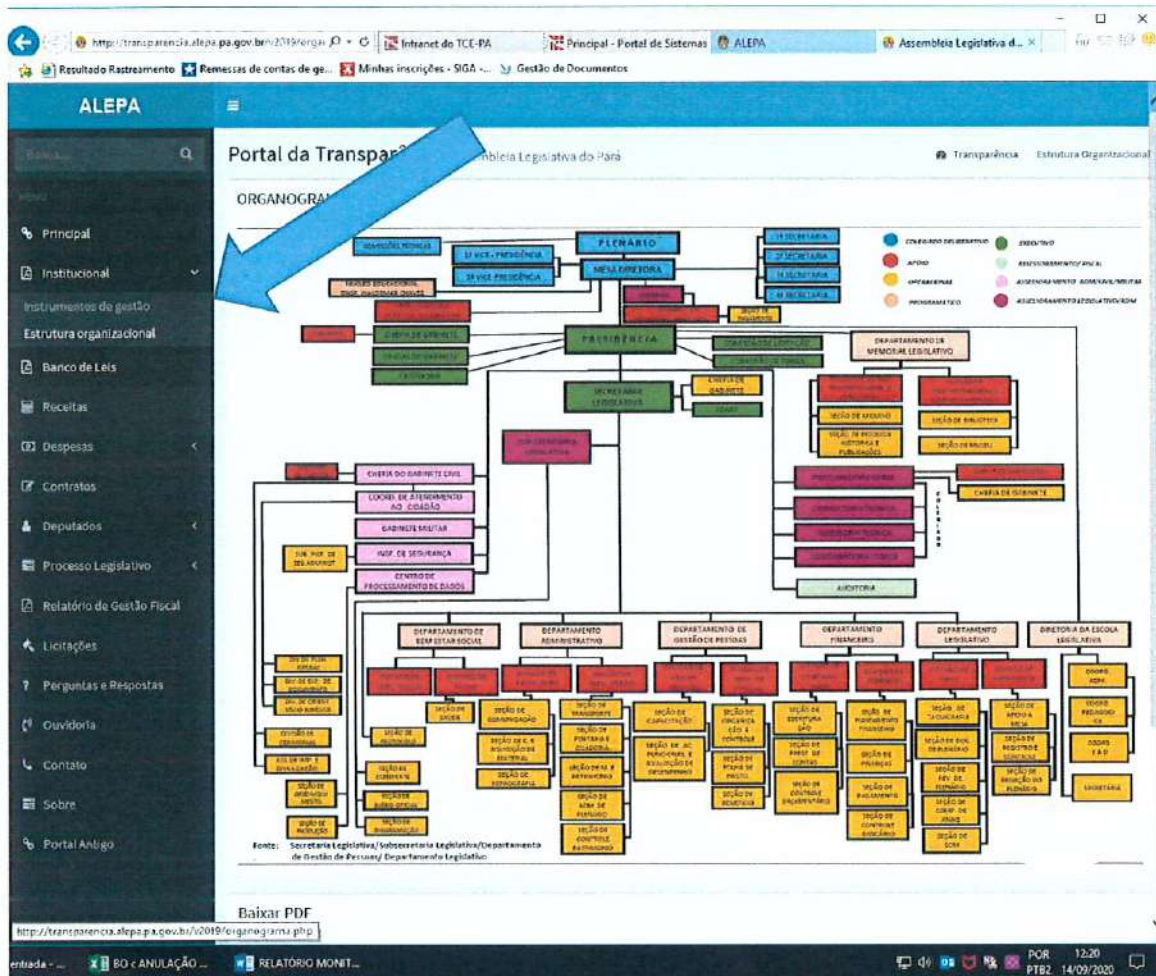


Figura 13 – Fonte: Equipe de Auditoria¹⁵.

3.3 Transparência na Gestão Fiscal

À vista do disposto na LC nº 131/2009, regulamentada pelo Decreto nº 7.185/2010, o qual define os instrumentos e mecanismos de transparência da gestão fiscal, de que trata o art. 48 da LRF, foram efetuadas as seguintes constatações no portal eletrônico da Alepa no período de janeiro a agosto/2020:

3.3.1. Quanto aos instrumentos de transparência – Planos, Orçamentos, Prestações de Contas e Relatórios de Gestão Fiscal

Em relação aos Planos, Orçamentos e Prestações de Contas, acrescidos de suas versões simplificadas, verificou-se que no novo portal da transparência do órgão, na aba *Institucional*, opção *Instrumentos de Gestão*, foi efetuada a divulgação apenas do Plano Plurianual (PPA)

¹⁵ Disponível em: <<http://transparencia.alepa.pa.gov.br/v2019/organograma.php>>. Acesso: 14/09/2020.

2020-2023, da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) 2020 e da Lei Orçamentária Anual (LOA) 2019 do estado do Pará.

Relevante frisar que a Lei Orçamentária Anual para o exercício financeiro 2020 (LOA 2020), Lei nº 8.969, de 30 de dezembro de 2019, publicada no suplemento do Diário Oficial do Estado nº 34.092, em 17 de janeiro de 2020, não se encontra disponível para acesso, conforme verifica-se na tela a seguir:

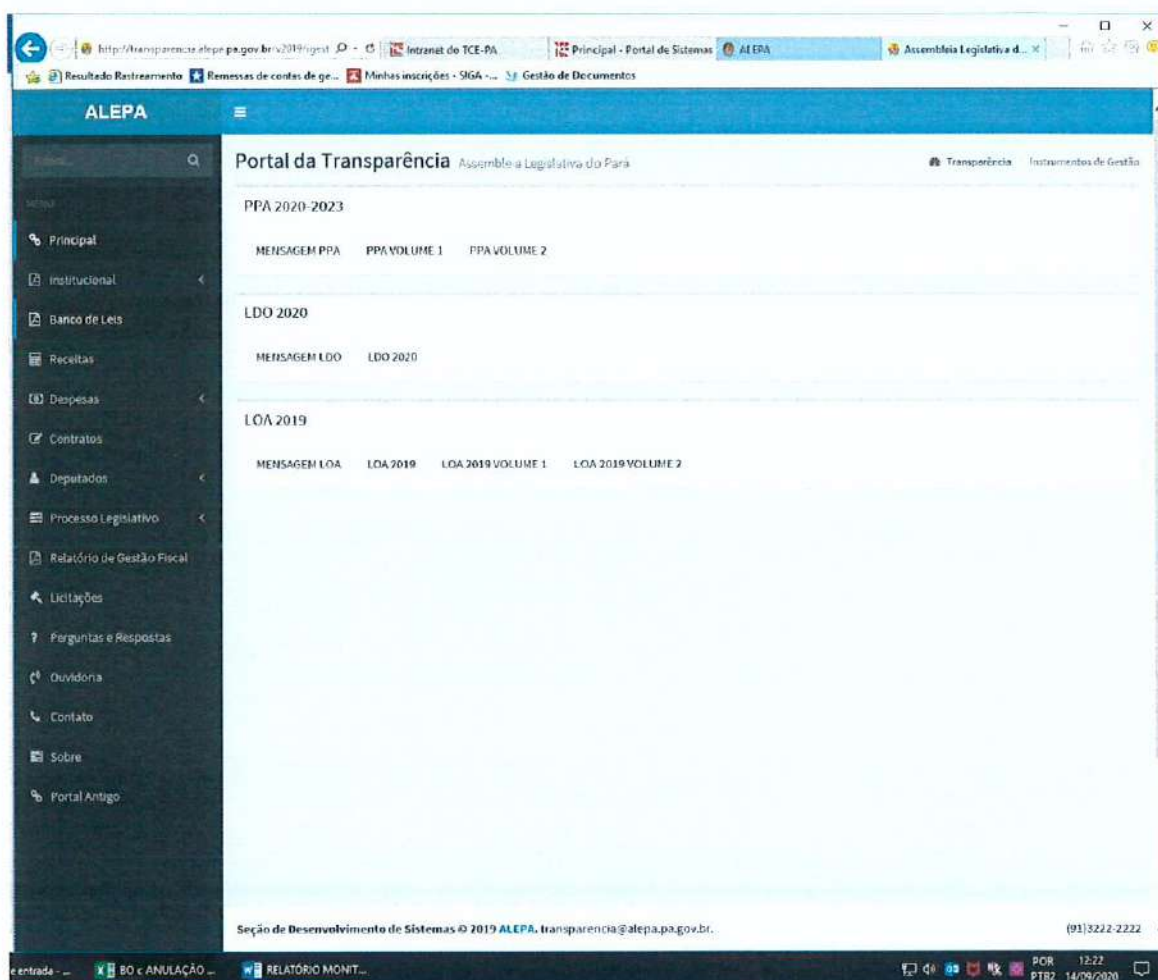


Figura 14 – Fonte: Equipe de Auditoria¹⁶.

As informações individualizadas acerca do orçamento relativo à Casa Legislativa, tanto na antiga, como na nova versão do portal, não foram encontradas. O jurisdicionado apenas replicou os instrumentos de planejamento do Estado, já consolidados em forma de lei, o que dificulta o acesso aos dados específicos da Alepa.

No tocante aos RGFs, verificou-se, na versão antiga do portal, a existência de aba

¹⁶ Disponível em: < <http://transparencia.alepa.pa.gov.br/v2019/igestao.php>>. Acesso: 14/09/2020.

específica *Relatório de Gestão Fiscal*, na qual foram disponibilizados os relatórios contendo o demonstrativo da despesa com pessoal (1º e 2º quadrimestre) acrescida da disponibilidade de caixa e simplificado (3º quadrimestre), desde o exercício 2011 até o exercício 2019 (permanecendo sem atualização por ocasião da nova inspeção).

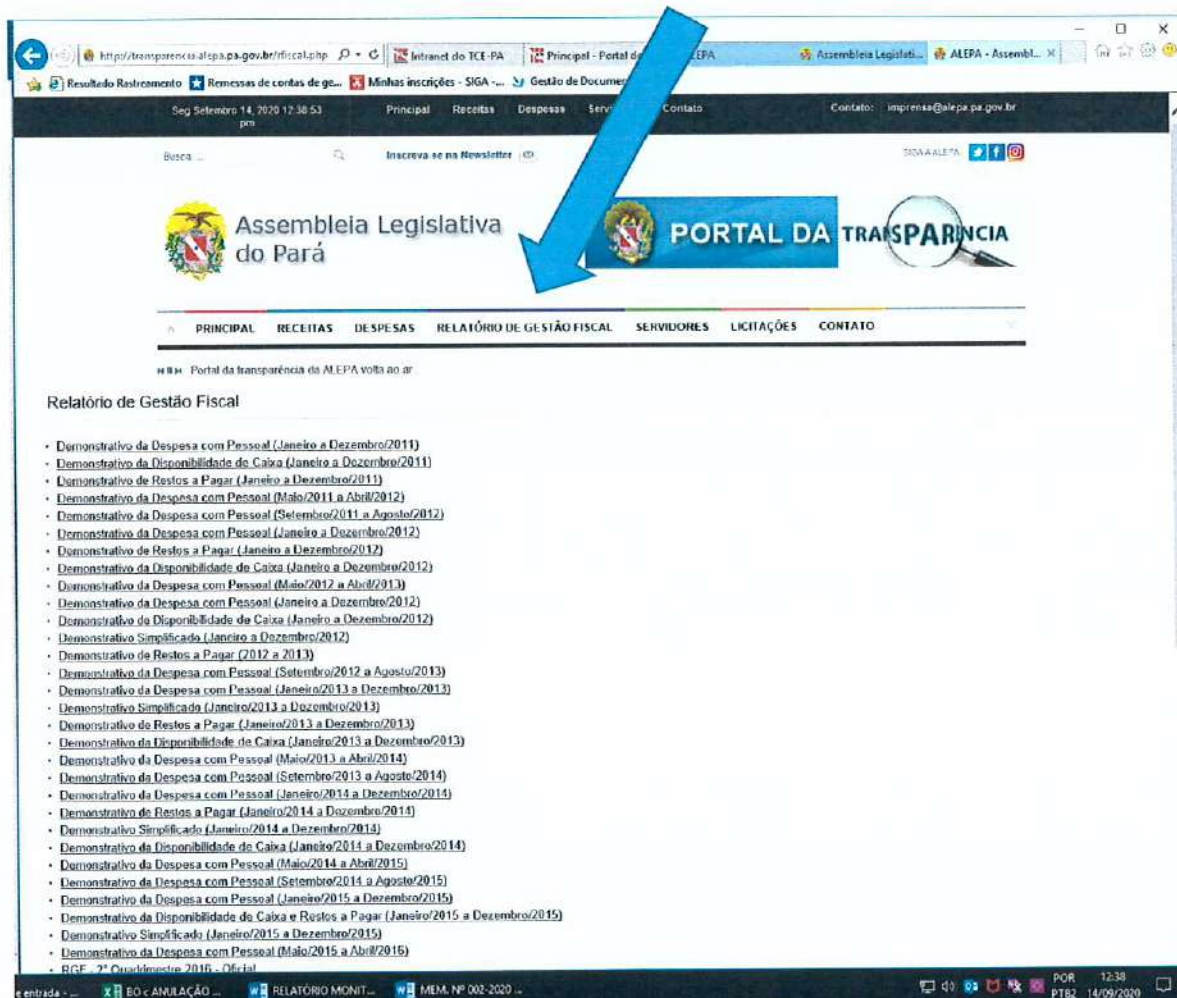


Figura 15 – Fonte: Equipe de Auditoria¹⁷.

Na nova versão do portal, as informações disponibilizadas foram atualizadas para divulgar o RGF do 1º Quadrimestre de 2020, além de manter os demonstrativos simplificados do RGF de 2017 e 2018, sem disponibilizar os dados referentes ao exercício de 2019, conforme apresentado a seguir:

¹⁷ Disponível em: < <http://transparencia.alepa.pa.gov.br/rfiscal.php>>. Acesso: 14/09/2020.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARÁ
Secretaria de Controle Externo - 1ª CCG

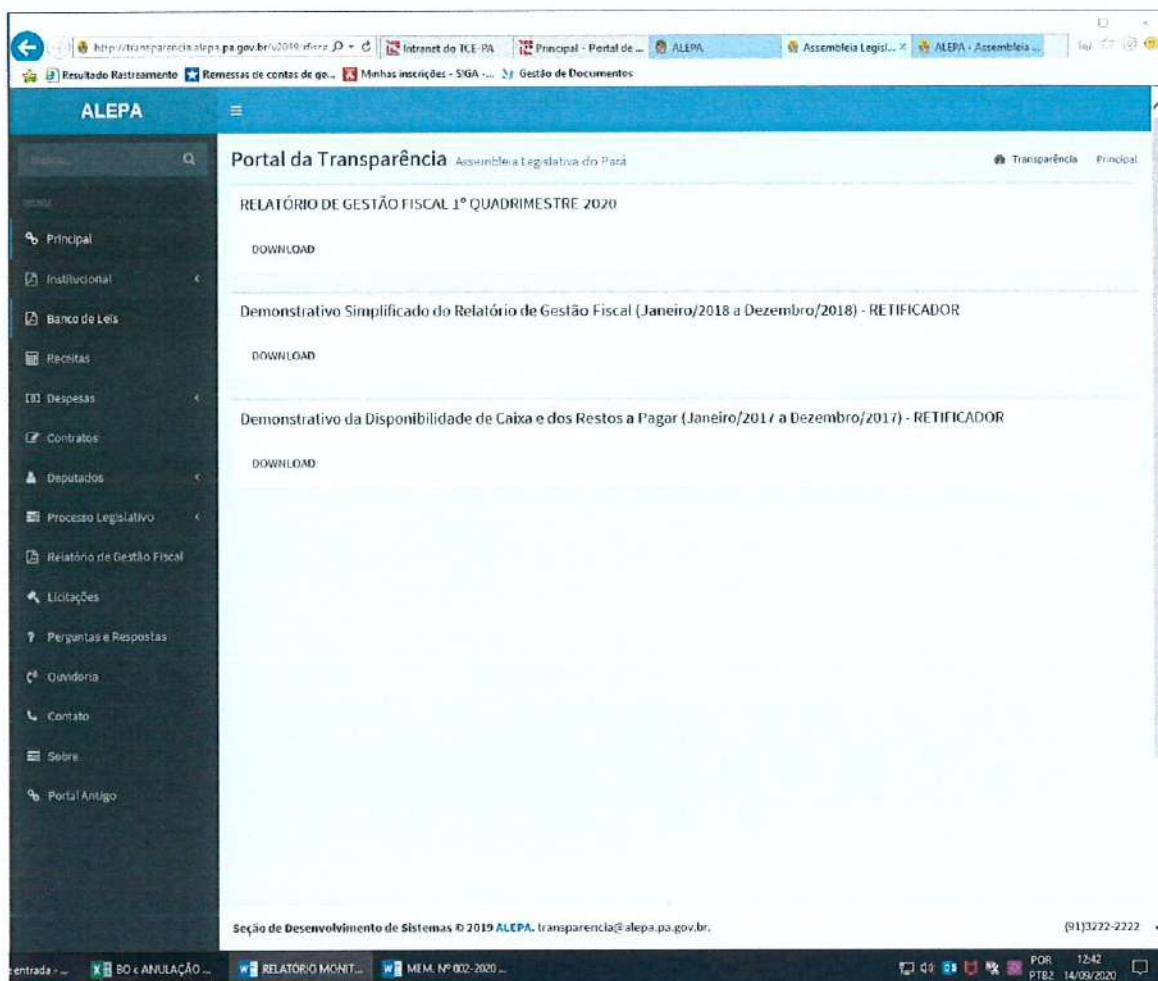


Figura 16 – Fonte: Equipe de Auditoria¹⁸.

De todo modo, para fins de cumprimento do requisito divulgação do RGF, inclusive em meios eletrônicos de acesso ao público, contido na LRF, considera-se que foi atendido. No entanto, faz-se necessária a migração dos dados relativos ao exercício 2019 para o novo portal, visando a adequada transparência e facilitação ao controle social.

3.3.2. Quanto à Disponibilização de Informações sobre Receitas e Despesas em Tempo Real

A disponibilização da informação sobre a execução orçamentária e financeira deve, nos termos do Decreto nº 7.185/2010, ser apresentada de forma consolidada, ou seja, incluindo a unidade gestora principal e aquelas que lhe são vinculadas, permitindo consulta por período compreendido entre duas datas (art. 2º).

¹⁸ Disponível em: <<http://transparencia.alepa.pa.gov.br/v2019/rfiscal.php>>. Acesso: 14/09/2020.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARÁ
Secretaria de Controle Externo - 1ª CCG



No caso das despesas, a informação deve evidenciar (art. 7º, I):

- a) os estágios do empenho, da liquidação e do pagamento;
- b) o número do correspondente processo da execução, quando for o caso;
- c) a classificação orçamentária, especificando a unidade orçamentária, função, subfunção, natureza da despesa e a fonte dos recursos que financiam o gasto;
- d) o beneficiário (pessoa física ou pessoa jurídica), exceto no caso de folha de pagamento;
- e) o procedimento licitatório realizado, bem como a sua dispensa ou inexigibilidade, quando for o caso, com o número do correspondente processo, e;
- f) o bem ou serviço prestado.

No caso das receitas, os valores devem apresentar os ingressos, compreendendo, no mínimo, sua natureza, inclusive referentes aos recursos extraordinários (art. 7º, II).

Além disso, o conjunto das informações disponibilizadas deve possibilitar ao usuário, ainda, a geração de relatórios em formato *pdf*, *txt*, *xls*, *csv*, entre outros, e a liberação dos dados ao pleno conhecimento e acompanhamento da sociedade deve ocorrer em tempo real, ou seja, até o primeiro dia útil subsequente à data do registro contábil (art. 2º, § 2º).

Diante dessas exigências, cabe destacar que a Casa Legislativa, assim como os demais poderes e órgãos do estado do Pará, integrantes do orçamento fiscal e da seguridade social, utilizam o Sistema Integrado de Administração Financeira e Orçamentária (Siafem) para fins de execução orçamentária, financeira e patrimonial. Essa base de dados é, portanto, a principal fonte de informação para o portal.

As informações constantes em ambos os portais da Alepa, evidenciaram que, apesar de a Casa Legislativa estadual disponibilizar os dados das receitas e das despesas, eles não se coadunam a todos os requisitos estabelecidos no Decreto nº 7.185/2010, a começar pelas informações da UG vinculada 010102, Plano de Seguridade Social dos Parlamentares (PSSP), as quais não foram encontradas.

No tocante às receitas, as informações divulgadas são limitadas, já que apresentam em período fechado (mensal), de forma genérica, os valores das receitas intituladas “Repasse”, “Finanprev”, “Rendim. Aplicação” e “Imposto de Renda”. Salienta-se, que as terminologias apresentadas não estão em linguagem de fácil compreensão ao cidadão em geral, por apresentarem caráter técnico, carecendo de explicações complementares que possibilitem o



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARÁ
Secretaria de Controle Externo - 1ª CCG



correto entendimento por parte da sociedade (art. 5º, da LAI). Além disso, não deixam clara a natureza e a fonte de recursos desses ingressos (orçamentária, extraorçamentária, recurso do tesouro, recurso próprio etc.).

Ano	2019	Listar		
Ano de Referência	2019			
Período	Rapasse	Finanprev	Rendins. Aplicação	Imposto Renda
Janeiro	R\$ 34.835.925,00	R\$ 3.159.724,44	R\$ 46,60	R\$ 1.226.420,63
Fevereiro	R\$ 34.940.978,21	R\$ 3.170.924,75	R\$ 42,59	R\$ 3.974.251,87
Março	R\$ 35.000.000,00	R\$ 3.980.480,85	R\$ 40,66	R\$ 3.501.795,55
Abril	R\$ 35.000.000,00	R\$ 171.140,79	R\$ 23.976,95	R\$ 3.207.185,10
Maior	R\$ 35.000.000,00	R\$ 173.153,07	R\$ 43.946,75	R\$ 3.215.226,84
Junho	R\$ 35.000.000,00	R\$ 170.438,46	R\$ 43.897,30	R\$ 3.544.778,59
Julho	R\$ 35.000.000,00	R\$ 173.652,13	R\$ 54.611,30	R\$ 3.245.943,51
Agosto	R\$ 35.000.000,00	R\$ 171.856,15	R\$ 59.233,96	R\$ 3.227.758,32
Setembro	R\$ 35.000.000,00	R\$ 174.350,85	R\$ 59.878,86	R\$ 3.226.026,40
Outubro	R\$ 35.000.000,00	R\$ 177.605,01	R\$ 42.201,10	R\$ 3.189.401,98
Novembro	R\$ 35.000.000,00	R\$ 189.205,62	R\$ 40.422,55	R\$ 3.204.167,29
Dezembro	R\$ 30.976.270,40	R\$ 176.230,50	R\$ 35.226,19	R\$ 6.073.901,24

Figura 17 – Fonte: Equipe de Auditoria¹⁹.

¹⁹ Disponível em: < <http://transparencia.alepa.pa.gov.br/receitas.php>>. Acesso: 14/09/2020.

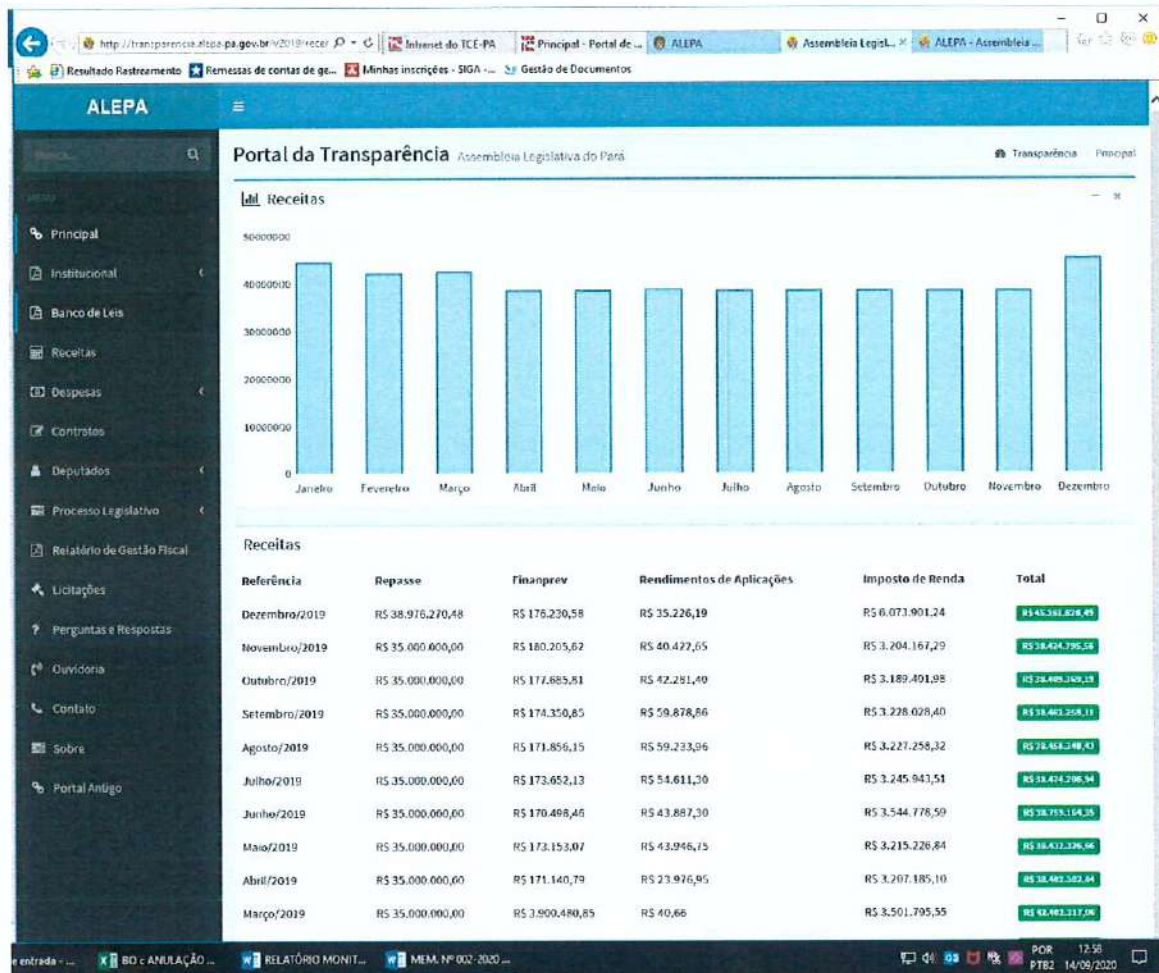


Figura 18 – Fonte: Equipe de Auditoria²⁰.

Em relação às despesas, observou-se que no antigo portal, a despeito da possibilidade de extração das informações por período compreendido entre duas datas e por estágios da despesa (a Alepa só informa os estágios do empenho e do pagamento), permanece a situação de que os resultados apresentados, a partir dos filtros selecionados, não retornam com os dados especificamente solicitados, ou seja, não estão condizentes com as informações requeridas pelo usuário.

A título de exemplo, destaca-se que, ao selecionar o elemento de despesa “diárias - civil”, no período de 01/01/2019 a 31/07/2019, os dados apresentados relacionam todas as despesas executadas no período e não a definida no filtro pelo usuário, inclusive o campo “Elemento de Despesa”, ainda que selecionado, aparece em branco no retorno da pesquisa, conforme imagens a seguir:

²⁰ Disponível em: < <http://transparencia.alepa.pa.gov.br/v2019/receitas.php>>. Acesso: 14/09/2020.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARÁ
Secretaria de Controle Externo - 1ª CCG



121903/2019 - Pág 110

Portal da transparência do ALEPA volta ao ar

Despesas

Ano: [2019] Seleccione o ano
Órgão: [Assembleia Legislativa] Seleccione o órgão
0101 até 3107 (Formato dddmm)
Elemento de Despesa: [DIARIAS - CIVIL] Seleccione o item

Consultar

* Para resultados mais precisos, consulte intervalos de 30 dias

http://transparencia.alepa.pa.gov.br

© 2016. Gestão de desenvolvimento de sistemas - ALEPA

Figura 19 – Fonte: Equipe de Auditoria²¹.

²¹ Disponível em: < <http://transparencia.alepa.pa.gov.br/despesa.php>>. Acesso: 14/09/2020.

[Handwritten signatures and marks]

N° do empenho	Data do empenho	CPF	Beneficiário	Empenhado	Anulação	Reforço	Empenho Final	Pago
2019NE0001	17/01/2019	299798360014083	TITULO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL	1.682.918,02	3.682.518,02	0,00	0,00	0,00
2019NE0002	21/01/2019	1574148160016308	VIAGENS E TURISMO LTDA	332.542,63	0,00	0,00	332.542,63	332.542,63
2019NE0003	21/01/2019	70429956001990	OLMIR IORIS E CIA LTDA	7.273,88	-7.273,88	0,00	0,00	0,00
2019NE0005	21/01/2019	70429956001990	OLMIR IORIS E CIA LTDA	7.273,88	0,00	0,00	7.273,88	7.273,88
2019NE0006	21/01/2019	11584646258	MARCIA CONCEICAO MENDES DA SILVA	4.314,24	4.314,24	0,00	0,00	0,00
2019NE0007	21/01/2019	00295570253	IRECIA PEREIRA FERRAZ	5.932,08	-5.932,08	0,00	0,00	0,00
2019NE0008	22/01/2019	10414303234	ELIEL PEREIRA FAUSTINO FILHO	34.633,82	0,00	0,00	34.633,82	34.633,82
2019NE0009	22/01/2019	7228477268	KENNEDY SANTANA MARTINS	3.019,97	-3.019,97	0,00	0,00	0,00
2019NE0010	22/01/2019	00389557250	THIAGO ARAUJO	34.948,59	0,00	0,00	34.948,59	34.948,59
2019NE0011	21/01/2019	11604646208	MARCIA CONCEICAO MENDES DA SILVA	4.314,24	0,00	0,00	4.314,24	4.314,24
2019NE0012	21/01/2019	00295570253	IRECIA PEREIRA FERRAZ	5.932,08	0,00	0,00	5.932,08	5.932,08

Figura 20 – Fonte: Equipe de Auditoria²².

Assim, no exemplo acima, para o usuário obter a informação relativa à diárias-civil terá, necessariamente, que detalhar cada uma das linhas geradas no relatório, considerando-se que também não é possível a geração de relatórios consolidados nos formatos pdf, txt, xls, csv, entre outros, o que limita o acesso aos dados requeridos.

Já no novo portal, essas informações revelam-se ainda mais restritas, visto que o rol dos elementos de despesas disponíveis, na aba *Despesas*, opção *Despesas Diversas*, estão limitados aos destacados na figura a seguir, destacando-se que ainda há a limitação temporal da consulta em 30 dias, impossibilitando a consulta em períodos maiores:

²² Disponível em: < <http://transparencia.alepa.pa.gov.br/despesa1.php>>. Acesso: 14/09/2020.

The screenshot shows the 'Portal da Transparência' interface for 'Despesas Diversas'. It includes search filters for 'data inicial' and 'data final'. A list of expense categories is displayed, including 'DIARIAS SEM I.R.', 'ALUGUEL', 'SERVICO PRESTADO', 'AUXILIO MORADIA COM I.R.', 'AUXILIO TRANSPORTE COM I.R.', 'AUXILIO MORADIA SEM I.R.', 'AUXILIO TRANSPORTE SEM I.R.', 'IMPOSTO DE RENDA', 'VERB. INDENIZATORIA - ALUGUEIS E DESPESAS COM IMOVES', 'VERB. INDENIZATORIA - LOCOMOÇÃO DE PARLAMENTAR E SEC', 'VERB. INDENIZATORIA - COMBUSTIVEIS E LUBRIFICANTES', 'VERB. INDENIZATORIA - CONTRATAÇÃO DE EMP. CONSULT.', 'VERB. INDENIZATORIA - EMP. ASSESS. PESQ. TRAB. TECNI', 'VERB. INDENIZATORIA - DIVULGAÇÃO DE ATIVIDADE PARL.', 'VERB. INDENIZATORIA - MATERIAS DE EXPEDIENTE', 'VERB. INDENIZATORIA - AQUISIÇÃO/LOCAÇÃO SOFTWARE', 'VERB. INDENIZATORIA - SERV. SEGURANC. ESPECIALIZADO', 'OBRAS E INSTALAÇÕES', 'INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES', 'PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO', 'SERV. DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUN. P. JURÍDICA', 'AUXILIO ALIMENTAÇÃO', and 'OUTROS SERV. DE TERCEIROS PESSOA JURÍDICA'.

Figura 21 – Fonte: Equipe de Auditoria²³.

Ressalte-se que as nomenclaturas especificadas foram adaptadas pela Alepa, visto que não retratam a classificação contida na Portaria Interministerial nº 163, de 4 de maio de 2001²⁴, a qual deve nortear a execução orçamentária dos entes federativos. Ademais, na relação supra especificada, não é possível identificar os estágios da despesa, número de processo, no caso de aquisição de bens ou contratação de serviços, dados do prestador/fornecedor, entre outros exigidos no Decreto nº 7.185/2010.

Em relação ao detalhamento do item “diárias sem IR”, em razão da nova consulta realizada, com o período 01/01/2020 a 31/01/2020, a informação apresentada permanece incompleta, constando apenas nome, valor e CPF do beneficiário, passando a ocultar a data da despesa. A coluna denominada empenho, permanece-se em branco, sem apresentar as

²³ Disponível em: < <http://transparencia.alepa.pa.gov.br/despesa1.php>>. Acesso: 14/09/2020.

²⁴ Dispõe sobre normas gerais de consolidação das Contas Públicas no âmbito da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, e dá outras providências.

informações pertinentes.

Nesse sentido, entende-se por necessária a disponibilização de informações acerca das despesas com diárias e passagens a servidores ou colaboradores eventuais, no interesse da administração, tais como: órgão superior, órgão subordinado ou entidade vinculada, unidade gestora, cargo do servidor, origem e destino de todos os trechos das viagens, período e motivo das viagens, meio de transporte, categoria e valor da passagem, número de diárias e número do empenho.

Portal da Transparência - Detalhamento de Despesas

DESPESA: DIARIAS SEM LIL
PERÍODO: de 01/01/2020 a 31/01/2020

DATA	NOME	VALOR	EMPENHO	CPF
//	WANDERLAI AUGUSTO BRANDAO QUARESMA	R\$ 5.064,48		381.***.***
//	IVAN DOS SANTOS CORREA	R\$ 1.841,42		630.***.***
//	EDMILSON CALANDRINI DE AZEVEDO	R\$ 1.041,42		175.***.***
//	ROSIVALDO PANTOJA DA CRUZ	R\$ 2.157,12		481.***.***
//	ROSIVALDO PANTOJA DA CRUZ	R\$ 647,14		481.***.***
//	ROSIVALDO PANTOJA DA CRUZ	R\$ 647,14		481.***.***
//	DIRECEI TEN CATEN PIES	R\$ 3.376,30		968.***.***
//	IGOR WANDER CENTENO NORMANDO	R\$ 1.688,16		960.***.***
//	SANDRA HELENA RIBEIRO CRUZ	R\$ 1.294,28		144.***.***
//	EDINALDO JOSE MACHADO IMBIRIBA	R\$ 1.294,28		332.***.***
//	MARTINHO ARNALDO CAMPOS CARMONA	R\$ 3.376,30		061.***.***
//	DEASSIS DA VERA CRUZ DE LIMA	R\$ 1.294,28		282.***.***
//	RENALDO XAVIER NEVES FIGUEIREDO	R\$ 1.294,28		840.***.***
//	FABIO CRISTIANO DA COSTA PESSOA	R\$ 1.294,28		480.***.***
//	ARACY DE NAZARE COSTA CHAGAS	R\$ 1.294,28		121.***.***
//	ANTONIO HAZARENO MIRANDA LIMA	R\$ 1.294,28		368.***.***
//	JOSÉ LOURENÇO DE ALMEIDA RODRIGUES	R\$ 1.294,28		281.***.***
//	ANTONIO JOSE CASTRO DA COSTA	R\$ 1.294,28		127.***.***
//	JEAN DAS NEVES ARAUJO	R\$ 1.294,28		440.***.***
//	TELLA LINDONESA MARTINS DE BRICIO	R\$ 1.294,28		172.***.***

Figura 22 – Fonte: Equipe de Auditoria²⁵.

Os itens da relação aluguel, serviço prestado, auxílio moradia com IR, auxílio transporte com IR e Imposto de Renda permanecem aparecendo em branco.

²⁵ Disponível em: <http://transparencia.alepa.pa.gov.br/v2019/detalhe_despesa.php>. Acesso: 21/09/2020.

ALEPA

Portal da Transparência - Detalhamento de Despesas

DESPESA: ALUGUEL
PERÍODO: de 01/01/2020 a 31/01/2020

DATA	NOME	VALOR	EMPENHO	CPF
Registros:				
Voltar				
				TOTAL: R\$ 0,00

Seção de Desenvolvimento de Sistemas © 2019 ALEPA. transparencia@alepa.pa.gov.br. (01)3222-2222

11:30
PTB2 21/09/2020

Figura 23 – Fonte: Equipe de Auditoria²⁶.

Para as despesas com verbas indenizatórias – alugueis e despesas com imóveis, as informações permanecem sendo apresentadas de forma incompleta, sem o número do empenho na coluna correspondente.

²⁶ Disponível em: < http://transparencia.alepa.pa.gov.br/v2019/detalhe_despesa.php>. Acesso: 21/09/2020.

Portal da Transparência Detalhamento em Despesas

DESPESA: V.A. - ALUGUEIS E DESPESAS COM IMOVES
PERÍODO: de 01/01/2020 a 31/01/2020

DATA	NOME	VALOR	EMPENHO	CPT
//	ELZA MARIA BARBOSA SOARES	R\$ 7.915,94		049.***.***
//	JOSE NARCISO BARBOSA SOARES	R\$ 7.915,94		136.***.***
//	ANA MARIA DO SOCORRO MAGNO CUNHA	R\$ 510,00		297.***.***
//	ANA MARIA DO SOCORRO MAGNO CUNHA	R\$ 88,89		297.***.***
//	ANTONIO CARLOS CUNHA SA	R\$ 5.500,00		645.***.***
//	ANTONIO CARLOS CUNHA SA	R\$ 190,00		645.***.***
//	ANTONIO CARLOS CUNHA SA	R\$ 416,10		645.***.***
//	ANTONIO GOMES DE LIMA	R\$ 1.800,00		372.***.***
//	ANTONIO GOMES DE LIMA	R\$ 2.000,00		372.***.***
//	FABIO SOUSA DE FREITAS	R\$ 93,85		320.***.***
//	FABIO SOUSA DE FREITAS	R\$ 6.500,00		320.***.***
//	GALILEU ZACARIAS CALDAS DE MORAES	R\$ 5.000,00		659.***.***
//	MARIA IRANILSE BRASIL DIAS PINHEIRO	R\$ 3.000,00		303.***.***
//	MARINOR JORGE BRITO	R\$ 2.500,00		116.***.***
//	MARINOR JORGE BRITO	R\$ 28,15		116.***.***
//	MARTINHO ARNALDO CAMPOS CARMONA	R\$ 960,00		061.***.***
//	THIAGO ARAUJO	R\$ 2.580,00		003.***.***
//	WANDERLAN AUGUSTO BRANDAO QUARESMA	R\$ 2.500,00		381.***.***

Registros: 18

TOTAL: R\$ 49.408,87

Figura 24 – Fonte: Equipe de Auditoria²⁷.

Por fim, destaca-se que não foram localizadas informações acerca de repasses ou transferência de recursos financeiros efetuados pela Alepa no período sob análise.

No que tange ao detalhamento da folha de pagamento, na opção *Remuneração de Servidores*, do novo Portal da Transparência do órgão, é possível filtrar as informações por mês de referência e nome do servidor. Em pesquisa realizada no dia 21/09/2020, verificou-se que os dados permanecem sendo apresentados de forma incompleta.

Embora sejam disponibilizados a matrícula, nome completo, cargo, remuneração bruta, descontos e valor líquido pertinente, não se especifica a composição remuneratória, com a indicação do valor correspondente ao vencimento de cada cargo e discriminação de parcelas referentes a vantagens pecuniárias (eventuais ou permanentes), conforme se observa, a seguir, em tela capturada:

²⁷ Disponível em: < <http://transparencia.alepa.pa.gov.br/despesa1.php>>. Acesso: 21/09/2020.

Portal da Transparência - Remuneração dos Servidores					
Remuneração dos Servidores					
2020					
Agosto					
Matrícula	Nome	Cargo	Remuneração	Descontos	Valor Líquido
24201	Abias maria da silva de andrade	Secretario parlamentar n. 04	R\$ 1.045,00	R\$ 219,51	R\$ 825,49
00229	Albele maria ferreira assumcao	Ast.serv.legisl.pt.al-102 *	R\$ 34.064,86	R\$ 22.243,20	R\$ 11.821,66
00301	Amelias mano felfosa ribeiro	Anal.leg.doc.plenar..pl.al-075	R\$ 22.411,62	R\$ 8.096,34	R\$ 14.315,28
00230	Ana maria da luz prestes	Tecnico legislativo-pl.al-102	R\$ 96.332,20	R\$ 20.573,64	R\$ 75.758,56
23914	Ana maria da silva ferre	Secretario parlamentar n. 15	R\$ 4.712,40	R\$ 826,14	R\$ 3.886,26
12518	Ana maria da silva santos	Secretario parlamentar n. 09	R\$ 1.580,96	R\$ 347,48	R\$ 1.233,48
22896	Ana maria de oliveira lima	Secretario parlamentar n. 13	R\$ 3.754,70	R\$ 536,49	R\$ 3.218,21
00939	Ana maria de oliveira maria	Agente serv. gerais pl.a0-011 *	R\$ 7.052,50	R\$ 2.624,34	R\$ 4.428,16
81169	Ana maria do socorro magno cunha	Deputado estadual	R\$ 25.322,35	R\$ 8.269,32	R\$ 17.053,03
00541	Ana maria feilias lima	Agente serv. gerais pl.a0-011	R\$ 8.880,55	R\$ 3.484,29	R\$ 5.396,26
00538	Ana maria gonzales marialva	Anal.leg.ast.leg.-pl.al-070 *	R\$ 28.129,83	R\$ 16.813,33	R\$ 11.316,50
24992	Ana maria lima de soisa	Secretario parlamentar n. 03	R\$ 1.045,00	R\$ 78,34	R\$ 966,66
00410	Ana maria santos dos santos	Ast.adm.legisl."a" pl.al-102 *	R\$ 19.190,34	R\$ 1.515,61	R\$ 17.674,73
24454	Ana maria Vieira da silva	Secretario parlamentar n. 01	R\$ 1.045,00	R\$ 78,34	R\$ 966,66
22733	Andreza maria dos santos guimaraes	Secretario parlamentar n. 03	R\$ 1.045,00	R\$ 162,81	R\$ 882,19
13262	Angela maria de almeida campos	Secretario parlamentar n. 13	R\$ 3.754,70	R\$ 996,27	R\$ 2.758,43
25975	Angela maria lobo de lima	Secretario parlamentar n. 04	R\$ 1.045,00	R\$ 78,34	R\$ 966,66
00129	Angela maria santos chagas	Anal.leg.ast.leg.-pl.al-070	R\$ 17.188,08	R\$ 18.977,39	R\$ 8.210,69

Figura 25 – Fonte: Equipe de Auditoria²⁸.

Ao clicar no nome do servidor para detalhamento, constata-se a existência dos campos referentes à Férias, 13º Salário e Redutor Constitucional, contudo permanece a ausência de discriminação das parcelas remuneratórias, conforme tela capturada, a seguir:

²⁸ Disponível em: < http://transparencia.alepa.pa.gov.br/v2019/folha_servidores.php>. Acesso: 21/09/2020.

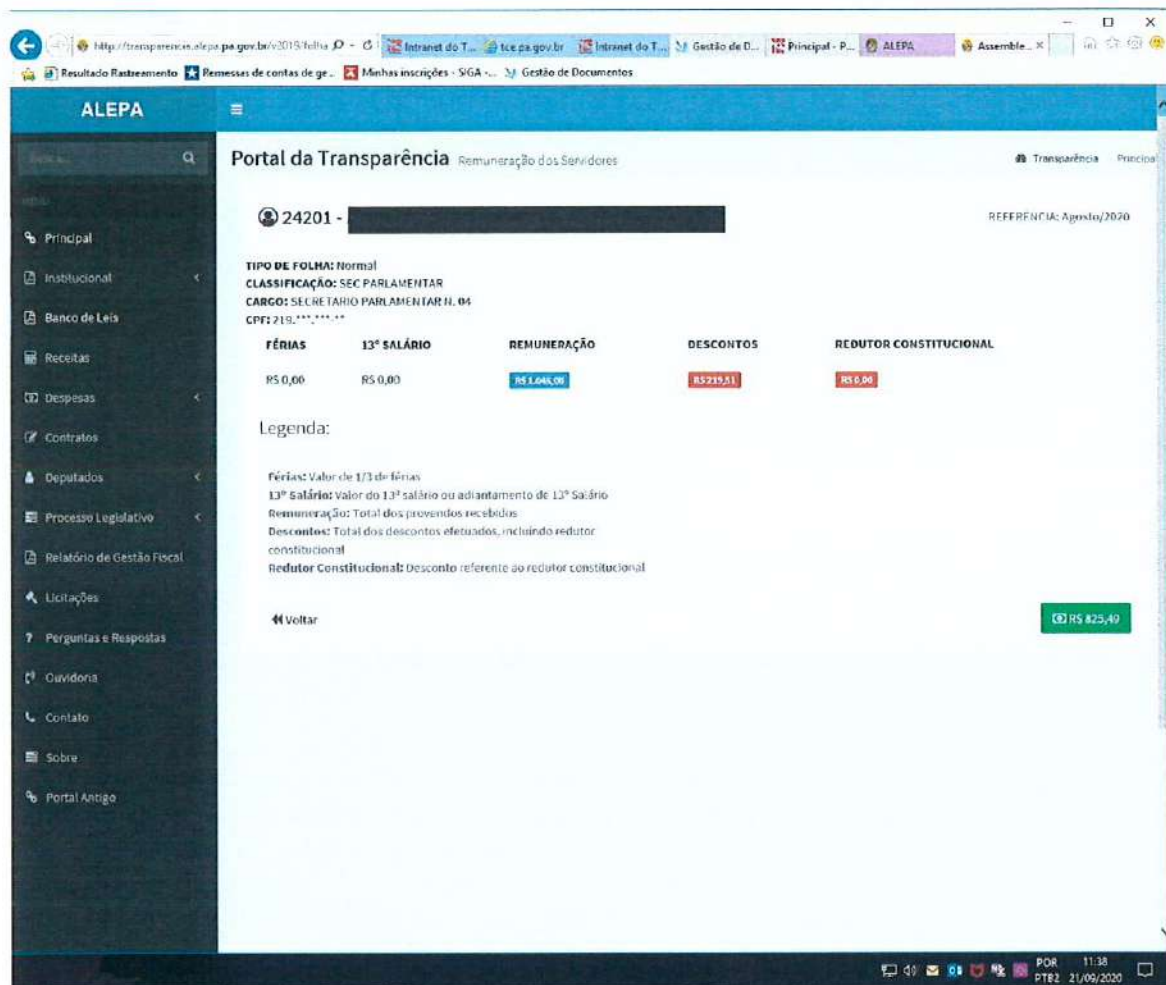


Figura 26 – Fonte: Equipe de Auditoria²⁹.

3.4 Licitação e Contratos (Art. 8º, § 1º, IV, da LAI)

Na aba *Licitações*, do novo portal de transparência do órgão, é possível filtrar as informações por data (estando disponíveis informações compreendidas no período de 2014 a 2020), bem como por modalidade de licitação (havendo agora nove opções: *adesão à ata de registro de preço (ARP)*- modalidade recentemente incluída, chamamento público, concorrência, convite, dispensa, inexigibilidade, pregão eletrônico, pregão presencial e tomada de preços).

Em pesquisa realizada em 21/09/2020, contemplando-se todos os certames licitatórios

²⁹ Disponível em:

<http://transparencia.alepa.pa.gov.br/v2019/folha_servidores_d.php?mes=bXdGTUJUUVzBIVk5RbUNRZjZnUEIISDg9&ano=aWJRWGJHa0RVS0NOQ0FWY3Zkb21YZ289&mat=S2Mxd1pUcjdRvUdSU0hDdnZERU0yNFU9&tipo=RDJPcVhvNGFrbWUzb1JpRIZySUJPek09>. Acesso: 21/09/2020.

processados no ano de 2020, foram identificados 10 (dez) procedimentos licitatórios diversos, tendo sido selecionados três deles para averiguação mais detalhada: o *Chamamento Público nº 001/2020* (finalizado), o *Pregão Presencial nº 001/2020* (finalizado) e o *Pregão Eletrônico nº 01/2020* (finalizado).

Ao detalhar o *Chamamento Público nº 001/2020*, observou-se que a Alepa disponibilizou apenas o edital de abertura digitalizado em formato “pdf, conforme tela capturada a seguir:

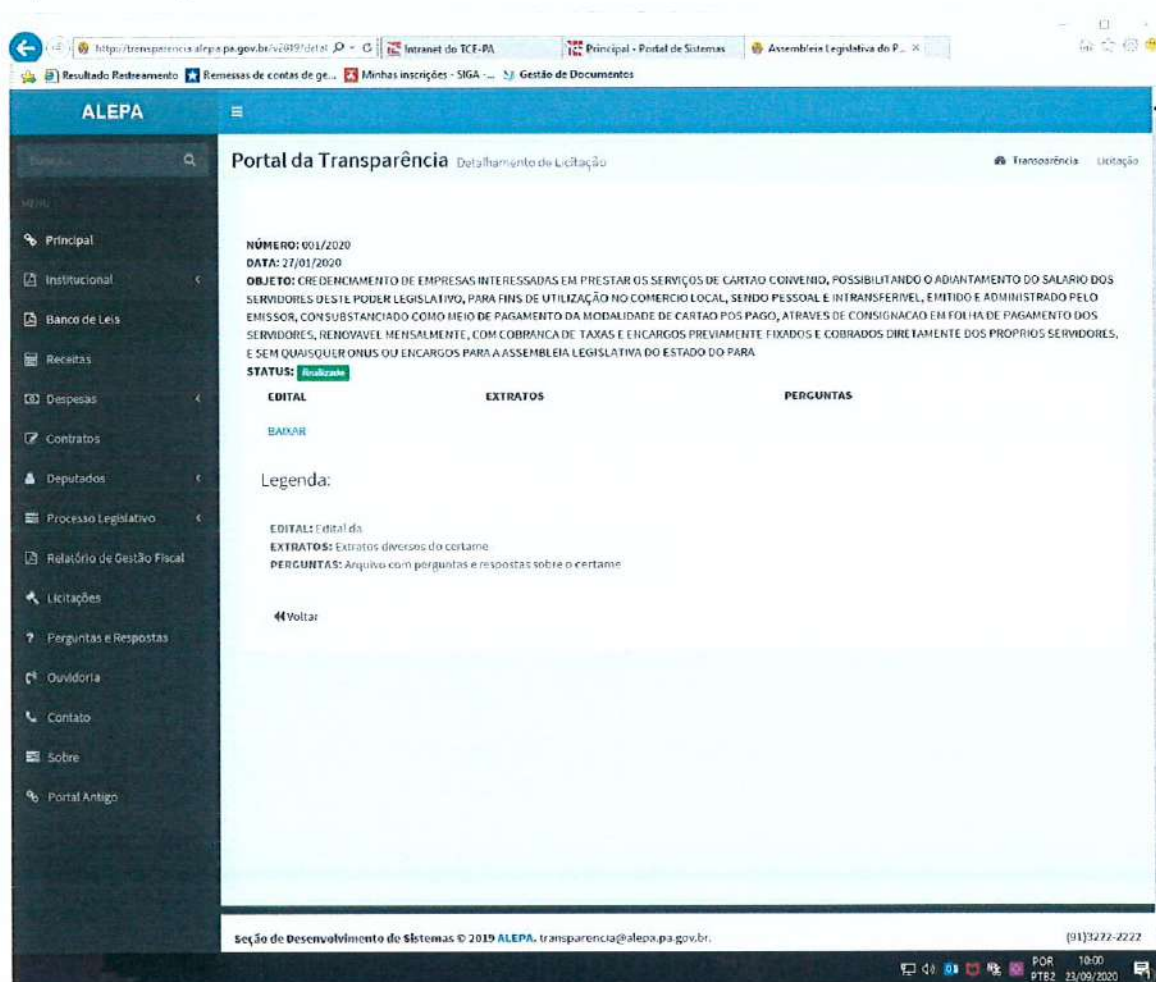


Figura 27 – Fonte: Equipe de Auditoria³⁰.

O detalhamento do *Pregão Presencial nº 001/2020*, também demonstrou a disponibilização apenas do edital do certame, o qual previu o dia 27/02/2020 como a data da sessão pública, não havendo, no portal, outras informações de interesse público, conforme tela

³⁰ Disponível em: <

http://transparencia.alepa.pa.gov.br/v2019/detalhe_licita.php?codigo=Ylg3Y2hEY0tIZzhEamMzSXM5NINKa3c9>. Acesso: 23/09/2020.

Handwritten signatures and the number 31.

a seguir:

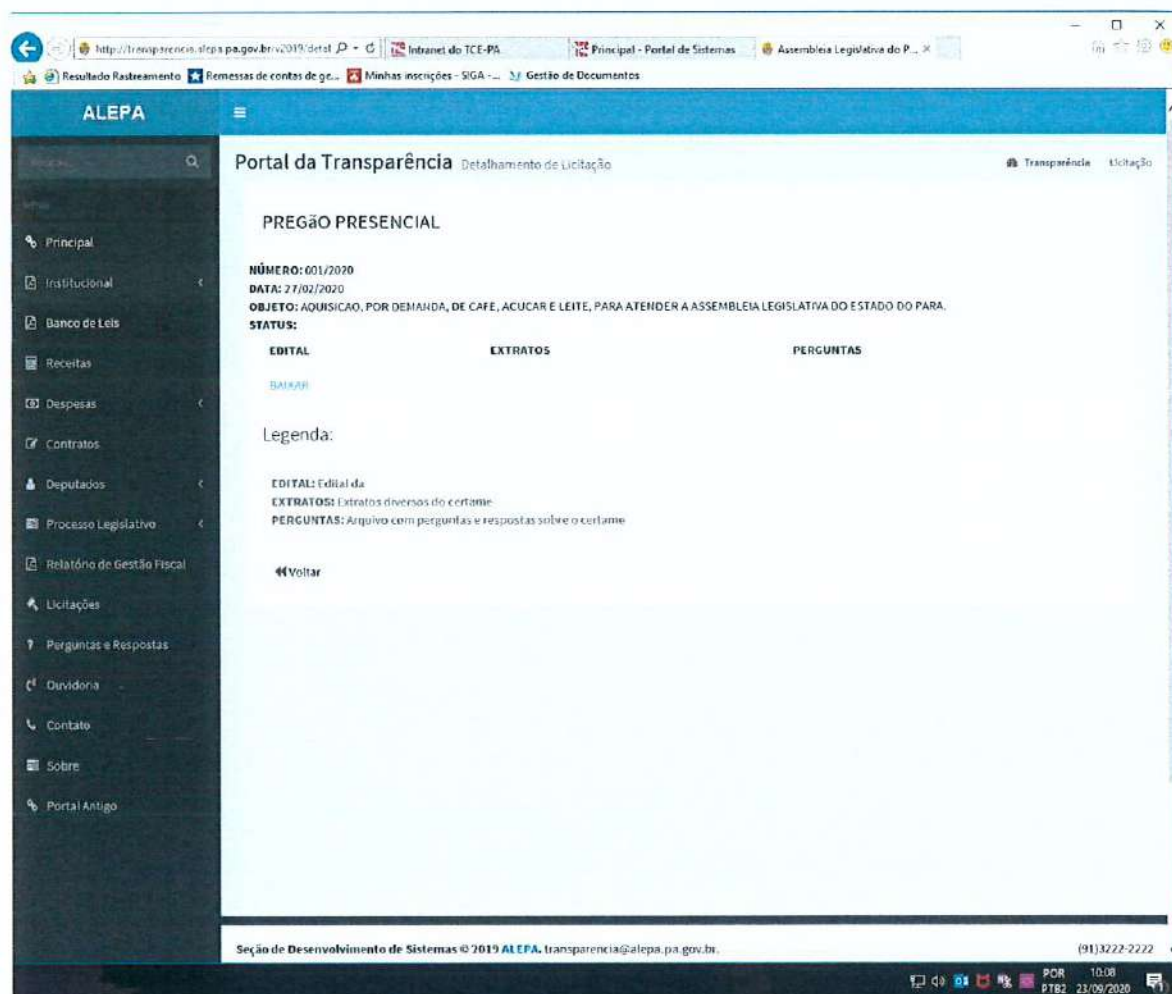


Figura 28 – Fonte: Equipe de Auditoria³¹.

Por sua vez, o *Pregão Eletrônico nº 01/2020*, ao ser detalhado, é acompanhado de cópia digitalizada do termo de adjudicação e homologação e do contrato administrativo nº 023/2020 firmado com a empresa contratada:

³¹ Disponível em: <
http://transparencia.alepa.pa.gov.br/v2019/detalhe_licita.php?codigo=VWZzdFE1NmRUQzIqYndaL2ljd1VoaXc9>. Acesso: 23/09/2020.

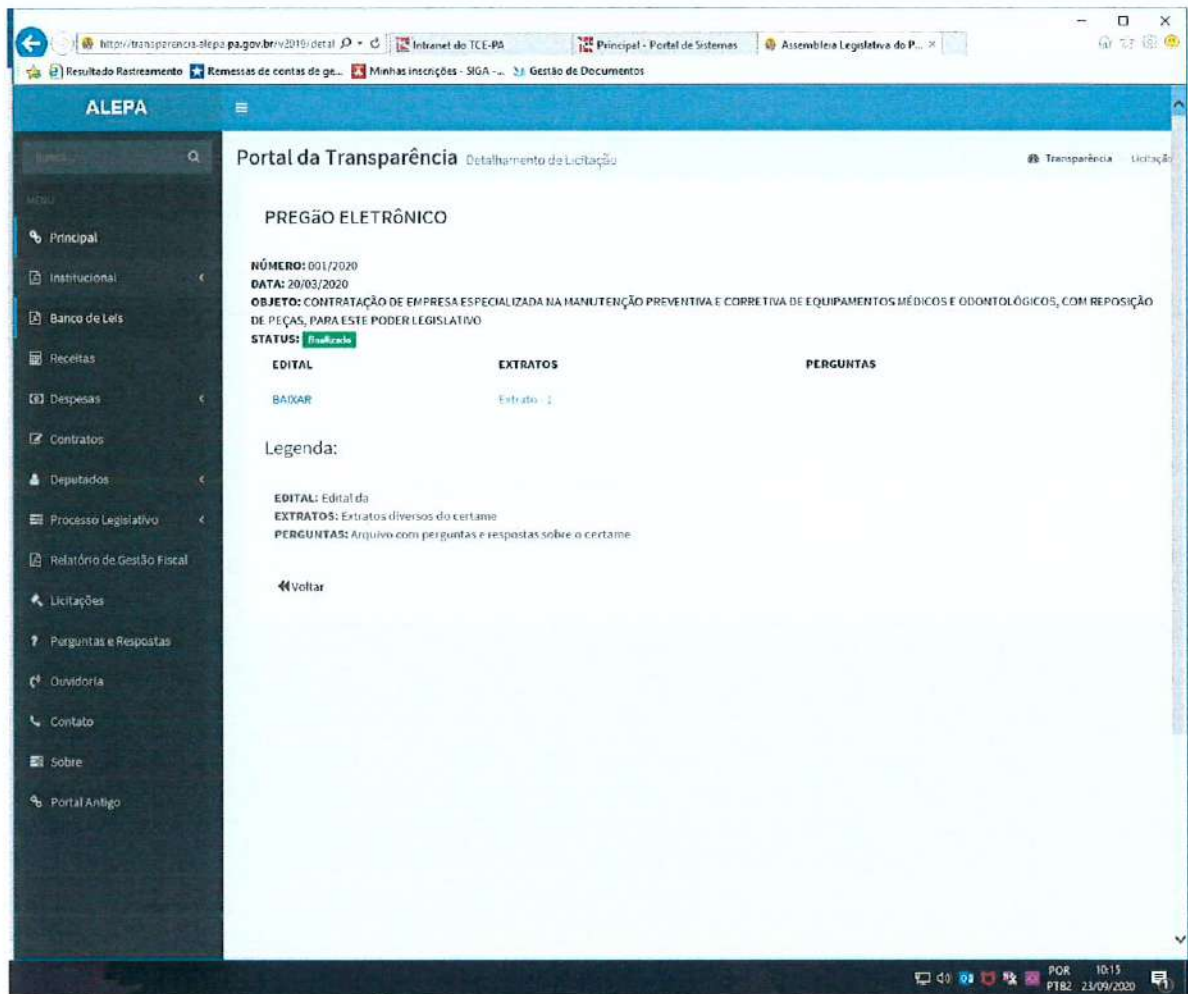


Figura 29 – Fonte: Equipe de Auditoria³².

Já o campo destinado aos contratos administrativos contempla documentos dos anos de 2013 a 2020. Ao analisar a sequência dos contratos pertinentes ao ano de 2020, percebe-se que esta não se encontra completa – estando ausentes, por exemplo, os contratos n^{os} 12/2020, 22/2020, 24/2020, 25/2020 e 32/2020 –, sem as devidas justificativas, incorrendo, portanto, em falha quanto à disponibilização transparente de informações (art. 6º, I, da LAI):

³² Disponível em:

<http://transparencia.alepa.pa.gov.br/v2019/detalhe_licita.php?codigo=UGp5UEwyWGhyU0xGbW5DQTAxeC8xTnM9>. Acesso: 23/09/2020.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARÁ
Secretaria de Controle Externo - 1ª CCG



121903/2019 - Pág. 121

CONTRATO	EMPRESA	OBJETO	CONTRATAÇÃO	
24/2020	R C F MALHADO - ME	AQUISIÇÃO DE KITS DE IMPRESSÃO DE FOTOS (PICTURE MATE) PRINT PACK-TS848, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO CENTRO DE ATENDIMENTO AO CIDADÃO- CAC, DESTA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARÁ	004/2020 PREGÃO ELETRÔNICO	Detalhamento
33/2020	J SOUZA E S LUZ COMERCIO DE GASES INDUSTRIAIS LTDA - EPP	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA O FORNECIMENTO DE 15M ³ DE OXIGÊNIO MEDICINAL	018/2020 DISPENSA	Detalhamento
31/2020	M.A. R. BRAGA COMÉRCIO E SERVIÇOS DE ENGENHARIA EIRELI-ME	AQUISIÇÃO, POR DEMANDA, DE CAFÉ, AÇÚCAR E LEITE PARA ATENDER A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARÁ	002/2020 PREGÃO ELETRÔNICO	Detalhamento
30/2020	STARFLEX COMÉRCIO E SERVIÇOS EIRELI 7 EPP	AQUISIÇÃO DE CADEIRAS ERGONÔMICAS PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SEÇÃO DE TAQUIGRAFIA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARÁ	017/2020 DISPENSA	Detalhamento
29/2020	ROSA HELENA SILVA NOBREGA EIRELI	AQUISIÇÃO DE APARELHOS E MATERIAIS TELEFÔNICOS DESTINADOS A ATENDER AS NECESSIDADES DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARÁ	016/2020 DISPENSA	Detalhamento
28/2020	M.A. R. BRAGA COMÉRCIO E SERVIÇOS DE ENGENHARIA EIRELI	AQUISIÇÃO EVENTUAL DE MATERIAIS DE EXPEDIENTE, DE ACORDO COM A DEMANDA, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARÁ	009/2019 PREGÃO ELETRÔNICO	Detalhamento
27/2020	E. T. MARQUES EIRELI	AQUISIÇÃO DE SUPRIMENTOS MÉDICO HOSPITALARES PARA A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARÁ	015/2020 DISPENSA	Detalhamento
27/2020	E. T. MARQUES EIRELI	AQUISIÇÃO DE SUPRIMENTOS MEDICO HOSPITALARES PARA A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARÁ	015/2020 DISPENSA	Detalhamento
26/2020	RWB NEGÓCIOS PUBLICITÁRIOS LTDA. - EPP	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NO FORNECIMENTO ANUAL DE ASSINATURAS DO JORNAL O DIÁRIO DO PARÁ	093/2020 INEXIGIBILIDADE	Detalhamento
23/2020	A C FRANCO DE ALMEIDA COMÉRCIO MAT. HOSPITALAR EIRELI - EPP	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DE EQUIPAMENTOS MÉDICOS E ODONTOLÓGICOS, COM REPOSIÇÃO DE PEÇAS, PARA ESTE PODER LEGISLATIVO	001/2020 PREGÃO ELETRÔNICO	Detalhamento
21/2020	NORTE TURISMO LTDA	CONTRATAÇÃO, EM CARÁTER EMERGENCIAL, DE ACORDO COM A DEMANDA, DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE FRETEAMENTO DE VOOS EM AERONAVES, BEM COMO, DE EMBARCAÇÃO (LANCHAS/VOADEIRAS/BARCOS), PARA ATENDER A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARÁ	011/2020 DISPENSA	Detalhamento
20/2020	GARDELINI GERENCIAMENTO	CONTRATAÇÃO, EM CARÁTER EMERGENCIAL, DE EMPRESA	010/2020 DISPENSA	Detalhamento

Figura 30 – Fonte: Equipe de Auditoria³³.

3.5. Respostas a Perguntas Frequentes (Art. 8º, § 1º, VI, da LAI)

O art. 8º, § 1º, VI, da LAI, assevera que os órgãos públicos devem divulgar, em seus portais virtuais, respostas às perguntas mais frequentes da sociedade. Observa-se que no Novo Portal da Transparência, a Alepa incluiu aba específica para o referido fim, conforme imagem a seguir:

³³ Disponível em: < <http://transparencia.alepa.pa.gov.br/v2019/contratos.php>>. Acesso: 23/09/2020.

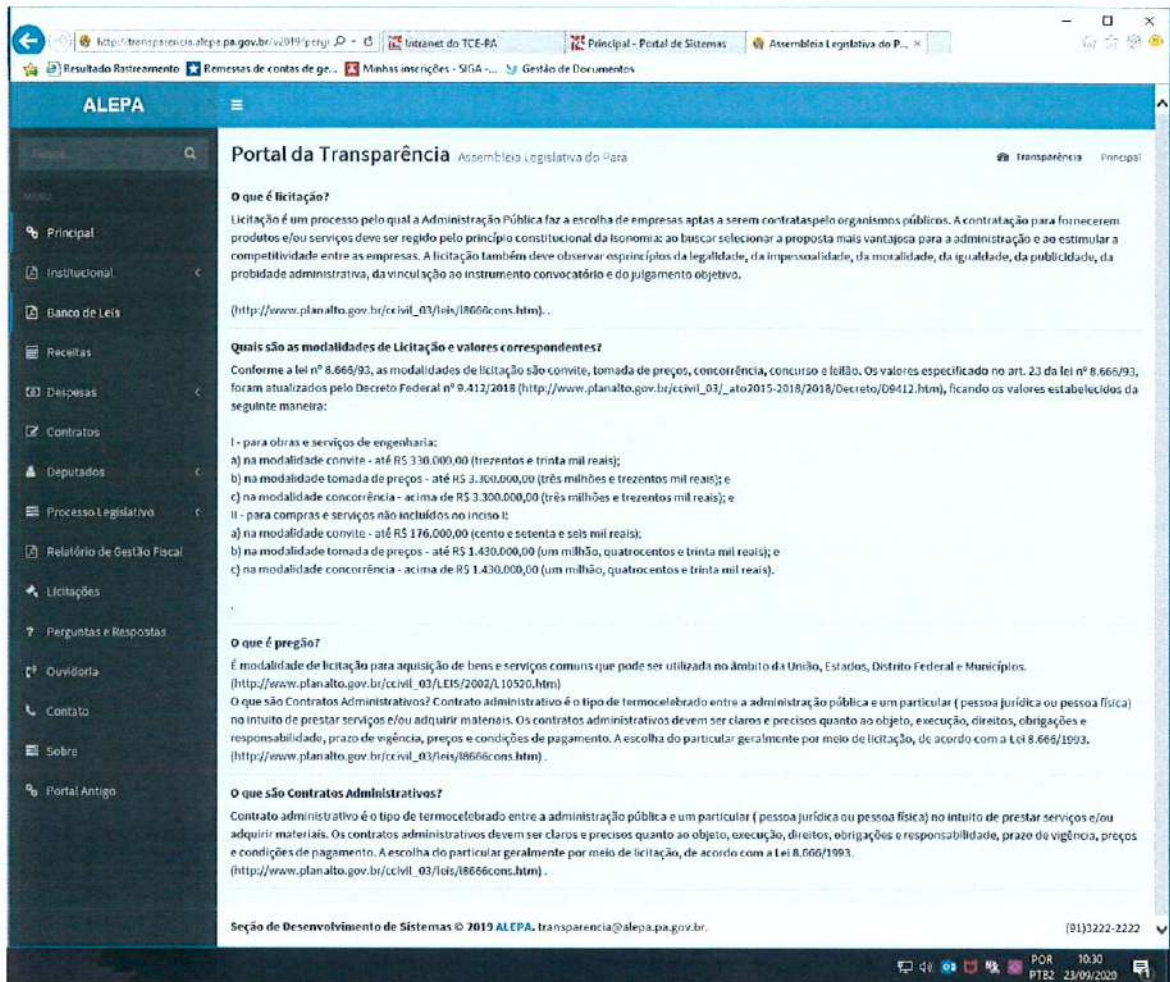


Figura 31 – Fonte: Equipe de Auditoria³⁴.

Entretanto, percebe-se que as perguntas e respostas incluídas limitam-se a poucos tópicos pertinentes a licitações e contratos administrativos, sem que se faça menção a outros itens atinentes à transparência, como por exemplo: processo legislativo, instrumentos de gestão fiscal, a atividade-fim do órgão etc.

3.6. Atividade-fim do órgão

Dentro do sistema federativo adotado pela Constituição Federal de 1988 (art. 1º), cabe à Assembleia Legislativa do Estado do Pará, como principal encargo institucional, o exercício da função legislativa estadual. Nesse sentido, importante se faz a análise da transparência da Alepa no que tange ao processo legislativo.

Em pesquisa realizada em 23/09/2020, verificou-se que, a página inicial do seu sítio

³⁴ Disponível em: < <http://transparencia.alepa.pa.gov.br/v2019/perguntas.php>>. Acesso: 23/09/2020.

eletrônico oficial da Alepa havia campo denominado “Processo Legislativo”, passou a contemplar, conforme imagem abaixo, seis opções de consulta: *O Processo Legislativo, Avulsos, Proposições, Pautas, Resumo do Plenário e Banco de Leis.*

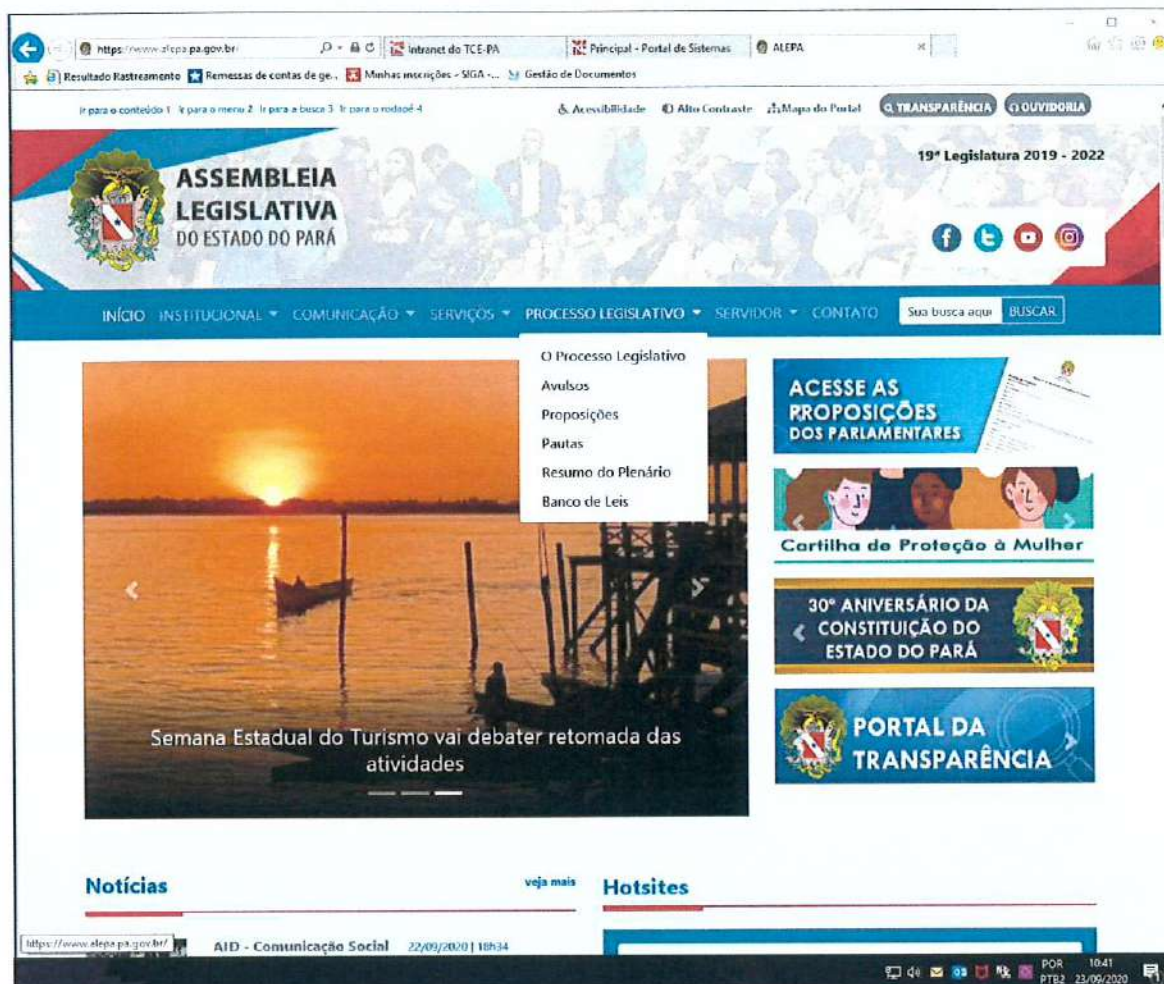


Figura 32 – Fonte: Equipe de Auditoria³⁵.

3.6.1. O Processo Legislativo

A referida opção contempla informativo sobre o fluxo para elaboração de diplomas legais no âmbito estadual:

³⁵ Disponível em: < <https://www.alepa.pa.gov.br/>>. Acesso: 23/09/2020.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARÁ
Secretaria de Controle Externo - 1ª CCG



Figura 32 – Fonte: Equipe de Auditoria³⁶.

3.6.2 Proposições

No ambiente *Proposições* constam informações quanto aos projetos de diplomas legislativos que estão em curso na Alepa, havendo várias indicações de filtro, tais como a tipo de proposição (decreto legislativo, emenda constitucional, projeto de lei), tipo de autor (deputado, ex-deputado, outros), a data inicial e final de entrada do projeto, assunto ou palavra-chave, dentre outros.

Realizou-se, em 23/09/2020, pesquisa sem filtros específicos, a fim de averiguar, de forma panorâmica, a compatibilidade das informações disponibilizadas com os preceitos estabelecidos na LAI.

A pesquisa em questão retornou com 22.204 registros encontrados, o que denota que,

³⁶ Disponível em: < <https://alepa.pa.gov.br/processolegislativo.asp/>>. Acesso: 23/09/2020.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARÁ
Secretaria de Controle Externo - 1ª CCG



no ambiente virtual em questão, há um número significativo de informações incluídas.

https://www.alepa.pa.gov.br/pesquisa_propo... | Intranet do TCE PA | Principal - Portal de Sistemas | alepa.pa.gov.br

Resultado Rastreamento | Remessas de contas de ge... | Minhas inscrições - SIGA... | Gestão de Documentos

DEP. MARTINHO CARMONA
MOÇÃO Nº 569/2020, de 22/09/2020
Requer a regularização do serviço de coleta de lixo, na Passagem Nossa Senhora do Perpétuo Socorro, bairro do Bengui em Belém.

DEP. MARTINHO CARMONA
MOÇÃO Nº 568/2020, de 22/09/2020
Requer que sejam realizadas obras de pavimentação asfáltica na passagem Jardim Lopes, bairro Iouí-Guajará, em Ananindeua.

DEP. MARTINHO CARMONA
MOÇÃO Nº 567/2020, de 22/09/2020
Requer que sejam realizados serviços de manutenção na iluminação pública na rua Verônica no Iouí-Guajará, em Ananindeua.

DEP. MARTINHO CARMONA
MOÇÃO Nº 566/2020, de 22/09/2020
Requer que sejam realizadas obras de saneamento básico, e a construção do meio fio da passagem Jardim Lopes, no Iouí-Guajará, em Ananindeua.

22204 Registro(s) Encontrado(s)
Página 1 de 2221
Próxima >>

Nova Consulta

Palácio Cabanagem - Rua do Avoíto, 130 - Praça Dom Pedro II, Bairro Cidade Velha - 66020-070
(91) 3213-4200
AID - Assessoria de Imprensa e Divulgação - Email: imprensa@alepa.pa.gov.br | Sistemas
Ouvidoria: ouvidoria@alepa.pa.gov.br

Todos os Direitos reservados | 2020

10:59
POR
PTB2
22/09/2020

Figura 33 – Fonte: Equipe de Auditoria³⁷

Ao ser realizada pesquisa com o filtro “projeto de lei”, foram encontrados 5.940 registros. Ao detalhar o Projeto de Lei nº 228/202020, foram apresentadas dentro da aba *Referências* informações tais como o tipo de proposição, número, origem, entrada, data de entrada, o autor, a ementa, regime e situação, além da aba *Tramitação*, conforme telas abaixo:

³⁷ Disponível em: <https://www.alepa.pa.gov.br/pesquisa_proposicoes.asp>. Acesso: 23/09/2020.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARÁ
Secretaria de Controle Externo - 1ª CCG



https://www.alepa.pa.gov.br/exibe_proposicao

Principal - Portal de Sistemas

Resultados Pastreamento Remessas de contas de ge... Mais inscrições - SIGA... Gestão de Documentos

19ª Legislatura 2019 - 2022

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARÁ

INÍCIO INSTITUCIONAL COMUNICAÇÃO SERVIÇOS PROCESSO LEGISLATIVO SERVIDOR CONTATO

Sua busca aqui

Detalhes da Proposição

PROJETO DE LEI Nº 228/2020

Referências

Tipo de Proposição: PROJETO DE LEI
Número: 228/2020
Origem: INTERNA
Entrada: MESA DIRETORA
Data da Entrada: 15/09/2020
Autor: DEP. FÁBIO FIGUEIRAS

Ementa: Dispõe sobre a utilização de espaços públicos para a prática de empinar pipas e papagaios, estabelecendo os pipódromos, na forma em que menciona, no âmbito do Estado do Pará, e dá outras providências.

Regime: MATÉRIA EM REGIME NORMAL
Situação: EM ANDAMENTO

Tramitação

FOR 11:08
PTB2 23/09/2020

Figura 34 – Fonte: Equipe de Auditoria³⁸.

³⁸ Disponível em: < https://www.alepa.pa.gov.br/exibe_proposicao.asp?id=10533&sit=0 >, Acesso: 23/09/2020.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARÁ
19ª Legislatura 2019 - 2022

Detalhes da Proposição

PROJETO DE LEI Nº 228/2020 Download

Referências

Tramitação

15/09/2020 - ENVIADO À DIVISÃO DE EXPEDIENTE
16/09/2020 - PUBLICADO NO AVULSO Nº 88 PÁGINA: 04
22/09/2020 - RECEBIMENTO DE EMENDAS DURANTE 3 REUNIÕES

Imprimir Nova Consulta

Palácio Cabanagem - Rua do Aveiro, 130 - Praça Dom Pedro II, Bairro Cidade Velha - 66020-070
(91) 3213-4200
AID - Assessoria de Imprensa e Divulgação - Email: imprensa@alepa.pa.gov.br | Site: www.alepa.pa.gov.br
Ouvidoria: ouvidoria@alepa.pa.gov.br

Todos os Direitos reservados | 2020

Figura 35 – Fonte: Equipe de Auditoria³⁹.

Observa-se, portanto, que há grau satisfatório de transparência, no sítio da Alepa na internet, quanto aos processos legislativos que tramitam na referida Casa Legislativa, no que tange à primariedade, integridade, autenticidade e atualização das informações disponibilizadas (art. 7º, IV, da LAI).

3.6.3. Pautas

Na opção “Pautas”, foi possível verificar relação referente ao período de 2007 a 2020. Ao detalhar a competência 09/2020, em pesquisa realizada em 23/09/2020, foi possível ter acesso às pautas das reuniões ordinárias realizadas entre 01/09/2020 a 22/09/2020, e à da reunião extraordinária ocorrida no dia 23/09/2020, conforme tela a seguir:

³⁹ Disponível em: < https://www.alepa.pa.gov.br/exibe_proposicao.asp?id=10533&sit=0 >. Acesso: 23/09/2020.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARÁ
Secretaria de Controle Externo - 1ª CCG



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARÁ

19ª Legislatura 2019 - 2022

INÍCIO INSTITUCIONAL COMUNICAÇÃO SERVIÇOS PROCESSO LEGISLATIVO SERVIDOR CONTATO

Sua busca aqui **BUSCAR**

Pautas

Ano: 2020 Mês: Setembro

PESQUISAR

- 23/09/2020 - PAUTA DA 61ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA, DO 2º PERÍODO, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 19ª LEGISLATURA
- 22/09/2020 - PAUTA DA 37ª REUNIÃO ORDINÁRIA, DO 2º PERÍODO, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 19ª LEGISLATURA
- 15/09/2020 - PAUTA DA 36ª REUNIÃO ORDINÁRIA, DO 2º PERÍODO, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 19ª LEGISLATURA
- 09/09/2020 - PAUTA DA 35ª REUNIÃO ORDINÁRIA MISTA, DO 2º PERÍODO, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 19ª LEGISLATURA
- 08/09/2020 - PAUTA DA 34ª REUNIÃO ORDINÁRIA MISTA, DO 2º PERÍODO, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 19ª LEGISLATURA
- 02/09/2020 - PAUTA DA 33ª REUNIÃO ORDINÁRIA MISTA, DO 2º PERÍODO, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 19ª LEGISLATURA
- 01/09/2020 - PAUTA DA 32ª REUNIÃO ORDINÁRIA, DO 2º PERÍODO, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 19ª LEGISLATURA

Setor responsável pelas informações: DIVISÃO DE EXPEDIENTE - DIDEX

https://www.alepa.pa.gov.br/tribe_pauta_proposicoes.asp?d=995&ano=2020&mes=9

11:16 23/09/2020

Figura 36 – Fonte: Equipe de Auditoria⁴⁰.

Ao detalhar a pauta da reunião extraordinária ocorrida no dia 23/09/2020, foi possível ter acesso ao único processo de lei a ser votado, que ocorreu em regime de urgência.

⁴⁰ Disponível em: <<https://www.alepa.pa.gov.br/pautas.asp>>. Acesso: 23/09/2020.

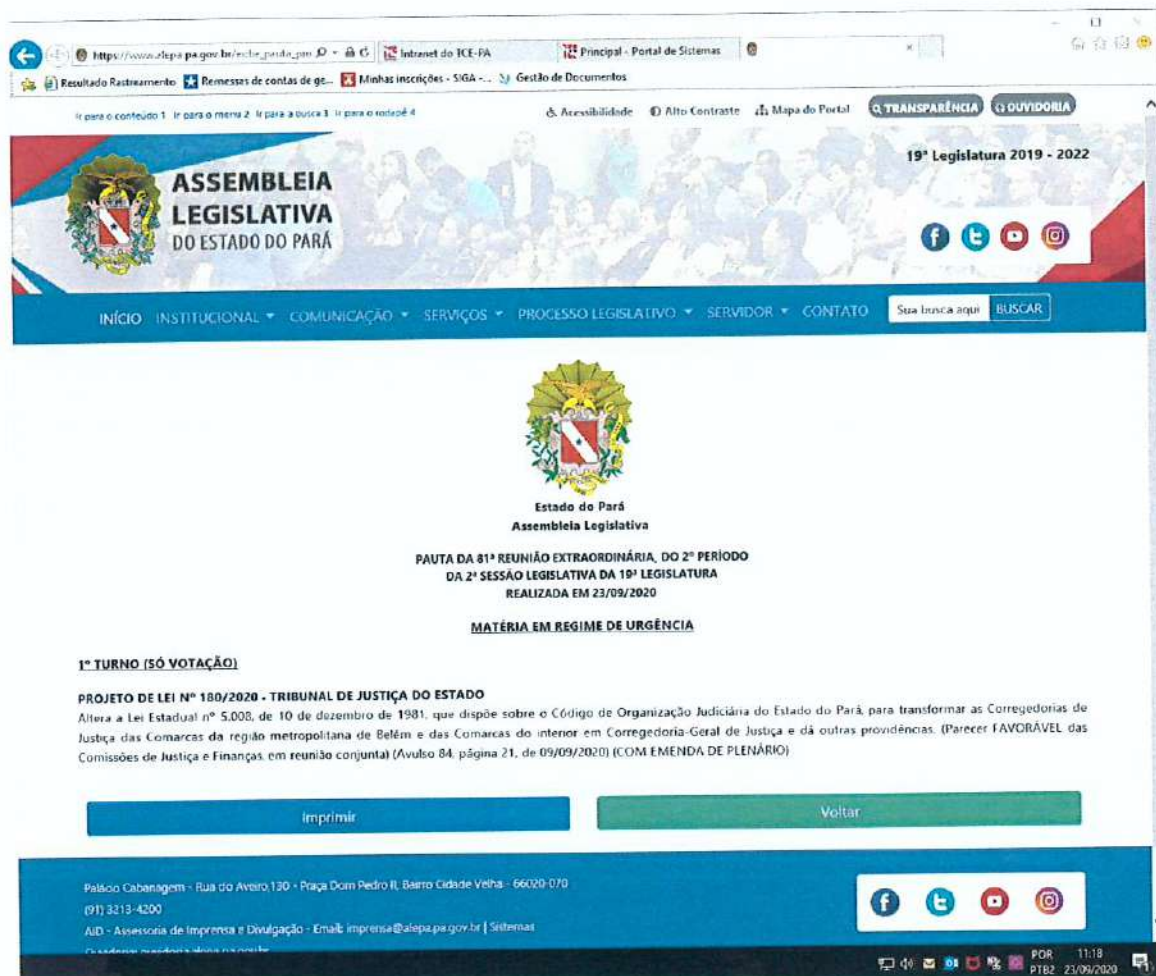


Figura 37 – Fonte: Equipe de Auditoria⁴¹.

Portanto, a Alepa disponibiliza ao público em geral informações atinentes às matérias que serão tratadas nas sessões plenárias ordinárias e extraordinárias, atendendo ao critério de primariedade das informações disponibilizadas (art. 7º, IV, da LAI).

3.6.4. Resumo do Plenário

Na opção *Resumo do Plenário*, por meio de pesquisa realizada em 23/09/2020, constam informações relativas às reuniões que ocorreram de 01/02/2017 a 22/09/2020, obedecendo, portanto, à disponibilidade (art. 6º, III) e atualização das informações (art. 8º, §3º, VI, da LAI), conforme imagem a seguir:

⁴¹ Disponível em: < https://www.alepa.pa.gov.br/exibe_pauta_proposicoes.asp?id=997&ano=2020&mes=9>. Acesso: 23/09/2020.

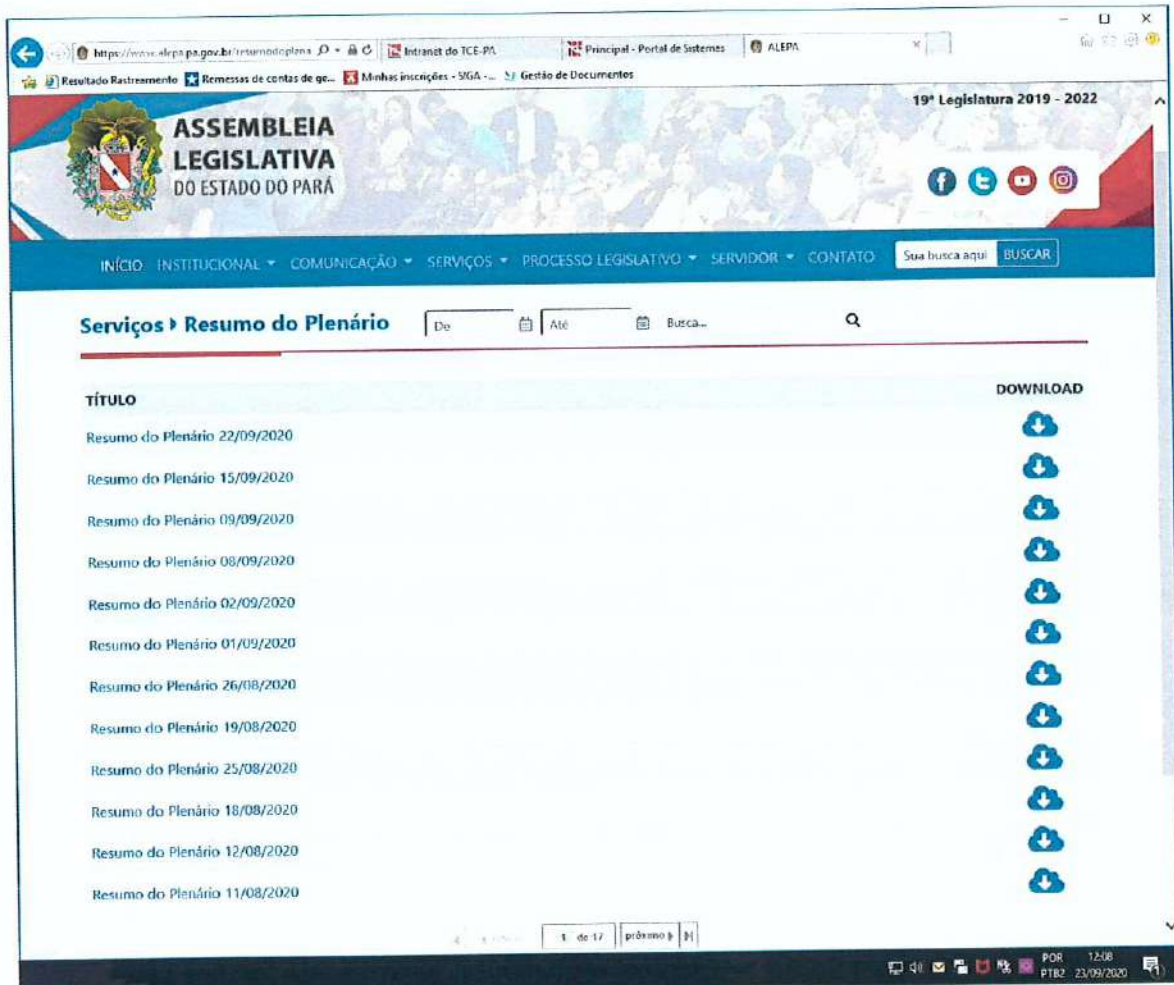


Figura 38 – Fonte: Equipe de Auditoria⁴².

Ao se analisar o conteúdo do Resumo do Plenário atinente à sessão do dia 22/09/2020, observou-se que o texto trata tão somente das falas dos deputados, sem abordar os projetos discutidos, os aprovados ou arquivados, conforme tela capturada a seguir:

⁴² Disponível em: < <https://www.alepa.pa.gov.br/resumodoplenario>>. Acesso: 23/09/2020.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARÁ
Secretaria de Controle Externo - 1ª CCG

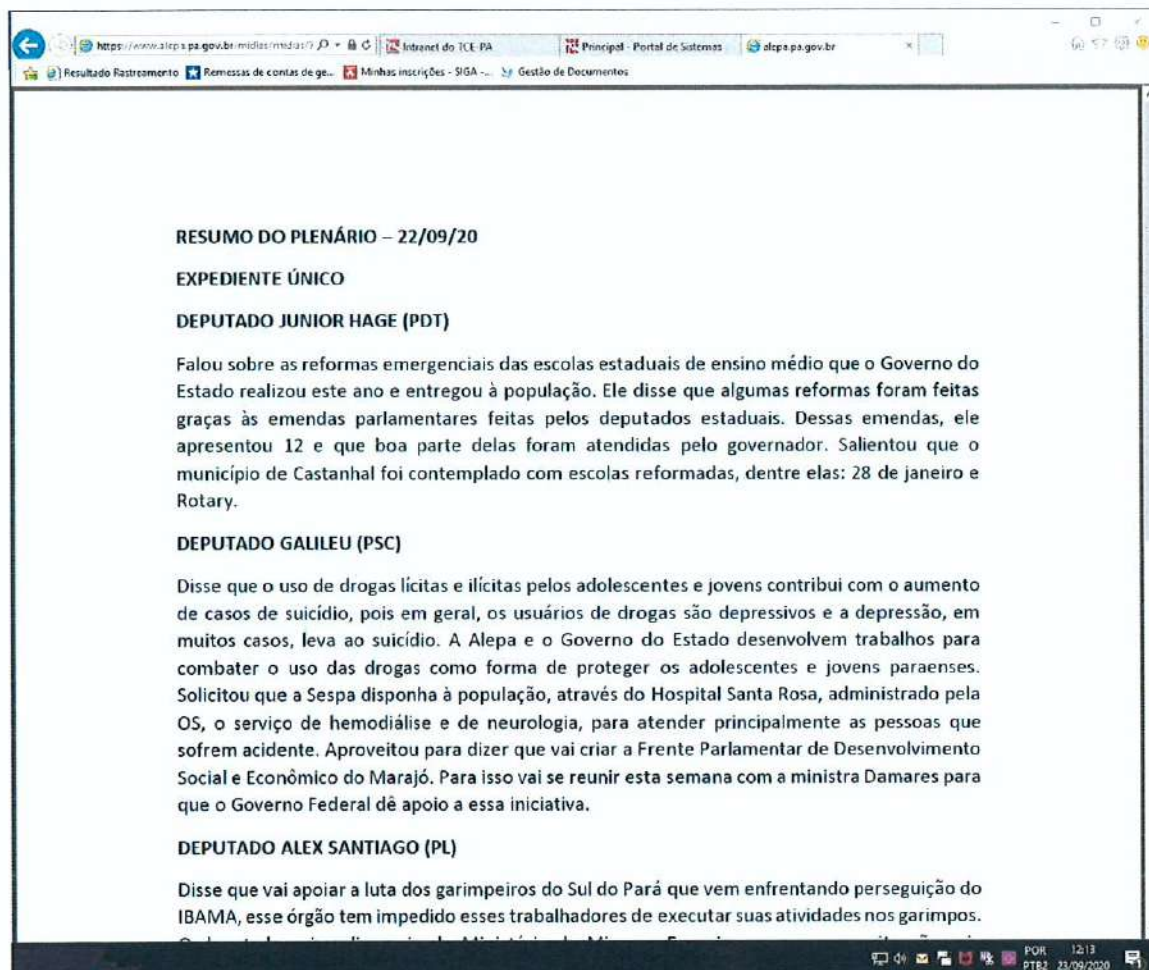


Figura 39 – Fonte: Equipe de Auditoria⁴³.

As informações prestadas não são suficientes a atender integralmente o interesse público (art. 3º, II, da LAI), por não disponibilizarem na íntegra os trâmites e debates que são pertinentes à atividade-fim do órgão ao longo de cada sessão legislativa, impossibilitando, inclusive, o efetivo controle por parte da sociedade (art. 3º, V, da LAI).

3.6.5. Banco de Leis

Na opção *Banco de Leis* ocorre inicialmente a disponibilização de um *link* para consulta à coletânea de diplomas legislativos da Alepa, utilizando-se como parâmetro o número da lei, o ano da lei, o tipo de documento e palavras-chave. Há a observação que o banco de leis está disponibilizado, porém, passando por readequações, pelo que informa contatos de *e-mail* e telefone para o encaminhamento de dúvidas e/ou sugestões:

⁴³ Disponível em: < https://www.alepa.pa.gov.br/midias/midias/782_resumo_do_plenario_22-09-2020.pdf>. Acesso: 23/09/2020.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARÁ
Secretaria de Controle Externo - 1ª CCG



Figura 40 – Fonte: Equipe de Auditoria⁴⁴.

No intuito de avaliar a tempestividade na inclusão dos novos diplomas normativos aprovados, realizou-se, em 23/09/2020, pesquisa, selecionando somente o filtro “tipo de documento” (Lei Ordinária), na qual se constatou que a lei estadual mais recentemente adicionada ao referido ambiente consta como sendo a Lei nº 5.810/2020, apresentando como ementa “Dispõe sobre o Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos Cíveis da Administração Direta, das Autarquias e das Fundações Públicas do Estado do Pará”, conforme tela a seguir:

⁴⁴ Disponível em: <<https://www.alepa.pa.gov.br/bancodeleis.asp>>. Acesso: 23/09/2020.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARÁ
Secretaria de Controle Externo - 1ª CCG



Assembleia Legislativa do Pará

PRINCIPAL CONTATO

Assim, clique no link disponível para acessar o referido diploma legal, é disponibilizado o Regimento Interno da Alepa, Resolução nº 02/94 em arquivo pdf, conforme tela a seguir:

Nº da Lei: 5010 / 2020 Ementa: Dispõe sobre o Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos Civis da Administração Direta, das Autarquias e das Fundações Públicas do Estado do Pará.

Nº da Lei: 9095 / 2020 Ementa: Declara e reconhece como de utilidade pública para o Estado do Pará, o Grêmio Recreativo Cultural Bloco Camavaleco Vertinbora, do Município de Colares.

Nº da Lei: 9096 / 2020 Ementa: Declara e reconhece como de utilidade pública para o Estado do Pará, a Associação de Mulheres e Artesãos de Estado do Pará - AMAEP.

Figura 41 – Fonte: Equipe de Auditoria⁴⁵.

Ocorre que ao clicar no *link* disponível para acessar o referido diploma legal, é disponibilizado o Regimento Interno da Alepa, Resolução nº 02/94 em arquivo pdf, conforme tela a seguir:

⁴⁵ Disponível em: < <http://bancodeleis.alepa.pa.gov.br/>>. Acesso: 23/09/2020.



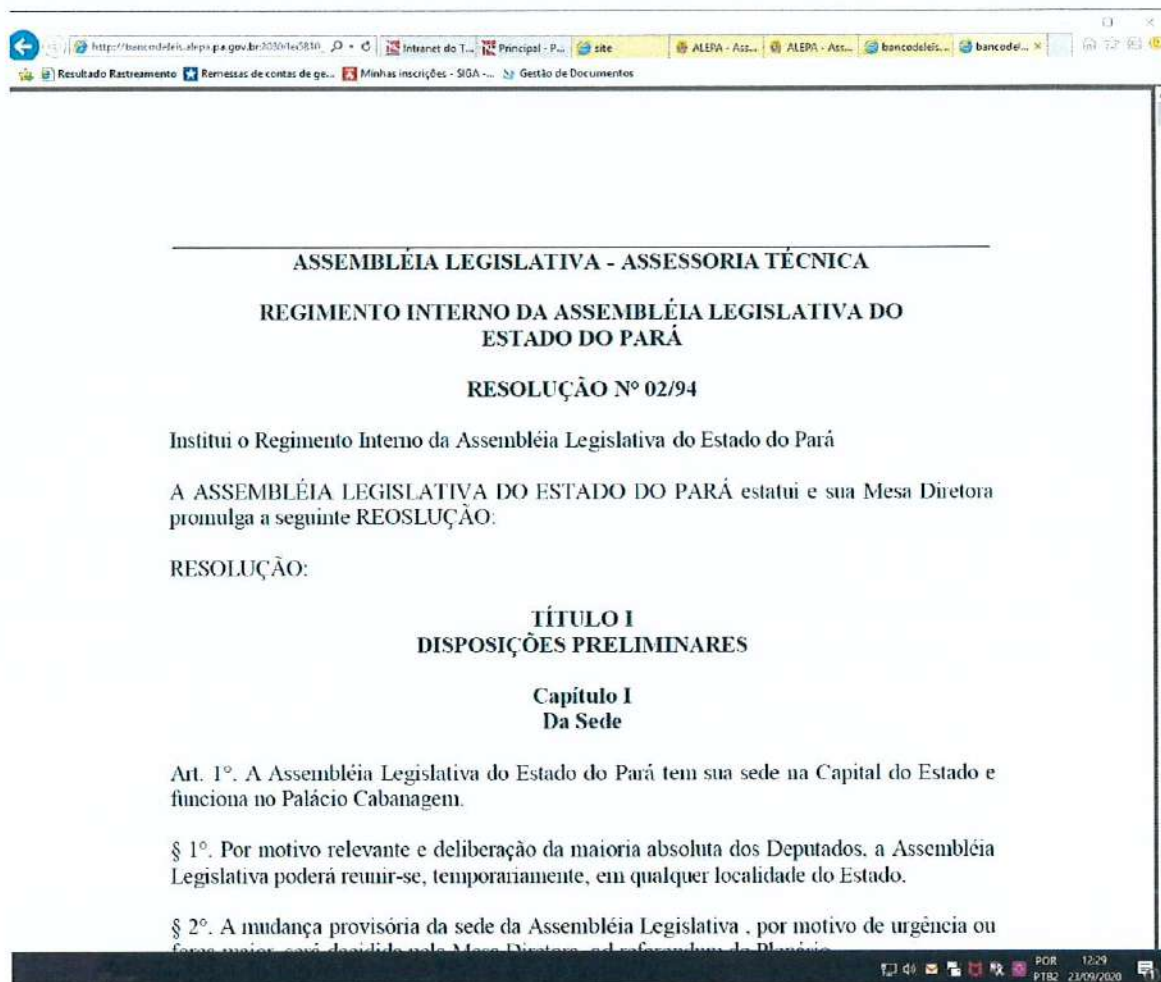


Figura 42 – Fonte: Equipe de Auditoria⁴⁶.

Sequencialmente a Lei nº 5.810/2020 (sic), está disponibilizada a Lei nº 9.095, de 09/07/2020 a qual “*Declara e reconhece como de utilidade pública para o Estado do Pará, o Grêmio Recreativo Cultural Bloco Carnavalesco Vemtimbora, do Município de Colares*”, trazendo ainda a informação de que o referido diploma legal foi publicado no Diário Oficial do Estado nº 34.280 em 14/07/2020.

⁴⁶ Disponível em: < http://bancodeleis.alepa.pa.gov.br:8080/lei5810_2020_16566.pdf>. Acesso: 23/09/2020.

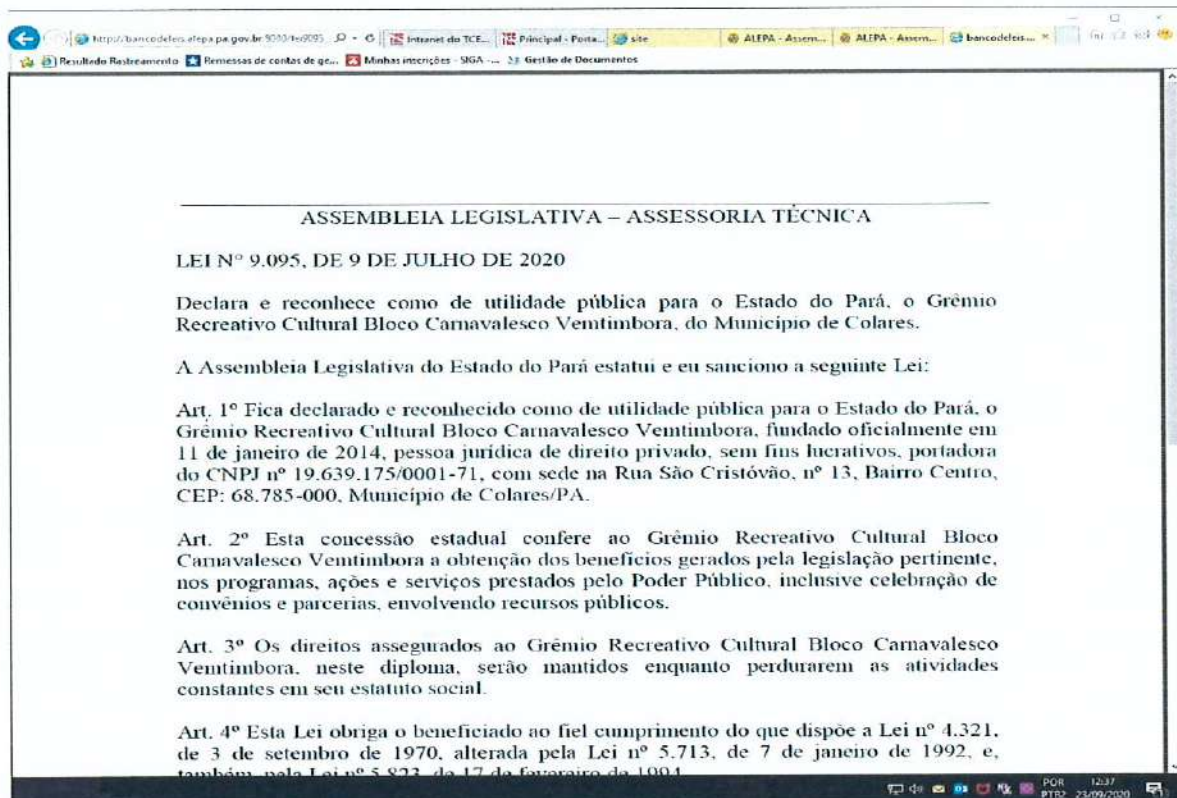


Figura 43 – Fonte: Equipe de Auditoria⁴⁷.

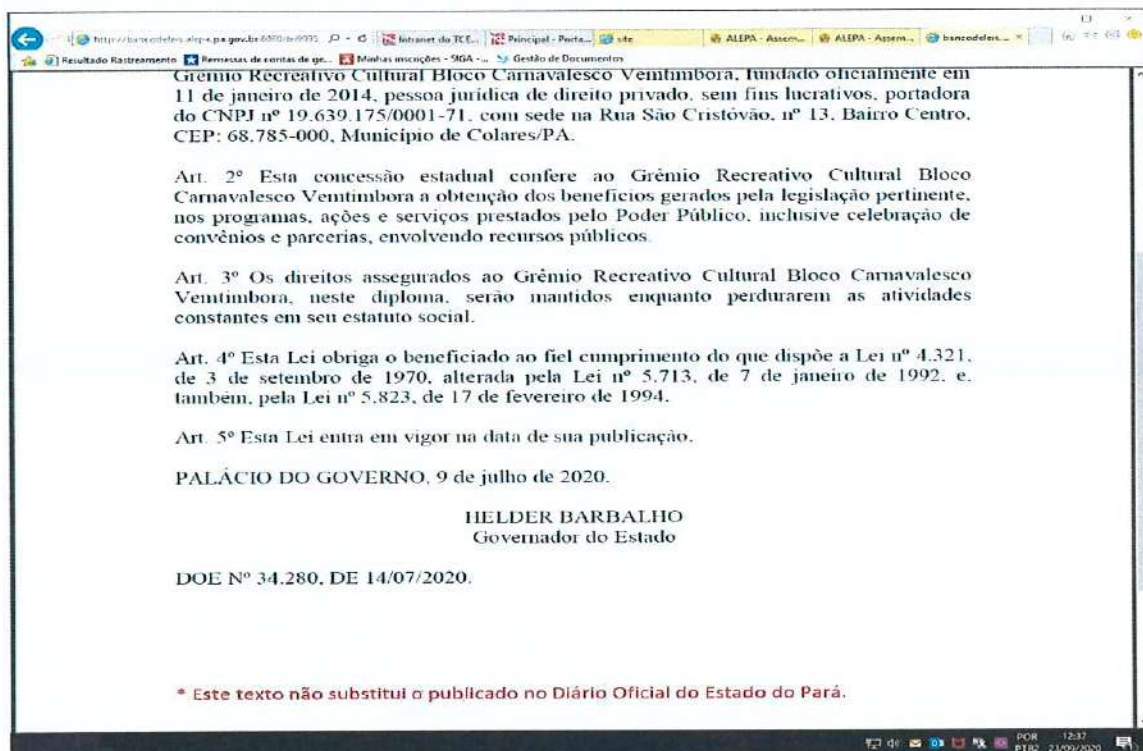


Figura 44 – Fonte: Equipe de Auditoria⁴⁸

⁴⁷ Disponível em: < http://bancodeleis.alepa.pa.gov.br:8080/lei9095_2020_23465.pdf>. Acesso: 23/09/2020.

⁴⁸ Disponível em: < http://bancodeleis.alepa.pa.gov.br:8080/lei9095_2020_23465.pdf>. Acesso: 23/09/2020.

Em pesquisa realizada no dia 23/09/2020 no sítio eletrônico da Imprensa Oficial do Estado do Pará, a partir da data da lei mais recente disponibilizada pela Alepa em seu portal virtual, identificou-se 29 (vinte e nove) leis que foram publicadas no Diário Oficial, sem a respectiva disponibilização no Banco de Leis da Alepa.

As leis foram publicadas nos dias 17/07 (DOE 34284), 24/07 (DOE 34291), 19/08 (DOE 34317), 08/09 (DOE 34337) e 16/09 (DOE 34345), correspondendo aos números sequencias de 9.102 a 9.131. Constata-se, portanto, que a Alepa não alimenta tempestivamente seu banco de leis, dificultado o acesso do cidadão comum às atualizações legislativas estaduais (art. 8º, §3º, VI, da LAI).

3.6.6. Resultados de Ações de Controle Externo e Interno

O art. 7º, inciso VII, alínea *b*, da LAI, assevera que os órgãos públicos devem disponibilizar, em seus respectivos sítios na *internet*, “resultado de inspeções, auditorias, prestações e tomadas de contas realizadas pelos órgãos de controle interno e externo, incluindo prestações de contas relativas a exercícios anteriores”.

Nesse sentido, embora a Alepa seja o órgão incumbido pela fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial da administração direta e indireta, no âmbito estadual (art. 115, *caput*, da Constituição do Estado), cumprindo-lhe exercer o controle externo com auxílio do TCE/PA (art. 116, *caput*, da Constituição do Estado), as informações exigidas na alínea mencionada não foram localizadas no sítio virtual da Alepa.

3.7. Transparência Passiva e Controle Social

Enquanto a transparência ativa corresponde à divulgação de dados por iniciativa do próprio setor público independentemente de requerimento, a transparência passiva pode ser entendida como a disponibilização de informações públicas em atendimento a demandas específicas de uma pessoa física ou jurídica⁴⁹. Nesse sentido, o art. 9º, da LAI, estabelece:

Art. 9º O acesso a informações públicas será assegurado mediante:
1 - criação de serviço de informações ao cidadão, nos órgãos e entidades do poder público, em local com condições apropriadas para:
a) atender e orientar o público quanto ao acesso a informações;
b) informar sobre a tramitação de documentos nas suas respectivas unidades;

⁴⁹ Portal de Acesso à informação do Governo Federal. Disponível em: <<http://www.acessoinformacao.gov.br/perguntas-frequentes/aspectos-gerais-da-lei#11>>. Acesso: 24/09/2020.

c) protocolizar documentos e requerimentos de acesso a informações.

Por esse motivo, mostra-se relevante a análise dos canais institucionais disponibilizados pela Alepa para que o cidadão possa solicitar, formalmente, informações que sejam do seu interesse.

Na página da Ouvidoria da Alepa é possível encontrar duas opções relacionadas ao referido dispositivo legal, quais sejam: “Abrir Manifestação” e “Acompanhamento”:

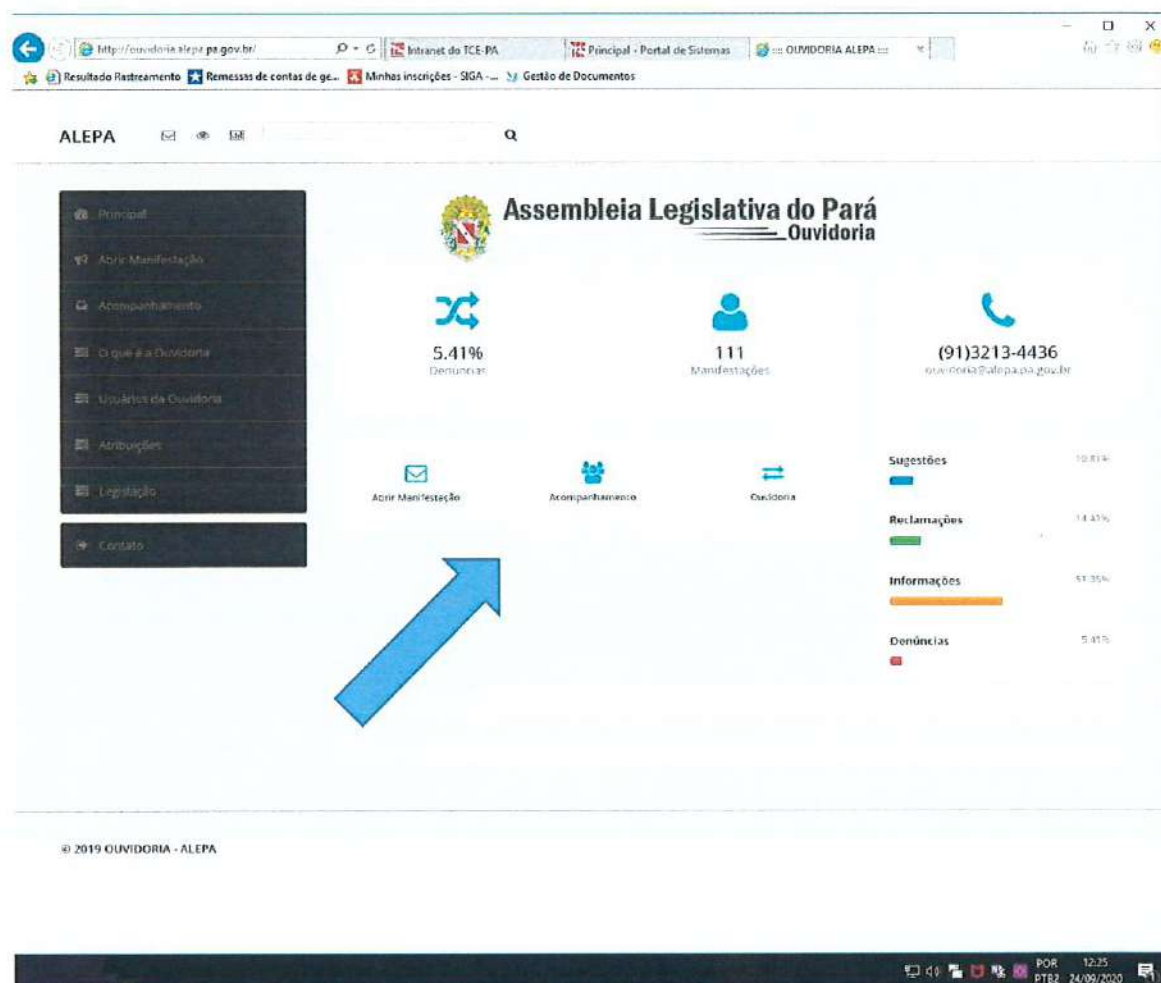


Figura 44 – Fonte: Equipe de Auditoria⁵⁰.

Na primeira delas, há campos de preenchimento relacionados à identificação do solicitante (nome, CPF, endereço, telefone e e-mail), ao objetivo do contato (sugestão, reclamação, informação, denúncia e outros), bem como ao conteúdo em si da manifestação. Já

⁵⁰ Disponível em: <<http://ouvidoria.alepa.pa.gov.br/>>. Acesso: 24/09/2020.

na opção *Acompanhamento de Manifestação* é possível pesquisar as demandas em processamento, por meio do código de acompanhamento ou do CPF do solicitante.

Verificou-se que permanece sem a informação relativa ao horário de atendimento ao público na aba *Contatos*, da página destinada à Ouvidoria, apesar de constar que o atendimento também pode ser realizado presencialmente:

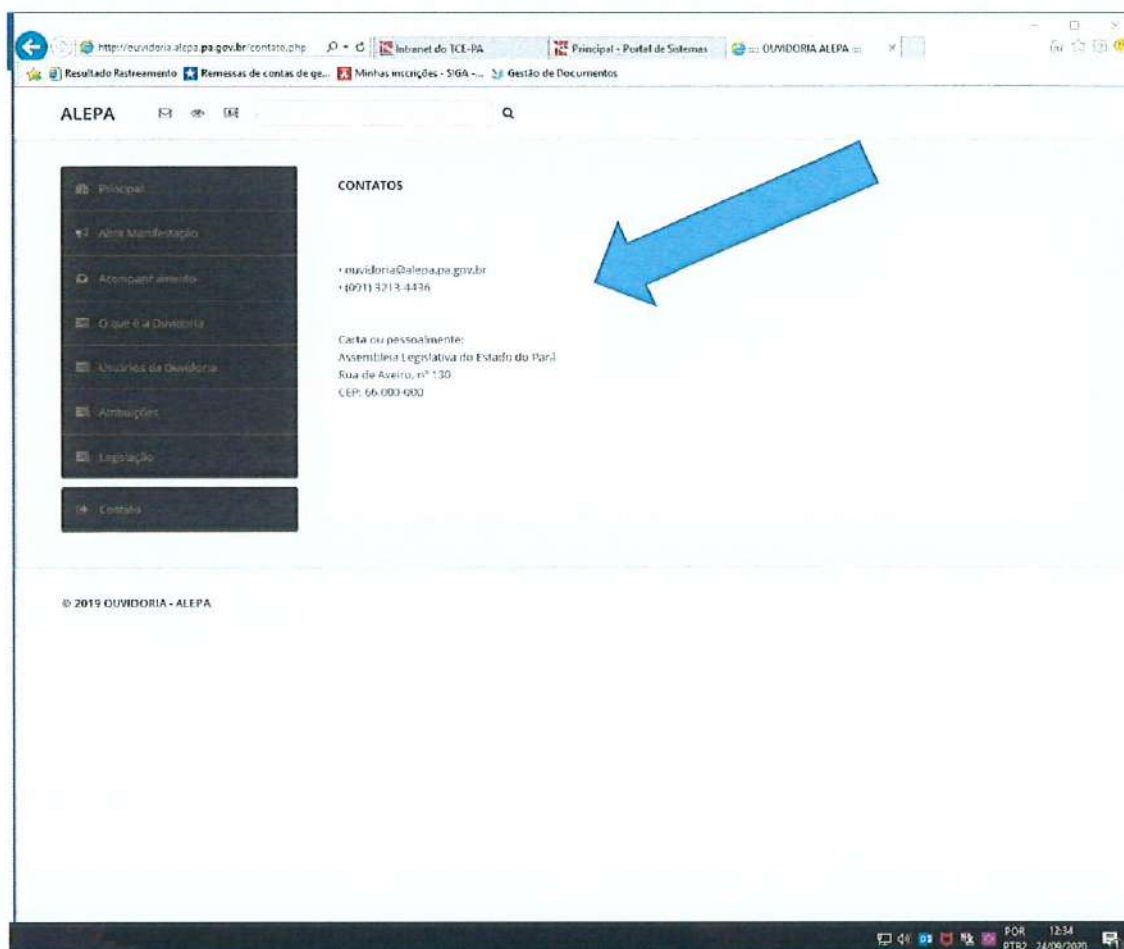


Figura 45 – Fonte: Equipe de Auditoria⁵¹.

3.8. Acessibilidade

O art. 8º, §3º, inciso VIII, da LAI, prescreve que os órgãos e entidades públicas, ao divulgarem informações de interesse público em seus respectivos sítios oficiais na rede mundial de computadores, devem adotar as medidas necessárias para garantir a acessibilidade de conteúdo para pessoas com deficiência.

⁵¹ Disponível em: < <http://ouvidoria.alepa.pa.gov.br/contato.php>>. Acesso: 24/09/2020.

No que tange à acessibilidade do sítio da Alepa, verificou-se, em pesquisa realizada no dia 24/09/2020 no sítio virtual do órgão, a existência de item específico, no topo da página inicial:



Figura 46 – Fonte: Equipe de Auditoria⁵².

Conforme figura acima, ao acionar o item “acessibilidade”, há redirecionamento para página que traz a definição do termo, os meios pelos quais a Alepa garante a acessibilidade em seu portal, além de instrumentos normativos sobre o tema. Ademais, são detalhadas as funções dos seguintes atalhos no sítio virtual ora sob análise:

Os padrões de atalhos oferecidos pelo Portal da Alepa são:
Teclando-se Alt + 1 em qualquer página do portal, chega-se diretamente ao começo do conteúdo principal da página.
Teclando-se Alt + 2 em qualquer página do portal, chega-se diretamente ao início do menu principal.
Teclando-se Alt + 3 em qualquer página do portal, chega-se diretamente em sua busca interna.

⁵² Disponível em: < <https://www.alepa.pa.gov.br/acessibilidade.asp>>. Acesso: 24/09/2020.

*No caso do Firefox, em vez de Alt + número, tecle simultaneamente Alt + Shift + número.
Sendo Firefox no Mac OS, em vez de Alt + Shift + número, tecle simultaneamente Ctrl + Alt + número.
No Opera, as teclas são Shift + Escape + número. Ao teclar apenas Shift + Escape, o usuário encontrará uma janela com todas as alternativas de ACCESSKEY da página.*

Constatou-se, portanto, a existência de mecanismos específicos que facilitam o acesso ao sítio eletrônico da Alepa por pessoas com deficiência, em consonância com as disposições contidas no art. 8º, §3º, VIII, da LAI.

Ademais, conforme notícia veiculada no Portal Virtual da Alepa, em 03/02/2020, o órgão passou a contar com a participação de intérpretes de Língua Brasileira de Sinais (Libras), a partir da Sessão Solene ocorrida no dia 04/02/2020, conforme imagem capturada, a seguir:



Figura 47 – Fonte: Equipe de Auditoria⁵³.

Tal iniciativa possibilita que pessoas com deficiência auditiva consigam acompanhar sessões do órgão auditado, ação esta que se mostra coerente com os preceitos

⁵³ Disponível em: < <https://www.youtube.com/embed/bneqG-HGsql/?modestbranding=0&>>. Acesso: 24/09/2020.

normativos contidos na LAI, na medida que propicia acesso mais amplo a informações de interesse público (art. 6º, I).

Já na nova consulta realizada no portal virtual em 24/09/2020 foi possível acompanhar uma transmissão ao vivo de sessão ordinária na Alepa, em que se pode constatar que a interpretação em Libras permanece ativa e em funcionamento.

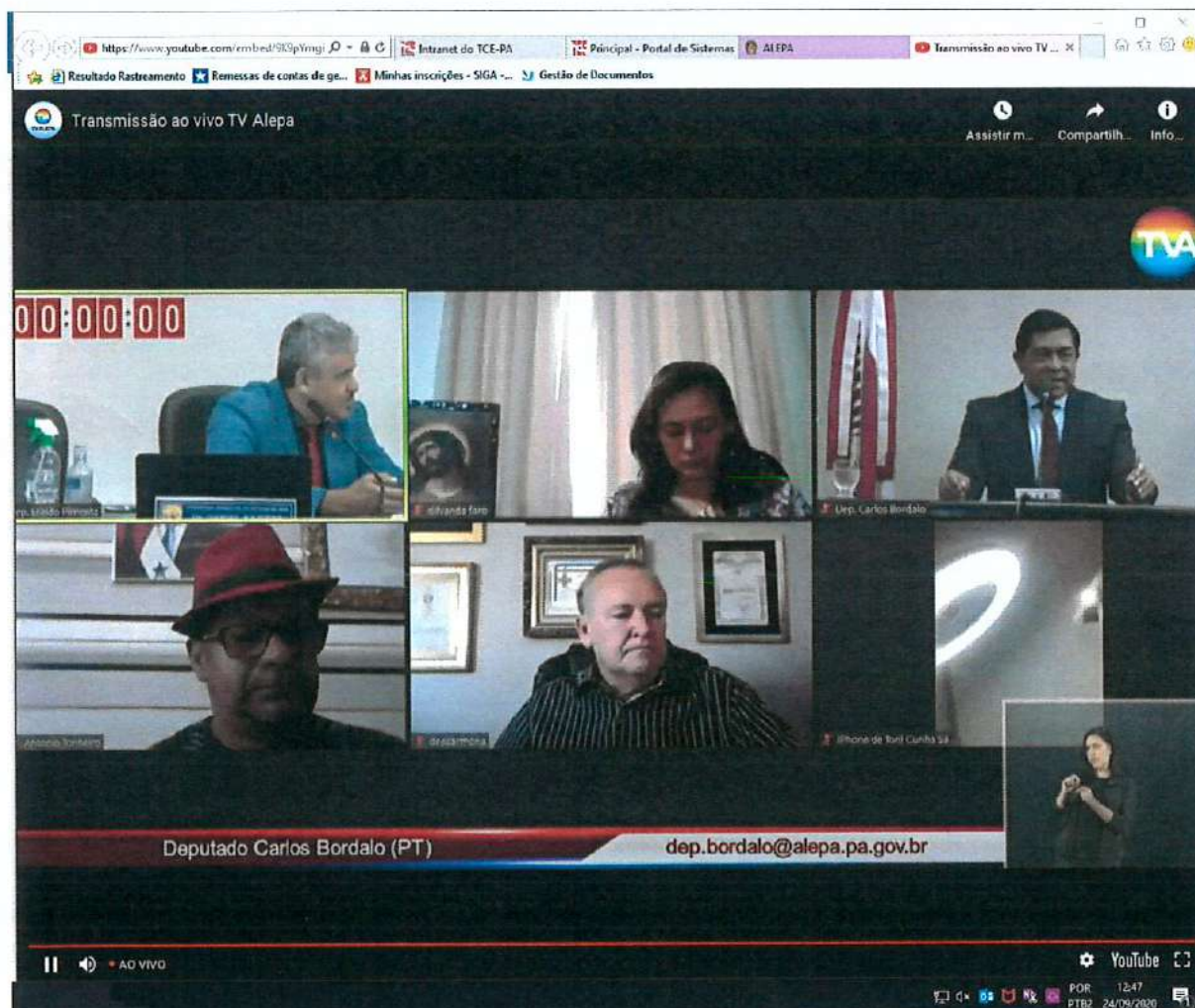


Figura 48 – Fonte: Equipe de Auditoria⁵⁴.

As novas consultas realizadas constataram que as versões em áudio dos textos constantes no portal virtual da Alepa foram concentrados no link Rádio Web / Podcasts Alepa o qual está disponível página principal:

⁵⁴ Disponível em:

<<https://www.youtube.com/embed/9K9pYmgijc8/?modestbranding=0&autoplay=1&autohide=1&showinfo=0&rel=0&controls=1>>. Acesso: 24/09/2020.



Figura 49 – Fonte: Equipe de Auditoria⁵⁵.

Clicando no referido *link* ocorre o direcionamento para a página com o conteúdo em áudio. Tal ação, além de atender as normas atenção às pessoas com deficiência, também facilitaram o encontro das informações, uma vez que estão concentradas em um único caminho:

⁵⁵ Disponível em: <<https://www.alepa.pa.gov.br/>>. Acesso: 24/09/2020.

The screenshot shows a web browser window with the URL <https://alpara.com.br/radioweb>. The page header includes the logo of the Assembleia Legislativa do Estado do Pará and the text "19ª Legislatura 2019 - 2022". A navigation menu contains links for "INÍCIO", "INSTITUCIONAL", "COMUNICAÇÃO", "SERVIÇOS", "PROCESSO LEGISLATIVO", "SERVIDOR", and "CONTATO". A search bar is labeled "Sua busca aqui" with a "BUSCAR" button. The main content area is titled "Comunicação ▶ Rádio Web" and features a dark audio player with a play button and the error message: "Erro: tipo de áudio sem suporte ou caminho de arquivo inválido". Below this is a "Podcasts" section with a search bar and a list of audio files. The first podcast is titled "Comissão Permanente em Defesa da Primeira Infância, Criança e Adolescente é instalada na Alepa", dated "23/09/2020 | 15:07". It includes a play button, a progress bar showing "00:00:00" out of "00:03:36", and a "DOWNLOAD" button. The text below the player reads: "Na busca pelo trabalho em defesa da primeira infância, a Assembleia Legislativa do Estado do Pará (Alepa) realizou na tarde desta terça-feira (22), no plenário Newton Miranda, Sessão Especial de Instalação da Comissão da Primeira Infância, Criança e Adolescente da Alepa. A sessão foi requerida pela deputada Professora Nilse Pinheiro, aprovada por unanimidade em sessão ordinária. Reportagem e locução: Andrea Santos / Produção e edição: Aldo Cruz."

Figura 50 – Fonte: Equipe de Auditoria⁵⁶.

⁵⁶ Disponível em: < <https://alpara.com.br/radioweb> >. Acesso: 24/09/2020.

22/09/2020 | 12:04

Projeto de Lei quer que condomínios denunciem casos de violência doméstica aos órgãos de segurança.

00:00:00 00:03:02

Em junho deste ano, dois projetos de Lei, tendo como autores os deputados Chicão e Dirceu Ten Caten, foram apresentados e juntados devido a semelhança das matérias. Ambos preveem que os condomínios residenciais localizados no Estado do Pará fiquem obrigados a comunicar aos órgãos de segurança pública estaduais a ocorrência de violência doméstica e familiar ocorrida nas respectivas dependências e/ou nas unidades habitacionais contra mulher, idoso ou criança. Os síndicos e os administradores dos condomínios residenciais serão os responsáveis pela denúncia, devendo ser registradas todas as informações que permitam a identificação da vítima e do autor da violência através dos canais disponibilizados pela Polícia Civil e pela Polícia Militar.

Reportagem e locução: Syanne Neno / Produção e edição: Aldo Cruz.

21/09/2020 | 11:25

Semana Estadual do Turismo vai debater a retomada das atividades

00:00:00 00:02:44

As atividades turísticas vem sofrendo prejuízos com a pandemia do novo coronavírus. E para debater a retomada do seguimento de forma segura, a Alepa vai realizar uma Sessão Especial com o tema "Turismo como foco de desenvolvimento regional em tempos de pandemia e o papel dos municípios". O evento será no próximo dia 24, às 14h, no Plenário Newton Miranda.

Entrevistados:

Figura 51 – Fonte: Equipe de Auditoria⁵⁷.

4. CONCLUSÃO

Por ocasião da nova inspeção realizada em setembro de 2020 foi possível verificar a correção de algumas das incompatibilidades identificadas no momento da inspeção inicial.

Entretanto, conforme anteriormente explanado, ainda são necessários alguns ajustes, considerando as determinações contidas na Lei nº 12.527/2011 – Lei de Acesso à Informação (LAI), Lei Complementar nº 131/2009 e Decreto nº 7.185/2010, conforme a seguir demonstrado:

1. Ausência de informações, nas opções *Mesa Diretora* e *Comissões Parlamentares* (aba *Institucional* do Portal Virtual da Alepa), quanto às matérias por elas discutidas, bem como os respectivos horários de reuniões (item 3.2);
2. Omissão quanto ao horário de atendimento ao público por parte dos gabinetes

⁵⁷ Disponível em: < <https://alpara.com.br/radioweb>>. Acesso: 24/09/2020.

- parlamentares e da ouvidoria da Alepa (item 3.2);
3. Ausência de disponibilização do inteiro teor do Ato nº 068/2013, no campo destinado para tanto, na opção *Verba Indenizatória*, da aba *Deputados*, bem como ausência de clareza e de discriminação pormenorizada dos dispêndios que compuseram o montante informado na opção em questão (item 3.2);
 4. Fragilidade na disponibilização de Relatórios Institucionais do órgão auditado, opção *Relatórios*, da aba *Institucional* (item 3.2);
 5. Omissão de informações detalhadas referentes a indicadores, metas e objetivos do órgão auditado (item 3.2);
 6. Divulgação da relação de departamentos administrativos do órgão auditado sem indicação das respectivas competências institucionais, bem como de seus respectivos responsáveis (item 3.2);
 7. Ausência de informação, destacada de forma individualizada e de fácil acesso, acerca dos orçamentos anuais da Casa Legislativa (item 3.3.1);
 8. Divulgação de informações desatualizadas e incompletas, no novo Portal, com relação aos Relatórios de Gestão Fiscal (item 3.3.1);
 9. Impossibilidade de *download* de relatórios em formato pdf, txt, xls, csv, no que se refere às despesas e receitas do órgão (item 3.3.2);
 10. Inexistência de informações específicas sobre a UG “010102 – Plano de Seguridade Social dos Parlamentares (PSSP)” (item 3.3.2);
 11. Apresentação limitada e genérica de dados pertinentes à receita e à despesa (item 3.3.2);
 12. Ausência de informações completas concernentes as despesas com diárias e passagens a servidores e colaboradores eventuais (item 3.3.2);
 13. Incompatibilidade entre os dados selecionados pelo usuário e os efetivamente apresentados, quando das pesquisas atinentes a despesas do órgão, realizadas no antigo portal (item 3.3.2);
 14. Incompletude das informações relativas às despesas no novo portal e incompatibilidade das nomenclaturas apresentadas com aquelas contidas na versão mais

recente da Portaria Interministerial nº 163/2001 (item 3.3.2);

15. Ausência de informações acerca de repasses ou transferências de recursos financeiros efetuados pela Alepa no período sob análise (item 3.3.2);

16. Disponibilização da folha de pagamento sem especificação das parcelas que compõem a remuneração dos servidores (item 3.3.2);

17. Ausência de disponibilização de informações relevantes atinentes ao andamento de licitações e contratações diretas (item 3.4);

18. Inconsistência na ordenação e disponibilização de contratos administrativos firmados pelo órgão auditado (item 3.4);

19. Respostas a perguntas mais frequentes da sociedade apresentadas de forma pouco abrangente (item 3.5);

20. Intempestividade na atualização legislativa estadual no Banco de Leis (item 3.6.5);

21. Ausência de disponibilização de resultado de inspeções, auditorias, prestação de contas realizadas pelos órgãos de controle interno e externo, incluindo prestações de contas de exercícios anteriores (item 3.6.6).

É o relatório.

Belém-PA, 29 de outubro de 2020.


Dualyson de Abreu Borba
Auditor de Controle Externo
Mat. 0101575


Sandra Mara Mariz de Sá Ferreira
Analista Aux. de Controle Externo
Gerente de Fiscalização – 1ª CCG
Mat. 0100488


Priscila da Paz Nascimento
Auditora de Controle Externo
Controladora – 1ª CCG
Mat. 0101112

A Sex com o relatório.

Em: 29/10/2020



Priscila da Paz Nascimento
Controladora da 1ª CCG



Tribunal de Contas do Estado do Pará
Secretaria de Controle Externo
Expediente 2019/121903

121903/2019
198
AP

À 1ª CCG,

Para anexar às Contas de Gestão da Alepa, exercício 2020,
para análise em conjunto, diante do resultado da presente fiscalização.

Em, 10-12-2020.


Ana Paula Cruz Maciel
Secretária de Controle Externo



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA GERAL

CERTIDÃO ENCERRAMENTO DE TRÂMITE FÍSICO DE PROCESSO

CERTIFICO para os devidos fins que este processo foi devidamente convertido do suporte físico para eletrônico, migrado e registrado com mesmo número no formato no Sistema de Processo Eletrônico (eTCE), em conformidade com o disposto na Resolução nº 19.205, de 11/08/2020, que dispõe sobre a implantação e o funcionamento do Processo Eletrônico no âmbito do Tribunal de Contas do Estado do Pará – TCE-PA. CERTIFICO, ainda, o encerramento da tramitação deste processo em suporte físico para então, ter a continuidade de sua instrução somente por meio do sistema eletrônico e-TCE.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA-GERAL

TERMO DE REDISTRIBUIÇÃO

Considerando o disposto no artigo 4º da Resolução nº 18.906, de 11 de abril de 2017, haja vista a Conselheira Rosa Egídia Crispino Calheiros Lopes, então relatora, ter tomado posse no cargo de Presidente do TCE-PA, faço a redistribuição dos presentes autos à Conselheira **Maria de Lourdes Lima de Oliveira**, que a antecedeu no referido cargo.

Belém, 02 de fevereiro de 2023.

JOSÉ TUFFI SALIM JUNIOR
Secretário-Geral



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO
1ª CCG

DISTRIBUIÇÃO

Nesta data distribuo o presente processo aos técnicos Arlene de Jesus Costa, Orlando Farias Rabelo Filho e Suany Campos Freitas Macedo, para análise e emissão de relatório no prazo de 21 (vinte e um) dias úteis.

Belém-PA, 09 de novembro de 2023.

(assinado eletronicamente)

Sandra Mara Mariz de Sá Ferreira
Gerente de Fiscalização – 1ª CCG



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARÁ
Secretaria de Controle Externo – 1ª CCG

Travessa Quintino Bocaiúva, 1585
Belém-PA - CEP: 66035-903
Fone: (091) 3210-0711/0715
www.tcepa.tc.br

Ofício nº 07877/2023 - 1ª CCG/Secex

Belém, 09 de novembro de 2023.

A Sua Excelência o Senhor

Daniel Barbosa Santos

Ex Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Pará

Belém-PA

Assunto: Comunicação ex-Gestor

Senhor Prefeito,

Em cumprimento à Resolução nº 19.461/2022-TCE/PA, que aprovou o Plano Anual de Fiscalização para o exercício de 2023, informo que serão iniciados os trabalhos de auditoria com objetivo de instruir o Processo nº TC/008283/2021, referente ao exercício financeiro de 2020 da Assembleia Legislativa do Estado do Pará - ALEPA, nos termos do que dispõe o art. 65, II, do Regimento Interno deste Tribunal, aprovado pelo Ato nº 63/2012.

Atenciosamente,

Conselheira Rosa Egídia Crispino Calheiros Lopes

Presidente

*Correio C/AR
Nº BR631884356BR
em, 17/11/2023
Rosa Egídia*



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARÁ

Secretaria de Controle Externo – 1ª CCG

Travessa Quintino Bocaiúva, 1585

Belém-PA - CEP: 66035-903

Fone: (091) 3210-0711/0715

www.tcepa.tc.br

Ofício nº 07875/2023 - 1ª CCG/Secex

Belém/PA, 09 de novembro de 2023.

A Sua Excelência o Senhor Deputado Estadual

Francisco das Chagas Silva Melo Filho

Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Pará - ALEPA

Belém-PA

Assunto: Auditoria Programada

Senhor Presidente,

Em cumprimento à Resolução do TCE/PA, que aprovou o Plano Anual de Fiscalização para o exercício de 2023, aprovado pela Resolução nº 19.461/2022-TCE/PA, solicita-se viabilizar a Auditoria Programada, com objetivo de instruir o Processo nº TC/008283/2021, referente ao exercício financeiro de 2020, a ser realizada nesse Órgão pela equipe técnica deste Tribunal, abaixo identificada:

Arlene de Jesus Costa

Orlando Farias Rabelo Filho

Suany Campos Freitas Macedo

Por conseguinte, solicito auxílio de Vossa Excelência no sentido de fornecer à equipe de auditoria os subsídios necessários ao bom desempenho de suas funções, inclusive acesso a todos os elementos pertinentes à matéria.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARÁ

Secretaria de Controle Externo – 1ª CCG

Travessa Quintino Bocaiúva, 1585

Belém-PA - CEP: 66035-903

Fone: (091) 3210-0711/0715

www.tcepa.tc.br

Com o objetivo de assegurar a Vossa Excelência o conhecimento dos trabalhos desenvolvidos pelos técnicos desta Corte, solicito que designe um servidor para acompanhar todas as etapas da auditoria, o qual deverá ter pleno conhecimento acerca dos objetos desta auditoria.

Respeitosamente,

Conselheira Rosa Egídia Crispino Calheiros Lopes

Presidente

Não Julgado



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO
1ª CONTROLADORIA DE CONTAS DE GESTÃO

SOLICITAÇÃO DE DOCUMENTOS/INFORMAÇÕES
AUDITORIA Nº 0009/2023

Número do Processo: TC/008283/2021
Classe Processual: Prestação de Contas dos Administradores e Responsáveis pela Gestão de Recursos Públicos Estaduais - Contas de Exercício ou Gestão
Relator: Maria de Lourdes Lima de Oliveira
Instrumento de Fiscalização: Auditoria
Modalidade (tipo de instrumento): Conformidade
Equipe Designada: Arlene de Jesus Costa, Orlando Farias Rabelo Filho, Suany Campos Freitas Macedo
Supervisor: Priscila da Paz Nascimento
Unidade Jurisdicionada: Assembleia Legislativa do Estado
Exercício: 2020
Responsável Pelas Contas: Daniel Barbosa Santos

Sr. Presidente,

Em função dos exames de Auditoria que têm a finalidade de instruir o processo nº TC/008283/2021, referente à Prestação de Contas do exercício da Assembleia Legislativa do Estado, solicita-se que sejam disponibilizados para análise desta equipe de Auditoria, no prazo de **02 (dois) dias úteis**, nos termos dos artigos 74, incisos I a IV do Ato nº 63/2012 (Regimento Interno do Tribunal de Contas do Estado do Pará), os documentos e informações abaixo relacionados:



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO
1ª CONTROLADORIA DE CONTAS DE GESTÃO

1. Termo Original e Aditivo referente ao contrato nº 36/2019, vigentes no exercício de 2020, celebrado com a empresa Locdesk Locação de Equipamentos e Soluções em Informática Ltda.;
2. Portaria de designação do fiscal do contrato, acompanhada de documentação comprobatória da capacidade técnica dos fiscais designados; na inexistência deste ato, apresentar justificativa;
3. Processos de pagamentos devidamente instruídos, com todos os atos administrativos, referentes ao contrato selecionado, contendo: notas de empenho, notas de liquidação, ordens bancárias, notas fiscais com os respectivos recibos e certificações, todos circunscritos ao exercício de 2020;
4. Planilha de pagamentos, contendo a relação das notas fiscais vinculadas ao contrato em análise, organizada por ordem cronológica, de acordo com o modelo em anexo;

Belém (PA), 20 de novembro de 2023


Arlene de Jesus Costa
Auditora de Controle Externo
Mat. 0101803


Orlando Farias Rabelo Filho
Auditor de Controle Externo
Mat. 0101201


Suany Campos Freitas Macedo
Auditora de Controle Externo
Mat. nº 0101782



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO
1ª CONTROLADORIA DE CONTAS DE GESTÃO

ANEXO I

CONTRATO Nº XXXX/20XX									
Nota de Empenho				NF/Fatura			Ordem Bancária		
Data	Nº	Tipo (original, reforço ou anulação)	Valor (R\$)	Data	Nº	Valor (R\$)	Data	Nº	Valor (R\$)
	TOTAL				TOTAL			TOTAL	



ESTADO DO PARÁ
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
PROCURADORIA GERAL

MEMORANDO Nº. 348/2023- PG/AL

Belém, 20 de novembro de 2023.

Exmº. Sr.
FRANCISCO DAS CHAGAS MELO - CHICÃO
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Pará.

ASSUNTO: NOVA DEMANDA REFERENTE A AUDITORIA PROGRAMADA DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO – TCE/ EXERC. 2020.

Senhor Presidente,

Honrado em cumprimentá-lo, em complementação ao memorando 335/2023-PG/AL, datado de 13/11/2023, atendendo ao solicitado pela Auditoria Programada, da 1ª Controladoria de Contas de Gestão do TCE/PA, encaminhamos Solicitação de Documentos/Informações – SDI, acerca da **Auditoria nº. 09/2023**, referente ao processo nº. TC008283/2021, acerca da Prestação de Contas do **Exercício 2020**, com prazo de 02 (dois) dias úteis para resposta.

Ressaltamos que a equipe de auditores encontra-se, presencialmente, nesta Assembleia Legislativa, em auditagem ao exercício 2018.

Por oportuno, recomendamos o encaminhamento da solicitação do Tribunal de Contas do Estado do Pará – TCE/PA aos setores diretamente envolvidos com a matéria, qual sejam: DF, DA, Arquivo e DGP, necessitando que seja preenchida e revisada pelo setor competente a planilha requerida pelos Auditores de Controle, **no prazo**, com encaminhamento para esta Procuradoria Geral, visando entrega aos mesmos, contendo as informações fornecidas pelos setores desta Assembleia Legislativa do Estado do Pará-ALEPA.

Renovam-se os votos de mais elevada estima e apreço.

Atenciosamente,

JUSTINIANO ALVES JUNIOR.

Procurador-Geral da Assembleia Legislativa do Estado do Pará

RECEBIDO EM
21/11/23
12h09
Natalia



Comissão Permanente de Licitação - CPL

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 012/2015
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 002/2015
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 002164/2015



DISPÕE SOBRE CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇOS DE ALIMENTAÇÃO, PARA FORNECER E SERVIR, NAS DEPENDÊNCIAS DO PALÁCIO CABANAGEM, SEDE DO PODER LEGISLATIVO DO ESTADO DO PARÁ, REFEIÇÕES DIÁRIAS – ESPECIAIS E EXECUTIVAS, BUFFETS E BRUNCHS, QUE ENTRE SI CELEBRAM A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARÁ E A EMPRESA MWS EVENTOS E BUFFET EIRELI - EPP, DE ACORDO COM AS CLÁUSULAS E CONDIÇÕES SEGUINTE:

Pelo presente instrumento, a ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARÁ, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Rua do Aveiro nº 130, Bairro da Cidade Velha, inscrita no CNPJ sob o nº 05.018.544/0001-02 neste ato representado por seu Presidente, Deputado Márcio Desidério Teixeira Miranda, inscrito no CPF/MF nº. 064.328.402-87 e Carteira de Identidade nº. 3051-CRM, doravante denominada CONTRATANTE, e a empresa MWS EVENTOS E BUFFET EIRELI – EPP com título de estabelecimento “EMPÓRIO GOURMET”, inscrita no CNPJ/MF sob nº. 07.370.589/0001-69, estabelecida nesta cidade no Conjunto Cidade Nova II, Travessa WE 24 nº. 251-A, Bairro Coqueiro, CEP 67130-520, Ananindeua-PA, neste ato representada pelo Sra. Angélica Cristina Pereira Bezerra Simões, portador (a) da Carteira de Identidade nº. 2.673.535 2ª via SSP/PA e CPF/MF nº. 479.903.842-72, doravante denominada CONTRATADA, de acordo com o Pregão Presencial nº 002/2015, tipo “menor preço global”, resolvem celebrar o presente Contrato Administrativo, referente ao processo nº 002164/2015, e se regerá pela Lei nº 8.666/93, suas alterações e demais exigências previstas no Edital de Licitação e seus anexos, os quais as partes reciprocamente outorgam, aceitam e se obrigam a cumprir, mediante as cláusulas e condições a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO AMPARO LEGAL

1.1. Este Contrato Administrativo tem por fundamento legal o Pregão Presencial nº 002/2015, com fulcro na Lei Federal nº. 10.520/2012, que se regerá pela Lei nº 8.666/93 e suas alterações subsequentes e, supletivamente, pelas normas pertinentes aos princípios da Teoria Geral dos Contratos, exarado no Processo Administrativo nº. 002164/2015.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO

2.1. O presente Contrato tem por objeto a “CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇOS DE ALIMENTAÇÃO, PARA FORNECER E SERVIR, NAS DEPENDÊNCIAS DO PALÁCIO CABANAGEM, SEDE DO PODER LEGISLATIVO DO ESTADO DO PARÁ, REFEIÇÕES DIÁRIAS – ESPECIAIS E EXECUTIVAS, BUFFETS E BRUNCHS”.

Rua do Aveiro nº 130 (Praça Dom Pedro II), Bairro: Cidade Velha, Belém-PA
Telefone: 91- 3213-4200 / 3346-4200



2.2. Os cardápios deverão ser compostos de receitas padronizadas, confeccionadas e balanceadas por um nutricionista, devendo ser elaborados com os valores nutricionais específicos de cada refeição.

2.2.1. A Técnica dietética de preparo ficará a critério da CONTRATADA, observando o cardápio previamente aprovado pela CONTRATANTE;

2.2.2. Montar um cardápio com 01 (um) mês de antecedência em comum acordo com a contratante, informatizado, contendo as necessidades básicas deste Poder, sendo permitida a repetição de cardápio de quinze em quinze dias. O cardápio deverá estar assinado pelo responsável técnico nutricionista da CONTRATADA. Em caso de eventuais substituições de qualquer item do cardápio, deverá ser feita uma comunicação com 48 (quarenta e oito) horas de antecedência, para a devida aprovação;

2.2.3. Devem ser previstos cardápios diferenciados com o mínimo de 03 (três) opções diárias, cujos padrões tenham influências de hábitos alimentares e sócio culturais da Região.

2.2.4. Não deverão ser utilizados alimentos cuja qualidade seja inferior ao tipo proposto pela tabela referida na Cláusula Quarta deste contrato: Quantidade *per capita* e frequência mensal (considerando quatro semanas por mês, dos pratos).

CLÁUSULA TERCEIRA - DOS PRAZOS, CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO E FORNECIMENTO

3.1. Fornecer o objeto do contrato de acordo com o horário e data estabelecidos pela CONTRATANTE, durante o período de vigência do Contrato.

3.2. O pedido de fornecimento das refeições especiais será até às 10:30 horas, ficando a entrega para os Setores e Gabinetes a partir das 12:00 até 13:30 horas.

3.3. As refeições especiais serão entregues em embalagens estilo marmitex de isopor com divisórias, de estilo padrão para todos os setores e gabinetes Parlamentares deste Poder Legislativo, desde que acondicionem as quantidades, por refeição, determinadas neste Termo.

3.4. No caso de Buffet e *Brunch* o pedido será expedido com, no mínimo, 24 (vinte e quatro) horas de antecedência, estabelecendo a quantidade e a opção almejada, bem como o horário, sendo permitida a emissão do pedido de fornecimento em prazo menor, desde que acordado entre as partes.

3.5. O local de entrega das refeições diárias, será no Edifício Sede da Assembleia Legislativa do Estado do Pará, situado a Rua do Aveiro, nº 130, Cidade Velha.

3.6. A Assembleia Legislativa do Pará, por motivo de força maior ou caso fortuito, terá o prazo de 24 (vinte e quatro) horas para informar o cancelamento do pedido.

3.7. A entrega das refeições – especiais e executiva, deverá ser efetuada de acordo com o pedido de fornecimento e ocorrer no prazo de 01 (uma) hora após o pedido, sob pena das sanções previstas no edital e no contrato, podendo ser acrescido o prazo, desde que acordado entre as partes.

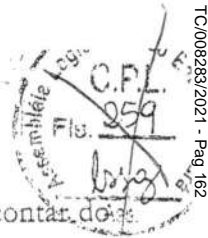
3.8. Na hipótese da CONTRATADA, por motivo de força maior ou caso fortuito, devidamente justificado, não puder fornecer o objeto contratado, deverá comunicar o fato à Assembleia Legislativa

[assinatura]

[assinatura]



Comissão Permanente de Licitação - CPL



do Estado do Pará (ALEPA), por escrito, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento do pedido de fornecimento.

3.9. A CONTRATADA deverá apresentar cardápio com variações de doces, salgados, pratos frios e quentes, ficando a cargo da contratante a escolha de tais variações.

3.10. A CONTRATADA deverá possuir estrutura operacional com capacidade de atendimento das necessidades desta contratação, tais como:

- *Rechauds* e talheres;
- Pratos e Xícaras;
- Copos e Taças de ótima qualidade;
- Mesas e Cadeiras;
- Toalhas de mesa comuns e individuais;
- Transporte próprio e adaptado para locomoção e conservação com higiene e segurança dos alimentos;
- Possuir no seu quadro de pessoal, profissionais especializados na área;

3.11. No fornecimento de *Brunchs*, *Buffets*, bem como, de refeições Executivas a Contratada deverá disponibilizar, obrigatoriamente, todas as louças necessárias e garçons, na proporção mínima de 01 (um) garçom para cada 20 (vinte) pessoas presentes; responsabilizando-se pelo recolhimento de seus materiais e limpeza do local.

CLÁUSULA QUARTA – DAS ESPECIFICAÇÕES

4.1. As especificações técnicas do objeto do presente Contrato estão demonstradas no quadro abaixo:

REFEIÇÕES ESPECIAIS (Estimativa de até 6.000 Refeições/Mês)		
<i>Carnes, Peixes e Frango</i>		
Filé Bovino	Diversas Opções	Mínimo 200g por Pessoa
Alcatra	Diversas Opções	Mínimo 200g por Pessoa
Lagarto	Diversas Opções	Mínimo 200g por Pessoa
Coxão de Dentro	Diversas Opções	Mínimo 200g por Pessoa
Picanha	Diversas Opções	Mínimo 200g por Pessoa
Charque trazeiro	Diversas Opções	Mínimo 200g por Pessoa
Carne de Porco	Diversas Opções	Mínimo 200g por Pessoa
Frango: Coxa e Contra-Coxa	Diversas Opções	Mínimo 200g por Pessoa
Peito de Frango	Diversas Opções	Mínimo 200g por Pessoa
Pescada, Filhote	Diversas Opções	Mínimo 200g por Pessoa
Picadinho de 1ª	Diversas Opções	Mínimo 200g por Pessoa
<i>Arroz</i>		
Branco		Mínimo 250g por Pessoa
À Grega		Mínimo 250g por Pessoa
<i>Feijão</i>		

Rua do Aveiro nº 130 (Praça Dom Pedro II), Bairro: Cidade Velha, Belém-PA

Telefone: 91- 3213-4200 / 3346-4200



Comissão Permanente de Licitação - CPL



Marrom	Tradicional	Mínimo 200g por Pessoa (Embalagem Separada)
Preto	Tipo feijoada	Mínimo 200g por Pessoa (Embalagem Separada)
Tropeiro	Tradicional	Mínimo 200g por pessoa (Embalagem Separada)
Acompanhamentos		
Massas	Diversas Opções	Mínimo 150g por pessoa
Macaxeira	Diversas Opções	Mínimo 100g por pessoa
Batata frita	Diversas Opções	Mínimo 100g por pessoa
Abóbora	Diversas Opções	Mínimo 150g por pessoa
Farofa	Tradicional	Mínimo 100g por pessoa
Saladas		
Folhosas		Mínimo 50g por Pessoa
Saladas de Legumes	Crua e Cozida	Mínimo 100g por Pessoa
Couve Mineira		Mínimo 100g por Pessoa

REFEIÇÕES EXECUTIVAS (Estimativa de até 800 Refeições/Mês)		
Carnes		
Filé ao molho de Castanha		Mínimo 200g por Pessoa
Filé ao Sugo		Mínimo 200g por Pessoa
Filé à Parmegiana		Mínimo 200g por Pessoa
Filé ao molho de Mostarda		Mínimo 200g por Pessoa
Filé ao molho Brasileiro		Mínimo 200g por Pessoa
Filé ao molho Champignon		Mínimo 200g por Pessoa
Filé ao molho Madeira		Mínimo 200g por Pessoa
Filé com molho Branco		Mínimo 200g por Pessoa
Strogonoff de Filé		Mínimo 200g por Pessoa
Peixes (Pescada Amarela e/ou Filhote)		
Ao molho de Camarão		Mínimo 250g por Pessoa
Recheado de Forno		Mínimo 250g por Pessoa
Com Ervas Finas e alcaparras		Mínimo 250g por Pessoa
À moda do Chefe		Mínimo 250g por Pessoa
À Delícia		Mínimo 250g por Pessoa
Ao Creme de Catupiry e Camarão		Mínimo 250g por Pessoa
Caldeirada		Mínimo 250g por Pessoa
Na Chapa		Mínimo 250g por Pessoa
Moqueca		Mínimo 250g por Pessoa
Frango/Pato		
Frango Paraense		Mínimo 200g por Pessoa

Rua do Aveiro nº 130 (Praça Dom Pedro II), Bairro: Cidade Velha, Belém-PA

Telefone: 91- 3213-4200 / 3346-4200



Comissão Permanente de Licitação - CPL

RELATIVA DE EQUIPAMENTOS
CPL
Ass. 8
CPL
Fls. 203
Ass.

Frango aos 04 Queijos		Mínimo 200g por Pessoa
Frango à Primavera		Mínimo 200g por Pessoa
Frango ao molho de Requeijão		Mínimo 200g por Pessoa
Frango ao Creme Catupiry		Mínimo 200g por Pessoa
Frango ao molho Branco		Mínimo 200g por Pessoa
Risoto de Frango		Mínimo 200g por Pessoa
Pato no Tucupi		Mínimo 200g por Pessoa
Strogonoff de Frango		Mínimo 200g por Pessoa
Arroz		
Branco		Mínimo 250g por Pessoa
À Grega		Mínimo 250g por Pessoa
Arroz de Brócolis		Mínimo 250g por Pessoa
Arroz de Jambú		Mínimo 250g por Pessoa
Feijão		
Marrom	Tradicional	Mínimo 200g por Pessoa (Embalagem Separada)
Preto	Tipo feijoada	Mínimo 200g por Pessoa (Embalagem Separada)
Tropeiro	Tradicional	Mínimo 200g por pessoa (Embalagem Separada)
Acompanhamentos		
Massas	Diversas Opções	Mínimo 150g por pessoa
Macaxeira	Diversas Opções	Mínimo 100g por pessoa
Batata frita	Diversas Opções	Mínimo 100g por pessoa
Abóbora	Diversas Opções	Mínimo 150g por pessoa
Farofa	Tradicional	Mínimo 100g por pessoa
Saladas/Frios		
Folhosas		Mínimo 50g por Pessoa
Saladas de Legumes	Crua e Cozida	Mínimo 100g por Pessoa
Couve Mineira		Mínimo 100g por Pessoa
Salpicão de Frango		Mínimo 200g por Pessoa
Salada Mista		Mínimo 200g por Pessoa
Salada Primavera		Mínimo 200g por Pessoa
Salada Russa		Mínimo 200g por Pessoa
Salada Arco-Íris		Mínimo 200g por Pessoa
Sobremesas		
Salada de Frutas		Mínimo 200g por Pessoa
Pudim de Leite		Mínimo 200g por Pessoa
Creme de Cupuaçu		Mínimo 200g por Pessoa

Rua do Aveiro nº 130 (Praça Dom Pedro II), Bairro: Cidade Velha, Belém-PA

Telefone: 91- 3213-4200 / 3346-4200

**Comissão Permanente de Licitação - CPL**

Creme de Bacuri	Mínimo 200g por Pessoa
Mousse de Chocolate	Mínimo 200g por Pessoa
Mousse de Maracujá	Mínimo 200g por Pessoa
Mousse Floresta Negra	Mínimo 200g por Pessoa
Nega Maluca	Mínimo 200g por Pessoa
Bolo Floresta Negra	Mínimo 200g por Pessoa
Pavê de Abacaxi	Mínimo 200g por Pessoa
Torta Alemã	Mínimo 200g por Pessoa
Torta Maria Isabel	Mínimo 200g por Pessoa
Torta de Morango	Mínimo 200g por Pessoa
Taça da Felicidade	Mínimo 200g por Pessoa
Bolo Prestígio	Mínimo 200g por Pessoa

BUFFET (Estimativa de até 2000/Ano)	
<i>Entradas Frias</i>	
Trouxinha de Peito de Peru	Mínimo de 05g a unidade
Barquete de Legumes e Camarão	Mínimo de 07g a unidade
Canapés de Peito de Peru	Mínimo de 05g a unidade
Quiche de frango e Peito de Peru	Mínimo de 05g a unidade
Canudinho (Recheios Diversos)	Mínimo de 07g a unidade
Tartelete (Recheios Diversos)	Mínimo de 07g a unidade
<i>Entradas Quentes</i>	
Coxinha de Frango	Mínimo de 05g a unidade
Risole de Frango, Jambu e Camarão	Mínimo de 05g a unidade
Quibe	Mínimo de 05g a unidade
Empadas (Recheios Diversos)	Mínimo de 07g a unidade
Bolinho de Bacalhau ou Queijo	Mínimo de 07g a unidade
Pastéis de Forno (Recheios Diversos)	Mínimo de 07g a unidade
PRATO PRINCIPAL	
<i>Carnes</i>	
Filé ao molho de Castanha	Mínimo 200g por Pessoa
Filé ao Sugo	Mínimo 200g por Pessoa
Filé à Cubana	Mínimo 200g por Pessoa
Filé ao molho de Mostarda	Mínimo 200g por Pessoa
Filé ao molho Brasileiro	Mínimo 200g por Pessoa
Filé ao molho Champignon	Mínimo 200g por Pessoa
Filé ao molho Madeira	Mínimo 200g por Pessoa
Filé com molho Branco	Mínimo 200g por Pessoa
Filé Recheado com Bacon e Queijo	Mínimo 200g por Pessoa
Filé ao molho Funghi	Mínimo 200g por Pessoa

Rua do Aveiro nº 130 (Praça Dom Pedro II), Bairro: Cidade Velha, Belém-PA

Telefone: 91- 3213-4200 / 3346-4200

**Comissão Permanente de Licitação - CPL**C.P.L.
N.º 31
Ass. 6C.P.L.
N.º 31
Ass. 6
28/07
2023

Escalope de Filé		Mínimo 200g por Pessoa
Medalhão de Filé ao molho de Vinho Tinto		Mínimo 200g por Pessoa
Picanha Fatiada		Mínimo 200g por Pessoa
<i>Peixes (Pescada Amarela e/ou Filhote)</i>		
Ao molho de Camarão		Mínimo 200g por Pessoa
À Parmegiana		Mínimo 200g por Pessoa
Com Ervas Finas c/ Alcaparras		Mínimo 200g por Pessoa
À moda do Chefe		Mínimo 200g por Pessoa
À Delícia		Mínimo 200g por Pessoa
Ao Creme de Catupiry e Camarão		Mínimo 200g por Pessoa
Filhote ao molho de Camarão, Alcaparras e Azeite Extra Virgem		Mínimo 200g por Pessoa
Risoto de Bacalhau		Mínimo 200g por Pessoa
Risoto de Mariscos		Mínimo 200g por Pessoa
Filhote em crosta de Batata Palha		Mínimo 200g por Pessoa
Pescada em cama de Salsão e Alho Poró		Mínimo 200g por Pessoa
Pescada com Vegetais e Camarão		Mínimo 200g por Pessoa
Paella de Mariscos		Mínimo 200g por Pessoa
<i>Frango/Pato</i>		
Frango Paraense		Mínimo 200g por Pessoa
Frango aos 04 Queijos		Mínimo 200g por Pessoa
Frango à Primavera		Mínimo 200g por Pessoa
Frango ao molho de Requeijão		Mínimo 200g por Pessoa
Frango ao Creme Catupiry		Mínimo 200g por Pessoa
Frango ao molho Branco		Mínimo 200g por Pessoa
Peito de Frango ao Curry		Mínimo 200g por Pessoa
Stroganoff de Frango		Mínimo 200g por Pessoa
Pato no Tucupi		Mínimo 200g por Pessoa
<i>Arroz</i>		
Branco		Mínimo 250g por Pessoa
À Grega		Mínimo 250g por Pessoa
Arroz de Brócolis		Mínimo 250g por Pessoa
Arroz de Jambú ao molho de Ervas		Mínimo 250g por Pessoa
Arroz com Frutos do Mar		Mínimo 250g por Pessoa
Arroz Piamontêse		Mínimo 250g por Pessoa
<i>Feijão</i>		
Marrom	Tradicional	Mínimo 200g por Pessoa (Embalagem Separada)
Preto	Tipo feijoada	Mínimo 200g por Pessoa

Rua do Aveiro nº 130 (Praça Dom Pedro II), Bairro: Cidade Velha, Belém-PA

Telefone: 91- 3213-4200 / 3346-4200



Comissão Permanente de Licitação - CPLAss.

C.F.L. 32
L.F.L. 264
L. 37
Estado do Pará

Tropeiro	Tradicional	(Embalagem Separada) Mínimo 200g por pessoa (Embalagem Separada)
Acompanhamentos		
Massas	Diversas Opções	Mínimo 150g por pessoa
Macaxeira	Diversas Opções	Mínimo 100g por pessoa
Batata frita	Diversas Opções	Mínimo 100g por pessoa
Abóbora	Diversas Opções	Mínimo 150g por pessoa
Farofa	Tradicional	Mínimo 100g por pessoa
Frios/Saladas		
Salpicão de Frango		Mínimo 200g por Pessoa
Salada Mista		Mínimo 200g por Pessoa
Salada Primavera		Mínimo 200g por Pessoa
Salada Russa		Mínimo 200g por Pessoa
Salada Arco-Íris		Mínimo 200g por Pessoa
Salada Caesar		Mínimo 200g por Pessoa
Folhosas		Mínimo 50g por Pessoa
Saladas de Legumes	Crua e Cozida	Mínimo 100g por Pessoa
Couve Mineira		Mínimo 100g por Pessoa
Massas		
Espaguetti a Bologneza e Quatro Queijos		Mínimo 200g por Pessoa
Macarrão Alfredo		Mínimo 200g por Pessoa
Fettuccini aos Quatro Queijos		Mínimo 200g por Pessoa
Fusilli ao molho de tomate Pelati com cubos de Filé Mignon		Mínimo 200g por Pessoa
Sobremesas		
Salada de Frutas		Mínimo 200g por Pessoa
Pudim de Leite		Mínimo 200g por Pessoa
Creme de Cupuaçu		Mínimo 200g por Pessoa
Creme de Bacuri		Mínimo 200g por Pessoa
Mousse de Chocolate		Mínimo 200g por Pessoa
Mousse de Maracujá		Mínimo 200g por Pessoa
Mousse Floresta negra		Mínimo 200g por Pessoa
Nega Maluca		Mínimo 200g por Pessoa
Torta Floresta Negra		Mínimo 200g por Pessoa
Pavê de Abacaxi		Mínimo 200g por Pessoa
Torta Alemã		Mínimo 200g por Pessoa
Torta Maria Isabel		Mínimo 200g por Pessoa
Torta de Morango		Mínimo 200g por Pessoa

Rua do Aveiro nº 130 (Praça Dom Pedro II), Bairro: Cidade Velha, Belém-PA

Telefone: 91- 3213-4200 / 3346-4200



Comissão Permanente de Licitação - CPL



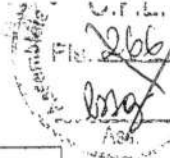
TC/002839/2021 - Pág. 168

Taça da Felicidade	Mínimo 200g por Pessoa
Bolo Prestígio	Mínimo 200g por Pessoa
<i>Material de Suporte para Refeições (Executiva, Buffet e Brunch)</i>	
Taças de Vidro e outras louças necessárias	
Pratos Brancos	
Talher de Jantar em inox	
Talher de Sobremesa em Inox	
Galheteiro em Inox	
Colheres, Espátulas, Conchas em inox	
Bandejas de mesa ovais de 70cm em inox	
Rechaud de Diversos Tamanhos em inox	
Bandejas de inox	
Estufa de aquecimento de salgado	
Balde de gelo para centro de bandeja	
Lencinho fino de papel medindo 15x15cm	
Toalhas para Mesas e Cadeiras	
<i>Equipe Necessária para Suporte</i>	
01 Chefe de cozinha	
01 Maitre	
01 Garçom para cada 20 pessoas	
03 Copeiros para cada 100 pessoas	

BRUNCH (Por Pessoa) - Estimativa de até 2.000/Ano	
Quantidade de salgados frios por evento: 40% da Produção	
Quantidade de salgados quentes por evento: 60% da Produção	
<i>Líquidos</i>	
Água Mineral	
Sucos de Frutas Naturais	Mínimo 03 (Três) Sabores
Refrigerantes	03 (Três) Sabores
Refrigerantes Zero, Diet e Light	03 (Três) Sabores
Gelo em Cubos	
<i>Salgados Frios (06 Unidades por Pessoa)</i>	
Canudinho	Mínimo de 05g a unidade
Croissant	Mínimo de 05g a unidade
Mini Esfiha	Mínimo de 07g a unidade
Canapés de Peito de Peru	Mínimo de 05g a unidade
Quiche de Frango e Peito de Peru	Mínimo de 05g a unidade
Tartelete (Recheios Diversos)	Mínimo de 07g a unidade
Barquete de Camarão, Legumes ou Bacalhau	Mínimo de 07g a unidade

Rua do Aveiro nº 130 (Praça Dom Pedro II), Bairro: Cidade Velha, Belém-PA

Telefone: 91- 3213-4200 / 3346-4200

**Comissão Permanente de Licitação - CPL**

TC/002839/2021 - Pág. 169

Sanduíche Americano	Recheios Variados
<i>Salgados Quentes (06 Unidades por Pessoa)</i>	
Coxinha de Frango	Mínimo de 05g a unidade
Sanduíche Gratinado de forno com recheio	Recheios Variados
Risole de Jambu, frango e Camarão	Mínimo de 05g a unidade
Pastéis de Forno (Recheios Diversos)	Mínimo de 07g a unidade
Pastéis Fritos	Mínimo de 07g a unidade
Bolinho de Queijo ou Bacalhau	Mínimo de 07g a unidade
Quibe	Mínimo de 05g a unidade
Empada (Recheios Variados)	Mínimo de 07g a unidade
<i>Doces (06 Unidades por Pessoa)</i>	
Uvinha	Mínimo de 07g a unidade
Brigadeiro	Mínimo de 05g a unidade
Laçinho de Cupuaçu	Mínimo de 07g a unidade
Casadinho	Mínimo de 05g a unidade
Crocantino	Mínimo de 05g a unidade
Delícia de Cupuaçu	Mínimo de 07g a unidade
Bolos	Opções Diversas
Bombons Trufas de Cupuaçu	Mínimo de 07g a unidade
Bombons Trufas de Chocolate	Mínimo de 07g a unidade
Castanha Coberta com Chocolate	Mínimo de 07g a unidade
Tortinha de Cupuaçu	Mínimo de 07g a unidade
Quindim	Mínimo de 05g a unidade
<i>Material de Suporte</i>	
Taças de Vidro e outras louças necessárias	
Jarras de Vidro para servir Água	
Bandejas de Inox	
Estufa para aquecimento de Salgados	
Baldes de Gelo para centro de bandeja	
Lencinhos finos de papel medindo 15x15cm	
Mesas	
Toalhas	
<i>Equipe Necessária para Suporte</i>	
01 Maitre	
01 Garçom para cada 20 Pessoas	
03 Copeiros para cada 100 Pessoas	

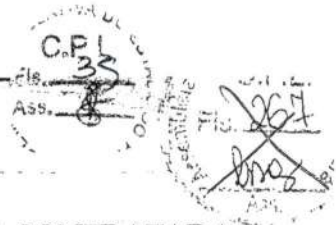
CLÁUSULA QUINTA – DO VALOR GLOBAL DO CONTRATO

Rua do Aveiro nº 130 (Praça Dom Pedro II), Bairro: Cidade Velha, Belém-PA

Telefone: 91- 3213-4200 / 3346-4200



Comissão Permanente de Licitação - CPL



5.1. Pela prestação total dos serviços, por demanda, a CONTRATANTE pagará à CONTRATADA o valor total estimado de R\$ 1.223.496,00 (hum milhão, duzentos e vinte e três mil e quatrocentos e noventa e seis reais), para todo o período contratado, de acordo com o demonstrativo abaixo:

Item	Descrição	Qtd.	Periodicidade	Valor Unit.	Valor Total Mensal	Valor Total Anual
01	Refeições Especiais	6.000	Mensal	R\$ 13,33	R\$ 79.980,00	R\$ 959.760,00
02	Refeições Executivas	800	Mensal	R\$ 16,51	R\$ 13.208,00	R\$ 158.496,00
03	Buffet	2.000	Anual	R\$ 36,92	x---x---x---x	R\$ 73.840,00
04	Brunch	2.000	Anual	R\$ 15,70	x---x---x---x	R\$ 31.400,00
					Valor Global Anual	R\$ 1.223.496,00

5.2. O preço proposto pela CONTRATADA constitui a única remuneração a ela devida, estando incluídos neste preço todos os custos diretos e indiretos.

CLÁUSULA SEXTA - DA VIGÊNCIA

6.1. O prazo de vigência deste Contrato será de 12 (doze) meses, a contar da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado por igual período, em conformidade com o previsto no inciso II do Art. 57 da Lei 8.666/93 e alterações.

Parágrafo Único: No caso de prorrogação deste Contrato, o mesmo poderá ser reajustado pelo índice IGP-M da FGV ou outro que venha a ser substituído pelo Governo Federal, após um ano de execução dos serviços ora contratados.

CLÁUSULA SÉTIMA - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

7.1. As despesas decorrentes da execução deste Contrato correrão à conta de recursos próprios do CONTRATANTE, através da seguinte dotação orçamentária/2015:

- 01101 - Assembleia Legislativa do Estado do Pará
- 01.122.1297.4534 - Operacionalização das Ações Administrativas
 - 3000-00 - Despesas Correntes
 - 3300-00 - Outras Despesas Correntes
 - 3390-00 - Aplicação Direta
 - 3390-39 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica

CLÁUSULA OITAVA - DOS PRAZOS E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

8.1. O pagamento será efetuado pelo Departamento Financeiro da Assembleia Legislativa do Estado do Pará, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, em conta corrente bancária da Contratada, contados da apresentação da Nota/Fatura, após a emissão do atestado de regularização dos serviços pelo setor com competência para proceder a fiscalização e acompanhamento da execução do objeto contratado, bem como, da apresentação de certidões que comprovem inexistência de débitos junto às receitas Federal, Estadual e Municipal, Previdência Social, Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS e Justiça do Trabalho;

Rua do Aveiro nº 130 (Praça Dom Pedro II), Bairro: Cidade Velha, Belém-PA

Telefone: 91- 3213-4200 / 3346-4200



8.2. O valor correspondente ao pagamento será depositado na conta corrente nº. 16.918-8, Agência nº. 3299-9 do Banco do Brasil, em nome da CONTRATADA.

8.3. No caso de devolução da Fatura/Nota Fiscal para as necessárias correções, com a indicação dos motivos de rejeição, o prazo de pagamento estipulado no subitem 8.1. será contado da reapresentação dos referidos documentos.

8.4. A CONTRATANTE poderá reter os valores a serem pagos à CONTRATADA, quando esta não cumprir todas as exigências pactuadas, bem como, os encargos fiscais e trabalhistas, e, ainda, usar do direito de reembolso em caso de multas, penalidades, indenizações ou qualquer outro ônus aplicado.

8.5. Nenhum pagamento será efetuado sem a apresentação da respectiva Nota Fiscal.

CLÁUSULA NONA – DO ATENDIMENTO À LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA

9.1. A CONTRATADA deverá manter o Alvará Sanitário ou Licença de Funcionamento da Vigilância Sanitária do local onde serão produzidos/manipulados os alimentos que serão fornecidos, devendo fornecer cópia sempre que solicitado no prazo de 48h (quarenta e oito horas).

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

10.1. Sem que a isto limite seus direitos, terá a Assembleia Legislativa do Estado do Pará as seguintes garantias:

10.1.1. Receber o objeto de acordo com que consta neste instrumento, no Edital e nos seus anexos;

10.1.2. Devolver o objeto em desacordo com as especificações exigidas no Edital.

10.2. Sem que isto limite sua responsabilidade, será a ALEPA responsável pelos seguintes itens:

10.2.1. Cumprir todos os compromissos financeiros assumidos com a Contratada no prazo estipulado;

10.2.2. Proporcionar todas as facilidades, inclusive esclarecimentos atinentes ao objeto, para que a empresa possa cumprir as obrigações dentro das normas e condições de fornecimento;

10.2.3. Indicar servidor com competência necessária para proceder ao recebimento do objeto contratado e atestar as notas fiscais após a verificação das especificações, qualidade, quantidade e preços pactuados;

10.2.4 Promover, através de seus representantes, o acompanhamento e a fiscalização do objeto contratado, sob os aspectos quantitativos, qualitativos, no prazo de vigência e entregas, anotando em registro próprio as falhas detectadas e comunicando a ALEPA por escrito as advertências e as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte desta;

CLÁUSULA DÉCIMA-PRIMEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

11.1. Sem que a isto limite suas garantias, a Contratada terá os seguintes direitos:

11.1.1. Receber informações e esclarecimentos necessários ao cumprimento das condições estabelecidas;

Rua do Aveiro nº 130 (Praça Dom Pedro II), Bairro: Cidade Velha, Belém-PA
Telefone: 91- 3213-4200 / 3346-4200



- 11.1.2. Receber o Atesto do recebimento do objeto contratado após verificação das especificações;
- 11.1.3. Receber formalmente a notificação de ocorrência de irregularidades que a fiscalização identificar na execução do objeto contratado, até para que possa a empresa proceder correções;
- 11.1.4. Receber o pagamento nas condições estabelecidas neste Instrumento Contratual.

11.2. Sem que a isto limite sua responsabilidade, será a Contratada responsável pelos seguintes itens:

11.2.1. Cumprir fielmente as obrigações assumidas, executando o objeto no prazo, local e horário previstos, conforme as especificações do Edital e do Termo de Referência, zelando pela fiel execução, utilizando-se de todos os recursos materiais e humanos necessários para o seu cumprimento, observando, ainda, as exigências estabelecidas na proposta de preços apresentada pela empresa;

11.2.2. Arcar com todas as despesas, diretas ou indiretas, decorrentes do cumprimento das obrigações assumidas, responsabilizando-se pelos danos causados diretamente à administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, por ocasião da entrega dos objetos licitados no local indicado, incluindo os possíveis danos causados por transportadoras, sem qualquer ônus à Contratante. Respondendo por acidentes de que possam ser vítimas seus profissionais e, ainda, por eventuais danos causados no local de execução do serviço, aos servidores da CONTRATANTE, bem como, a terceiros, quando praticados, por dolo, negligência, imperícia ou imprudência, diretamente por seus empregados na execução do ajuste, arcando, após regular processo administrativo, com a restauração, substituição ou indenização, conforme o caso;

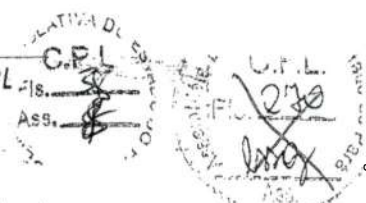
11.2.3. Ser responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução; A inadimplência da Contratada, com referência aos encargos estabelecidos neste subitem, não transfere a responsabilidade por seu pagamento à Administração da Assembleia Legislativa do Estado do Pará, nem poderá onerar o objeto deste Contrato, razão pela qual a Contratada renuncia expressamente a qualquer vínculo de solidariedade, ativa ou passiva com a Assembleia Legislativa do Estado do Pará;

11.2.4. Prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pela Assembleia Legislativa do Estado do Pará, durante o prazo de fornecimento, credenciando, junto ao Órgão, um representante para prestar os devidos esclarecimentos e atender as reclamações que porventura surgirem durante a execução;

11.2.5. Cumprir durante a vigência deste Contrato, todas as leis e posturas federais e municipais, com a legislação trabalhista, normas e padrões de proteção ao meio ambiente e cumprimento dos direitos da mulher, inclusive os que protegem a maternidade, sob pena da rescisão contratual, sem direito a indenização conforme preceitua o art. 28 parágrafo 5º da Constituição do Estado do Pará, sendo a única responsável por prejuízos decorrentes de infrações a que houver dado causa. Quando por problemas técnicos, os prazos citados no Termo de Referência e Contrato não puderem ser cumpridos, a Contratada deverá comunicar por escrito ao Órgão ao qual caberá aceitar ou rejeitar as justificativas;

11.2.6. Manter, durante toda a execução deste Contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Pregão que sejam compatíveis com as obrigações a serem assumidas;

11.2.7. Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto do presente Contrato, sem prévia e expressa anuência da Assembleia Legislativa do Estado do Pará;



11.2.8. A Contratada é obrigada a reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto deste Contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados;

11.2.9. Os funcionários deverão apresentar documentos (RG e CPF), para que seja providenciada a autorização de acesso aos locais indicados na nota de empenho;

11.2.10. Substituir, sempre que exigido pela CONTRATANTE, qualquer um de seus empregados em serviço, cuja atuação, permanência ou comportamento forem julgados prejudiciais, inconvenientes ou insatisfatórios à execução dos serviços, à disciplina da repartição ou interesse do serviço público, ou em caso de faltas ao serviço, independentemente de justificativa;

11.2.11. Responsabilizar-se, única e exclusivamente, pelo pagamento de remuneração dos profissionais utilizados na execução dos serviços, transporte e alimentação, assim como, por todos e quaisquer encargos trabalhistas, previdenciários e recolhimento de tributos incidentes;

11.2.12. Refazer os trabalhos impugnados pela fiscalização, ficando por sua conta exclusiva, as despesas decorrentes dessas providências;

11.2.13. Manter, permanentemente atualizados, durante a vigência deste Contrato, endereço e telefone para contato;

11.2.13.1. O referido representante deverá possuir poderes de gerenciamento operacional e decisório referente aos serviços licitados;

11.2.14. Comunicar imediatamente à administração deste Poder Legislativo, bem como, ao responsável pela fiscalização, qualquer anormalidade verificada, inclusive de ordem funcional, para que sejam adotadas as providências necessárias;

11.2.15. Prestar os serviços nos horários e prazos estabelecidos pela CONTRATANTE;

11.2.16. Disponibilizar, obrigatoriamente, todas as louças necessárias e garçons, na proporção mínima de 01 (um) garçom para cada 20 (Vinte) pessoas presentes; responsabilizando-se pelo recolhimento de seus materiais e limpeza do local logo após o evento.

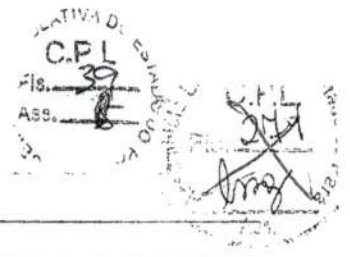
CLÁUSULA DÉCIMA-SEGUNDA – DO ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO DO CONTRATO

12.1. Ficará o Departamento Administrativo da Assembleia Legislativa do Estado do Pará, responsável pelo acompanhamento e fiscalização da execução deste Contrato Administrativo, onde designará um representante para o acompanhamento e fiscalização, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a sua execução, determinando o que for necessário à regularização das falhas, faltas ou vícios apresentados, nos termos do Art. 67 da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA -TERCEIRA – DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES

13.1. Este Contrato poderá ser alterado, com as devidas justificativas, nos termos do art. 65, da Lei nº 8.666/93, e suas alterações posteriores, mediante Termo Aditivo, numerado em ordem crescente e publicado no Diário Oficial da Assembleia Legislativa do Estado do Pará.

13.2. A CONTRATADA fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários na prestação dos serviços, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do Contrato, nos termos dos §§ 1º e 2º, do artigo 65, da Lei nº 8.666/93, com suas posteriores alterações.



CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DAS SANÇÕES

14.1. A recusa injustificada da Contratada em retirar a Nota de Empenho ou de entregar o objeto contratado, dentro do prazo e condições estabelecidas neste Contrato, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-se às seguintes penalidades, assegurado seu direito ao contraditório e a ampla defesa:

14.1.2. Advertência:

11.2.1. Advertência pelo não cumprimento de obrigações assumidas, desde que não interfira na execução dos compromissos assumidos ou na sua conclusão e não traga prejuízos econômicos e funcionais a este Poder;

14.1.3. Multa:

14.1.3.1. De 1% sobre o valor total do contrato a cada reincidência do motivo determinante da aplicação da penalidade de advertência;

14.1.3.2. De 5% sobre o valor na nota de empenho, nos casos de:

- I. Atraso injustificado no prazo do fornecimento do objeto contratado;
- II. Atraso injustificado do garçom para servir as Refeições, Buffets e Brunchs;
- III. Atraso injustificado dos materiais necessários para servir as Refeições, Buffets e Brunchs;
- IV. Atraso injustificado na retirada dos materiais necessários para servir as Refeições, Buffets e Brunchs;

14.1.3.2.1. As Refeições, Buffets e Brunchs não entregues ou a substituição de materiais e garçons necessários para servi-los não presentes ao início do objeto contratado, sem justificativa aceita pela administração, serão considerados como inexecutados total ou parcialmente;

14.1.3.3. De 10% sobre o valor do contrato, nos casos da:

- I. Não entrega das Refeições, Buffets e Brunchs até o início do objeto contratado, desde que caracterize inexecução parcial do objeto;
- II. Não substituição das Refeições, Buffets e Brunchs recusados até o início do objeto contratado, desde que caracterize inexecução parcial do objeto;
- III. Não chegada dos garçons até o início do objeto contratado, desde que caracterize inexecução parcial do objeto;
- IV. Não entrega dos materiais necessários para servir as Refeições, Buffets e Brunchs até o início do objeto contratado, desde que caracterize inexecução parcial do objeto;
- V. Outras hipóteses de inexecução parcial.

14.1.3.4. De 20% sobre o valor do contrato, nos casos da:

- I. Não entrega das Refeições, Buffets e Brunchs até o início do objeto contratado, desde que caracterize inexecução total do objeto;
- II. Não substituição das Refeições, Buffets e Brunchs recusados até o início do objeto contratado, desde que caracterize inexecução total do objeto;
- III. Não chegada dos garçons até o início do objeto contratado, desde que caracterize inexecução total do objeto;
- IV. Não entrega dos materiais necessários para servir as Refeições, Buffets e Brunchs até o início do objeto contratado, desde que caracterize inexecução total do objeto.
- V. Outras hipóteses de inexecução total do objeto.



14.1.3.5. Após o 15º dia de atraso do prazo previsto para entrega ou substituição do objeto contratado, sem justificativa aceita pela Administração, o objeto será considerado como inexecutado;

14.1.3.6. De 10% sobre o valor total do objeto adjudicado, nos casos de:

- I. recusa injustificada em retirar/aceitar a Nota de Empenho, desde que configure inexecução parcial;
- II. outras hipóteses de inexecução parcial.

14.1.3.7. De 15% sobre o valor total do objeto adjudicado, nos casos de:

- I. recusa injustificada em retirar/aceitar a nota de empenho desde que configure inexecução total;
- II. recusa injustificada em assinar o Contrato;
- III. recusa injustificada em entregar o objeto contratado;
- V. outras hipóteses de inexecução total do objeto.

14.1.3.8. As multas são autônomas e a aplicação de uma não exclui a outra;

14.1.3.9. O valor da multa aplicada será descontado do crédito devido à Contratada no mês em que a fase, parcela ou etapa do serviço for efetivamente concluída, caso o valor da multa seja superior ao crédito ou não haja crédito devido à empresa, a multa será cobrada administrativamente por este Poder, ou ainda judicialmente.

14.1.4. Suspensão:

14.1.4.1. Pelo descumprimento, injustificado e/ou não aceito pela Administração, das obrigações assumidas no Contrato, bem como, nos casos de inexecução total ou parcial do objeto contratado, não justificada e/ou não aceita pela Administração, aplicar-se-á Suspensão Temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com este Poder, pelo período de até 02 (dois) anos, na seguinte graduação:

- I. Por 06 (seis) meses, pelo descumprimento, injustificado e/ou não aceito pela Administração, das obrigações assumidas no Contrato;
- II. 01 (um) ano, nos casos de inexecução parcial;
- III. 02 (dois) anos, nos casos de inexecução total.

14.1.5. Impedimento de Licitar:

14.1.5.1. Ficará impedida de licitar e de contratar com a Administração Pública, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, assegurado seu direito ao contraditório e da ampla defesa, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, a Contratada que:

- I. não assinar o contrato;
- II. se recusar injustificadamente em retirar/aceitar a nota de empenho;
- III. apresentar documentação falsa;
- IV. ensejar o retardamento da execução de seu objeto;
- V. não manter a proposta;
- VI. falhar ou fraudar na execução do objeto;
- VII. comportar-se de modo inidôneo;
- VIII. fizer declaração falsa;
- IX. cometer fraude fiscal.

14.1.6. Declaração de Inidoneidade

Rua do Aveiro nº 130 (Praça Dom Pedro II), Bairro: Cidade Velha, Belém-PA
Telefone: 91- 3213-4200 / 3346-4200



14.1.6.1. No caso de inexecução do objeto que configure ilícito penal, assim como no caso de a Contratada fraudar ou agir de má fé durante a vigência do Contrato, será declarada a inidoneidade da contratada para licitar e contratar com a Administração Pública Estadual, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

14.1.7. As penalidades somente poderão ser relevadas em razão de circunstâncias excepcionais e as justificativas somente serão aceitas por escrito, fundamentadas em fatos reais e comprováveis, à critério da autoridade competente da ALEPA e desde que formuladas no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis da data estipulada para o cumprimento da obrigação.

14.1.8. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, e no caso de suspensão de licitar, a Contratada será descredenciada por igual período, sem prejuízo das multas previstas no Contrato e das demais cominações legais.

CLÁUSULA DÉCIMA-QUINTA - DA TOLERÂNCIA / NOVAÇÃO

15.1. A simples tolerância não enseja novação, sendo que qualquer alteração, por mais simples que seja, deverá ser feita obrigatoriamente por ajuste escrito entre as partes.

CLÁUSULA DÉCIMA-SEXTA – DA TRANSFERÊNCIA

16.1. É vedada a cessão, transferência ou subcontratação do presente Contrato, salvo com autorização por escrito da CONTRATANTE.

CLÁUSULA DÉCIMA-SETIMA – DA INEXECUÇÃO E DA RESCISÃO DO CONTRATO

17.1. A inexecução total ou parcial deste Contrato enseja a sua rescisão, com as consequências contratuais previstas no art. 77 e seguintes da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.

17.2. Em caso de ocorrência de caso fortuito ou força maior, durante a vigência deste Contrato, a CONTRATANTE poderá rescindir ou rever o mesmo, de modo a adaptá-lo, inclusive financeiramente, à nova realidade.

17.3. Em caso de desrespeito a quantidade e qualidade das refeições, a Administração poderá rescindir o Contrato, independentemente de Notificação, podendo ainda cobrar a multa equivalente ao valor de 0,5 (zero vírgula cinco) por cento do valor global contratado.

CLÁUSULA DÉCIMA-OITAVA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

18.1. Este Contrato é regulado pela Lei Federal nº 8.666/93.

18.2. Aplica-se ao presente Contrato, as disposições aqui estabelecidas e, em caso de omissão, os preceitos de Direito Público, os Princípios da Teoria Geral dos Contratos e as disposições de Direito Privado, nesta ordem.

18.3. A CONTRATANTE providenciará a publicação do extrato deste Contrato no Diário Oficial da Assembleia Legislativa do Estado do Pará.



CLÁUSULA DÉCIMA-NONA - DO FORO

19.1. As dúvidas oriundas da execução do presente Contrato que não possam ser dirimidas administrativamente serão apreciadas e julgadas pela Justiça Comum Estadual do Pará, excluído qualquer outro por mais especial que seja.

19.2. E assim, por estarem justas e acordadas, após lido e achado nos conformes, as partes firmam o presente instrumento, em 2 (duas) vias de igual teor e forma, todas rubricadas, para que surta seus efeitos jurídicos e legais, em juízo ou fora dele.

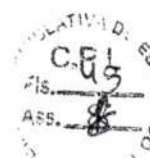
Belém-PA, 06 de julho de 2015.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARÁ
DEPUTADO MÁRCIO DESIDÉRIO TEIXEIRA DE MIRANDA
CONTRATANTE

MWS EVENTOS E BUFFET EIRELI - EPP
ANGÉLICA CRISTINA PEREIRA BEZERRA SIMÕES
CONTRATADA



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA ESTADO DO PARÁ
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO



1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 012/2015
Processo Administrativo nº. 002486/2016

DISPÕE SOBRE ADITAMENTO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, QUE, ENTRE SI, CELEBRAM A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARÁ - ALEPA, E A EMPRESA MWS EVENTOS E BUFFET EIRELI - EPP, DE ACORDO COM AS CLÁUSULAS E CONDIÇÕES SEGUINTE:

Pelo presente instrumento administrativo, a ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARÁ, pessoa jurídica de direito público interno, estabelecida nesta Cidade à Rua do Aveiro nº. 130, Bairro da Cidade Velha, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 05.018.544/0001-02, neste ato representada por seu Presidente, Excelentíssimo Senhor Deputado Márcio Desidério Teixeira Miranda, inscrito no CPF/MF nº. 064.328.402-87 e Carteira de Identidade nº. 3051 CRM, doravante denominada CONTRATANTE, e de outro lado, e a empresa MWS EVENTOS E BUFFET EIRELI - EPP, inscrita no CNPJ/MF sob nº. 07.370.589/0001-69, estabelecida nesta cidade no Conjunto Cidade Nova II, Travessa WE 24 nº. 251-A, Bairro Coqueiro, CEP 67130-520, Ananindeua-PA, neste ato representada pela Sra. Angélica Cristina Pereira Bezerra Simões, portador(a) da Carteira de Identidade nº. 2.673.535 2ª via SSP/PA e CPF/MF nº. 479.903.842-72, doravante denominada CONTRATADA, de acordo com o Pregão Presencial nº 002/2015, tipo "menor preço global", resolvem aditar ao Contrato Administrativo nº. 012/2015, nos seguintes termos:

CLÁUSULA 1ª - DA FUNDAMENTAÇÃO JURÍDICA

O presente termo aditivo tem como fundamento a prorrogação do Contrato Administrativo nº. 012/2015, bem como, do reajuste de preço, em conformidade com a Cláusula 6ª do Contrato, no art. 57, II, c/c o art 65, inciso II, §8º da Lei da Federal nº. 8.666/93 e suas alterações posteriores.

CLÁUSULA 2ª - DO OBJETO

Constitui objeto do presente Termo Aditivo a prorrogação, por 12 (doze) meses, da prestação de serviços de que trata a Cláusula 2ª do Contrato Administrativo nº. 012/2015, nos termos da fundamentação jurídica constante da Cláusula 1ª deste Instrumento de Aditamento.

CLÁUSULA 3ª - DA VIGÊNCIA

Fica prorrogado o prazo contratual por mais 12 (doze) meses, com início de sua vigência em 06 de julho de 2016 e término em 05 de julho de 2017.

CLÁUSULA 4ª - DO VALOR

Fica reajustado, conforme variações nos índices de preço de mercado, o percentual de 15,19 % (quinze vírgula dezenove por cento) ao valor global do contrato, que corresponde um acréscimo de R\$ 185.849,04 (cento e oitenta e cinco mil, oitocentos e quarenta e nove reais e quatro centavos).

Dessa maneira, passa o valor global contratual estimado de R\$ 1.223.496,00 (hum milhão, duzentos e vinte e três mil e quatrocentos e noventa e seis reais), para o valor global de



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA ESTADO DO PARÁ
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO



R\$ 1.409.345,04 (hum milhão, quatrocentos e nove mil, trezentos e quarenta e cinco reais e quatro centavos para todo o período contratado, de acordo com o demonstrativo abaixo:

Item	Descrição	Qtd.	Periodicidade	Valor Unit.	Valor Total Mensal	Valor Total Anual
01	Refeições Especiais	6.000	Mensal	R\$ 15,35	R\$ 92.128,96	R\$ 1.105.547,54
02	Refeições Executivas	800	Mensal	R\$ 19,02	R\$ 15.214,30	R\$ 182.571,54
03	Buffet	2.000	Anual	R\$ 42,53	x---x---x---x	R\$ 85.056,30
04	Brunch	2.000	Anual	R\$ 18,08	x---x---x---x	R\$ 36.169,66
					Valor Global Anual	R\$ 1.409.345,04

CLÁUSULA 5ª - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

Para atender as despesas decorrentes do presente ajuste, a Assembleia Legislativa do Estado do Pará valer-se-á de recursos orçamentários ainda não comprometidos com outras despesas, respeitados os respectivos elementos de despesas e programas de trabalho, considerando-se a seguinte classificação orçamentária, exercício de 2016:

- 01.101- Assembleia Legislativa do Estado do Pará
- 01.122.1453.8552- Operacionalização das Ações Administrativas
- 3000-00- Despesas Correntes
- 3300-00- Outras Despesas Correntes
- 3390-00- Aplicação Direta
- 3390-39- Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica

CLÁUSULA 6ª - DAS DEMAIS CLÁUSULAS

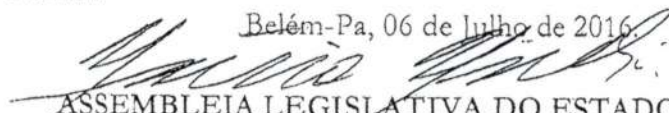
Permanecem em vigor as demais cláusulas e condições contratuais não tratadas neste Termo Aditivo.

CLÁUSULA 7ª - DO FORO

As partes elegem o Foro da Comarca de Belém, Capital do Estado do Pará, para dirimir quaisquer dúvidas, pretensões ou direitos decorrentes do presente Termo Aditivo.

E por estarem justas e contratadas as partes assinam o presente Termo Aditivo em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Belém-Pa, 06 de Julho de 2016.


ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARÁ
Deputado Márcio Desidério Teixeira Miranda
CONTRATANTE


MWS EVENTOS E BUFFET EIRELI - EPP
ANGÉLICA CRISTINA PEREIRA BEZERRA SIMÕES - CONTRATADA



ESTADO DO PARÁ
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARÁ
PROCURADORIA GERAL



PROCESSO Nº 2840/2019

ÓRGÃO INTERESSADO: DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO

ASSUNTO: PROCESSO LICITATÓRIO

EMENTA: PROCESSO LICITATÓRIO. RENOVAÇÃO DE CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇOS DE ALIMENTAÇÃO. MINUTA DO TERMO ADITIVO. PARECER FAVORÁVEL A LEGALIDADE DA MINUTA DO INSTRUMENTO.

RELATÓRIO

Veio a esta Procuradoria, para análise jurídica, 4º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº.012/2015, visando à renovação da contratação por mais 01 (um) ano da empresa **MWS EVENTOS E BUFFET EIRELI- EPP**, especializada em fornecimento de serviço de Alimentação, visando suprir as demandas existentes na Assembleia Legislativa do Estado do Pará, conforme se depreende no requerimento juntado no processo em exame (fls.01).

Verifica-se que existem Termos Aditivos anteriores ao ora analisado, podendo-se observar que foram respeitadas as formalidades legais de realização do mesmo. Constam ainda nos autos, a Autorização (fls.33) e Dotação Orçamentária (fls. 36) para o Aditamento do contrato acima mencionado.

Distribuído os autos regularmente a esta Procuradoria, cabe-nos a manifestação quanto a as formalidades e legalidade do referido Instrumento. Este é o breve relatório.

PARECER

Quanto à análise do presente Processo Administrativo por se tratar de contratação de empresa especializada em fornecimento de serviços de alimentação, com espeque a suprir as demandas existentes nesta Casa Legislativa, atrai a incidência das normas gerais estabelecidas na **Lei nº 8.666/93, mais especificamente no artigo 57, inciso II, in verbis:**

Art. 57. A duração dos contratos regidos por esta Lei ficará adstrita à vigência dos respectivos créditos orçamentários, exceto quanto aos relativos:
II - à prestação de serviços a serem executados de forma contínua, que poderão ter a sua duração prorrogada por iguais e sucessivos períodos com vistas à obtenção de preços e condições mais vantajosas para a administração, limitada a sessenta meses;

Pelo que consta dos autos estão presentes os primados da Isonomia e da Supremacia e Indisponibilidade do Interesse Público, permitindo assim a continuidade da prestação dos serviços públicos.



ESTADO DO PARÁ
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARÁ
PROCURADORIA GERAL




Seguem as orientações desta Procuradoria Geral para análises e considerações e posterior providências cabíveis. Ressaltando-se ainda que a efetiva contratação deverá ser precedida da apresentação dos documentos exigidos pela legislação quanto aos documentos de que comprovem a condição inicial da contratação, bem como as Certidões exigidas por Lei. É o parecer.

CONCLUSÃO

Ante todo o exposto, à luz das disposições normativas pertinentes, em especial o disposto no **artigo 57, II da Lei 8.666/93**, hipótese em que configurando assim o interesse público e a preservação de seu patrimônio, **manifestamo-nos, portanto, favoráveis a legalidade da Minuta do Instrumento de Termo Aditivo**, com vistas a contratação de empresa especializada em fornecimento de Serviço de Alimentação para este Poder Legislativo, dando continuidade a execução dos serviços, desde que sejam apresentadas as documentações necessárias concernentes às Certidões exigidas por Lei, dando continuidade a execução dos serviços, respeitando o que determina a legislação licitatória.

É o parecer que submeto à apreciação superior. S.M.J.

Belém, 03 de junho de 2019


MELINA SILVA GOMES BRASIL DE CASTRO
PROCURADORIA GERAL



52

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARÁ
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

4º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 012/2015
Processo Administrativo nº 2840/2019.

DISPÕE SOBRE O ADITAMENTO DE PRORROGAÇÃO DO PRAZO DA VIGÊNCIA DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 012/2015, FIRMADO ENTRE A **ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARÁ** E A EMPRESA **MWS EVENTOS E BUFFET EIRELI – EPP**, CUJO OBJETO É A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS DE ALIMENTAÇÃO, POR DEMANDA, CONFORME DESCRITA NA CLÁUSULA SEGUNDA DO REFERIDO INSTRUMENTO CONTRATUAL.

Pelo presente instrumento, de um lado, a Assembleia Legislativa do Estado do Pará, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Cidade de Belém, Estado do Pará, sito à Rua do Aveiro nº 130, Bairro Cidade Velha, CEP: 66020-070, inscrita no CNPJ sob o nº 05.018.544/0001-02 neste ato representada por seu Presidente, **Excelentíssimo Senhor Deputado DANIEL BARBOSA SANTOS**, brasileiro, casado, residente e domiciliado nesta cidade, portador da Cédula de Identidade nº 4709040 – PC/PA e CPF/MF nº 920.464.362-53, doravante denominada **CONTRATANTE**, de outro lado, a empresa **MWS EVENTOS E BUFFET EIRELI – EPP**, inscrita no CNPJ/MF sob nº 07.370.589/0001-69, estabelecida na Cidade de Ananindeua, Estado do Pará, sito no Conjunto Cidade Nova II, Travessa WE 24, nº 251-A, Bairro Coqueiro, CEP 67130-520, neste ato representada pelo Senhor **Antônio da Paz da Silva Bezerra**, portador da Cédula de Identidade nº 4543240 - 2ª via/SSP/PA e inscrito no CPF/MF sob o nº 038.760.392-15, doravante denominada **CONTRATADA**, resolvem celebrar o **4º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 012/2015**, regido pela Lei Federal nº 8.666/93 e alterações posteriores, mediante as cláusulas e condições abaixo:

CLÁUSULA 1ª - DA FUNDAMENTAÇÃO JURÍDICA

O presente Termo Aditivo se fundamenta no art. 57, II, da Lei da Federal nº 8.666/93 e alterações posteriores, bem como no subitem 6.1, da Cláusula Sexta, do Contrato Administrativo nº 012/2015.

CLÁUSULA 2ª - DO OBJETO

Constitui objeto deste aditamento, nos termos da fundamentação jurídica constante da sua Cláusula 1ª, a prorrogação, por 12 (doze) meses, do Contrato Administrativo nº 012/2015.

CLÁUSULA 3ª – DA VIGÊNCIA

A prorrogação de que trata a Cláusula 2ª deste Termo Aditivo, vigorará no período compreendido entre **06 de julho de 2019 a 05 de julho de 2020**.

CLÁUSULA 4ª - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

Para atender as despesas decorrentes do presente ajuste, a Assembleia Legislativa do Estado do Pará valer-se-á de recursos orçamentários ainda não comprometidos com outras despesas, respeitados os respectivos elementos de despesas e programas de trabalho, considerando-se a seguinte classificação orçamentária, exercício de 2019:



53

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARÁ
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

- 01.101- Assembleia Legislativa do Estado do Pará
- 01.122.1453.8552- Operacionalização das Ações Administrativas
 - 3000-00- Despesas Correntes
 - 3300-00- Outras Despesas Correntes
 - 3390-00- Aplicação Direta
 - 3390-39- Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica

CLÁUSULA 5ª – DA RATIFICAÇÃO

Permanecem inalteradas as demais Cláusulas e Condições do Contrato Original, não modificadas por este Instrumento.

CLÁUSULA 6ª - DO FORO

As partes elegem o foro da Comarca de Belém, Capital do Estado do Pará, para dirimir quaisquer dúvidas, pretensões ou direitos decorrentes do presente Termo Aditivo.

Para firmeza e validade do pactuado neste Instrumento, este é lavrado em 02 (duas) vias de igual teor e forma, a fim de que produzam um só efeito, que depois de lidas são assinadas pelos representantes das partes.

Belém-PA, 19 de junho de 2019.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARÁ
Deputado DANIEL BARBOSA SANTOS
CONTRATANTE

MWS EVENTOS E BUFFET EIRELI – ÉPP
ANTÔNIO DA PAZ DA SILVA BEZERRA
CONTRATADA



Estado do Pará
Assembleia legislativa
Gabinete da Presidência



TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA ADITIVO EXCEPCIONAL AO CONTRATO

Referência: Processo Administrativo nº 3091/2020.

Assunto: Autorização de **prorrogação excepcional** do Contrato Administrativo nº 012/2015, cujo objeto é a prestação dos serviços de alimentação, para fornecer e servir, nas dependências do palácio cabanagem, sede do Poder Legislativo do Estado do Pará, refeições diárias - especiais e executivas, buffets e brunchs.

Tendo em vista a justificativa que originou o Processo Administrativo nº 3091/2020, formalizada pelo Departamento Administrativo desta Assembleia Legislativa, que trata da **prorrogação excepcional** do Contrato Administrativo nº 012/2015, nos termos do § 4º do art. 57, da Lei Federal nº 8.666/93, cujo objeto é a prestação dos serviços de fornecimento de refeições diárias, buffets e brunchs, **AUTORIZO** a prorrogação excepcional em epígrafe, na forma legalmente prevista.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARÁ, EM 02 DE JULHO DE 2020.

DANIEL
BARBOSA
SANTOS:920
46436253

Assinado de forma
digital por DANIEL
BARBOSA
SANTOS:92046436253
Dados: 2020.07.02
07:43:34 -03'00'

Deputado DANIEL BARBOSA SANTOS
PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARÁ



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
DO ESTADO DO PARÁ

Estado do Pará
Assembleia Legislativa

2 Jul 10 00 2020

003091



DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO

PROTOCOLO

Belém-PA, 02 de julho de 2020.

MEMORANDO Nº 0168/2020 – DA/ALEPA.

DO: DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO

AO: EXMO. SENHOR DEPUTADO DANIEL SANTOS - PRESIDÊNCIA DA ALEPA

Senhor Presidente,

Com os cordiais cumprimentos a Vossa Excelência, sirvo-me do presente para informar que o Contrato Administrativo nº 012/2015 firmado entre este Poder Legislativo e a empresa MWS Eventos e Buffet-EPP, cujo objeto dispõe da Contratação de empresa especializada em serviços de alimentação, para fornecer e servir, nas dependências do Palácio Cabanagem, sede do Poder Legislativo do Estado do Pará, refeições diárias - especiais e executivas, buffets e brunchs”, se aproxima do fim de sua vigência contratual, não admitindo a realização de prorrogações de prazo, uma vez que se atingirá o período máximo de 60 (sessenta) meses, conforme preconiza o inciso II do artigo 57 da Lei Federal nº 8.666/93.

Em razão de tais circunstâncias este Departamento Administrativo em 01 de junho de 2020, por meio do Memorando nº 0135/2020, motivou a abertura do novo procedimento administrativo visando à contratação do referido objeto, cuja demanda foi regularmente instaurada e processada, que gerou o Processo Administrativo nº 2618/2020.

Salienta-se que com as medidas de distanciamento social imposta para conter a disseminação do novo coronavírus repercutiram em uma diminuição drástica da força de trabalho da Assembleia Legislativa do Estado do Pará, razão pela qual esclarece a maneira tardia em que ocorreu a instauração do Processo Administrativo nº 2618/2020 supramencionado, situação essa que põe em risco a continuidade na prestação dos serviços de alimentação, uma vez que não há tempo hábil para a conclusão do processo licitatório em curso.

Acontece que as dificuldades ocasionadas no âmbito da Assembleia Legislativa do Estado do Pará decorrentes do novo coronavírus, no âmbito ao presente caso, foram preponderantes no retardamento da celebração tempestiva do novo contrato administrativo, bem como o prejuízo que a eventual solução de continuidade do serviço causará ao interesse público primário.

Nesse sentido, o art. 57, § 4º da Lei Federal nº 8.666/93 permite que “em caráter excepcional, devidamente justificado e mediante autorização da autoridade superior, o prazo de que trata o inciso II do caput deste artigo poderá ser prorrogado em até 12 (doze) meses”.



Estado do Pará
Assembleia Legislativa
DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO



Destaque-se que a prorrogação excepcional, nesse caso concreto, além de ser imprescindível à continuidade na prestação dos referidos serviços, não acarretará qualquer prejuízo financeiro à administração, uma vez que os valores atualmente praticados no mercado são maiores do que os valores do Contrato vigente, conforme se constata a SIP nº 017/2020 da Divisão de Apoio Administrativo, em anexo.

Ante ao exposto, solicitamos a AUTORIZAÇÃO de Vossa Excelência para que sejam adotados os procedimentos administrativos cabíveis a fim de se fazer a prorrogação excepcional do Contrato Administrativo nº 012/2015, com fulcro no art. 57, § 4º da Lei Federal nº 8.666/93, com a possibilidade de extinção antecipada do ajuste no caso de novo contrato ser assinado antes do período previsto.

Respeitosamente,

MARIVALDO FERNANDES DE LIMA MENDES
DIRETOR ADMINISTRATIVO



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARÁ

Comissão Permanente de Licitação - CPL

5º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 012/2015
Processo Administrativo nº 003091/2020.

DISPÕE SOBRE O ADITAMENTO DE PRORROGAÇÃO EXCEPCIONAL DA VIGÊNCIA DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 012/2015, FIRMADO ENTRE A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARÁ E A EMPRESA MWS EVENTOS E BUFFET EIRELI – EPP, CUJO OBJETO É A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS DE ALIMENTAÇÃO.

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARÁ, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 05.018.544/0001-02, estabelecida nesta cidade à Rua do Aveiro nº 130, Bairro Cidade Velha, neste ato representada pelo **Excelentíssimo Senhor Presidente, Deputado DANIEL BARBOSA SANTOS**, brasileiro, casado, inscrito no CPF/MF sob o nº 920.464.362-53, portador da Cédula de Identidade nº 4709040 PC/PA, doravante denominada **CONTRATANTE**, e de outro lado a empresa **MWS EVENTOS E BUFFET EIRELI – EPP**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 07.370.589/0001-69, estabelecida na Cidade de Ananindeua, Estado do Pará, sito no Conjunto Cidade Nova II, Travessa WE 24, nº 251-A, Bairro Coqueiro, CEP 67130-520, neste ato representada pelo Senhor **Antônio da Paz da Silva Bezerra**, portador da Cédula de Identidade nº 4543240 - 2ª via/SSP/PA e inscrito no CPF/MF sob o nº 038.760.392-15, doravante denominada **CONTRATADA**, têm entre si, justa e acordada, a celebração do presente **Termo Aditivo ao Contrato nº 012/2015**, que será regido pela Lei Federal nº 8.666/93, legislação correlata e pelo constante do Processo Administrativo nº **003091/2020**, mediante as seguintes cláusulas e condições:

JUSTIFICATIVA

CONSIDERANDO que o Departamento Administrativo da Assembleia Legislativa do Estado do Pará, em 02 de julho de 2020, apresentou os seguintes argumentos como justificativa para a excepcionalidade da prorrogação da vigência do **CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 012/2015**, na forma do art. 57, § 4º, da Lei Federal nº 8.666/93:

“Senhor Presidente,

Com os cordiais cumprimentos a Vossa Excelência, sirvo-me do presente para informar que o Contrato Administrativo nº 012/2015 firmado entre este Poder Legislativo e a empresa MWS Eventos e Buffet-EPP, cujo objeto dispõe da contratação de empresa especializada em serviços de alimentação, para fornecer e servir, nas dependências do palácio cabanagem, sede do Poder Legislativo do Estado do Pará, refeições diárias - especiais e executivas, buffets e brunchs”, se aproxima do fim de sua vigência contratual, não admitindo a realização de prorrogações de prazo, uma vez que se atingirá o período máximo de 60 (sessenta) meses, conforme preconiza o inciso II do artigo 57 da Lei Federal nº 8.666/93.

Em razão de tais circunstâncias este Departamento Administrativo em 01 de junho de 2020, por meio do Memorando nº 0135/2020, motivou a abertura do novo procedimento administrativo visando à contratação do retro citado objeto, cuja demanda foi

DANIEL BARBOSA SANTOS:9 20464362 53
Assinado de
Termo Aditivo ao
DANIEL BARBOSA
SANTOS:920464362
53
Data: 2020-07-02
13:44:11 -01'00"

1



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARÁ

Comissão Permanente de Licitação - CPL

regulamente instaurada e processada, que gerou o Processo Administrativo nº 2618/2020.

Salienta-se que com as medidas de distanciamento social imposta para conter a disseminação do novo coronavírus repercutiram em uma diminuição drástica da força de trabalho da Assembleia Legislativa do Estado do Pará, razão pela qual esclarece a maneira tardia em que ocorreu a instauração do Processo Administrativo nº 2618/2020 supramencionado, situação essa que põe em risco a continuidade na prestação dos serviços de alimentação, uma vez que não há tempo hábil para a conclusão do processo licitatório em curso.

Acontece que as dificuldades ocasionadas no âmbito da Assembleia Legislativa do Estado do Pará decorrentes do novo coronavírus, notadamente ao presente caso, foram preponderantes no retardamento da celebração tempestiva do novo contrato administrativo, bem como o prejuízo que a eventual solução de continuidade do serviço causará ao interesse público primário.

Nesse sentido, o art. 57, § 4º da Lei Federal nº 8.666/93 permite que "em caráter excepcional, devidamente justificado e mediante autorização da autoridade superior, o prazo de que trata o inciso II do caput deste artigo poderá ser prorrogado em até 12 (doze) meses".

Destaque-se que a prorrogação excepcional, nesse caso concreto, além de ser imprescindível à continuidade na prestação dos referidos serviços, não acarretará qualquer prejuízo financeiro à administração, uma vez que os valores atualmente praticados no mercado são maiores do que os valores do Contrato vigente, conforme se constata a SIP nº 017/2020 da Divisão de Apoio Administrativo, em anexo.

*Ante ao exposto, solicitamos a **AUTORIZAÇÃO** de Vossa Excelência para que sejam adotados os procedimentos administrativos cabíveis a fim de se fazer a prorrogação excepcional do Contrato Administrativo nº 012/2015, com fulcro no art. 57, § 4º da Lei Federal nº 8.666/93, com a possibilidade de extinção antecipada do ajuste no caso de novo contrato ser assinado antes do período previsto".*

CONSIDERANDO que se mostra vantajosa a manutenção dos preços e condições do Contrato Administrativo nº 012/2015 para a Assembleia Legislativa do Estado do Pará, conforme evidência a pesquisa de preços (SIP nº 017/2020), elaborada pela Divisão de Apoio Administrativo deste Poder;

CONSIDERANDO que para justificar a prorrogação excepcional, além da indicação de preços e condições mais vantajosas para a Administração, faz-se necessário demonstrar o evento excepcional e imprevisível, estranho à vontade das partes, que resultou na ausência de celebração tempestiva do novo contrato administrativo, bem como o prejuízo que a eventual solução de continuidade do serviço causará ao interesse público primário.

CONSIDERANDO o entendimento do Tribunal de Contas da União:

Assinado de
forma digital por
DANIEL BARBOSA
SANTOS:92587
046436253
27.04.21 09:00



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARÁ

Comissão Permanente de Licitação - CPL



A prorrogação excepcional de que trata a Cláusula 2ª deste Termo Aditivo, vigorará no período compreendido entre **06 de julho de 2020 a 05 de julho de 2021**, podendo o Contrato ser rescindido a qualquer tempo, mediante comunicação prévia da CONTRATANTE à CONTRATADA, com a conclusão do procedimento licitatório em curso contemplando idêntico objeto, salvo se a própria CONTRATADA se sagrar vencedora do certame, caso em que a rescisão poderá ser feita sem a comunicação prévia.

CLÁUSULA 4ª - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

Para atender as despesas decorrentes do presente ajuste, a Assembleia Legislativa do Estado do Pará valer-se-á de recursos orçamentários ainda não comprometidos com outras despesas, respeitados os respectivos elementos de despesas e programas de trabalho, considerando-se a seguinte classificação orçamentária, exercício de 2020:

- 01.101 – Assembleia Legislativa do Estado do Pará
- 01.122.1496.8552 – Operacionalização das Ações Administrativas
- 3000-00 – Despesas Correntes
- 3300-00 – Outras Despesas Correntes
- 3390-00 – Aplicação Direta
- 3390-39 – Outros Serviços de Terceiros –Pessoa Jurídica

CLÁUSULA 5ª – DA RATIFICAÇÃO DAS DEMAIS CLÁUSULAS CONTRATUAIS

A **CONTRATANTE** e a **CONTRATADA** ajustam, entre si, que as demais cláusulas e condições firmadas no Contrato Administrativo nº 012/2015, não aditadas pelo presente Instrumento, permanecem em plena vigência.

CLÁUSULA 6ª - DO FORO

As partes elegem o Foro da Comarca de Belém, Capital do Estado do Pará, para dirimir quaisquer dúvidas, pretensões ou direitos decorrentes do presente Termo Aditivo.

E por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente Termo Aditivo em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Belém-Pa, 06 de julho de 2020.

DANIEL

BARBOSA

SANTOS:9204

6436253

Assinado de forma digital por
DANIEL BARBOSA
SANTOS:92046436253
Dados: 2020.07.06 07:45:02 -03'00'

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARÁ
Deputado DANIEL BARBOSA SANTOS
CONTRATANTE


MWS EVENTOS E BUFFET EIRELI - EPP
ANTÔNIO DA PAZ DA SILVA BEZERRA
CONTRATADA





CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 021/2015
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 012/2015
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 4155/2015

DISPÕE SOBRE A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA, CONSERVAÇÃO E HIGIENIZAÇÃO DE TODOS OS PRÉDIOS E ANEXOS DA ALEPA, QUE ENTRE SI CELEBRAM A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARÁ E A EMPRESA LIMP CAR LOCAÇÃO E SERVIÇOS LTDA, CONSOANTE AS CLÁUSULAS E CONDIÇÕES SEGUINTE:

Pelo presente instrumento, de um lado a Assembleia Legislativa do Estado do Pará, pessoa jurídica de direito público interno, com sede à Rua do Aveiro nº 130, Bairro da Cidade Velha, inscrita no CNPJ sob o nº 05.018.544/0001-02, neste ato representado por seu Presidente, Excelentíssimo Senhor Deputado Márcio Desidério Teixeira Miranda, brasileiro, casado, residente e domiciliado nesta cidade, portador da Carteira de Identidade nº 3051 - CRM e CPF/MF nº 064.328.402-87, doravante denominada **CONTRATANTE**, e de outro lado, a empresa **LIMP CAR LOCAÇÃO E SERVIÇOS LTDA.**, com sede no Conjunto Euclides Figueiredo, Rua F, nº. 2, Bairro Marambaia, situada no município de Belém, estado do Pará, devidamente inscrita no CNPJ sob o nº. 01.323.642/0001-89, neste ato representada pelo Sr. Harley da Silva Rocha, brasileiro, empresário, portador da carteira de identidade nº. 2169353 2ª. Via SSP/PA e CPF nº. 392.276.502-53, residente à Rua Presidente Gaspar Dutra nº. 117, Bairro Tapanã, Belém-PA, doravante denominada **CONTRATADA**, de acordo com o Pregão Eletrônico nº 012/2015, tipo "menor preço global", resolvem celebrar o presente Contrato Administrativo, referente ao processo administrativo nº 4155/2015, e se regerá pela Lei Federal nº 8.666/93, suas alterações e demais exigências previstas no Edital de Licitação e seus anexos, os quais as partes reciprocamente outorgam, aceitam e se obrigam a cumprir, mediante as cláusulas e condições a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente Contrato tem por objeto a "CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA, CONSERVAÇÃO E HIGIENIZAÇÃO DE TODOS OS PRÉDIOS E ANEXOS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARÁ", objeto do Processo Administrativo nº 004155/2015, que assinado pelas partes, passa a fazer parte integrante do instrumento convocatório, sob a forma do Anexo III.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA FORMA E EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

Os serviços objeto desde Contrato serão executados diariamente, semanalmente, quinzenalmente, mensalmente e semestralmente, de acordo com o descrito a seguir:

2.1 Diariamente:

a) Varrer ou aspirar (conforme o caso) as dependências coletivas, inclusive corredores, espanando o pó dos móveis, divisórias, persianas e equipamentos em geral, além de limpar todos os



cestos de lixo dos gabinetes e setores, dos corredores, caixas de areia, cinzeiros, etc., transportando o lixo para o local adequado;

b) Passar pano molhado nas dependências coletivas, com água e desinfetante perfumado no mínimo 3 (três) vezes durante o expediente normal, bem como, nos aparelhos telefônicos e demais equipamentos quando necessários, utilizando produto adequado;

c) Remover capachos e tapetes, procedendo a sua limpeza e aspirando o pó;

d) Limpeza geral de todos os pisos e paredes das copas, dos banheiros com saneantes, realizando a desinfecção e desodorização dos ambientes, procedendo também a lavagem de bacias, assentos e pias dos sanitários, 3 (três) vezes ao dia, inclusive com reposição de materiais de higiene (papel toalha, papel higiênico e sabonete líquido), além de outras áreas similares, quando necessário;

e) Varrer, passar pano úmido, remover manchas e polir: escadas, corrimãos, balcões, pisos cerâmicos e emborrachados e encerar os pisos de madeira;

f) Varrer os pisos de cimento, inclusive garagem;

g) Retirar o lixo duas vezes ao dia, acondicionando-o em sacos plásticos de 100 (cem) litros, obedecendo ao sistema de reciclagem, para papel, vidros, plásticos e etc., removendo-os para local indicado pela Contratante;

h) Limpeza e conservação de cabine, portas, pisos e metais dos elevadores, com produtos adequados e com a estrita observância de orientações dos responsáveis pela manutenção dos elevadores, o que deverá ser solicitado por escrito aos mesmos;

i) Prestar demais serviços considerados necessários, de acordo com especificações ou orientações fornecidas pelo setor competente, como por exemplo: eventuais mudanças de móveis, armários e utensílios em geral com o intuito de alcançar uma melhor eficiência na execução do objeto deste Contrato, entre outros.

2.2. Semanalmente:

a) Limpar, com produtos adequados, os móveis, armários e arquivos (inclusive atrás deles);

b) Limpar com produtos adequados: portas, barras e batentes pintados à óleo ou verniz sintético e aplicar conservantes em divisórias e portas revestidas de fórmicas;

c) Lustrar todo o mobiliário envernizado com produto adequado e passar flanela nos móveis encerados;

d) Limpar com produtos apropriados todas as cadeiras, poltronas e estofados com forração de couro, napa ou couro;

e) Limpar e polir todos os metais, como: válvulas, registros, sifões, fechaduras, maçaneta, puxadores, etc.;

f) Limpar os espelhos com produto adequado (limpa vidros), 03 (três) vezes por semana;

g) Aspirar e retirar o pó e os resíduos, com pano úmido, dos quadros em geral, e demais locais que necessitem desse serviço;

h) Lavar e limpar, internamente e externamente, as janelas com vidros, esquadrias de alumínio, portas de vidro e vidraças em geral, aplicando o produtos anti-embaçantes, caixilhos, persianas, painéis;

i) Lavar os corredores, áreas azulejadas, escadas internas e externas, pisos de mármore, cerâmicos e emborrachados, onde existirem, com produtos apropriados, encerando e lustrando quando necessários, bem como, a garagem de todas as áreas laterais e frontais dos prédios;

2.3. Mensalmente:

a) Limpar todas as luminárias por dentro e por fora, forro, paredes e rodapés, removendo manchas quando existirem;



- b) Limpar cortinas, persianas e todas as molduras dos quadros que ornamentam as paredes dos prédios, com equipamentos, produtos e acessórios adequados;
- c) Limpar os detritos dos ralos e calhas;
- d) Limpar e encerar as salas, de acordo com a necessidade;
- e) Limpar peitoris de mármore interno e externo, e encerar todas as dependências de mármore;
- f) Limpar, engraxar e lubrificar portas, grades, basculantes, caixilhos, janelas de ferro (de malhas, pantográfica, correr, etc.);
- g) Espanar os tetos, cantos e marquises com vasculhador apropriado.

2.4. Semestralmente:

- a) Limpar fachadas envidraçadas (face externa), conforme as normas de segurança do trabalho, aplicando-lhes produtos antiembaçantes;
- b) Aspirar o pó e limpar luminárias;
- c) Lavar as paredes externas revestidas com fórmicas (divisórias) ou pintura;
- d) Remover a lama depositada e desinfetá-la.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DO OBJETO

Os serviços de limpeza, conservação e higienização dos prédios que compõem a ALEPA, objeto deste Contrato, serão executados na categoria de serviços gerais e especiais.

3.1. Serviços Gerais

- a) Entende-se como serviços gerais a limpeza rotineira para conservação geral das dependências de utilização coletiva dos prédios que compõem a ALEPA, espanando, vasculhando, varrendo, lavando e encerando os pisos, banheiros, paredes, tetos, portas, maçanetas, divisórias, janelas e etc.
- b) Execução dos serviços por serventes, que ficarão responsáveis pela limpeza dos banheiros, inclusive dos gabinetes e setores, áreas de utilização coletivas como halls, corredores, escadas, garagem, auditório, plenário e área externa dos prédios que compõem a ALEPA, inclusive área de circulação.

3.2. Serviços Especiais

Tarefas especiais para execução de serviços de limpeza, conservação, em estabelecimento de saúde e normas para limpeza, desinfecção, esterilização e antissepsia:

- a) Destinam-se a estabelecer critérios para a seleção e uso adequado de processos físicos e germicidas para limpeza, desinfecção, esterilização e antissepsia em estabelecimento de saúde, evitando o uso de produtos e processos inadequados aos fins aos quais se propõem. Os produtos comercializados destinados a estas finalidades, deverão ter certificado de registro expedido pela divisão de produtos (DIPROD) da Secretária Nacional de Limpeza e Conservação Sanitária do Ministério da Saúde;
- b) A escolha de qualquer procedimento deverá estar condicionada ao potencial de contaminação das áreas e dos riscos inerentes as de infecções hospitalares;
- c) Preconiza-se limpeza com água e sabão ou detergente, de superfícies fixas de todas as áreas de saúde, promovendo a remoção de sujeira e mau odor, reduzindo a população microbiana no ambiente;
- d) Desinfecção sob o processo de destruição de micro-organismos em forma vegetativa, mediante aplicação de agentes físicos e químicos. Em presença da matéria orgânica e contaminação, os artigos e superfícies fixas deverão sofrer processo de desinfecção;



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA ESTADO DO PARÁ

Comissão Permanente de Licitação

e) A desinfecção por métodos físicos pode ser feita pela imersão em água em ebulição por trinta minutos. Poderão ser utilizados sistemas automáticos de lavagem que associem calor, ação mecânica e detergente, desde que o processo seja avaliado, tanto pelo fabricante, como pelo usuário, através dos serviços de controle de infecções hospitalares.

f) O lixo considerado hospitalar, emergente dos ambulatórios, terá tratamento especial, devendo ser acondicionado em saco plástico de lixo hospitalar de 100 litros, com logotipo da Cruz Vermelha e estocado em local determinado pela Contratante para coleta posterior.

CLÁUSULA QUARTA – DO LOCAL DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

Os serviços serão executados nos prédios e anexos que compõem a Assembleia Legislativa Estado do Pará, suas Áreas Coletivas, Gabinetes, Setores, Auditórios, Plenário, Áreas Externas e Banheiros, sendo:

- a) Prédio Cabanagem e seus Anexos
- b) Prédio Creche Escola NEALEPA
- c) Prédio Centro de Atendimento ao Cidadão – CAC
- d) Prédio do IPALEP

CLÁUSULA QUINTA – DO EFETIVO

A quantidade mínima de pessoal para a execução dos serviços será de, 50 (cinquenta) serventes e 01 (um) encarregado.

CLÁUSULA SEXTA – DO MATERIAL

O material mensal, os equipamentos e acessórios a serem utilizados pela Contratada constam nas relações abaixo, e devem estar inclusos no valor proposto pela empresa contratada.

RELAÇÃO DE MATERIAL MENSAL

ITEM	DISCRIMINAÇÃO
01	Álcool etílico hidratado 92,8° inpm (96gl)
02	Álcool em gel 70%
03	Desodorizador de ar spray
04	Sacos para lixo de 30 litros
05	Sacos para lixo de 100 litros
06	Sacos para lixo de 200 litros
07	Água sanitária c/ cloro ativo
08	Soda cáustica
09	Desinfetante para uso geral
10	Esponja dupla face antibactéria
11	Cera líquida, auto brilho incolor
12	Detergente líquido neutro
13	Limpa vidro
14	Limpador multiuso para limpeza pesada
15	Lustra móvel
16	Sabonete líquido



17	Flanela para limpeza, 100% algodão
18	Pano de chão tipo saca
19	Pastilha sanitária
20	Papel toalha intercalado, folhas duplas
21	Palha de aço fina
22	Papel Higiênico Branco Folha Dupla 1ª Qualidade 30mx10cm
23	Papel higiênico rolão de 300 metros x 10cm. Folha simples
24	Vaselina pura
25	Vassoura de piaçava
26	Vassoura de vacaria
27	Inseticida spray sem cheiro
28	Limpa metais
29	Hipoclorito
30	Sabão em Pó, embalagem de 500g
31	Removedor desincrustante
32	Limpa carpete
33	Impermeabilizante
34	Sabão em barra 200 gramas
35	Ácido muriático
36	Saponáceo em pó
37	Cera líquida
38	Espanador de mesa
39	Escovão
40	Luvas de borracha
41	Cabeleira mop água
42	Pasta clin
43	Saco de lixo hospitalar de 100lt. c/ logomarca da cruz vermelha
44	Escova para vaso sanitário em fio de nylon com cabo e suporte
45	Espanador para teto
46	Tenacid
47	Naftalina
48	Papel higiênico folha dupla 30mx10cm
49	Disco preto c-510
50	Disco bege c-510
51	Papel toalha branco
52	Mascara de proteção

RELAÇÃO DE MATERIAL TRIMESTRAL

ITEM	DISCRIMINAÇÃO
01	Baldes de 10 litros
02	Baldes de 20 litros
03	Bobina spray
04	Escovinhas ovais
05	Pá de lixo automática



06	Mop pó de 60 cm
07	Rodo base com 60cm

RELAÇÃO DE EQUIPAMENTOS E ACESSÓRIOS

ITEM	DISCRIMINAÇÃO
01	Extensão preta
02	Aspirador de pó industrial
03	Placas sinalizadoras
04	Espátula de cabo longo
05	Limpa tudo (lt) duplo
06	Escada de 10 degraus
07	Enceradeira ind. - c-510
08	Carro funcional
09	Cadeira trava queda p/ limpeza externa
10	Extensão telescópica
11	Lixeira de 190 lts.
12	Lavadora de alta pressão hd 1200
13	Balde expremedor
14	Hastes com cabo mop pó 60 cm
15	Hastes com cabo mop pó 1,20 cm
16	Hastes com cabo mop água
17	Mangueira de água transparente ¾
18	Mangueira de água transparente ½
19	Kit limpa vidros
20	Escadas de alumínio de 07 degraus
21	Luva de raspa de couro
22	Pá

CLÁUSULA SÉTIMA - DA FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS

A execução do serviço será acompanhada e fiscalizada pela Divisão de Serviços Gerais da ALEPA - DISEG, através da Seção de Portaria e Zeladoria - SPZ, cabendo:

- Solicitar à Contratada e seus prepostos, tempestivamente, todas as providências necessárias ao bom andamento dos serviços;
- Documentar as ocorrências havidas e a frequência dos empregados em registro próprio, firmado juntamente com o preposto da Contratada;
- Emitir pareceres em todos os atos da Contratante, relativos à execução do Contrato em especial a aplicação de sanções ou revisão do Contrato;
- Recomendar sustação dos pagamentos das faturas, no caso de inobservância pela Contratada de qualquer exigência sua relativa às obrigações contratuais;
- Responsabilidade da Contratada pelos danos causados diretamente à Contratante ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do Contrato.
- A Assembleia Legislativa do Estado do Pará, reserva-se o direito de rejeitar, no todo ou em parte, os serviços prestados, se constatado em desacordo Contratual.



CLÁUSULA OITAVA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Os recursos financeiros para atender às despesas decorrentes deste Contrato estão previstos na dotação orçamentária, para o exercício de 2015, sob a seguinte classificação funcional programática:

- 01.101 - Assembleia Legislativa do Estado do Pará.
- 01.122.1297.4534 Operacionalização das Ações Administrativas
- 3000.00 - Despesas Correntes.
- 3300.00 – Outras Despesas Correntes.
- 3390.00 - Aplicações Diretas.
- 3390.37 – Locação de Mão de Obra

CLÁUSULA NONA – DO PRAZO DE EXECUÇÃO DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

O objeto contratado deverá executado a partir da data da emissão da Ordem de Serviço, que ocorrerá a critério da Assembleia Legislativa do Estado do Pará, devendo a Contratada cumprir o cronograma diário, semanal, quinzenal, mensal, semestral e anual das atividades.

- 9.1. Será da inteira responsabilidade da Contratada, todas as despesas com tributos, taxas, encargos trabalhistas, previdenciários e outros aqui não mencionados, decorrentes do objeto contratado;
- 9.2. O objeto contratado será acompanhado e fiscalizado pelo servidor responsável, designado por este Poder.
- 9.3. Na hipótese de ocorrência de caso fortuito ou de força maior que tenha o condão de motivar o atraso na prestação dos serviços no prazo previsto neste Contrato, deve a Contratada submeter os fatos, por escrito, ao setor responsável pela fiscalização deste Poder, com as justificativas correspondentes, acompanhadas da comprovação devida, para análise e decisão, desde que dentro do prazo estabelecido para a prestação dos serviços;
- 9.4. Verificada a incompatibilidade do objeto ofertado com o exigido na licitação ou que apresentem desconformidades com as exigências requisitadas neste Contrato, no Edital e seus anexos, estará a Contratada sujeita às penalidades previstas na **Cláusula 17ª** deste Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA QUALIDADE DOS SERVIÇOS

Os serviços objeto deste Contrato deverão ser executados com **EFICIÊNCIA**, utilizando-se materiais de **PRIMEIRA QUALIDADE**, submetidos à apreciação da Seção de Portaria e Zeladoria e da Divisão de Serviços Gerais da ALEPA.

- 10.1. Caso os serviços prestados à ALEPA, estejam em desacordo com o estabelecido neste Contrato, no Edital e seus Anexos, fica a Contratada, ciente, desde já, que poderá ter seu Contrato rescindido, conforme preceituam os arts. 58 II e 80 da Lei 8.666/93, sem prejuízo da aplicação de sanções legais cabíveis. Sendo convocadas as remanescentes, pela ordem de classificação.

CLÁUSULA DÉCIMA-PRIMEIRA – DA VIGÊNCIA DO CONTRATO

A vigência deste Contrato será de 12 (doze) meses, a contar da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado, por igual período, respeitado o prazo máximo de 60 (sessenta) meses, em conformidade com a permissibilidade legal do art. 57, II da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações subsequentes.



CLÁUSULA DÉCIMA-SEGUNDA – DO PREÇO

O valor mensal do presente contrato é de R\$ 185.306,06 (cento e oitenta e cinco mil, trezentos e seis reais e seis centavos), perfazendo um valor global anual de R\$ 2.223.672,72 (dois milhões, duzentos e vinte e três mil, seiscentos e setenta e dois reais e setenta e dois centavos).

CLÁUSULA DÉCIMA-TERCEIRA – DO REAJUSTE

Após um ano de execução do Contrato, no caso de prorrogação, o mesmo poderá ser reajustado pelo IGP-M da FGV ou outro índice oficial que venha a ser adotado, com fulcro no nos artigos 1º e 2º da Lei Federal nº 10.192/2001.

13.1. A contratada ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial do Contrato, conforme previsto no art. 65, inciso II, alínea “d”, da Lei Federal nº 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA-QUARTA – DO PAGAMENTO

O pagamento será efetuado à CONTRATADA pelo Departamento Financeiro da ALEPA, no prazo de até o 30º (trigésimo) dia do mês subsequente à prestação dos serviços, sendo creditado em conta corrente da Contratada, através de ordem bancária, mediante a apresentação da Fatura juntamente com a Nota Fiscal, emitida de acordo com a legislação fiscal vigente, e após a emissão do atestado de regularização dos serviços pelo setor incumbido da fiscalização e acompanhamento da execução do Contrato;

14.1. Os pagamentos somente serão efetuados após a comprovação, pelo prestador de serviços, de que encontra-se regular com suas obrigações, mediante apresentação das Certidões Negativas de Débito com o INSS, com o FGTS, Justiça do Trabalho (CNDT) e comprovante de regularidade fiscal para com as Fazendas Públicas Federal, Estadual e Municipal.

14.2. Ocorrendo erro no documento da cobrança, este será devolvido e o pagamento será susado para que a Contratada tome as medidas necessárias, passando o prazo para pagamento a ser contado a partir da data da reapresentação do mesmo;

14.3. Não efetuado o pagamento pela CONTRATANTE no prazo, e desde que não haja culpa da CONTRATADA, os valores correspondentes à fatura serão atualizados financeiramente com base no critério abaixo especificado, em observância ao art. 40, XIV, “c” da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações:

$$EM = I \times N \times VP$$

Onde:

EM = Encargos Monetários

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento

VP = Valor da parcela a ser paga

I = Índice de atualização financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = \frac{(TX/100)}{365} \quad I = \frac{(6/100)}{365} \quad I = 0,00016438$$

TX=Percentual da taxa anual = 6%.



CLÁUSULA DÉCIMA-QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

São obrigações da Contratada, executar os serviços, Objeto deste Contrato e seus anexos, além do fornecimento da mão de obra, dos saneantes domissanitários, dos materiais e dos equipamentos: ferramentas e utensílios necessários para a perfeita execução dos serviços e limpeza dos prédios, anexos e demais atividades correlatadas.

Obriga-se à:

- a) Responsabilizar-se integralmente pelos serviços contratados, nos termos da legislação vigente;
- b) Selecionar e preparar rigorosamente os empregados que irão prestar os serviços, encaminhando funcionários, portadores de atestados de boa conduta e demais referência, tendo funções profissionais legalmente registradas em suas carteiras de trabalho;
- c) Os serviços diários de higienização, conservação e limpeza serão executados pela Contratada de segunda à sexta-feira com jornada de trabalho de 8 (oito) horas diárias. Havendo necessidade, a Contratante poderá requisitar a complementação das 44 (quarenta e quatro) horas semanais por serventes;
- d) Em casos excepcionais, a exemplo dos períodos pré e pós-eleitorais, eventos de grande porte ou outros motivos relevantes, a Contratante poderá requisitar a prestação de serviços extraordinários à Contratada.
- e) Manter disciplina nos locais dos serviços, retirando no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, após notificação, qualquer empregado considerado com conduta inconveniente pela Contratante;
- f) Manter seu pessoal uniformizado, identificando-os através de crachás, com fotografia recente, provendo-os com os Equipamentos de Proteção Individual EPI's;
- g) Fornecer uniformes completos à todos os empregados que atuarem na execução direta dos serviços, especialmente: conjunto de calça, camisa e calçado (com solado de borracha e em perfeitas condições de isolamento), além de outros Equipamentos de Proteção Individual (EPI), exigidos conforme a natureza da tarefa (capacete, óculos, luvas, máscaras etc.) e/ou legislação vigente;
- h) Fornecer anualmente ou quando solicitada pela Contratante, uniformes novos e completos a todos seus empregados envolvidos nos serviços, objeto deste Contrato;
 - i) Os uniformes deverão ser apresentados e aprovados pelo fiscal do Contrato;
 - j) Manter sediado junto à contratante, durante os turnos de trabalho, 01 funcionário capaz de tomar decisões compatíveis com os compromissos assumidos pela Contratada, para coordenar os serviços e responder diretamente e prontamente pelos assuntos pertinentes;
 - k) Fornecer produtos de qualidade, que serão fiscalizados pela Contratante, ficando-lhe reservado o direito de exigir a substituição imediata de produtos de baixa qualidade;
 - l) Manter todos os equipamentos e utensílios necessários à execução dos serviços, em perfeitas condições de uso, devendo os danificados serem substituídos em até 24 (vinte e quatro) horas. Os equipamentos elétricos devem ser dotados de sistemas de proteção, de modo a evitar danos na rede elétrica;
 - m) Identificar todos os equipamentos, ferragens e utensílios de sua propriedade, tais como: aspiradores de pó, enceradeiras, mangueiras, baldes, carrinhos para transporte de lixo, escadas, etc., de forma a não serem confundidos com similares de propriedade da Contratante;
 - n) Implantar, de forma adequada, a planificação, execução e supervisão permanente dos serviços, de forma a obter uma operação correta e eficaz, realizando os serviços de forma meticulosa e constante, mantendo sempre em perfeita ordem, todas as dependências, objeto dos serviços;



- o) Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança da Contratante;
- p) Instruir os seus empregados quanto a prevenção de incêndio nas áreas da Contratante;
- q) Registrar e controlar, juntamente com o preposto da Contratante, diariamente a assiduidade e pontualidade de seu pessoal, bem como, as ocorrências havidas;
- r) Executar os serviços conforme determinam as normas técnicas em vigor.

15.1. Durante a vigência do Contrato, obrigará-se a Contratada a observar rigorosamente o prescrito nas normas de execução para os serviços contratados, bem como, a regulamentação aplicável às normas sanitárias, respondendo por quaisquer falhas, atrasos e outras faltas que deverão ser sanadas sem ônus para a Contratante.

15.2. Os produtos fornecidos para execução e utilização decorrentes do presente Contrato, serão transportados em veículos próprios para este tipo de transporte e entregues na sede da Contratante, com pessoal habilitado no manuseio dos mesmos.

15.3. A empresa Contratada deverá manter preposto, aceito pela Contratante, no local dos serviços, para representá-la na execução do Contrato.

15.4. A Contratada é obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstituir, ou substituir as suas expensas no total ou em partes, equipamentos, utensílios utilizados para a execução do objeto deste Contrato, em que se verificam vícios, defeitos ou incorreções, resultantes da execução ou de materiais empregados.

15.5. A Contratada é responsável pelos danos causados diretamente à Contratante ou à Terceiros decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do Contrato, não excluindo ou reduzindo esta responsabilidade à fiscalização ou o acompanhamento pela Contratante.

15.6. A Contratada é responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, resultantes da execução do Contrato: não havendo responsabilidade solidária por parte da Contratante.

15.7. A Contratada deverá manter, sem interrupção, quadro de pessoal suficiente para atendimento dos serviços contratados, inclusive, no caso de solicitações extraordinárias nos períodos eleitorais e em eventos especiais. Não serão aceitas justificativas para falta de empregados, seja por motivo de férias, descanso semanal, licença, greve, falta ao serviço ou demissão de empregado. Os empregados da Contratada não terão, em hipótese alguma, relação de emprego com esta Assembleia Legislativa, sendo de exclusiva responsabilidade da Contratada as obrigações sociais, trabalhistas e fiscais.

15.8. Constatadas anormalidades não previstas neste Contrato, no Edital e seus Anexos e sendo necessária a execução dos serviços, fica a Contratada obrigada a comunicar previamente a Contratante para a devida autorização.

15.9. A Contratante reserva-se ao direito de exigir a substituição de técnicos e/ou funcionários da empresa que, a seu critério, forem considerados inconvenientes ou incompatíveis com o trabalho.

15.10. Adotar todos os critérios de segurança, tanto para os empregados quanto à execução dos serviços em si.

15.11. A ação ou omissão, total ou parcial, da fiscalização da Contratante, não eximirá a Contratada de total responsabilidade pela má execução dos serviços contratados.

**CLÁUSULA DÉCIMA-SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

Cumpridas as etapas acima descritas, a Contratante obriga-se a efetuar o pagamento até o 30º (trigésimo) dia do mês subsequente à prestação dos serviços mediante a apresentação da fatura com a respectiva nota fiscal e devidamente atestada pelo setor competente.

16.1. Acompanhar e fiscalizar a execução do Contrato e efetuar os pagamentos nas condições e preços pactuados.

16.2. Observar para que durante toda a vigência do Contrato seja mantido o fiel cumprimento das obrigações assumidas pela Contratada e previstas neste Contrato.

16.3. A execução do Contrato será acompanhada e fiscalizada por um representante da Contratante, designado pela Assembleia Legislativa do Estado do Pará, nos termos no Art.67 da Lei Federal nº. 8.666/93.

16.4. A Contratante notificará, por escrito, a Contratada, no caso de ocorrência de eventuais imperfeições no curso de execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção.

CLÁUSULA DÉCIMA-SÉTIMA – DAS PENALIDADES

No caso da Contratada, com preços registrados, deixar de cumprir, total ou parcialmente, as obrigações assumidas neste Contrato ou usar de má fé, ficará sujeita as penalidades abaixo discriminadas, assegurados os direitos ao contraditório e à ampla defesa.

17.1. Advertência

Advertência pelo não cumprimento de obrigações assumidas, desde que não interfira na execução dos compromissos assumidos ou na sua conclusão e não traga prejuízos econômicos e funcionais a este Poder;

17.2. Multa

17.2.1. De 0,1% sobre o valor total da Nota de Empenho a cada reincidência do motivo determinante da aplicação da penalidade de advertência;

17.2.2. De 0,1% ao dia, sobre o valor total da Nota de Empenho, no caso de atraso injustificado de até 05 dias no prazo de reparos do objeto licitado;

17.2.3. Após o 15º dia de atraso do prazo previsto para os reparos do objeto licitado, sem justificativa aceita pela Administração, o objeto será considerado como inexecutado;

17.2.4. De 10% sobre o valor da obrigação pendente nos casos de:

- I. não reparo do objeto recusado ou com vícios, desde que configure inexecução parcial;
- II. recusa injustificada em aceitar a Nota de Empenho;
- III. outras hipóteses de inexecução parcial.

17.2.5. De 15% sobre o valor total do objeto adjudicado, nos casos de:

- I. recusa injustificada em aceitar a nota de empenho desde que configure inexecução total;
- II. recusa em promover a entrega do objeto contratado, no prazo previsto neste Contrato;
- III. não reparo de objeto recusado ou com vícios, desde que configure inexecução total;
- IV. outras hipóteses de inexecução total do objeto.

17.2.6. As multas são autônomas e a aplicação de uma não exclui a outra;



17.2.7. O valor da multa aplicada será descontado do crédito devido à Contratada no mês em que a fase, parcela ou etapa do fornecimento do objeto for efetivamente concluída, caso o valor da multa seja superior ao crédito ou não haja crédito devido à empresa, a multa será cobrada administrativamente por este Poder, ou ainda judicialmente.

17.3. Suspensão

Pelo descumprimento, injustificado e/ou não aceito pela Administração, das obrigações assumidas neste Contrato, bem como, nos casos de inexecução total ou parcial do objeto, não justificada e/ou não aceita pela Administração, aplicar-se-á à adjudicatária, suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar com este Poder, pelo período de até 02 (dois) anos, na seguinte graduação:

- I. Por 6 (seis) meses, pelo descumprimento, injustificado e/ou não aceito pela Administração, das obrigações assumidas neste Contrato e que interfira no seu bom andamento;
- II. 1 (um) ano, nos casos de inexecução parcial;
- III. 2 (dois) anos, nos casos de inexecução total.

17.4. Impedimento de Licitar

Ficará impedida de licitar e de contratar com a Administração Pública, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, garantido o direito prévio da citação, do contraditório e da ampla defesa, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, a Contratada que:

- I. não aceitar a Nota de Empenho;
- II. deixar de entregar documentação exigida no Edital;
- III. apresentar documentação falsa;
- IV. ensejar o retardamento da execução de seu objeto;
- V. não manter a proposta;
- VI. falhar ou fraudar na execução do objeto;
- VII. comportar-se de modo inidôneo;
- VIII. fizer declaração falsa;
- IX. cometer fraude fiscal.

17.5. Declaração de Inidoneidade

No caso de inexecução do objeto que configure ilícito penal, assim como no caso de a Contratada fraudar ou agir de má fé durante a execução deste Contrato, será declarada a inidoneidade da adjudicatária para licitar e contratar com a Administração Pública Estadual, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

CLÁUSULA DÉCIMA-OITAVA – DA RESCISÃO

Por descumprimento de quaisquer de suas cláusulas ou condições estabelecidas neste Contrato, assim como a ocorrência de qualquer das situações previstas no art. 78 da Lei Federal nº 8.666/93, poderá a CONTRATANTE rescindir o presente Contrato, independentemente de prévia interposição judicial ou extrajudicial, respondendo a CONTRATADA pela indenização por perdas e danos e pela multa compensatória de 10%, calculada sobre o valor global atualizado deste Contrato.



CLÁUSULA DÉCIMA-NONA – DA DENÚNCIA

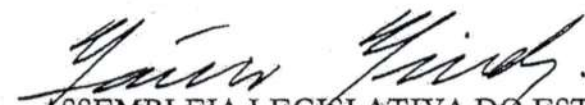
A ALEPA, independentemente de justo motivo e demonstrado o interesse público devidamente fundamentado, poderá denunciar o presente Contrato, sem que lhe caiba qualquer sanção, desde que o faça mediante aviso prévio por escrito de, no mínimo, 30 (trinta) dias.


CLÁUSULA VIGÉSIMA – DO FORO

Elegem as partes, o Foro da Comarca de Belém, Capital do Estado do Pará, para dirimir quaisquer dúvidas, pretensões ou direitos decorrentes do presente Contrato.

E por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente Contrato em 02 (duas) vias de igual teor.

Belém, 13 de novembro de 2015.


ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARÁ
DEPUTADO MÁRCIO DESIDÉRIO TEIXEIRA MIRANDA
CONTRATANTE


LIMP CAR LOCAÇÃO E SERVIÇOS LTDA.
HARLEY DA SILVA ROCHA
CONTRATADA



ESTADO DO PARÁ
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARÁ
PROCURADORIA GERAL



TC0098283/2021 - Pág. 203

PARECER JURÍDICO
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 5134/2019

Da: Procuradoria Geral da Assembleia Legislativa do Estado do Pará
À: Comissão Permanente de Licitação

Assunto: Análise quanto a possibilidade de nova prorrogação de contrato.

DIREITO ADMINISTRATIVO. LICITAÇÃO. SERVIÇOS DE LIMPEZA, CONSERVAÇÃO E HIGIENIZAÇÃO DOS PRÉDIOS E ANEXOS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARÁ. PEDIDO DE PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE CONTRATO. POSSIBILIDADE. HIPÓTESE DO ART. 57, II, DA LEI N. 8666/93. ASPECTOS FORMAIS OBSERVADOS. OPINIÃO PELO DEFERIMENTO.

1

1. DO RELATÓRIO

Trata-se de solicitação de parecer jurídico efetuada pela Comissão Permanente de Licitação da Assembleia Legislativa do Estado do Pará, tendo por objeto a análise jurídica sobre a legalidade e possibilidade de deferimento de prorrogação do prazo do contrato nº 021/2015 firmado com empresa LIMP CAR LOCAÇÃO E SERVIÇOS LTDA, que tem por objeto a prestação dos serviços de limpeza, conservação e higienização de todos os prédios e anexos da Assembleia Legislativa do Estado do Pará.

É o relatório.

2. ANÁLISE JURÍDICA

Ressalta-se inicialmente que o presente é parecer jurídico meramente opinativo, com o fito de orientar as autoridades competentes na resolução de questões postas em análise de acordo com a documentação apresentada, não sendo, portanto, vinculativo à decisão da autoridade competente que poderá optar pelo acolhimento das presentes razões ou não.



ESTADO DO PARÁ
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARÁ
PROCURADORIA GERAL

Pelas informações trazidas à assessoria jurídica pela Administração, o contrato em análise está com seu prazo de vigência em vias de terminar. Diante disso, surge a necessidade de consulta quanto à possibilidade ou não de se prorrogar o prazo do mencionado instrumento contratual.

No presente caso, se denota interesse na continuidade do mesmo, ante a relevância desta contratação para a Assembleia Legislativa do Estado do Pará, e ainda será mantido o equilíbrio contratual, já que não importará em maior oneração a este órgão, o que se infere a manutenção do caráter vantajoso para a Administração, pelo que se demonstra viável a possibilidade da prorrogação do prazo do contrato.

A Lei nº 8.666/93 admite a prorrogação do prazo dos contratos administrativos, excepcionalmente, nas hipóteses elencadas no art. 57. Entre elas, tem-se a possibilidade de prorrogação do prazo dos contratos de prestação de serviço. Para a prorrogação do prazo desses contratos, faz-se necessária, antes de tudo, a presença dos requisitos legais previstos no art. 57, II, *in verbis*:

Art. 57. A duração dos contratos regidos por esta Lei ficará adstrita à vigência dos respectivos créditos orçamentários, exceto quanto aos relativos: (...)

II - à prestação de serviços a serem executados de forma contínua, que poderão ter a sua duração prorrogada por iguais e sucessivos períodos com vistas à obtenção de preços e condições mais vantajosas para a administração, limitada a sessenta meses;

§ 2º. Toda prorrogação de prazo deverá ser justificada por escrito e previamente autorizada pela autoridade competente para celebrar o contrato. (...)

Segundo consta nos autos do processo, há interesse da contratante e da contratada na nova prorrogação do prazo para fins de continuidade da prestação dos serviços como medida mais vantajosa economicamente à Administração. Assim, infere-se que pela razão apresentada que é viável e justificada a nova prorrogação da vigência do contrato supracitado.

A continuidade na execução do objeto já contratado minimizaria custos e tempo, pois não trata o caso de acréscimo de valores,



ESTADO DO PARÁ
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARÁ
PROCURADORIA GERAL

mas somente prorrogação do prazo. Seria mais dispendioso realizar nova licitação, evitando reajustes de preços que poderiam gerar custos à Administração Pública.

Salienta-se que o valor global do contrato estará respeitando o limite do § 1º do artigo 65 da Lei das Licitações, não havendo nenhum óbice aparente à legalidade da prorrogação do prazo pretendida, necessitando da autorização prévia da autoridade competente para tanto, como expressamente disposto em lei.

No que tange aos aspectos formais do procedimento para prorrogação do contrato, observa-se que este atendeu às exigências legais, apresentando a minuta de aditivo regularidade por contemplar seus elementos essenciais.

Outrossim, cumpre asseverar que foi observado que **a empresa ainda mantém as condições que a tornaram habilitada e qualificada na ocasião da contratação, pela apresentação de certidões de regularidade fiscal, trabalhista e outras constantes do edital**, devidamente atualizadas.

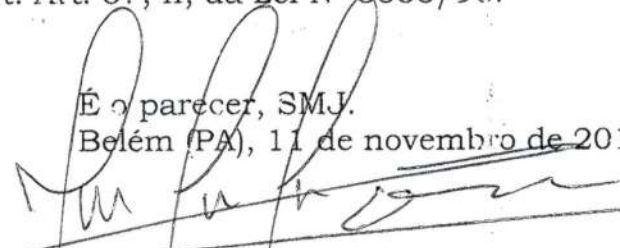
Uma vez observadas tais orientações, não subsistem impedimentos a nova prorrogação do contrato em análise, sendo plenamente possível a sua formalização pelos fundamentos jurídicos apresentados.

3

3. DA CONCLUSÃO

ANTE O EXPOSTO, em análise à documentação acostada aos autos, infere-se que o processo se encontra devidamente instruído e fundamentado, pelo que esta Assessoria Jurídica opina e conclui pela legalidade do deferimento da nova prorrogação do prazo do contrato nº 021/2015, pelo prazo de 03 (três) meses, não havendo óbice a formalização do seu novo termo aditivo, uma vez que o mesmo encontra-se em conformidade ao art. 57, II, da Lei Nº 8666/93.

É o parecer, SMJ.
Belém (PA), 11 de novembro de 2019.


João Luis Brasil Batista Rolim de Castro
Procurador-geral da Assembleia Legislativa do Estado do Pará



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARÁ

Comissão Permanente de Licitação - CPL



TC008283/2021 - Pág. 206

4º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 021/2015
Processo Administrativo nº 5134/2019.

DISPÕE SOBRE O ADITAMENTO DE PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 021/2015, FIRMADO ENTRE ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARÁ E A EMPRESA **LIMP CAR LOCAÇÃO E SERVIÇOS LTDA**, CUJO OBJETO, EM SÍNTESE, É A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA, CONSERVAÇÃO E HIGIENIZAÇÃO DE TODOS OS PRÉDIOS E ANEXOS DA CONTRATANTE.

Pelo presente instrumento administrativo, de um lado, a **ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARÁ**, pessoa jurídica de direito público interno, estabelecida na Cidade de Belém, Estado do Pará, sito à Rua do Aveiro nº 130, Bairro: Cidade Velha, CEP: 66.020-070, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 05.018.544/0001-02, neste ato representada por seu Presidente, **Excelentíssimo Senhor Deputado DANIEL BARBOSA SANTOS**, brasileiro, casado, residente e domiciliado nesta cidade, portador da Cédula de Identidade nº 4709040 – PC/PA e CPF/MF nº 920.464.362-53, doravante denominada **CONTRATANTE**, de outro lado, a empresa **LIMP CAR LOCAÇÃO E SERVIÇOS LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, com sede na Cidade de Belém, Estado do Pará, no Conjunto Euclides Figueiredo, Rua F, nº 2, Bairro Marambaia, CEP: 66.620-770, devidamente inscrita no CNPJ/MF sob o nº 01.232.642/0001-89, neste ato representada pelo **Senhor HARLEY DA SILVA ROCHA**, brasileiro, empresário, portador da carteira de identidade nº 2169353/2ª Via/SSP/PA, inscrito no CPF/MF nº 392.276.502-53, residente e domiciliado à Rua Presidente Gaspar Dutra nº 117, Bairro Tapanã, Belém-PA, doravante denominada **CONTRATADA**, resolvem celebrar o **4º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 021/2015**, regido pela Lei Federal nº 8.666/93 e alterações posteriores, mediante as cláusulas e condições abaixo:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DA FUNDAMENTAÇÃO JURÍDICA

O presente Termo Aditivo tem como fundamentos jurídicos a Cláusula Décima Primeira do Contrato Administrativo nº 021/2015, bem como, o art. 57, II, da Lei da Federal nº. 8.666/93 e alterações posteriores.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO

Constitui objeto do presente Termo Aditivo, nos termos da fundamentação jurídica constante da Cláusula 1ª deste Instrumento, a prorrogação do prazo contratual, de modo a não interromper a prestação dos serviços executados de forma contínua, atinente aos serviços de limpeza, conservação e higienização de todos os prédios e anexos da Assembleia Legislativa do estado do Pará.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA VIGÊNCIA

A prorrogação de que trata a Cláusula 2ª deste Termo Aditivo, terá a duração de 03 (três) meses, com vigência no período compreendido entre **13 de novembro de 2019 a**



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARÁ

Comissão Permanente de Licitação - CPL



12 de fevereiro de 2020, ou até que sobrevenha nova licitação para o mesmo objeto, observado o limite temporal legal estabelecido no art. 57, II, da Lei da Federal nº. 8.666/93.

3.1. O presente instrumento de aditamento poderá ser rescindido a qualquer tempo, com a conclusão do procedimento licitatório em curso, contemplando idêntico objeto, mediante comunicação prévia da Contratante à Contratada, salvo se a própria Contratada se sagrar vencedora do certame, caso em que a rescisão poderá ser feita sem a comunicação prévia.

CLÁUSULA QUARTA - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

Para atender as despesas decorrentes do presente ajuste, a Assembleia Legislativa do Estado do Pará valer-se-á de recursos orçamentários ainda não comprometidos com outras despesas, respeitados os respectivos elementos de despesas e programas de trabalho, considerando-se a seguinte classificação orçamentária, exercício de 2019:

- 01.101 Assembleia Legislativa do Estado do Pará
- 01.122.1453.8552 Operacionalização das Ações Administrativas
 - 3000-00 Despesas Correntes
 - 3300-00 Outras Despesas Correntes
 - 3390-00 Aplicação Direta
 - 3390-37 Locação de Mão-de-Obra

CLÁUSULA QUINTA - DA RATIFICAÇÃO DAS DEMAIS CLÁUSULAS CONTRATUAIS

Permanecem em vigor as demais cláusulas e condições contratuais não tratadas neste Termo Aditivo.

CLÁUSULA SEXTA - DO FORO

As partes elegem o Foro da Comarca de Belém, Capital do Estado do Pará, para dirimir quaisquer dúvidas, pretensões ou direitos decorrentes do presente Termo Aditivo.

E por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente Termo Aditivo em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Belém-Pa, 12 de novembro de 2019. ✓


ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARÁ
Deputado DANIEL BARBOSA SANTOS
CONTRATANTE


LIMP CAR LOCAÇÃO E SERVIÇOS LTDA
HARLEY DA SILVA ROCHA
CONTRATADA



Estado do Pará
Assembleia Legislativa

DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO

4085
DO
29 OUT 0000 2020
005031
PROTÓCOLO

TC/008283/2021 - Pág. 208

Belém-PA, 29 de outubro de 2020.

Memorando nº 0312/2020-DA

Do: Departamento Administrativo - DA

Ao: Excelentíssimo Senhor Presidente, Deputado DANIEL BARBOSA SANTOS



Senhor Presidente,

Cuida-se de prorrogação excepcional do Contrato Administrativo nº 021/2015, cujo objeto é a “CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA, CONSERVAÇÃO E HIGIENIZAÇÃO, DE TODOS OS PRÉDIOS E ANEXOS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARÁ”.

Em 12 de novembro de 2020 este contrato alcançará o prazo máximo de vigência previsto no art. 57, II, da Lei Federal 8.666/93, ou seja, 60 meses.

No dia 16 de outubro de 2020, foi publicado nos jornais de grande circulação e Diário Oficial do Estado do Pará, o Aviso de Licitação, para abertura de procedimento licitatório na modalidade Pregão Presencial de nº 003/2020, cujo objeto é a “CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA, CONSERVAÇÃO E HIGIENIZAÇÃO, COPEIRAGEM, ARTÍFICES E CARREGADORES PARA ATENDER A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARÁ – ALEPA, INCLUINDO O FORNECIMENTO DE RECURSOS HUMANOS, UNIFORMES, MATERIAIS E EQUIPAMENTOS NECESSÁRIOS E ADEQUADOS À EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS”.

No entanto, dada a interposição de Impugnação ao Edital do Pregão Presencial nº 003/2020, que foi acatada parcialmente, foi suspensa a realização do certame, após decisão do Pregoeiro, com remarcação para o dia 11/11/2020.

O art. 57, § 4º da Lei Federal nº 8.666/93 permite que “em caráter excepcional, devidamente justificado e mediante autorização da autoridade superior, o prazo de que trata o inciso II do caput deste artigo poderá ser prorrogado em até 12 (doze) meses”.

Ressalte-se que a continuidade dos serviços de limpeza, conservação e higienização é essencial ao desempenho das atividades legislativas como um todo.

De outro passo, destaque-se que a prorrogação excepcional, nesse caso concreto, além de ser imprescindível à continuidade na prestação dos referidos serviços, não acarretará qualquer prejuízo financeiro à administração, ao contrário será vantajoso, uma vez

Rua do Aveiro nº 130 (Praça Dom Pedro II), Bairro: Cidade Velha, Belém-PA.
Telefone: (91) 3213-4334



Estado do Pará
Assembleia Legislativa

DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO

que será mantido o valor mensal, atual, do contrato, que é de R\$ 229.649,60, em detrimento do valor estimado para o próximo contrato, que é de R\$ 269.105,33, conforme consta no Edital do Pregão Presencial nº 003/2020, resultante da média de mercado apurada na cotação de preços objeto da Solicitação Imediata de Preços - SIP nº 031/2020, de 23/09/2020, acostada aos autos do Processo Administrativo nº 004356/2020 pela Divisão de Apoio Administrativo desta Casa.

Ante ao exposto, solicitamos a **AUTORIZAÇÃO** de Vossa Excelência para que sejam adotados os procedimentos administrativos cabíveis a fim de se fazer a prorrogação excepcional do Contrato Administrativos nº 021/2015, com fulcro no art. 57, § 4º da Lei Federal nº 8.666/93, podendo ser rescindido a qualquer tempo com a conclusão do procedimento licitatório em curso.

MARIA ROSA S. MEDEIROS

Diretora do Departamento Administrativo, em exercício



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARÁ
GABINETE DA PRESIDÊNCIA

TERMO DE AUTORIZAÇÃO
PARA ADITIVO EXCEPCIONAL AO CONTRATO

Referência: Processo Administrativo nº 5031/2020.

Assunto: Autorização de **prorrogação excepcional** do Contrato Administrativo nº 021/2015, cujo objeto é a contratação de empresa especializada na prestação de serviço de limpeza, conservação e higienização de todos os prédios e anexos da ALEPA.

Tendo em vista a justificativa que originou o Processo Administrativo nº 5031/2020, formalizada pelo Departamento Administrativo desta Assembleia Legislativa, que trata da **prorrogação excepcional** do Contrato Administrativo nº 021/2015, nos termos do § 4º do art. 57, da Lei Federal nº 8.666/93, cujo objeto é a contratação de empresa especializada na prestação de serviço de limpeza, conservação e higienização de todos os prédios e anexos da ALEPA, **AUTORIZO** a prorrogação excepcional em epígrafe, na forma legalmente prevista.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARÁ, EM 03 DE NOVEMBRO DE 2020.

DANIEL

BARBOSA

SANTOS:920

46436253

Assinado de forma
digital por DANIEL

BARBOSA

SANTOS:9204643625

Dados: 2020.11.03

23:07:07 -03'00'

Deputado DANIEL BARBOSA SANTOS

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARÁ



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARÁ

Comissão Permanente de Licitação - CPL



5º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 021/2015
Processo Administrativo nº 005031/2020.

DISPÕE SOBRE O ADITAMENTO DE PRORROGAÇÃO EXCEPCIONAL DO PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 021/2015, FIRMADO ENTRE ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARÁ E A EMPRESA **LIMP CAR LOCAÇÃO E SERVIÇOS LTDA**, CUJO OBJETO, EM SÍNTESE, É A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA, CONSERVAÇÃO E HIGIENIZAÇÃO DE TODOS OS PRÉDIOS E ANEXOS DA CONTRATANTE.

Pelo presente instrumento administrativo, de um lado, a **ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARÁ**, pessoa jurídica de direito público interno, estabelecida na Cidade de Belém, Estado do Pará, sito à Rua do Aveiro nº 130, Bairro: Cidade Velha, CEP: 66.020-070, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 05.018.544/0001-02, neste ato representada por seu Presidente, **Excelentíssimo Senhor Deputado DANIEL BARBOSA SANTOS**, brasileiro, casado, residente e domiciliado nesta cidade, portador da Cédula de Identidade nº 4709040 – PC/PA e CPF/MF nº 920.464.362-53, doravante denominada **CONTRATANTE**, de outro lado, a empresa **LIMP CAR LOCAÇÃO E SERVIÇOS LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, com sede na Cidade de Belém, Estado do Pará, no Conjunto Euclides Figueiredo, Rua F, nº 2, Bairro Marambaia, CEP: 66.620-770, devidamente inscrita no CNPJ/MF sob o nº 01.232.642/0001-89, neste ato representada pelo **Senhor HARLEY DA SILVA ROCHA**, brasileiro, empresário, portador da carteira de identidade nº 2169353/2ª Via/SSP/PA, inscrito no CPF/MF nº 392.276.502-53, residente e domiciliado à Rua Presidente Gaspar Dutra nº 117, Bairro Tapanã, Belém-PA, doravante denominada **CONTRATADA**, resolvem celebrar o **5º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 021/2015**, regido pela Lei Federal nº 8.666/93 e alterações posteriores, mediante as cláusulas e condições abaixo:

JUSTIFICATIVA

CONSIDERANDO que o Departamento Administrativo da Assembleia Legislativa do Estado do Pará, em 29 de outubro de 2020, apresentou os seguintes argumentos como justificativa para a excepcionalidade da prorrogação da vigência do **CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 021/2015**, na forma do art. 57, § 4º, da Lei Federal nº 8.666/93:

“Senhor Presidente,

Cuida-se de prorrogação excepcional do Contrato Administrativo nº 021/2015, cujo objeto é a ‘CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA, CONSERVAÇÃO E HIGIENIZAÇÃO, DE TODOS OS PRÉDIOS E ANEXOS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARÁ’.

Em 12 de novembro de 2020 este contrato alcançará o prazo máximo de vigência previsto no art. 57, II, da Lei Federal 8.666/93, ou seja, 60 meses.

No dia 16 de outubro de 2020, foi publicado nos jornais de grande circulação e Diário Oficial do Estado do Pará, o Aviso de Licitação, para abertura de procedimento licitatório na modalidade Pregão Presencial de

DANIEL BARBOSA SANTOS:9 20464362 53
Assinado de forma digital por DANIEL BARBOSA SANTOS:92046436253
Dados: 2020.11.12 06:47:11 -03'00'



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARÁ

Comissão Permanente de Licitação - CPL

nº 003/2020, cujo objeto é a 'CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA, CONSERVAÇÃO E HIGIENIZAÇÃO, COPEIRAGEM, ARTÍFICES E CARREGADORES PARA ATENDER A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARÁ – ALEPA, INCLUINDO O FORNECIMENTO DE RECURSOS HUMANOS, UNIFORMES, MATERIAIS E EQUIPAMENTOS NECESSÁRIOS E ADEQUADOS À EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS'.

No entanto, dada a interposição de Impugnação ao Edital do Pregão Presencial nº 003/2020, que foi acatada parcialmente, foi suspensa a realização do certame, após decisão do Pregoeiro, com remarcação para o dia 11/11/2020.

O art. 57, § 4º da Lei Federal nº 8.666/93 permite que "em caráter excepcional, devidamente justificado e mediante autorização da autoridade superior, o prazo de que trata o inciso II do caput deste artigo poderá ser prorrogado em até 12 (doze) meses".

Ressalta-se que a continuidade dos serviços de limpeza, conservação e higienização é essencial ao desempenho das atividades legislativas como um todo.

De outro passo, destaque-se que a prorrogação excepcional, nesse caso concreto, além de ser imprescindível à continuidade na prestação dos referidos serviços, não acarretará qualquer prejuízo financeiro à administração, ao contrário será vantajoso, uma vez que será mantido o valor mensal, atual, do contrato, que é de R\$ 229.649,60, em detrimento do valor estimado para o próximo contrato, que é de R\$ 269.105,33, conforme consta no Edital do Pregão Presencial nº 003/2020, resultante da média de mercado apurada na cotação de preços objeto da Solicitação Imediata de Preços – SIP nº 031/2020, de 23/09/2020, acostada aos autos do Processo Administrativo nº 004356/2020 pela Divisão de Apoio Administrativo desta Casa.

Ante ao exposto, solicitamos a AUTORIZAÇÃO de Vossa Excelência para que sejam adotados os procedimentos administrativos cabíveis a fim de se fazer a prorrogação excepcional do Contrato Administrativo nº 021/2015, com fulcro no art. 57, § 4º da Lei Federal nº 8.666/93, podendo ser rescindido a qualquer tempo com a conclusão do procedimento licitatório em curso."

CONSIDERANDO que para justificar a prorrogação excepcional, além da indicação de preços e condições mais vantajosas para a Administração, faz-se necessário demonstrar o evento excepcional e imprevisível, estranho à vontade das partes, que resultou na ausência de celebração tempestiva do novo contrato administrativo, bem como o prejuízo que a eventual solução de continuidade do serviço causará ao interesse público primário.

CONSIDERANDO o entendimento do Tribunal de Contas da União:

A prorrogação contratual por até mais doze meses aplicável a serviços contínuos, além do limite de sessenta meses previsto, somente é pertinente em situações excepcionais ou imprevistas, diante de fato estranho à vontade das partes, não sendo cabível sua adoção justificável apenas pela vantajosidade de preços à Administração. (TCU; Acórdão 1159/2008-Plenário; relator Marcos Vinícios Vilaça; sessão de 18.06.2008)

DANIEL BARBOSA SANTOS: 92253
046436253
Assinado de forma digital por DANIEL BARBOSA SANTOS:92046436
Dados: 2020.11.12 06:47:48 -03'00'



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARÁ

Comissão Permanente de Licitação - CPL



TC/0082831/2021 - Pág 213

CONSIDERANDO que a interposição do Recurso ao Pregão Presencial nº 003/2020, que foi acatada parcialmente, suspendeu a realização do certame na data marcada *a priori* e adiou para o dia 11 de novembro de 2020;

CONSIDERANDO que no decorrer do processo licitatório há a possibilidade de ocorrer novas eventualidades que venham a atrasar o andamento do certame e que a prestação de serviço de limpeza é de caráter essencial para o bom desempenho das atividades desta Casa de Leis, logo, não pode sofrer solução de continuidade;

CONSIDERANDO que diante da justificativa do Departamento Administrativo, evidencia-se que a prorrogação excepcional, **na forma do art. 57, § 4º, da Lei Federal nº 8.666/93**, é perfeitamente viável, uma vez que não resulta de falta de planejamento, de desídia ou de má gestão da Administração;

CONSIDERANDO que foram acostados aos autos o "TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA ADITIVO EXCEPCIONAL AO CONTRATO", datado de 03 de novembro de 2020, pelo qual o Excelentíssimo Senhor Presidente, Deputado Daniel Barbosa Santos, autoriza a celebração do aditamento excepcional do Contrato Administrativo nº 021/2015, firmado entre este Poder e a empresa Limp Car Locação e Serviços LTDA;

CONSIDERANDO que estão observados os princípios da eficiência, da economicidade e da vantajosidade à celebração do presente Termo Aditivo.

A **CONTRATANTE** e a **CONTRATADA**, cumprindo todas as formalidades legais, resolvem firmar o **5º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 021/2015**, nos seguintes termos:

CLÁUSULA 1ª - DA FUNDAMENTAÇÃO JURÍDICA

O presente Termo Aditivo tem como fundamento jurídico o § 4º do art. 57, da Lei Federal nº 8.666/93, que assim estabelece: "em caráter excepcional, devidamente justificado e mediante autorização da autoridade superior, o prazo de que trata o inciso II deste artigo poderá ser prorrogado em até 12 (doze) meses".

CLÁUSULA 2ª - DO OBJETO

Constitui objeto do presente Termo Aditivo, a prorrogação excepcional da prestação de serviços de alimentação firmada no Contrato Administrativo nº 021/2015, por no máximo 12 (doze) meses, nos termos da fundamentação jurídica constante da Cláusula 1ª deste Instrumento de Aditamento.

CLÁUSULA 3ª - DA VIGÊNCIA

A prorrogação excepcional de que trata a Cláusula 2ª deste Termo Aditivo, terá a duração de 12 (doze) meses, com vigência no período compreendido entre **13 de novembro de 2020 a 12 de novembro de 2021**.

3.1. **O presente instrumento de aditamento poderá ser rescindido a qualquer tempo, com a conclusão do procedimento licitatório em curso**, contemplando idêntico objeto, mediante comunicação prévia da Contratante à Contratada, salvo se apropriada Contratada se sagrar vencedora do certame, caso em que a rescisão poderá ser feita sem a comunicação prévia.

CLÁUSULA 4ª - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

DANIEL | Assinado de forma
BARBOSA | digital por DANIEL
BARBOSA
SANTOS:920464362
SANTOS:9233
046436253 | Dados: 2020.11.12
06:48:07 -03'00'



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARÁ

Comissão Permanente de Licitação - CPL



Para atender as despesas decorrentes do presente ajuste, a Assembleia Legislativa do Estado do Pará valer-se-á de recursos orçamentários ainda não comprometidos com outras despesas, respeitados os respectivos elementos de despesas e programas de trabalho, considerando-se a seguinte classificação orçamentária, exercício de 2020:

- 01.101 - Assembleia Legislativa do Estado do Pará.
- 01.122.1496.8552 - Operacionalização das Ações Administrativas.
- 3000.00 - Despesas Correntes.
- 3300.00 - Outras despesas Correntes.
- 3390.00 - Aplicação Direta.
- 3390.37 - Locação de mão-de-obra

CLÁUSULA 5ª – DA RATIFICAÇÃO DAS DEMAIS CLÁUSULAS CONTRATUAIS

A **CONTRATANTE** e a **CONTRATADA** ajustam, entre si, que as demais cláusulas e condições firmadas no Contrato Administrativo nº 021/2015, não aditadas pelo presente Instrumento, permanecem em plena vigência.

CLÁUSULA 6ª - DO FORO

As partes elegem o Foro da Comarca de Belém, Capital do Estado do Pará, para dirimir quaisquer dúvidas, pretensões ou direitos decorrentes do presente Termo Aditivo.

E por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente Termo Aditivo em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Belém-Pa, 12 de novembro de 2020.

DANIEL

BARBOSA

SANTOS:92

046436253

Assinado de forma digital por DANIEL

BARBOSA

SANTOS:9204643625

3

Dados: 2020.11.12

06:48:25 -03'00'

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARÁ

Deputado DANIEL BARBOSA SANTOS

CONTRATANTE


LIMP CAR LOCAÇÃO E SERVIÇOS LTDA

HARLEY DA SILVA ROCHA

CONTRATADA

12 meses



ESTADO DO PARÁ
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARÁ
PROCURADORIA - GERAL



TC/008283/2021 - Pág. 2/15

PARECER JURÍDICO
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 5031/2020

Da: Procuradoria Jurídica da Assembleia Legislativa do Estado do Pará
À: Comissão Permanente de Licitação

Assunto: Análise jurídica quanto a possibilidade de prorrogação excepcional de prazo ao contrato nº 021/2015.

EMENTA: DIREITO ADMINISTRATIVO. PRORROGAÇÃO DE PRAZO EM CARÁTER EXEPCIONAL AO CONTRATO Nº 021/2015. EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA, CONSERVAÇÃO E HIGIENIZAÇÃO DE TODOS OS PRÉDIOS E ANEXOS DA ALEPA. MINUTA DO 5º TERMO ADITIVO. PARECER FAVORÁVEL A LEGALIDADE DA MINUTA DO INSTRUMENTO.

1. RELATÓRIO

Chega a esta Procuradoria, para análise jurídica, a minuta do 5º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº. 021/2015, visando à renovação da contratação, em caráter excepcional, por, no máximo, 12 (doze) meses da empresa **LIMP CAR LOCAÇÃO E SERVIÇOS LTDA**, cujo objeto é a Prestação de Serviços de Limpeza, Conservação e Higienização de todos os prédios e anexos da ALEPA.

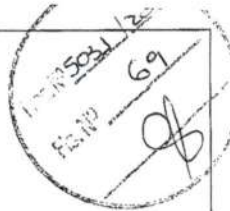
Na justificativa apresentada, o Departamento Administrativo, às fls. 01 e 02, informa que em 12/11/2020 a vigência do contrato em análise atingirá o prazo máximo de 60 (sessenta) meses, não admitindo nova prorrogação. Que em 16/10/2020, foi iniciada a fase externa do certame para aquisição do objeto, porém, o Edital do Pregão Presencial 003/2020 foi impugnado, tendo sido as razões da impugnação acatadas parcialmente. Em virtude disso, o Pregoeiro decidiu suspender o certame e remarcou nova data para 11/11/2020, gerando atraso em sua conclusão e consequente contratação.

Ademais, o Departamento Administrativo aduz que **“a continuidade dos serviços de limpeza, conservação e higienização é essencial ao desempenho das atividades legislativas como um todo”**, pelo que pugna pela prorrogação contratual, em caráter emergencial, visto que a manutenção não acarretará prejuízos financeiros, uma vez que o valor mensal do contrato será mantido.

Constam dos autos a solicitação de prorrogação de prazo oriunda do Departamento Administrativo com a justificativa para manutenção do contrato em caráter excepcional, cópia do contrato administrativo nº 021/2015 e seus respectivos



ESTADO DO PARÁ
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARÁ
PROCURADORIA - GERAL



termos aditivos, cópia do aviso de licitação do certame em tramitação para contratação do objeto, cópia da impugnação do edital do Pregão Presencial nº 03/2020, cópia da resposta à impugnação do Edital, cópia da publicação do comunicado de suspensão do Pregão, cópia do termo autorização para aditivo excepcional ao contrato, dotação orçamentária, manifestação da empresa pela manutenção excepcional do contrato, situação cadastral, Certidões de regularidade do FGTS, fiscais (municipal e estadual), certidão positiva com efeito de negativa de débitos relativos aos tributos federais, minuta do 5º termo aditivo e manifestação da Comissão de Controle Interno.

Distribuído os autos regularmente a esta Procuradoria, cabe-nos a manifestação quanto a as formalidades e legalidade do referido Instrumento.

Em síntese, é o relatório.

2. ANÁLISE JURÍDICA

Ressalta-se inicialmente que o presente é parecer jurídico meramente opinativo, com o fito de orientar as autoridades competentes na resolução de questões postas em análise de acordo com a documentação apresentada, não sendo, portanto, vinculativo à decisão da autoridade competente que poderá optar pelo acolhimento das presentes razões ou não.

Pela análise dos documentos presentes nos autos, tem-se que o contrato em análise está com seu prazo de vigência em vias de findar, tendo alcançado o prazo máximo de prorrogações. Diante disso, surge a necessidade de consulta quanto à possibilidade ou não de se prorrogar o prazo de vigência em caráter excepcional, ante a ocorrência de situação excepcional que impossibilitou a realização tempestiva do certame para contratação dos serviços.

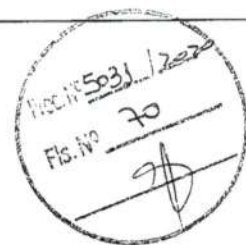
A Lei nº 8.666/93 admite a prorrogação do prazo dos contratos administrativos, excepcionalmente, nas hipóteses elencadas no art. 57. Entre elas, tem-se a possibilidade de prorrogação do prazo de conclusão e entrega de determinado objeto contratado. Para a dilação do prazo desses contratos, faz-se necessária, antes de tudo, a presença dos requisitos legais previstos no art. 57, II, *in verbis*:

Art. 57. A duração dos contratos regidos por esta Lei ficará adstrita à vigência dos respectivos créditos orçamentários, exceto quanto aos relativos: (...)

II - à prestação de serviços a serem executados de forma contínua, que poderão ter a sua duração prorrogada por iguais e sucessivos períodos com vistas à obtenção, de preços e condições mais vantajosas para a administração, limitada a sessenta meses;



ESTADO DO PARÁ
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARÁ
PROCURADORIA - GERAL



§ 2º. *Toda prorrogação de prazo deverá ser justificada por escrito e previamente autorizada pela autoridade competente para celebrar o contrato. (...).*

Portanto, verifica-se que lei permite a prorrogação de prazos em contratos administrativos na hipótese de prestação de serviços executados de forma contínua, até o limite de 60 (sessenta) meses. A partir desse período, a administração deverá promover novo procedimento licitatório para nova contratação.

Pelas informações trazidas pelo Departamento Administrativo, observa-se que o contrato se encontra com o prazo de vigência em vias de findar, não admitindo novas prorrogações, uma vez que atingirá o período máximo previsto no inciso II do artigo 57 da Lei nº 8.666/93. Contudo, em razão da situação excepcional, qual seja a impugnação e, conseqüentemente, a suspensão do certame para contratação do objeto, não foi possível a finalização tempestiva do certame, pelo que pugna pela prorrogação excepcional do contrato nº 021/2015, até a conclusão do certame, para que a prestação dos serviços não sofra solução de continuidade.

Acerca da possibilidade de prorrogação excepcional, a Lei de Licitações e Contratos, no art. 57, no parágrafo 4º, permite, excepcionalmente, a continuidade contratual em até 12 (doze) meses além do prazo-limite de 60 (sessenta) meses, desde que formalizada por ato motivado, firmado pela autoridade superior. Vejamos:

*"Art. 57.
(...)*

§ 4º Em caráter excepcional, devidamente justificado e mediante autorização da autoridade superior, o prazo de que trata o inciso II do caput deste artigo poderá ser prorrogado por até doze meses. (Incluído pela Lei nº 9.648, de 1998) "

(Destacamos)

Verifica-se, portanto, que a pretendida prorrogação deve observar os requisitos exigidos na prorrogação ordinária, acrescidos de mais 03 (três) pressupostos. Em síntese, a prorrogação excepcional do parágrafo 4º exige o preenchimento dos seguintes requisitos: a) contrato em vigor; b) serviços executados de forma contínua; c) demonstração de que os preços contratados permanecem vantajosos para a Administração; d) prorrogação por períodos sucessivos; e) existência de interesse da Contratante e da empresa contratada; f) comprovação de que o contratado mantém as condições iniciais de habilitação; g) disponibilidade orçamentária para fazer frente às despesas decorrentes da prorrogação; h) justificativa e motivo, por escrito, em processo administrativo; i) demonstração de situação excepcional; j) autorização da autoridade superior àquela competente para celebrar o contrato.

No caso em tela, denota-se o atendimento dos requisitos exigidos, pois consta dos autos o pedido justificado, a demonstração da situação excepcional



ESTADO DO PARÁ
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARÁ
PROCURADORIA - GERAL



ocasionada pela impugnação do edital de licitação e sua suspensão – o que impossibilitou a conclusão do certame em tempo hábil, contrato em vigência, dotação orçamentária, há também a informação do valor estimado para o novo contrato, que superior ao atualmente vigente – que demonstra que os preços do contrato permanecem vantajosos para a Administração, entre outros, que nos leva a crê no pleno atendimento dos elementos exigidos por lei.

Denota-se ainda, o interesse da contratante e da contratada na prorrogação do prazo para fins de continuidade da prestação do serviço como medida mais vantajosa economicamente à Administração. Assim, infere-se que pelas razões apresentadas que é viável e justificada a prorrogação excepcional da vigência do contrato supracitado, por meio do 5º termo aditivo, pelo prazo máximo de até 12 (doze) meses ou até a conclusão do certame, que tramita sob o nº 4957/2020, para a contratação de empresa para prestação dos serviços.

Outrossim, cumpre asseverar que o setor competente da Administração Pública, sobretudo antes de se efetuar qualquer ato relativo a novo procedimento para continuidade do pagamento da contratada, deve observar se a mesma ainda mantém as condições que a tornaram habilitada e qualificada na ocasião da contratação, pela exigência de nova apresentação de certidões de regularidade fiscal, trabalhista e outras constantes do edital, devidamente atualizadas, com base no disposto no art. 55, inciso XIII da Lei nº 8.666/93, que diz o seguinte:

Art. 55. São cláusulas necessárias em todo contrato as que estabeleçam:

*XIII - a obrigação do contratado de manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.
(Destacamos)*

E assim está disposto na Cláusula Décima - Quarta, item 14.1, do Contrato Administrativo nº 021/2015:

CLÁUSULA DÉCIMA - QUARTA – DO PAGAMENTO
(...)

14.1. Os pagamentos somente serão efetuados após a comprovação, pelo prestador de serviços, de que encontra-se regular com suas obrigações, mediante apresentação das Certidões Negativas de Débito com o INSS, com o FGTS, Justiça do Trabalho (CNDT) e comprovante de regularidade fiscal para com as Fazendas Públicas Federal, Estadual e Municipal.

Uma vez observadas tais orientações, não subsistem impedimentos a prorrogação do contrato em análise, sendo plenamente possível a sua formalização pelos fundamentos jurídicos apresentados.



ESTADO DO PARÁ
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARÁ
PROCURADORIA - GERAL

Proc. nº 5031 / 2020
Fls. nº 72
of

3. CONCLUSÃO

PELO EXPOSTO, em análise à documentação acostada aos autos, infere-se que o processo se encontra devidamente instruído e fundamentado, pelo que **OPINO** pelo deferimento da prorrogação, em caráter excepcional, de prazo ao contrato nº 021/2015, pelo prazo máximo de 12 (doze) meses ou até a conclusão do processo administrativo nº 4356/2020, não havendo óbice a formalização do seu 5º termo aditivo, uma vez que o mesmo se encontra em conformidade ao art. Art. 57, § 4º, da Lei N° 8666/93.

É o parecer, SMJ.
Belém (PA), 11 de novembro de 2020.

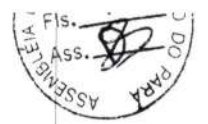

Melina Silva Gomes Brasil de Castro

Procuradora-Geral da Assembleia Legislativa do Estado do Pará



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARÁ

Comissão Permanente de Licitação – CPL



CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 036/2019.
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 012/2019.
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 014/2019.
Processo Administrativo nº 004269/2019.

DISPÕE SOBRE A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA, INCLUINDO INSTALAÇÃO E MANUTENÇÃO, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DESTA PODER LEGISLATIVO ESTADUAL, QUE ENTRE SI CELEBRAM A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARÁ E A EMPRESA **LOCKDESK LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTOS E SOLUÇÕES EM INFORMÁTICA LTDA**, CONSOANTE AS CLÁUSULAS E CONDIÇÕES SEGUINTE:

Pelo presente instrumento, de um lado a **Assembleia Legislativa do Estado do Pará**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Rua do Aveiro nº 130, Bairro Cidade Velha, inscrita no CNPJ sob o nº 05.018.544/0001-02 neste ato representada por seu Presidente, **Excelentíssimo Senhor Deputado Daniel Barbosa Santos**, brasileiro, casado, residente e domiciliado nesta cidade, portador da Carteira de Identidade nº 4709040 – PC/PA. e CPF/MF nº 920.464.362-53, doravante denominada **CONTRATANTE**, e de outro lado, a empresa **LOCKDESK LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTOS E SOLUÇÕES EM INFORMÁTICA LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob nº 17.811.328/0001-90, com sede à Travessa WE 20, nº 302, Cidade Nova II, CEP 67.130-480, Ananindeua/PA, telefone (91) 3353-3442, E-mail contato@locdesk.com.br, neste ato representada pelo Senhor **Alexandre Oliveira Santana**, portador do RG nº 3004359 SSP/DF e do CPF nº 008.969.974-21, residente e domiciliado na BR 316 Km 18, Condomínio Jardins Coimbra, Quadra 23, Casa 23, Bairro Reserva Jardins, CEP 67.200-900, Marituba/PA, doravante denominada **CONTRATADA**, de acordo com o **Pregão Eletrônico nº 014/2019**, resolvem celebrar o presente Contrato Administrativo, referente ao Processo Administrativo nº 004269/2019, e se regerá pela Lei Federal nº 8.666/93, suas alterações, o qual as partes reciprocamente outorgam, aceitam e se obrigam a cumprir, mediante as cláusulas e condições a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO AMPARO LEGAL

A lavratura do presente Contrato decorre da Ata de Registro de Preços nº 012/2019, consubstanciado no Pregão Eletrônico nº 014/2019, com fundamento na Lei Federal nº 10.520, de 17/07/2002 aplicando subsidiariamente no que couber a Lei Federal nº 8.666/93 e alterações posteriores.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO

O presente Contrato tem por objeto a “**CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA, INCLUINDO INSTALAÇÃO E MANUTENÇÃO, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DESTA PODER LEGISLATIVO ESTADUAL**”, de acordo com as especificações constantes neste Contrato, bem como, no Termo de Referência (Anexo I) do Pregão Eletrônico nº 014/2019, especialmente no que se refere aos **LOTES I, II e III**.





ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARÁ

Comissão Permanente de Licitação – CPL



CLÁUSULA TERCEIRA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Os recursos financeiros para atender às despesas decorrentes deste Contrato estão previstos na dotação orçamentária, para o exercício de 2019, sob a seguinte classificação funcional programática:

- 01.101 – Assembleia Legislativa do Estado do Pará
- 01.122.1453.8552 – Operacionalização das Ações Administrativas.
 - 3000-00 – Despesas Correntes
 - 3300-00 – Outras Despesas Correntes
 - 3390-00 – Aplicação Direta
 - 3390-39 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica

CLÁUSULA QUARTA – DO VALOR

Com base na proposta que foi declarada vencedora, atendendo as especificações da cláusula segunda do presente instrumento contratual, bem como, as determinações do Pregão Eletrônico nº 014/2019, fica a Contratante obrigada a pagar à Contratada o valor total de **R\$ 2.255.218,20 (dois milhões, duzentos e cinquenta e cinco mil, duzentos e dezoito reais e vinte centavos)**, referentes aos **LOTES I, II e III**, conforme as especificações abaixo descritas:

LOTE I

Item	Qtde	Marca Modelo	Tipo	Especificações	Valor Unitário (R\$)	Valor Mensal (R\$)	Valor Total (R\$)
01	450	Computador Brazil PC Home/Office	Computadores	COMPUTADOR Processador: Equivalente (ou superior) a core i7 com 3.4GHz de frequência, 4 núcleos, 4 threads, 6MB Cache, 64 bits; - Sistema operacional: Windows 7 Professional (Português) ou superior, utilizado como padrão neste Poder; (O sistema operacional deve ser original, sendo obrigatória a apresentação do certificado de autenticidade do sistema operacional Windows. Não será aceito Sistema operacional para uso doméstico) - Aplicativos: Microsoft Office 365 Business; - Anti-vírus (original) com AntiSpyware, Webadvisor e Scanner de Vulnerabilidade; - Memória RAM de no mínimo 8GB SDRAM DDR3 1600MHz - Disco Rígido de no mínimo 1 TB, SATA (7200RMPM); - Gravador CD/DVD; - Conexões (no mínimo): HDMI, RJ-45 (Base 10/100/1000), Áudio, Serial DB9, RGB, 8 portas USB, microfone e fone de ouvido; - Mouse USB óptico; - Teclado Padrão ABNT2 - Monitor de no mínimo 18,5" tipo LED, cor preta;	201,00	90.450,00	1.085.400,00
02	60	ALL IN ONE		COMPUTADOR ALL IN ONE	202,08	12.124,80	145.497,60



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARÁ

Comissão Permanente de Licitação – CPL



TC/008283/2021 - Pág. 222

	BRAZIL PC 21,5"	Computador All In One	<ul style="list-style-type: none">- Processador: Equivalente (ou superior) a Core i3 com 3.4 GHz de frequência;- Sistema operacional: Windows 7 Professional (Português) ou superior, utilizado como padrão neste Poder;(O sistema operacional deve ser original, sendo obrigatória a apresentação do certificado de autenticidade do sistema operacional Windows. Não será aceito Sistema operacional para uso doméstico)- Aplicativos: Microsoft Office 365 Business;- Anti-vírus (original) com AntiSpyware, Webadvisor e Scanner de Vulnerabilidade;- Memória RAM de no mínimo 4GB;- Disco Rígido de 500 GB, SATA;- Gravador de CD/DVD;- Alto-falantes integrados- Conexão (no mínimo): RJ-45 (Base 10/100/1000), Áudio, Serial, DB9, RGB, 6 portas USB;- Mouse USB óptico;- Teclado Padrão ABNT2;- Monitor de no mínimo 21,5" Tipo LED;			
VALOR MENSAL (R\$)						102.574,80
VALOR TOTAL (R\$)						1.230.897,60

LOTE II

Item	Qdte.	Marca Modelo	Tipo	Especificações	Valor Unitário (R\$)	Valor Mensal (R\$)	Valor Total (R\$)
01	180	Kyocera ECOSYS FS-1125MFP	Impressoras Multifuncionais	<p>IMPRESSORAS MULTIFUNCIONAIS Tipo: Laser P&B;</p> <ul style="list-style-type: none">- Funções: impressão, scanner e cópia;- Velocidade de impressão: mínimo de 25 ppm (A4);- Velocidade de impressão: mínimo de 26 ppm (Carta);- Conectividade: USB 2.0; Ethernet 10/100;- Resolução do scanner: mínima de 1200dpi;- Resolução da impressão: mínimo de 600dpi;- Tempo de saída da primeira impressão / cópia 7,5 segundos ou menos / 11 segundos ou menos;- Capacidade de papel: 250 folhas + 1 folha (MFT)- Peso Suportado do Papel: (60 à 220 g/m²)- Impressoras Multifuncionais em Preto e Branco - Cópia,	360,00	64.800,00	777.600,00

3

Rua do Aveiro nº 130 (Praça Dom Pedro II), Bairro: Cidade Velha, Belém-PA. – Cep: 66.020-070
Telefone: (91) 3213-4200 / CPL: (91) 3182-8423 / 3213.4261



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARÁ

Comissão Permanente de Licitação – CPL



TC/0082831/2021 - Pág. 223

				impressão e digitalização em cores padrão, e fax; - Ciclo máximo de trabalho mensal 20.000 páginas; - 01 (hum) Tonner mensal para cada impressora;			
02	02	LEXMARK MC2535adw e	Impressoras Multifuncionais Colorida	IMPRESSORAS MULTIFUNCIONAIS COLORIDAS Tipo: Laser a cores; - Funções: impressão colorida; - Velocidade de impressão: P/B-Mono: 33 ppm1 (A4); - Velocidade de impressão: Cores: 33 ppm1 (A4); - Resolução de impressão: Mono: 1.200 x 1.200 ppp, Qualidade da cor de 4800 ppp (2400 x 600 ppp); - Resolução de impressão: Cores: Qualidade da cor de 4.800 ppp (2.400 x 600 ppp), 1.200 x 1.200 ppp; - Impressão em Duplex: Frente e verso & Duplex integrado; - Visor: Ecrã LCD 2,4 polegadas (6 cm); - Tamanhos de papel suportados: A6, Ofício, Envelope 7 3/4, Envelope 9, JIS-B5, A4, Legal, A5, Cartão Hagaki, Letter, Envelope B5, Statement, Envelope C5, Executivo, Universal, Envelope DL, Folio, Envelope 10; - Manuseamento de papel incluído: Duplex integrado, Alimentação manual de uma folha, Tabuleiro de saída para 125 folhas, Entrada para 250 folhas; - Conectividade primária: Gigabit Ethernet (10/100/1000), Porta USB 2.0 frontal com certificação de alta velocidade (Tipo A), USB 2.0 alta velocidade certificada (Tipo B); - Tipos de papel suportados: Etiquetas de vinyl, Etiquetas de papel, Cartolina, Papel normal, Envelopes, Consulte o guia de papel e materiais especiais; - Peso Suportado do Papel: 90,3 à 105 gsm (Alimentador Principal) - 01 (hum) Kit tonner mensal para cada impressora;	1.200,00	2.400,00	28.800,00
03	02	EPSON L6191	Impressoras Multifuncionais Colorida Jato de Tinta com Tanque	IMPRESSORA MULTIFUNCIONAL JATO DE TINTA COM TANQUE - Tecnologia de impressão Jato de tinta - Resolução Até 4800 x 1200 dpi de resolução otimizada em vários tipos de papel	887,50	1.775,00	21.300,00



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARÁ

Comissão Permanente de Licitação – CPL



TC/0082831/2021 - Pág. 224

				<ul style="list-style-type: none">- Velocidade de impressão Máxima: preto 33 ppm e em cores 20 ppm- Velocidade de impressão Normal: preto 15 ISO ppm e em cores 8 ISO ppm- Velocidade de impressão Automático Frente e Verso: preto 6.5 ISO ppm e em cores 4.5 ISO ppm- Velocidade das cópias: 11 ISO cpm (em preto), 5.5 ISO cpm (em cores)- Modos de cópia: Colorida, preto/branco, padrão/melhorada- Quantidade: 1-99 cópias (sem PC)- Tipo de scanner: Base plana com sensor de linhas CIS colorido- Área de digitalização Máxima: 21,6 x 29,7 cm (8,5" x 11,7")- Resolução: 1200 dpi- Funções de digitalização: Digitalização para PC, digitalização para a nuvem- Conectividade padrão: USB de alta velocidade, Wireless 802.11 b/g/n5, Wi-Fi Direct, Ethernet (10/100 Mbps)- Suporte de papel sem PC: Normal (meia carta/14 cm x 21,6 cm, A4 / 21 cm x 29,7 cm, carta / 21,6 cm x 27,9 cm, executivo / 18,4 cm x 26,6 cm, ofício / 21,6 cm x 35,6 cm); fotográcio (10 cm x 15 cm, 13 cm x 18 cm, 20 cm x 25 cm, A4, carta;- 01 (hum) Kit mensal de tinta para cada impressora;			
				VALOR MENSAL (R\$)	68.975,00		
				VALOR TOTAL (R\$)	827.700,00		

LOTE III

Item	Qtde	Marca Modelo	Produto	Especificações	Valor Unitário (R\$)	Valor Mensal (R\$)	Valor Total (R\$)
01	55	Acer Aspire 3 A315 53-55DD	Computador Notebook	NOTEBOOK Processador: Equivalente (ou superior) a core i5 com 2.5GHz de frequência, 4 núcleos, 4 threads, 3MB Cache, 64 bits; - Sistema operacional: Windows 7 Professional (Português) ou superior, utilizado como padrão neste Poder; (O sistema operacional deve ser original, sendo obrigatória a apresentação do certificado de autenticidade do sistema operacional Windows. Não será aceito Sistema	297,91	16.385,05	196.620,60



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARÁ

Comissão Permanente de Licitação – CPL



TC/008283/2021 - Pág. 225

				operacional para uso doméstico) - Aplicativos: Microsoft Office 365 Business; - Anti-vírus (original) com AntiSpyware, Webadvisor e Scanner de Vulnerabilidade; - Memória RAM de no mínimo 8GB SDRAM DDR3 1600MHz - Disco Rígido de no mínimo 1 TB, SATA (5400RMPM) SATA III 6 Gb/s; - Leitor de Cartão SD; - Conexões (no mínimo): HDMI, RJ-45 (Base 10/100/1000), Wireless 802.11ac 2.4 GHz e 5 GHz Certificado ANATEL, Bluetooth, Áudio, 3 portas USB, 01 microfone e fone de ouvido; - Webcam Acer com resolução de 0,3 MP com suporte a gravações de vídeo; - Alimentação elétrica fonte carregadora bivolt original com o notebook; - Teclado Padrão ABNT2 - Monitor de no mínimo 15.6" tipo LED, cor preta;		
				VALOR MENSAL (R\$)	16.385,05	
				VALOR TOTAL (R\$)	196.620,60	

CLÁUSULA QUINTA – DAS CONDIÇÕES DE ENTREGA

5.1. Todos os equipamentos deverão ser novos, e em primeira locação, incluindo sistemas operacionais e aplicativos originais possibilitando plena utilização, conforme descritos nas Especificações Técnicas Mínimas descritas neste Contrato;

5.2. A emissão do recebimento definitivo não eximirá o fornecedor de suas responsabilidades, nem invalidará ou comprometerá qualquer reclamação que esta Casa venha a fazer, baseada na existência de produto inadequado ou defeituoso, no prazo de garantia;

5.3. Os equipamentos deverão ser entregues de forma a dar imediata e total condições de trabalho.

CLÁUSULA SEXTA – DO PRAZO E LOCAL DE ENTREGA E DAS INSTALAÇÕES

6.1. Os referidos equipamentos deverão ser entregues na totalidade em até 15 (quinze) dias, após a assinatura do Contrato;

6.2. A entrega dos equipamentos deverá ocorrer na Assembleia Legislativa do Estado do Pará, com sede na Rua do Aveiro nº 130, Bairro: Cidade Velha, Belém-PA, Cep 66.020-070, na Divisão de Apoio Administrativo - DAA, para conferência.

6.3. A Contratada deverá agendar a data e o horário previsto para a entrega dos equipamentos neste Poder Legislativo, no horário do expediente, com 48 (quarenta e oito) horas de antecedência, pelos telefones (91) 3213.4252 / 3213.4300 / 3213.4222 / 3182.8443, não sendo aceitos os produtos que estiverem em desacordo com as especificações constantes deste Contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA – DOS PRAZOS E CONDIÇÕES DE SUPORTE TÉCNICO PRESENCIAL

6



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARÁ

Comissão Permanente de Licitação – CPL



7.1. A Contratada deverá disponibilizar uma equipe permanente, de no mínimo 3 (três) funcionários, devidamente qualificados, para dar suporte técnico à Contratante.

7.1.1. A equipe técnica deverá permanecer nas dependências da ALEPA de segunda-feira à sexta-feira, nos horários de 08h00min às 16h00min, e caso necessário, durante finais de semana, conforme solicitação previa do Departamento Administrativo deste Poder

7.2. A Contratada deverá atender aos pedidos de manutenção dos equipamentos, solucionando o problema em até 04 (quatro) horas, a contar da solicitação da unidade requisitante, através de manutenção ou substituição do(s) equipamento(s) por outro idêntico em marca, modelo, performance e configuração;

7.3. Caso algum equipamento apresente reincidência de problemas, a empresa contratada deverá proceder a substituição no prazo de até 03 (três) dias úteis, a partir da data do registro da segunda ocorrência.

7.4. Fornecer e utilizar nos serviços de manutenção, somente peças originais e de primeiro uso.

CLÁUSULA OITAVA – DA GARANTIA DE EXECUÇÃO CONTRATUAL

8.1. Na assinatura do Contrato, a Contratada deverá apresentar garantia, em favor da ALEPA, correspondente a 5% (cinco por cento) do valor do Contrato, a fim de assegurar a sua execução e será prestada em qualquer das modalidades admitidas pelo §1º do artigo 56 da Lei Federal 8.666/93.

8.1.1. A garantia estipulada acima deve ser apresentada no momento de assinatura do Contrato. Excepcionalmente, mediante justificativa aceita pela ALEPA, a Licitante vencedora, poderá solicitar o prazo de 10 dias, contados da assinatura do termo, para a apresentação da garantia contratual.

8.2. A garantia será devolvida à CONTRATADA em até 30 (trinta) dias do término da vigência do Contrato, e após a quitação das multas contratuais eventualmente existentes, atualizada monetariamente nos termos da legislação vigente.

8.3. Se houver acréscimo ao valor do Contrato, a CONTRATADA se obriga a fazer a complementação da garantia na assinatura do respectivo Termo Aditivo, ou excepcionalmente, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados da data de assinatura do Termo Aditivo.

CLÁUSULA NONA – DO RECEBIMENTO DO OBJETO

9.1. O recebimento ocorrerá em duas etapas:

9.1.1. *Recebimento provisório*: os equipamentos locados serão recebidos provisoriamente no momento da entrega, para efeito de posterior verificação de suas conformidades com as especificações exigidas neste Contrato;

9.1.2. *Definitivamente*: no prazo de até 5 (cinco) dias corridos, contados a partir do recebimento provisório, após a verificação das características dos equipamentos locados que estando em conformidade com as especificações exigidas será recebido definitivamente.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA FISCALIZAÇÃO

10.1. Caberá a fiscalização do Contrato à Divisão de Apoio Administrativo – D.A.A. da Assembleia Legislativa do Estado. No impedimento e/ou afastamento legal do fiscal titular, suas funções serão desempenhadas pelo substituto que será designado na oportunidade;

10.2. Ao fiscal do Contrato caberá administrar a execução do fornecimento e atestar a respectiva Nota Fiscal para efeito de pagamento. As decisões e providências que



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARÁ

Comissão Permanente de Licitação – CPL



ultrapassarem a competência da fiscalização deverão ser solicitadas pelo Fiscal do Contrato, em tempo oportuno, à Diretoria competente para a adoção das medidas que julgar convenientes;

10.3. A ação de fiscalização não eximirá a Contratada de suas responsabilidades contratuais;

10.4. O servidor designado para acompanhar e fiscalizar anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com o fornecimento dos produtos contratados, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados;

10.5. Independente do acompanhamento e fiscalização exercida pela Contratante, a Contratada deverá exercer fiscalização permanente sobre o fornecimento por ela executado, objetivando:

- a) Manter elevado padrão de qualidade;
- b) Manter permanente contato com a fiscalização da Contratante para solução de eventuais problemas.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA VIGÊNCIA DO CONTRATO

O presente Contrato terá a vigência de 12 (doze) meses, a contar da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado pelo prazo de até 48 (quarenta e oito) meses, conforme o Art. 57, inciso IV da Lei Federal nº 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS ALTERAÇÕES DO CONTRATO

O presente Contrato poderá ser alterado nos casos previstos no art. 65 da Lei Federal nº 8.666/93 e alterações posteriores, desde que haja interesse da Administração da CONTRATANTE, com a apresentação das devidas justificativas;

12.1. A Contratada fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições licitadas, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor pactuado, conforme disposto no art. 65, parágrafos 1º e 2º, da Lei Federal nº 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO REAJUSTE

O valor do presente Contrato poderá ser reajustado após 12 (doze) meses, respeitado o art. 65, inciso II, alínea “d”, da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO PAGAMENTO

O pagamento será efetuado à Contratada pelo Departamento Financeiro da ALEPA, no prazo de até 30 (trinta) dias, sendo creditado no Banco: Banpará 037, Agência: 0053 e Conta Corrente: 469493-7, através de ordem bancária, mediante a apresentação da Fatura juntamente com a Nota Fiscal, emitida de acordo com a legislação fiscal vigente, e após a emissão do atestado de regularização do fornecimento pelo setor incumbido da fiscalização e acompanhamento da execução deste Contrato;

14.1. Os pagamentos somente serão efetuados após a comprovação, pela Contratada, de que encontra-se regular com suas obrigações, mediante apresentação das Certidões Negativas de Débito com o INSS, com o FGTS, Justiça do Trabalho (CNDT) e comprovante de regularidade fiscal para com as Fazendas Públicas Federal, Estadual e Municipal, se for o caso.

14.2 Ocorrendo erro no documento da cobrança, este será devolvido e o pagamento será suspenso para que a Contratada tome medidas necessárias, passando o prazo para o pagamento a ser contado a partir da data da reapresentação do mesmo;

14.3 Não efetuado o pagamento pela CONTRATANTE no prazo, e desde que não haja culpa da CONTRATADA, os valores correspondentes à fatura serão atualizados



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARÁ

Comissão Permanente de Licitação – CPL



financeiramente com base no critério abaixo especificado, em observância ao art. 40, XIV, "c" da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações:

$$EM = I \times N \times VP$$

Onde:

EM = Encargos Monetários

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e do efetivo pagamento

VP = Valor da parcela a ser paga

I = Índice de atualização financeira = 0,0001644, assim apurado:

$$I = \frac{TX}{365} \quad I = \frac{6}{365} \quad I = 0,0001644$$

TX=Percentual da taxa anual = 6%

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

15.1. Entregar os equipamentos de acordo com as especificações exigidas no Edital e em consonância com a proposta respectiva, responsabilizando-se por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento de qualquer cláusula estabelecida neste Contrato;

15.2. Entregar os equipamentos com as respectivas mídias e licenças de uso nos prazos estipulados neste Contrato, a contar do recebimento da Nota de Empenho e autorização de entrega;

15.3. Entregar os equipamentos nos locais indicados por este Poder Legislativo;

15.4. Comunicar antecipadamente a data e horário da entrega, não sendo aceitos os produtos que estiverem em desacordo com as especificações constantes deste Contrato;

15.5. Substituir, no prazo de 05 (cinco) dias úteis e sem ônus para esta Casa de Leis, os equipamentos devolvidos em razão de divergências entre o material entregue e as especificações contidas neste Contrato, sujeitando-se, ainda, às sanções cabíveis;

15.6. Fornecer juntamente com a entrega dos equipamentos toda a documentação fiscal e técnica, bem como o respectivo termo de garantia;

15.7. Deverão estar inclusas no preço, todas as despesas necessárias ao fornecimento dos equipamentos objeto da licitação, sem ônus para a Administração, tais como despesas com impostos, taxas, frete, encargos sociais, fiscais, previdenciários e comerciais, inclusive, demais encargos que incidam direta ou indiretamente no fornecimento do objeto da licitação;

15.8. Manter durante a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

15.9. Reparar, corrigir, remover, refazer ou substituir às suas expensas, no total ou em parte, os equipamentos em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da sua execução;

15.10. Providenciar a imediata correção das deficiências, falhas ou irregularidades constatadas pela Assembleia Legislativa, referentes à forma de fornecimento dos equipamentos e ao cumprimento das demais obrigações assumidas;

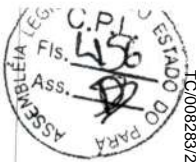
15.11. Efetuar manutenção corretiva, que tem por objetivo corrigir falhas detectadas em qualquer equipamento fornecido, de forma a garantir o perfeito funcionamento operacionalidade dos mesmos, realizando ajustes, reparos e correções necessárias com a substituição de peças defeituosas ou de todo o equipamento;

15.12. Proceder a configuração dos equipamentos, que por ventura forem reparados de modo que possibilite sua conexão à rede de dados deste Poder;



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARÁ

Comissão Permanente de Licitação – CPL



TC/008283/2021 - Pág. 229

15.13. Prover todos os meios necessários à garantia da plena operacionalidade do fornecimento, inclusive considerando os casos de greve ou paralisação de qualquer natureza;

15.14. Aceitar os acréscimos ou supressões de até 25% (vinte e cinco por cento) nos quantitativos contratados, sempre nas mesmas condições estipuladas neste Contrato;

15.15. Ressarcir os eventuais prejuízos causados a esta Assembleia Legislativa do Estado ou a terceiros, provocados por ineficiência ou irregularidades cometidas na execução das obrigações assumidas;

15.16. Guardar em relação aos dados, informações ou documentos de qualquer natureza, exibidos, manuseados, ou que por qualquer motivo venham a tomar conhecimento em razão dos seus serviços, o mais completo e absoluto sigilo, sob pena de responsabilidade civil e criminal por sua indevida divulgação, descuidada ou incorreta utilização;

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

16.1. Para garantir o cumprimento do presente Contrato, a Contratante obrigará-se-á:

16.1.1. Permitir livre acesso dos técnicos da empresa contratada aos locais onde estiverem instalados os equipamentos, observadas as normas de segurança pertinentes;

16.1.2. Preparar os locais para recebimento dos equipamentos;

16.1.3. Rejeitar os equipamentos que forem entregues fora das especificações constantes neste Contrato;

16.1.4. Efetuar mensalmente o pagamento das notas fiscais referentes ao fornecimento;

16.1.5. Utilizar os equipamentos de conformidade com as instruções técnicas fornecidas pela Contratada.

16.1.6. Comunicar a transferência/mudança do local de instalação dos equipamentos, por escrito.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DAS PENALIDADES

No caso da Contratada, com preços registrados, deixar de cumprir, total ou parcialmente, as obrigações assumidas neste Contrato, no certame licitatório ou usar de má fé, ficará sujeita as penalidades abaixo discriminadas, assegurado seu direito ao contraditório e a ampla defesa.

17.1. Advertência

Advertência pelo não cumprimento de obrigações assumidas, desde que não interfira na execução ou na sua conclusão e não traga prejuízos econômicos e funcionais a este Poder;

17.2. Multa

17.2.1. De 0,1% sobre o valor total da **Nota de Empenho** a cada reincidência do motivo determinante da aplicação da penalidade de advertência;

17.2.2. De 0,1% ao dia, sobre o valor total do **objeto adjudicado**, nos casos de atraso injustificado de até 05 dias nos casos de:

I. Retirada/aceite da Nota de Empenho.

17.2.3. Após o 15º dia de atraso do prazo previsto para entrega ou substituição do objeto contratado, sem justificativa aceita pela Administração, o objeto será considerado como inexecutado;

10



17.2.4. De 0,1% ao dia, sobre o valor total da **Nota de Empenho**, nos casos de atraso injustificado de até 05 dias nos casos de:

- I. Entrega do objeto contratado;
- II. Substituição do objeto contratado.

17.2.6. De 10% sobre o valor da obrigação pendente nos casos de:

- I. Entrega parcial do objeto contratado;
- II. Não substituição do objeto recusado ou com vícios, desde que configure inexecução parcial;
- III. Recusa injustificada em retirar/aceitar a Nota de Empenho, desde que configure inexecução parcial;
- IV. Outras hipóteses inexecução parcial.

17.2.7. De 15% sobre o valor total do **objeto adjudicado**, nos casos de:

- I. Recusa injustificada em retirar/aceitar a Nota de Empenho desde que configure inexecução total;
- II. Recusa injustificada em iniciar a entrega do objeto contratado;
- III. Não substituição de objeto recusado ou com vícios, desde que configure inexecução total;
- IV. Outras hipóteses de inexecução total do objeto contratado.

17.2.8. As multas são autônomas e a aplicação de uma não exclui a outra;

17.2.9. O valor da multa aplicada será descontado do crédito devido à Contratada no mês em que a fase, parcela ou etapa do fornecimento for efetivamente concluída, caso o valor da multa seja superior ao crédito ou não haja crédito devido à Contratada, a multa será cobrada administrativamente por este Poder, ou ainda judicialmente.

17.3. Suspensão

Pelo descumprimento, injustificado e/ou não aceito pela Administração, das obrigações assumidas neste Contrato e no procedimento licitatório, bem como, nos casos de inexecução total ou parcial do objeto contratado, aplicar-se-á Suspensão Temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com este Poder, pelo período de até 02 (dois) anos, na seguinte graduação:

- I. Por 06 (seis) meses, pelo descumprimento, injustificado e/ou não aceito pela Administração, das obrigações assumidas neste Contrato e no procedimento licitatório;
- II. 01 (um) ano, nos casos de inexecução parcial do objeto contratado;
- III. 02 (dois) anos, nos casos de inexecução total do objeto contratado.

17.4. Impedimento de Licitar

Ficará impedida de licitar e de contratar com a Administração Pública, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, garantido o direito prévio da citação e da ampla defesa, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, à Contratada que:

- I. Apresentar documentação falsa;
- II. Ensejar o retardamento da execução de seu objeto;
- III. Não mantiver a proposta;
- IV. Falhar ou fraudar na execução do objeto contratado;
- V. Comportar-se de modo inidôneo;
- VI. Fizer declaração falsa;
- VII. Cometer fraude fiscal.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARÁ

Comissão Permanente de Licitação – CPL



TC/008283/2021 - Pág. 231

17.5. Declaração de Inidoneidade

No caso de inexecução do objeto contratado que configure ilícito penal, assim como no caso de a Contratada fraudar ou agir de má fé durante a execução do Contrato, será declarada a sua inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública Estadual, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DA RESCISÃO

Por descumprimento de quaisquer de suas cláusulas ou condições estabelecidas neste Contrato, assim como a ocorrência de qualquer das situações previstas nos incisos nºs. I a XI do art. 78 da Lei Federal nº 8.666/93, poderá a CONTRATANTE rescindir o presente Contrato, independentemente de prévia interpelação judicial ou extrajudicial, respondendo a CONTRATADA pela indenização por perdas e danos e pela multa compensatória de 10%, calculada sobre o valor total, atualizado, deste Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DO FORO

Elegem as partes, o Foro da Comarca de Belém, Capital do Estado do Pará, para dirimir quaisquer dúvidas, pretensões ou direitos decorrentes do presente Contrato.

E por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente Contrato em 02 (duas) vias de igual teor.

Belém-PA, 14 de novembro de 2019.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARÁ
Deputado Daniel Barbosa Santos
CONTRATANTE

LOCKDESK LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTOS E SOLUÇÕES EM INFORMÁTICA
LTDA
Alexandre Oliveira Santana
CONTRATADA



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARÁ
Comissão Permanente de Licitação – CPL



TC/008283/2021 - Pág. 232

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 012/2019
PREGÃO ELETRÔNICO N° 014/2019
PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 004269/2019.

A Assembleia Legislativa do Estado do Pará, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 05.018.544/0001-02, estabelecida nesta Cidade à Rua do Aveiro nº 130, Bairro Cidade Velha, neste ato representada por seu Presidente, Excelentíssimo Senhor **Deputado Daniel Barbosa Santos**, brasileiro, casado, residente e domiciliado nesta cidade, portador da Carteira de Identidade nº 4709040 – PC/PA. e CPF/MF nº 920.464.362-53, doravante denominada **ADMINISTRAÇÃO** e a Empresa **LOCKDESK LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTOS E SOLUÇÕES EM INFORMÁTICA LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob nº 17.811.328/0001-90, com sede à Travessa WE 20, nº 302, Cidade Nova II, CEP 67.130-480, Ananindeua/PA, telefone (91) 3353-3442, E-mail contato@locdesk.com.br, neste ato representada pelo Senhor **Alexandre Oliveira Santana**, portador do RG nº 3004359 SSP/DF e do CPF nº 008.969.974-21, residente e domiciliado na BR 316 Km 18, Condomínio Jardins Coimbra, Quadra 23, Casa 23, Bairro Reserva Jardins, CEP 67.200-900, Marituba/PA, doravante denominada **COMPROMITENTE FORNECEDOR**, resolvem firmar a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, referente ao Processo Administrativo nº 004269/2019, de acordo com o resultado do Pregão Eletrônico nº 014/2019, e se regerá pelo Decreto Federal nº 7.892, de 23 de janeiro de 2013, e pela Lei Federal de Licitações e Contratos nº 8.666/93 em seu texto consolidado pelas alterações posteriores, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO AMPARO LEGAL

A lavratura da presente Ata de Registro de Preços decorre da realização do Pregão Eletrônico N° 014/2019, do tipo **MENOR PREÇO POR LOTE**, realizado com fundamento na Lei Federal nº 10.520, de 17/07/2002 aplicando subsidiariamente no que couber a Lei Federal nº 8.666/93.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO

O objeto da presente Ata consiste no Registro de Preços para **“CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA, INCLUINDO INSTALAÇÃO E MANUTENÇÃO, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DESTES PODER LEGISLATIVO ESTADUAL”**, ficando o quantitativo sujeito às necessidades da Administração da Assembleia Legislativa do Estado do Pará, podendo cada item ser solicitado em pedidos diversos, até a quantidade total, de acordo com as especificações constantes na Cláusula Quarta desta Ata, bem como, no Anexo I – Termo de Referência do Pregão Eletrônico nº 014/2019.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Rua do Aveiro nº 130 (Praça Dom Pedro II), Bairro: Cidade Velha, Belém-PA. – Cep: 66.020-070
Telefone: (91) 3213-4200 / CPL: (91) 3182-8423 / 3213.4261

1



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARÁ

Comissão Permanente de Licitação – CPL



TC/008283/2021 - Pág. 233

Os recursos financeiros para atender às despesas decorrentes desta Ata de Registro de Preços, estão previstos na dotação orçamentária, para o exercício de 2019, sob a seguinte classificação funcional programática:

- 01.101 – Assembleia Legislativa do Estado do Pará
- 01.122.1453.8552 – Operacionalização das Ações Administrativas
 - 3000-00 – Despesas Correntes
 - 3300-00 – Outras Despesas Correntes
 - 3390-00 – Aplicação Direta
 - 3390-39 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica

CLÁUSULA QUARTA - DOS PREÇOS

Vigora na presente Ata, os preços unitários e totais descritos no quadrô a seguir, constantes da Proposta Comercial do FORNECEDOR, perfazendo o valor total de **R\$ 2.678.990,40 (dois milhões, seiscentos e setenta e oito mil, novecentos e noventa reais e quarenta centavos)**, referente aos **Lotes I, II e III**, conforme as especificações abaixo descritas:

LOTE I

Item	Qtde	Marca Modelo	Tipo	Especificações	Valor Unitário (R\$)	Valor Mensal (R\$)	Valor Total (R\$)
01	500	Computador Brazil PC Home/Office	Computadores	COMPUTADOR Processador: Equivalente (ou superior) a core i7 com 3.4GHz de frequência, 4 núcleos, 4 threads, 6MB Cache, 64 bits; - Sistema operacional: Windows 7 Professional (Português) ou superior, utilizado como padrão neste Poder; (O sistema operacional deve ser original, sendo obrigatória a apresentação do certificado de autenticidade do sistema operacional Windows. Não será aceito Sistema operacional para uso doméstico) - Aplicativos: Microsoft Office 365 Business; - Anti-vírus (original) com AntiSpyware, Webadvisor e Scanner de Vulnerabilidade; - Memória RAM de no mínimo 8GB SDRAM DDR3 1600MHz - Disco Rígido de no mínimo 1 TB, SATA (7200RMPM); - Gravador CD/DVD; - Conexões (no mínimo): HDMI, RJ-45 (Base 10/100/1000), Áudio, Serial DB9, RGB, 8 portas USB, microfone e fone de ouvido; - Mouse USB óptico; - Teclado Padrão ABNT2 - Monitor de no mínimo 18,5" tipo LED, cor preta;	201,00	100.500,00	1.206.000,00
02	80	ALL IN ONE BRAZIL PC 21,5"	Computador All In One	COMPUTADOR ALL IN ONE	202,08	16.166,40	193.996,80



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARÁ

Comissão Permanente de Licitação – CPL



				<ul style="list-style-type: none">- Processador: Equivalente (ou superior) a Core i3 com 3.4 GHz de frequência;- Sistema operacional: Windows 7 Professional (Português) ou superior, utilizado como padrão neste Poder;(O sistema operacional deve ser original, sendo obrigatória a apresentação do certificado de autenticidade do sistema operacional Windows. Não será aceito Sistema operacional para uso doméstico)- Aplicativos: Microsoft Office 365 Business;- Anti-vírus (original) com AntiSpyware, Webadvisor e Scanner de Vulnerabilidade;- Memória RAM de no mínimo 4GB;- Disco Rígido de 500 GB, SATA;- Gravador de CD/DVD;- Alto-falantes integrados- Conexão (no mínimo): RJ-45 (Base 10/100/1000), Áudio, Serial, DB9, RGB, 6 portas USB;- Mouse USB óptico;- Teclado Padrão ABNT2;- Monitor de no mínimo 21,5" Tipo LED;			
VALOR MENSAL (R\$)						116.666,40	
VALOR TOTAL (R\$)						1.399.996,80	

LOTE II

Item	Qdte.	Marca Modelo	Tipo	Especificações	Valor Unitário (R\$)	Valor Mensal (R\$)	Valor Total (R\$)
01	200	Kyocera ECOSYS FS-1125MFP	Impressoras Multifuncionais	<p>IMPRESSORAS MULTIFUNCIONAIS</p> <p>Tipo: Laser P&B;</p> <ul style="list-style-type: none">- Funções: impressão, scanner e cópia;- Velocidade de impressão: mínimo de 25 ppm (A4);- Velocidade de impressão: mínimo de 26 ppm (Carta);- Conectividade: USB 2.0; Ethernet 10/100;- Resolução do scanner: mínima de 1200dpi;- Resolução da impressão: mínimo de 600dpi;- Tempo de saída da primeira impressão / cópia 7,5 segundos ou menos / 11 segundos ou menos;- Capacidade de papel: 250 folhas + 1 folha (MFT)- Peso Suportado do Papel: (60 à 220 g/m²)- Impressoras Multifuncionais em Preto e Branco - Cópia,	360,00	72.000,00	864.000,00



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARÁ

Comissão Permanente de Licitação – CPL



TC/0082831/2021 - Pág. 235

				impressão e digitalização em cores padrão, e fax; - Ciclo máximo de trabalho mensal 20.000 páginas; - 01 (hum) Tonner mensal para cada impressora;			
02	06	LEXMARK MC2535adwe	Impressoras Multifuncionais Colorida	IMPRESSORAS MULTIFUNCIONAIS COLORIDAS Tipo: Laser a cores; - Funções: impressão colorida; - Velocidade de impressão: P/B-Mono: 33 ppm1 (A4); - Velocidade de impressão: Cores: 33 ppm1 (A4); - Resolução de impressão: Mono: 1.200 x 1.200 ppp. Qualidade da cor de 4800 ppp (2400 x 600 ppp); - Resolução de impressão: Cores: Qualidade da cor de 4.800 ppp (2.400 x 600 ppp), 1.200 x 1.200 ppp; - Impressão em Duplex: Frente e verso & Duplex integrado; - Visor: Ecrã LCD 2,4 polegadas (6 cm); - Tamanhos de papel suportados: A6, Ofício, Envelope 7 3/4, Envelope 9, JIS-B5, A4, Legal, A5, Cartão Hagaki, Letter, Envelope B5, Statement, Envelope C5, Executivo, Universal, Envelope DL, Folio, Envelope 10; - Manuseamento de papel incluído: Duplex integrado, Alimentação manual de uma folha, Tabuleiro de saída para 125 folhas, Entrada para 250 folhas; - Conectividade primária: Gigabit Ethernet (10/100/1000), Porta USB 2.0 frontal com certificação de alta velocidade (Tipo A), USB 2.0 alta velocidade certificada (Tipo B); - Tipos de papel suportados: Etiquetas de vinyl, Etiquetas de papel, Cartolina, Papel normal, Envelopes, Consulte o guia de papel e materiais especiais; - Peso Suportado do Papel: 90,3 à 105 gsm (Alimentador Principal) - 01 (hum) Kit tonner mensal para cada impressora;	1.200,00	7.200,00	86.400,00
03	04	EPSON L6191	Impressoras Multifuncionais Colorida Jato de Tinta com Tanque	IMPRESSORA MULTIFUNCIONAL JATO DE TINTA COM TANQUE - Tecnologia de impressão Jato de tinta - Resolução Até 4800 x 1200 dpi de resolução otimizada em vários tipos de papel	887,50	3.550,00	42.600,00



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARÁ

Comissão Permanente de Licitação – CPL



TC/008283/2021 - Pág. 236

				<ul style="list-style-type: none"> - Velocidade de impressão Máxima: preto 33 ppm e em cores 20 ppm - Velocidade de impressão Normal: preto 15 ISO ppm e em cores 8 ISO ppm - Velocidade de impressão Automatico Frente e Verso: preto 6.5 ISO ppm e em cores 4.5 ISO ppm - Velocidade das cópias: 11 ISO cpm (em preto), 5.5 ISO cpm (em cores) - Modos de cópia: Colorida, preto/branco, padrão/melhorada - Quantidade: 1-99 cópias (sem PC) - Tipo de scanner: Base plana com sensor de linhas CIS colorido - Área de digitalização Máxima: 21,6 x 29,7 cm (8,5" x 11,7") - Resolução: 1200 dpi - Funções de digitalização: Digitalização para PC, digitalização para a nuvem - Conectividade padrão: USB de alta velocidade, Wireless 802.11 b/g/n5, Wi-Fi Direct, Ethernet (10/100 Mbps) - Suporte de papel sem PC: Normal (meia carta/14 cm x 21,6 cm, A4 / 21 cm x 29,7 cm, carta / 21,6 cm x 27,9 cm, executivo / 18,4 cm x 26,6 cm, ofício / 21,6 cm x 35,6 cm); fotográco (10 cm x 15 cm, 13 cm x 18 cm, 20 cm x 25 cm, A4, carta; - 01 (hum) Kit mensal de tinta para cada impressora; 			
VALOR MENSAL (R\$)						82.750,00	
VALOR TOTAL (R\$)						993.000,00	

LOTE III

Item	Qtde	Marca Modelo	Produto	Especificações	Valor Unitário (R\$)	Valor Mensal (R\$)	Valor Total (R\$)
01	80	Acer Aspire 3 A315 53-55DD	Computador Notebook	NOTEBOOK Processador: Equivalente (ou superior) a core i5 com 2.5GHz de frequência, 4 núcleos, 4 threads, 3MB Cache, 64 bits; - Sistema operacional: Windows 7 Professional (Português) ou superior, utilizado como padrão neste Poder; (O sistema operacional deve ser original, sendo obrigatória a apresentação do certificado de autenticidade do sistema operacional Windows. Não será aceito Sistema	297,91	23.832,80	285.993,60



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARÁ

Comissão Permanente de Licitação – CPL



TC/008283/2021 - Pág 237

				operacional para uso doméstico) - Aplicativos: Microsoft Office 365 Business; - Anti-vírus (original) com AntiSpyware, Webadvisor e Scanner de Vulnerabilidade; - Memória RAM de no mínimo 8GB SDRAM DDR3 1600MHz - Disco Rígido de no mínimo 1 TB, SATA (5400RMPM) SATA III 6 Gb/s; - Leitor de Cartão SD; - Conexões (no mínimo): HDMI, RJ-45 (Base 10/100/1000), Wireless 802.11ac 2.4 GHz e 5 GHz Certificado ANATEL, Bluetooth, Áudio, 3 portas USB, 01 microfone e fone de ouvido; - Webcam Acer com resolução de 0,3 MP com suporte a gravações de vídeo; - Alimentação elétrica fonte carregadora bivolt original com o notebook; - Teclado Padrão ABNT2 - Monitor de no mínimo 15.6" tipo LED, cor preta;		
				VALOR MENSAL (R\$)	23.832,80	
				VALOR TOTAL (R\$)	285.993,60	

CLÁUSULA QUINTA – DAS CONDIÇÕES DE ENTREGA

5.1. Todos os equipamentos deverão ser novos, e em primeira locação, incluindo sistemas operacionais e aplicativos originais possibilitando plena utilização, conforme descritos nas Especificações Técnicas Mínimas descritas nesta Ata;

5.2. A emissão do recebimento definitivo não eximirá o fornecedor de suas responsabilidades, nem invalidará ou comprometerá qualquer reclamação que esta Casa venha a fazer, baseada na existência de produto inadequado ou defeituoso, no prazo de garantia;

5.3. Os equipamentos deverão ser entregues de forma a dar imediata e total condições de trabalho.

CLÁUSULA SEXTA – DO PRAZO E LOCAL DE ENTREGA E DAS INSTALAÇÕES

6.1. Os referidos equipamentos deverão ser entregues na totalidade em até 15 (quinze) dias, após a assinatura do Contrato;

6.2. A entrega dos equipamentos deverá ocorrer na Assembleia Legislativa do Estado do Pará, com sede na Rua do Aveiro nº 130, Bairro: Cidade Velha, Belém-PA, Cep 66.020-070, na Divisão de Apoio Administrativo - DAA, para conferência.

6.3. A Contratada deverá agendar a data e o horário previstos para a entrega dos equipamentos neste Poder Legislativo, no horário do expediente, com 48 (quarenta e oito) horas de antecedência, pelos telefones (91) 3213.4252 / 3213.4300 / 3213.4222 / 3182.8443, não sendo aceitos os produtos que estiverem em desacordo com as especificações constantes desta Ata.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA GARANTIA DE EXECUÇÃO CONTRATUAL

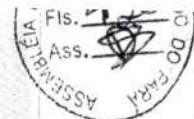
6

Rua do Aveiro nº 130 (Praça Dom Pedro II), Bairro: Cidade Velha, Belém-PA. – Cep: 66.020-070
Telefone: (91) 3213-4200 / CPL: (91) 3182-8423 / 3213.4261



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARÁ

Comissão Permanente de Licitação – CPL



7.1. Na assinatura do Contrato, a Contratada deverá apresentar garantia, em favor da **ALEPA**, correspondente a 5% (cinco por cento) do valor do Contrato, a fim de assegurar a sua execução e será prestada em qualquer das modalidades admitidas pelo §1º do artigo 56 da Lei Federal 8.666/93.

7.1.1. A garantia estipulada acima deve ser apresentada no momento de assinatura do Contrato. Excepcionalmente, mediante justificativa aceita pela **ALEPA**, a Licitante vencedora, poderá solicitar o prazo de 10 dias, contados da assinatura do termo, para a apresentação da garantia contratual.

7.2. A garantia será devolvida à **CONTRATADA** em até 30 (trinta) dias do término da vigência do Contrato, e após a quitação das multas contratuais eventualmente existentes, atualizada monetariamente nos termos da legislação vigente.

7.3. Se houver acréscimo ao valor do Contrato, a **CONTRATADA** se obriga a fazer a complementação da garantia na assinatura do respectivo Termo Aditivo, ou excepcionalmente, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados da data de assinatura do Termo Aditivo.

CLÁUSULA OITAVA – DO RECEBIMENTO DO OBJETO

8.1. O recebimento ocorrerá em duas etapas:

8.1.1. *Recebimento provisório*: os equipamentos locados serão recebidos provisoriamente no momento da entrega, para efeito de posterior verificação de suas conformidades com as especificações exigidas nesta Ata;

8.1.2. *Definitivamente*: no prazo de até 5 (cinco) dias corridos, contados a partir do recebimento provisório, após a verificação das características dos equipamentos locados que estando em conformidade com as especificações exigidas será recebido definitivamente.

CLÁUSULA NONA – DA FISCALIZAÇÃO

9.1. Caberá a fiscalização da Ata ao Chefe da Seção de Controle e Aquisição de Material da Assembleia Legislativa do Estado. No impedimento e/ou afastamento legal do fiscal titular, suas funções serão desempenhadas pelo substituto que será designado na oportunidade;

9.2. Ao fiscal da Ata caberá administrar a execução do fornecimento e atestar a respectiva Nota Fiscal para efeito de pagamento. As decisões e providências que ultrapassarem a competência da fiscalização deverão ser solicitadas pelo Fiscal da Ata de Registro de Preços, em tempo oportuno, à Diretoria competente para a adoção das medidas que julgar convenientes;

9.3. A ação de fiscalização não eximirá a Contratada de suas responsabilidades contratuais;

9.4. O servidor designado para acompanhar e fiscalizar anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do fornecimento contratado, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados;

9.5. Independente do acompanhamento e fiscalização exercida pela Contratante, a Contratada deverá exercer fiscalização permanente sobre o fornecimento por ela executado, objetivando:

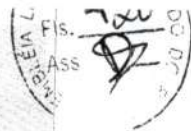
- Manter elevado padrão de qualidade;
- Manter permanente contato com a fiscalização da Contratante para solução de eventuais problemas.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA CONTRATAÇÃO



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARÁ

Comissão Permanente de Licitação – CPL



TC/0082831/2021 - Pág. 239

A contratação dar-se-á através da emissão de Nota de Empenho, em favor do FORNECEDOR.

10.1. A Nota de Empenho poderá ser enviada por meio eletrônico, a qual deverá confirmar o recebimento;

10.2. Caso não possua *e-mail*, o FORNECEDOR será convocado a retirar a Nota de Empenho no prazo de 05 (cinco) dias úteis, prorrogável uma vez por igual período, quando solicitado durante o seu transcurso, e desde que haja justificativa aceita pela ADMINISTRAÇÃO.

10.3. A recusa injustificada do FORNECEDOR em retirar a Nota de Empenho dentro do prazo acima estabelecido, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-o às penalidades legalmente estabelecidas no art. 81 da Lei nº 8:666/1993, e alterações posteriores, e na Cláusula "Das Penalidades", constante nesta Ata de Registro de Preços.

10.4. A retirada da Nota de Empenho só poderá ser efetuada mediante a apresentação de cópia do CNPJ da empresa, e demais documentos legais que comprovem o representante legal da empresa.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA REVISÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

Os preços registrados nesta Ata poderão ser revistos nas seguintes hipóteses:

11.1. Quando o preço registrado nesta Ata, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado, caberá a este Poder:

- Convocar o detentor da Ata visando a negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado no mercado;
- Frustrada a negociação, liberar o fornecedor do compromisso assumido;
- Convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

11.2. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o detentor da Ata requerer o cancelamento do registro, este Poder poderá liberá-lo do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades previstas no Edital, **desde que a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento e forem aceitas as justificativas**, salvo hipótese de negociação com vistas à fixação de novo preço.

- A justificativa de que cuida este subitem será acompanhada de fundamentação jurídica e econômico-financeira, onde todos os aspectos que envolvem a inviabilidade dos preços registrados devem ser comprovados e analisados através de elementos materiais que o sustentem.

11.3. Na hipótese dos subitens anteriores, quando frustrada a negociação, este Poder convocará os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

11.3.1. Não havendo êxito nas negociações, este Poder deverá proceder à revogação da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

11.4. Os fatos decorrentes de situações imprevisíveis, que resultem no impedimento de contratar ao preço registrado, deverão estar devidamente comprovados no processo que der origem à análise da revisão, sob pena de obstaculizar a alteração do preço objeto de registro.

11.4.1. A fixação do novo preço deverá ser consignada na Ata de Registro de Preços, mediante aditivos, com as justificativas cabíveis, observada a anuência entre partes.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO PAGAMENTO



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARÁ

Comissão Permanente de Licitação – CPL



O pagamento será efetuado ao fornecedor pelo Departamento Financeiro da ALEPA, no prazo de até 30 (trinta) dias, sendo creditado no Banco: Banpará 037, Agência: 0053 e Conta Corrente: 469493-7, através de ordem bancária, mediante a apresentação da Fatura juntamente com a Nota Fiscal ou Boleto Bancário, emitida de acordo com a legislação fiscal vigente, e após a emissão do Atestado de Entrega pelo setor incumbido da fiscalização e acompanhamento da prestação dos serviços do objeto desta Ata.

12.1. Os pagamentos somente serão efetuados após a comprovação, pelo fornecedor, de que encontra-se regular com suas obrigações, mediante apresentação das Certidões Negativas de Débito com o INSS, com o FGTS, Justiça do Trabalho (CNDT) e comprovante de regularidade fiscal para com as Fazendas Públicas Federal, Estadual e Municipal, quando for o caso.

12.2. Ocorrendo erro no documento de cobrança, este será devolvido e o pagamento será susgado para que o fornecedor tome as medidas necessárias, passando o prazo para o pagamento a ser contado a partir da data da reapresentação do mesmo;

12.3. Não efetuado o pagamento pela Assembleia Legislativa do Estado do Pará no prazo, e desde que não haja culpa do fornecedor, os valores correspondentes à fatura serão atualizados financeiramente com base no critério abaixo especificado, em observância ao art. 40, XIV, "c" da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações:

$$EM = I \times N \times VP$$

Onde:

EM = Encargos Monetários

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento

VP = Valor da parcela a ser paga

I = Índice de atualização financeira = 0, 0,00016438, assim apurado:

$$I = \frac{(TX/100)}{365} \quad I = \frac{(6/100)}{365} \quad I = 0,00016438$$

TX=Percentual da taxa anual = 6%

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

A vigência da Ata de Registro de Preços proveniente do Pregão Eletrônico N° 014/2019, será de 12 (doze) meses, a contar da data de sua assinatura.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DOS USUÁRIOS DO REGISTRO DE PREÇOS

Poderá utilizar-se dos preços registrados, qualquer órgão ou entidade da Administração Pública que não tenha participado do certame, mediante prévia consulta a este Poder Legislativo.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DO CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS

A Ata de Registro de Preços será cancelada, automaticamente, por decurso do prazo de vigência ou quando não restarem fornecedores registrados e, por iniciativa do Gestor da Ata, quando:

15.1. O fornecedor não formalizar a Ata decorrente do Registro de Preços e/ou não retirar o instrumento equivalente no prazo estipulado ou descumprir exigências da Ata, sem justificativa aceitável;



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARÁ

Comissão Permanente de Licitação – CPL



TC/008283/2021 - Pág. 241

- 15.2. Ocorrer qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial do instrumento de ajuste;
- 15.3. Os preços registrados apresentarem-se superiores ao do mercado e não houver êxito na negociação;
- 15.4. Der causa a rescisão administrativa do ajuste decorrente do Registro de Preços por motivos elencados no art. 77 e seguintes da Lei Federal nº 8.666/83, e art. 20 do Decreto Federal nº 7.892/2013;
- 15.5. Por razão de interesse público, devidamente motivado;
- 15.6. Por solicitação do fornecedor na ocorrência de fato superveniente que venha a comprometer a perfeita execução da Ata.
- 15.7. No caso de cancelamento do Registro de Preços, devidamente justificado nos autos do Processo, terá o fornecedor o prazo de 05 (cinco dias) úteis, contados da notificação, para apresentar o contraditório e a ampla defesa.
- 15.8. O cancelamento do Registro de Preços poderá ensejar a convocação do fornecedor com classificação imediatamente subsequente ou a realização de nova licitação para a aquisição dos produtos, a critério deste Poder.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

- 16.1. Entregar os equipamentos de acordo com as especificações exigidas no Edital e em consonância com a proposta respectiva, responsabilizando-se por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento de qualquer cláusula estabelecida nesta Ata;
- 16.2. Entregar os equipamentos com as respectivas mídias e licenças de uso nos prazos estipulados nesta Ata, a contar do recebimento da Nota de Empenho e autorização de entrega;
- 16.3. Entregar os equipamentos nos locais indicados por este Poder Legislativo;
- 16.4. Comunicar antecipadamente a data e horário da entrega, não sendo aceitos os produtos que estiverem em desacordo com as especificações constantes desta Ata;
- 16.5. Substituir, no prazo de 05 (cinco) dias úteis e sem ônus para esta Casa de Leis, os equipamentos devolvidos em razão de divergências entre o material entregue e as especificações contidas nesta Ata, sujeitando-se, ainda, às sanções cabíveis;
- 16.6. Fornecer juntamente com a entrega dos equipamentos, toda a documentação fiscal e técnica, bem como o respectivo termo de garantia;
- 16.7. Deverão estar inclusas no preço, todas as despesas necessárias ao fornecimento dos equipamentos objeto da licitação, sem ônus para a Administração, tais como despesas com impostos, taxas, frete, encargos sociais, fiscais, previdenciários e comerciais, inclusive, demais encargos que incidam direta ou indiretamente no fornecimento do objeto desta Ata;
- 16.8. Manter durante a execução da Ata, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- 16.9. Reparar, corrigir, remover, refazer ou substituir às suas expensas, no total ou em parte, os equipamentos em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da sua execução;
- 16.10. Providenciar a imediata correção das deficiências, falhas ou irregularidades constatadas pela Assembleia Legislativa, referentes à forma de fornecimento dos equipamentos e ao cumprimento das demais obrigações assumidas;
- 16.11. Efetuar manutenção corretiva, que tem por objetivo corrigir falhas detectadas em qualquer equipamento fornecido, de forma a garantir o perfeito funcionamento e operacionalidade dos mesmos, realizando ajustes, reparos e correções necessárias, com a substituição de peças defeituosas ou de todo o equipamento;



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARÁ

Comissão Permanente de Licitação – CPL



16.12. Proceder a configuração dos equipamentos, que por ventura forem reparados de modo que possibilite sua conexão à rede de dados deste Poder;

16.13. Prover todos os meios necessários à garantia da plena operacionalidade do fornecimento, inclusive considerando os casos de greve ou paralisação de qualquer natureza;

16.14. Aceitar os acréscimos ou supressões de até 25% (vinte e cinco por cento) nos quantitativos contratados, sempre nas mesmas condições estipuladas nesta Ata de Registro de Preços;

16.15. Ressarcir os eventuais prejuízos causados a esta Assembleia Legislativa do Estado ou a terceiros, provocados por ineficiência ou irregularidades cometidas na execução das obrigações assumidas;

16.16. Guardar em relação aos dados, informações ou documentos de qualquer natureza, exibidos, manuseados, ou que por qualquer motivo venham a tomar conhecimento em razão dos seus serviços, o mais completo e absoluto sigilo; sob pena de responsabilidade civil e criminal por sua indevida divulgação, descuidada ou incorreta utilização;

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DAS OBRIGAÇÕES DA ADMINISTRAÇÃO (ASSEMBLEIA LEGISLATIVA)

17.1. Para garantir o cumprimento da presente Ata, a Contratante obrigar-se-á:

17.1.1. Permitir livre acesso dos técnicos da empresa contratada aos locais onde estiverem instalados os equipamentos, observadas as normas de segurança pertinentes;

17.1.2. Preparar os locais para recebimento dos equipamentos;

17.1.3. Rejeitar os equipamentos que forem entregues fora das especificações constantes nesta Ata;

17.1.4. Efetuar mensalmente o pagamento das notas fiscais referentes ao fornecimento;

17.1.5. Utilizar os equipamentos de conformidade com as instruções técnicas fornecidas pela Contratada.

17.1.6. Comunicar a transferência/mudança do local de instalação dos equipamentos, por escrito.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DAS PENALIDADES

No caso da Contratada, com preços registrados, deixar de cumprir, total ou parcialmente, as obrigações assumidas nesta Ata, no certame licitatório ou usar de má fé, ficará sujeita as penalidades abaixo discriminadas, assegurado seu direito ao contraditório e a ampla defesa.

18.1. Advertência

Advertência pelo não cumprimento de obrigações assumidas, desde que não interfira na execução ou na sua conclusão e não traga prejuízos econômicos e funcionais a este Poder;

18.2. Multa

18.2.1. De 0,1% sobre o valor total da **Nota de Empenho** a cada reincidência do motivo determinante da aplicação da penalidade de advertência;

18.2.2. De 0,1% ao dia, sobre o valor total do **objeto adjudicado**, nos casos de atraso injustificado de até 05 dias nos casos de:



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARÁ

Comissão Permanente de Licitação – CPL



TC/008283/2021 - Pág 243

I. Retirada/aceite da Nota de Empenho.

18.2.3. Após o 15º dia de atraso do prazo previsto para entrega ou substituição do objeto contratado, sem justificativa aceita pela Administração, o objeto será considerado como inexecutado;

18.2.4. De 0,1% ao dia, sobre o valor total da **Nota de Empenho**, nos casos de atraso injustificado de até 05 dias nos casos de:

- I. Entrega do objeto contratado;
- II. Substituição do objeto contratado.

18.2.6. De 10% sobre o valor da obrigação pendente nos casos de:

- I. Entrega parcial do objeto contratado;
- II. Não substituição do objeto recusado ou com vícios, desde que configure inexecução parcial;
- III. Recusa injustificada em retirar/aceitar a Nota de Empenho, desde que configure inexecução parcial;
- IV. Outras hipóteses inexecução parcial.

18.2.7. De 15% sobre o valor total do **objeto adjudicado**, nos casos de:

- I. Recusa injustificada em retirar/aceitar a Nota de Empenho desde que configure inexecução total;
- II. Recusa injustificada em iniciar a entrega do objeto contratado;
- III. Não substituição de objeto recusado ou com vícios, desde que configure inexecução total;
- IV. Outras hipóteses de inexecução total do objeto contratado.

18.2.8. As multas são autônomas e a aplicação de uma não exclui a outra;

18.2.9. O valor da multa aplicada será descontado do crédito devido à Contratada no mês em que a fase, parcela ou etapa do fornecimento for efetivamente concluída, caso o valor da multa seja superior ao crédito ou não haja crédito devido à Contratada, a multa será cobrada administrativamente por este Poder, ou ainda judicialmente.

18.3. Suspensão

Pelo descumprimento, injustificado e/ou não aceito pela Administração, das obrigações assumidas nesta Ata e no procedimento licitatório, bem como, nos casos de inexecução total ou parcial do objeto contratado, aplicar-se-á Suspensão Temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com este Poder, pelo período de até 02 (dois) anos, na seguinte graduação:

- I. Por 06 (seis) meses, pelo descumprimento, injustificado e/ou não aceito pela Administração, das obrigações assumidas nesta Ata e no procedimento licitatório;
- II. 01 (um) ano, nos casos de inexecução parcial do objeto contratado;
- III. 02 (dois) anos, nos casos de inexecução total do objeto contratado.

18.4. Impedimento de Licitar

Ficará impedida de licitar e de contratar com a Administração Pública, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, garantido o direito prévio da citação e da ampla defesa, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, à Contratada que:

- I. Apresentar documentação falsa;
- II. Ensejar o retardamento da execução de seu objeto;



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARÁ

Comissão Permanente de Licitação – CPL



TC/0082831/2021 - Pág. 244

- III. Não manter a proposta;
- IV. Falhar ou fraudar na execução do objeto contratado;
- V. Comportar-se de modo inidôneo;
- VI. Fizer declaração falsa;
- VII. Cometer fraude fiscal.

18.5. Declaração de Inidoneidade

No caso de inexecução do objeto contratado que configure ilícito penal, assim como no caso de a Contratada fraudar ou agir de má fé durante a execução da Ata, será declarada a sua inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública Estadual, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - DO FORO

Elegem as partes, o Foro da Comarca de Belém, Capital do Estado do Pará, para dirimir quaisquer dúvidas, pretensões ou direitos decorrentes da presente Ata de Registro de Preços.

E, por estarem justas e compromissadas, as partes assinam a presente Ata em duas vias, de igual teor.

Belém, Estado do Pará, 12 de novembro de 2019.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARÁ
Presidente, Deputado Daniel Barbosa Santos
ADMINISTRAÇÃO

LOCKDESK LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTOS E SOLUÇÕES EM INFORMÁTICA
LTDA
Alexandre Oliveira Santana
COMPROMITENTE FORNECEDOR



ESTADO DO PARÁ
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA



DESPACHO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 004269/2019
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 014/2019– CPL/ALEPA

Considerando o resultado do julgamento das propostas financeiras da licitação na modalidade, **PREGÃO ELETRÔNICO**, sob o nº 014/2019, do tipo **MENOR PREÇO POR LOTE**, tendo como objeto o Registro de Preços para “**CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA, INCLUINDO INSTALAÇÃO E MANUTENÇÃO, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DESTES PODER LEGISLATIVO ESTADUAL**”, realizado em **03 de outubro de 2019, às 11h00min** (Horário de Brasília);

Considerando que o processo administrativo obedeceu a todos os procedimentos legais e formais exigidos, mediante o termo da proposta final da licitante, de acordo com as descrições e especificações contidas no Edital e seus Anexos, com fulcro no artigo 4º inciso XXII da Lei Federal nº 10.520/2002, artigo 8º, inciso VI, artigo 11, inciso XI, e artigo 27, § 1º, do Decreto Federal nº 5.450/2005, e artigo 38, inciso VII, e artigo 43, inciso VI da Lei Federal nº 8.666/93;

ADJUDICO E HOMOLOGO a presente licitação e fica convocada para assinatura da Ata de Registro de Preços, a adjudicatária **LOCKDESK LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTOS E SOLUÇÕES EM INFORMÁTICA LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob nº 17.811.328/0001-90, com sede à Travessa WE 20, nº 302, Cidade Nova II, CEP 67.130-480, Ananindeua/PA, telefone (91) 3353-3442, E-mail contato@locdesk.com.br, em razão do menor valor apresentado, conforme abaixo discriminado:

- **LOTE I** – R\$ 1.399.996,80 (hum milhão, trezentos e noventa e nove mil reais, novecentos e noventa e seis reais e oitenta centavos);
- **LOTE II** – R\$ 993.000,00 (novecentos e noventa e três mil reais);
- **LOTE III** – R\$ 285.993,60 (duzentos e oitenta e cinco mil reais, novecentos e noventa e três reais e sessenta centavos).

Registre-se e Publique-se.

Belém-Pará, 12 de novembro de 2019.

Deputado Daniel Barbosa Santos
**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
DO ESTADO DO PARÁ**



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARÁ

Comissão Permanente de Licitação



1º TERMO DE APOSTILAMENTO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 036/2019
Processo Administrativo nº 004269/2019

Dispõe sobre o apostilamento para atualização de Dotação Orçamentária ao Contrato Administrativo nº 036/2019.

CONSIDERANDO solicitação expressa do Departamento Financeiro deste Poder nos autos do processo administrativo em epígrafe, consoante a atualização de dotação orçamentária para cumprimento das obrigações assumidas no Contrato Administrativo nº 036/2019;

CONSIDERANDO que o § 8º do artigo 65 da Lei nº 8.666/93, ao tratar da formalização de alterações contratuais, preceitua que:

"A variação do valor contratual para fazer face ao reajuste de preços previsto no próprio contrato, as atualizações, compensações ou penalizações financeiras decorrentes das condições de pagamento nele previstas, bem como o empenho de dotações orçamentárias suplementares até o limite do seu valor corrigido, não caracterizam alteração do mesmo, podendo ser registrados por simples apostila, dispensando a celebração de aditamento."
(Grifou-se.)

CONSIDERANDO que nos casos em que houver a implementação de condições decorrentes do próprio contrato, a formalização dessas modificações poderá ocorrer por simples apostilamento;

A **ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARÁ**, pessoa jurídica de direito público interno, estabelecida na Cidade de Belém, Estado do Pará, sito à Rua do Aveiro nº 130, Bairro Cidade Velha, CEP: 66020-070, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 05.018.544/0001-02, neste ato representada por seu Presidente, Excelentíssimo Senhor **Deputado DANIEL BARBOSA SANTOS**, brasileiro, casado, inscrito no CPF/MF nº 920.464.362-53 e Cédula de Identidade nº 4709040 PC/PA, que no exercício de suas atribuições legais e regimentais,

RESOLVE:

Por meio deste Instrumento, apostilar a atualização de dotação orçamentária ao Contrato Administrativo nº 036/2019, conforme segue:

CLÁUSULA 1ª - DA FUNDAMENTAÇÃO JURÍDICA

O presente Termo de Apostilamento tem como fundamentos jurídicos no art. 65 §8º da Lei Federal nº 8.666/93.

CLÁUSULA 2ª - DO OBJETO

1

Rua do Aveiro nº 130, Bairro Cidade Velha, CEP 66.020-070, Belém-PA
Telefone: 3182-8423 / 3213-4261/3213-4407
E-mail: licitacao@alepa.pa.gov.br

DANIEL BARBOSA SANTOS: 92046436253
Assinado eletronicamente
em 2023/03/29
09:45:54 -0100



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARÁ

Comissão Permanente de Licitação



O presente instrumento, nos termos da fundamentação jurídica estabelecida na Cláusula 1ª, tem como objeto a atualização da Dotação Orçamentária descrita abaixo:

- 01101 – Assembleia Legislativa do Estado do Pará.
- 01.122.1496.8552 – Operacionalização das Ações Administrativas.
 - 3.0.00.00 – Despesas Correntes.
 - 3.3.00.00 – Outras Despesas Correntes.
 - 3.3.90.00 – Aplicação Direta.
 - 3.3.90.39 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica.

CLÁUSULA 3ª – DA RATIFICAÇÃO DAS CLÁUSULAS CONTRATUAIS

Ficam ratificadas as cláusulas e condições estabelecidas no Contrato Administrativo nº 036/2019, haja vista que o reajuste objeto deste Termo de Apostilamento não caracteriza alteração contratual.

CLÁUSULA 4ª – DA PUBLICAÇÃO

O presente TERMO DE APOSTILAMENTO será publicado, na íntegra, no Diário Oficial da Assembleia Legislativa do Estado do Pará, cuja publicação será providenciada pela Administração até o 5º dia útil do mês seguinte ao da sua assinatura, para ocorrer no prazo de vinte dias daquela data.

Belém-PA, 04 de março de 2020.

	Assinado de forma digital por DANIEL BARBOSA
DANIEL BARBOSA	BARBOSA
SANTOS:92046436253	SANTOS:92046436253
	Dados: 2020.03.25
	09:45:25 -03'00'

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARÁ
DEPUTADO DANIEL BARBOSA SANTOS
CONTRATANTE



ESTADO DO PARÁ
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARÁ
PROCURADORIA GERAL



PARECER JURÍDICO
PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 4269/2019

Da: Procuradoria Jurídica da Assembleia Legislativa do Estado do Pará
À: Comissão Permanente de Licitação

Assunto: Análise da minuta do 1º Termo de Apostilamento ao Contrato N° 036/2019.

**DIREITO ADMINISTRATIVO.
LICITAÇÃO. ANÁLISE DE MINUTA
DE TERMO DE APOSTILAMENTO.
ANOTAÇÃO DE DOTAÇÃO
ORÇAMENTÁRIA. POSSIBILIDADE.
HIPÓTESE DO ART. 65, § 8º, DA LEI
N. 8.666/93. ASPECTOS FORMAIS
OBSERVADOS. OPINIÃO PELO
DEFERIMENTO.**

1

1. DO RELATÓRIO

Trata-se de consulta formulada pela Comissão Permanente de Licitação acerca da atualização da dotação orçamentária ao Contrato Administrativo N° 036/2019.

Na justificativa apresentada, a CPL esclarece que a atualização de dotação orçamentária é decorrente da mudança do exercício financeiro.

O parecer é no sentido de analisar a legalidade na formalização da atualização da dotação orçamentária informada ao contrato em tela.

É o relatório.

2. ANÁLISE JURÍDICA

Primeiramente, cumpre salientar que o presente parecer não é vinculativo, pois possui o fim de orientar e respaldar a



ESTADO DO PARÁ
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARÁ
PROCURADORIA GERAL

legalidade dos atos do consultante sob à ótica da legalidade, não obrigando à observância estrita do que se opina ao final, pois a gestão é discricionária.

Sabe-se que o Contrato Administrativo é relação jurídica formada por um acordo de vontades, em que as partes obrigam-se reciprocamente a prestações concebidas como contrapostas. Relativamente ao contrato administrativo, art. 2º, parágrafo único da Lei nº 8.666/93 conceitua como **"todo e qualquer ajuste entre órgãos ou entidades da Administração Pública e particulares, em que haja um acordo de vontades para a formação de vínculo e a estipulação de obrigações recíprocas, seja qual for a denominação utilizada"**.

A mesma Lei, no seu art. 60, determina que **"os contratos e seus aditamentos serão lavrados nas repartições interessadas, as quais manterão arquivo cronológico dos seus autógrafos e registro sistemático do seu extrato"**. Ao estabelecer regra da formalidade, a Lei de Licitações Contratos vedou realização de contratos com caráter verbal, exceto nas hipóteses nela expressamente previstas. A Lei nº 8.666/93, ao criar normas gerais sobre matéria, indicou - de forma expressa - as cláusulas obrigatórias em todo contrato administrativo, como se observa abaixo:

Art. 55. São cláusulas necessárias em todo contrato as que estabeleçam:

- I - o objeto e seus elementos característicos;
- II - o regime de execução ou a forma de fornecimento;
- III - o preço e as condições de pagamento, os critérios, data-base e periodicidade do reajustamento de preços, os critérios de atualização monetária entre a data do adimplemento das obrigações e a do efetivo pagamento;
- IV - os prazos de início de etapas de execução, de conclusão, de entrega, de observação e de recebimento definitivo, conforme o caso;
- V - o crédito pelo qual correrá a despesa, com a indicação da classificação funcional programática e da categoria econômica;
- VI - as garantias oferecidas para assegurar sua plena execução, quando exigidas;
- VII - os direitos e as responsabilidades das partes, as penalidades cabíveis e os valores das multas;
- VIII - os casos de rescisão;
- IX - o reconhecimento dos direitos da Administração, em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 desta Lei;
- X - as condições de importação, a data e a taxa de câmbio para conversão, quando for o caso;

2



ESTADO DO PARÁ
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARÁ
PROCURADORIA GERAL



XI - a vinculação ao edital de licitação ou ao termo que a dispensou ou a inexigiu, ao convite e à proposta do licitante vencedor;

XII - a legislação aplicável à execução do contrato e especialmente aos casos omissos;

XIII - a obrigação do contratado de manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

O objetivo desses requisitos é proporcionar oficialidade à formalização dos contratos administrativos. Desta forma, se o ajuste inicial se submete a essas condições formais, todas as alterações produzidas em suas cláusulas originais devem seguir a mesma sorte. Acontecimentos posteriores à assinatura do contrato podem fazer com que exista a necessidade de alteração do acordo. Quanto a alteração dos contratos administrativos, temos de acordo com o Jorge Ulisses Jacoby que:

Considera-se alteração contratual toda e qualquer modificação no objeto contratado e demais disposições a ele relacionados no regime de execução, no prazo, no valor ou forma de pagamento do contrato e na garantia financeira oferecida. E, ainda, todas as alterações devem visar à melhoria das condições contratuais e ao suprimento das necessidades do órgão¹.

3

O art. 65 da Lei de Licitações e Contratos Estabelece em seu artigo 65, de forma expressa, as situações que ensejam a modificação da relação contratual. Com fundamento na finalidade dessas disposições legais, forma-se regra de que toda qualquer alteração promovida nos instrumentos contratuais firmados pela Administração seja realizada por meio da expedição de termo aditivo, atendendo aos requisitos impostos pelos artigos 60 e 61 da Lei nº 8.666/93. Seja alteração unilateral ou consensual, em regra, exige-se sua formalização por termo aditivo.

Tribunal de Contas da União possui entendimento consolidado quanto ao tema (seção de resenha de jurisprudência):

O termo de aditamento deve ser usado para efetuar acréscimos ou supressões no objeto, prorrogações, repactuações, além de outras modificações admitidas em lei que possam ser caracterizadas como alterações de contrato.

¹ FERNANDES, Jorge Ulisses Jacoby. O gesto do contrato e alterações das cláusulas contratuais. Fórum de contratação e Gestão Pública – FCGP. Belo Horizonte, ano 4, n 46. Out. 2005.



ESTADO DO PARÁ
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARÁ
PROCURADORIA GERAL



O Tribunal de Contas da União deixou claro no acórdão nº 474/2015 – Plenário, que o termo aditivo é usado em hipóteses que “as alterações são mais profundas”. Para o referido tribunal, o termo aditivo possui a vantagem de “proteger tanto o contratado como o interesse público”, pois é um procedimento mais solene que deve ser, para sua validade, publicado através de imprensa oficial, fato que consagra a publicidade do termo.

Não obstante, deve-se trazer à baila que nem todos os eventos ocorridos no curso de um contrato administrativo exigem a expedição de Termo Aditivo. O § 8º do art. 65 da Lei 8.666/93 autoriza o seguinte:

Art. 65. Os contratos regidos por esta Lei poderão ser alterados, com as devidas justificativas, nos seguintes casos:

§ 8º A variação do valor contratual para fazer face ao reajuste de preços previsto no próprio contrato, as atualizações, compensações ou penalizações financeiras decorrentes das condições de pagamento nele previstas, bem como o empenho de dotações orçamentárias suplementares até o limite do seu valor corrigido, não caracterizam alteração do mesmo, podendo ser registrados por simples apostila, dispensando a celebração de aditamento. (grifo nosso)

4

Desta forma, temos que o apostilamento difere do termo aditivo na medida em que este último se ocupa da formalização das alterações nas cláusulas contratuais inicialmente ajustadas. Ou seja, aplica-se em face da necessidade de aditar, ou seja, alterar aquilo que foi inicialmente pactuado. A apostila constitui instrumento dirigido a instituir modificações mais simples no bojo do contrato, as quais, inclusive, decorrem das próprias cláusulas condições firmadas entre as partes por meio dos dispositivos contratuais. Assim, o apostilamento é instrumento para registrar situações que não provoquem alteração das denominadas bases objetivas do contrato.

Por seu caráter mais simples, destaca-se que o apostilamento não precisa ser publicado na imprensa oficial, nos termos do art. 61, parágrafo único, da Lei nº 8.666/93. Outra característica da apostila que não há necessidade da assinatura do contratado ou sua anuência, bastando seu conhecimento, que se faz pela remessa de uma de suas vias, permanecendo outra juntada ao contrato. Ademais, usa-se a apostila para



ESTADO DO PARÁ
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARÁ
PROCURADORIA GERAL



alterações de menor relevância sobre as quais órgão poderá decidir independentemente da anuência do contratado.

Tribunal de Contas da União esclarece conceito as características da apostila no seu manual Licitações Contratos: orientações básicas:

Apostila anotação ou registro administrativo que pode ser: feita no termo de contrato ou nos demais instrumentos hábeis que substituem, normalmente no verso da última página do contrato; juntada por meio de outro documento ao termo de contrato ou aos demais instrumentos hábeis. apostila. pode ser utilizada nos seguintes casos: variação do valor contratual decorrente de reajuste previsto no contrato; compensações ou penalizações financeiras decorrentes das condições de pagamento; empenho de dotações orçamentárias suplementares até limite do seu valor corrigido.

Em vários julgados, TCU tem orientado no sentido de que Administração Pública só deve utilizar figura do termo aditivo para alterações de maior profundidade que repercutam nas cláusulas contratuais essenciais:

9.3.3. Formalizar, mediante simples apostilamento, as alterações de valores decorrentes de reajustes previstos no próprio contrato, em consonância com art. 65, 8Q, da Lei 8.666/93, evitando utilização de aditamentos contratuais para esse fim; (Acórdão nº 219/2004, Plenário)

5

No mesmo sentido, Advocacia-Geral da União, através da Orientação Normativa nº 35/2011, concluiu que "nos contratos cuja duração ultrapasse exercício financeiro, indicação do crédito orçamentário do respectivo empenho para atender despesa relativa ao exercício futuro poderá ser formalizada por apostilamento".

Vê-se, portanto, que finalidade da lei é estabelecer maior formalidade apenas para aqueles contratos de maior vulto, bem como para modificações que se qualifiquem como verdadeiras alterações contratuais. A ampliação deste entendimento foi defendida pela equipe do Informativo de Licitações Contratos da Editora Zênite:

Entretanto, não há como entender-se que apenas nos casos apontados nesse dispositivo que poderá ocorrer apostilamento, não termo aditivo. Entendemos que em qualquer situação que Administração comprovar que não está alterando as



ESTADO DO PARÁ
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARÁ
PROCURADORIA GERAL



bases contratuais, não será necessário aditamento, mas apenas apostilamento. Nesse dispositivo não haveria como legislador elencar todas as situações em que não se alteram as bases contratuais. Assim, o 8º do art. 65 teria disposições exemplificativas, assim como art. 13 art. 25 da Lei nº 8.666/93.2

Desta forma, diante dos fundamentos apresentados, tratando-se de **mera atualização de dotação orçamentária**, sem a necessidade de acréscimo ou supressão no objeto contratual, entende-se que inexistem óbices jurídicos à formalização do termo de apostilamento no presente caso, estando o ato, portanto, em total conformidade com os ditames legais a ele aplicáveis.

3. DA CONCLUSÃO

ANTE O EXPOSTO, considerando a possibilidade de apostilamento do contrato, na forma do art. 65, § 8º, da Lei nº 8.666/93, a assessoria jurídica opina pela plena possibilidade de formalização do termo de apostilamento do contrato nº 036/2019.

É o parecer, SMJ.

Belém (PA), 18 de fevereiro de 2020.

6


João Luis Brasil Batista Rolim **de Castro**
Procurador-geral da Assembleia Legislativa do Estado do Pará



ESTADO DO PARÁ
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
PROCURADORIA GERAL

MEMORANDO Nº 328/2023-PG/AL

Belém (PA), 20 de novembro de 2023.

Ilm^{as}. Sr^{as}.

1º CONTROLADORIA DE CONTAS DE GESTÃO DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARÁ – TCE/PA
Equipe de Controle Externo - Fiscalização

ASSUNTO: SOLICITAÇÃO DE DOCUMENTOS RELATIVOS A SDI/AUDITORIA Nº. 07//2023-TC-522813/2019, 03/2023-TC-512307/2020 E 09/2023-TC-008283/2021 REFERENTE A AUDITORIA PROGRAMADA.

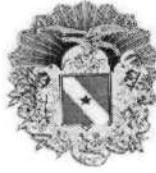
Honrado em cumprimentá-lo, em resposta aos itens relacionados às SDI'S 03, 07 E 09/2023 relativos à Solicitação de Documentos e Informações, dos exercícios 2018, 2019 e 2020, respectivamente, esclarecemos que:

Em resposta ao memorando circular nº. 296/2023-PG/AL, o Departamento Financeiro - DF desta Casa de Leis informou que realizou a solicitação de toda a documentação para o Departamento Administrativo-DA e para o Setor de arquivo (memorando nº. 158/2023-DF), consoante docs. em anexo.

O Departamento Administrativo-DA esclareceu que não há portarias de designação de fiscal dos contratos, sendo os mesmos estabelecidos **nos instrumentos jurídicos contratuais**, conforme pode-se verificar com as cópias contratuais, já entregues à fiscalização da Auditoria Programada, cujos contratos originais/cópias estão em auditoria com esse Egrégio Tribunal de Contas/Equipe de Auditores.

O Setor de Arquivo encaminhou memorando nº. 127/2023/SEARQ-AL, em resposta ao memorando circular 296/2023-PG/AL, contendo os processos fisicamente entregues aos auditores do TCE/PA, mediante protocolo originário da Auditora Andrea Bahia, documentação em anexo.

Esta Procuradoria reencaminhou novo memorando para o Departamento Financeiro-DF, nº. 326/2023-PG/AL, mediante protocolo nº. 10788/2023, devolvido com



ESTADO DO PARÁ
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
PROCURADORIA GERAL

planilha já entregue a Vossas Senhorias, em 08/11/2023, conforme documentos em anexo.

Em atenção às SDI'S 03 e 09/2023, referente aos exercícios 2019 e 2020, anexamos a resposta, mediante memorando nº. 176, 177 e 178/2023-DF/AL, oriunda do Departamento Financeiro – DF, com as documentações localizadas, incluindo nova planilha preenchida

O Departamento de Gestão de Pessoas – DGP, encaminhou manifestação referente ao item 05 da SDI nº. 03/2019, conforme documento entregue aos Auditores em mãos, em 21/11/2023.

No que pertine aos dados pessoas, do ex-Presidente desta Assembleia Legislativa, os mesmos foram entregues, mediante comprovante de entrega recebido em 14/11/2023, em anexo, da mesma forma relação de todos os servidores efetivos desta Casa de Leis, entregue na presente data.

Renova-se os votos de mais elevada estima e apreço.


JUSTINIANO ALVES JÚNIOR
Procurador-Geral da Assembleia Legislativa do Estado do Pará



ESTADO DO PARÁ
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
PROCURADORIA

EXCELENTÍSSIMA SENHORA PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARÁ, CONSELHEIRA ROSA EGIDIA CRISPINO CALHEIROS LOPES

EXCELENTÍSSIMA SENHORA RELATORA CONSELHEIRA MARIA DE LOURDES LIMA DE OLIVEIRA

PROCESSO Nº 8283/2021

CLASSE: PRESTACAO DE CONTAS DOS ADMINISTRADORES E RESPONSÁVEIS PELA GESTAO DE RECURSOS PUBLICOS ESTADUAIS - EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2020

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARÁ, já qualificada nos autos do processo em epígrafe, vem, respeitosamente, à presença de Vossa Excelência, requerer a **HABILITAÇÃO** do seu Procurador-Geral, **Dr. Justiniano Alves Junior**, nomeado por meio do Decreto nº 1020/2022-MD/AL (documento em anexo).

Nestes termos, pede deferimento.

Belém (PA), 14 de dezembro de 2023.

Assinado digitalmente

JUSTINIANO ALVES JUNIOR

Procurador-Geral da Assembleia Legislativa do Estado do Pará



ESTADO DO PARÁ
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA

DECRETO Nº 1020/2022-MD/AL

A Mesa Diretora da Assembleia Legislativa do Estado do Pará,
usando das atribuições que lhe confere o Regimento Interno,

RESOLVE:

NOMEAR, nos termos do art. 6º, inciso II, da Lei nº 5.810, de 24 de janeiro de 1994, o(a) senhor(a) **JUSTINIANO ALVES JÚNIOR**, matrícula nº 26683, para o cargo de "PROCURADOR GERAL" – DAS 201.6, do Quadro de Provisão em Comissão deste Poder Legislativo, lotado(a) no(a) PROCURADORIA GERAL, a partir de 01 de maio de 2022.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.
BELÉM (PA), EM 02 DE MAIO DE 2022.

Francisco Melo Chicão
Deputado **FRANCISCO MELO - CHICÃO**
Presidente

Professora Nilse
Deputada **PROFESSORA NILSE**
1º Secretário

Dilvanda Faro
Deputada **DILVANDA FARO**
2º Secretário

DIÁRIO OFICIAL

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
DO ESTADO DO PARÁ

Nº 2277

Belém-Pa,
25 a 29 de Julho de 2022

DECRETO Nº 660/2022-MD/AL

A Mesa Diretora da Assembleia Legislativa do Estado do Pará, usando das atribuições que lhe confere o Regimento Interno,

RESOLVE:

EXCLUIR DOS EFEITOS do Decreto nº 01-GS/2019-MD/AL, de 01 de fevereiro de 2019, a servidora SILVANA MARIA CORREA MAUCES, matrícula nº 11822.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.
BELÉM (PA), EM 01 DE MARÇO DE 2022.

Francisco Melo Chicão
Deputado FRANCISCO MELO - CHICÃO
Presidente

Professora Nilse
Deputada PROFESSORA NILSE
1º Secretário

Dilvanda Faro
Deputada DILVANDA FARO
2º Secretário

DECRETO Nº 1020/2022-MD/AL

A Mesa Diretora da Assembleia Legislativa do Estado do Pará, usando das atribuições que lhe confere o Regimento Interno,

RESOLVE:

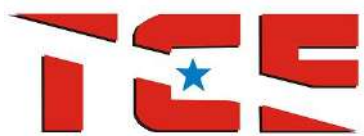
NOMEAR, nos termos do art. 6º, inciso II, da Lei nº 5.810, de 24 de janeiro de 1994, o(a) senhor(a) JUSTINIANO ALVES JÚNIOR, matrícula nº 26683, para o cargo de "PROCURADOR GERAL" - DAS 201.6, do Quadro de Provisão em Comissão deste Poder Legislativo, lotado(a) no(a) PROCURADORIA GERAL, a partir de 01 de maio de 2022.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.
BELÉM (PA), EM 02 DE MAIO DE 2022.

Francisco Melo Chicão
Deputado FRANCISCO MELO - CHICÃO
Presidente

Professora Nilse
Deputada PROFESSORA NILSE
1º Secretário

Dilvanda Faro
Deputada DILVANDA FARO
2º Secretário



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA GERAL
COORDENADORIA DE INFORMAÇÃO E DOCUMENTAÇÃO

Referência: Expediente nº 021767/2023

Após pesquisa realizada no sistema e-TCE deste Tribunal de Contas do Estado do Pará, informo que, na presente data, o Processo TC/008283/2021 encontra-se localizado na 1ªCCG - Poderes.

15 de Dezembro de 2023

MAYANA MELO

uno-1874
Protocolo-CID



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA GERAL

TERMO DE REMESSA

À SECEX (1ª CCG), para anexar ao processo TC/008283/2021.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARÁ
Secretaria de Controle Externo (Secex)

Expediente nº 021767/2023

A 1ª CCG para juntar, por anexação, ao Processo nº
TC/008283/2021.

Em, 15/12/2023.

Jéssica Maria Alves Pereira dos Santos
Gerente de Expediente - SECEX



CÓPIA

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARÁ
Secretaria de Controle Externo – 1ª CCG

TERMO DE ENCERRAMENTO DE AUDITORIA

**ÓRGÃO: ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARÁ – ALEPA –
PROCESSO Nº: TC/008283/2020**

EXERCÍCIO: 2020


Excelentíssimo Sr. Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Pará, Francisco das Chagas Silva Melo Filho

Aos 18 dias do mês de dezembro ano de 2023 são encerrados os trabalhos de auditoria concernentes à prestação de contas da Assembleia Legislativa do Estado do Pará, relativa ao exercício 2020, ocasião em que a equipe de auditoria apresenta a Comunicação de Resultado de Fiscalização.

Respeitosamente.


Suany Campos Freitas Macedo
Auditora de Controle Externo
Mat. 0101782


Orlando Farias Rabelo Filho
Auditor de Controle Externo
Mat. 0101201

Assembleia Legislativa do Estado do Pará GABINETE DA PRESIDÊNCIA
Recebido em: 18/12/23
Hora: 11:03
Por: 

Ircleia Ferraz
Mat. 12.253
Subchefe de Gabinete
Presidência - ALEPA

Provincia - ARA
Sancti Spiritus
MAY 15 2023
Fecha Firma



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO
1ª CONTROLADORIA DE CONTAS DE GESTÃO

COMUNICAÇÃO DO RESULTADO DE FISCALIZAÇÃO

Auditoria nº 0009/2023

Assembleia Legislativa
do Estado do Pará
GABINETE DA PRESIDÊNCIA
Recebido em: 18/12/23
Hora: 11:03
Por:

Ircléa Ferraz
Mat. 12.253
Subchefe de Gabinete
Presidência - ALEPA

TC/008283/2021 - Pág. 264

Senhor Presidente,

Concluído o trabalho da auditoria programada relativo à Prestação de Contas, exercício 2020, da Assembleia Legislativa do Estado, sob responsabilidade de Daniel Barbosa Santos, comunica-se o resultado do exame procedido na aplicação dos recursos, referente a despesas e atos de gestão no âmbito do escopo desta fiscalização, decorrente de análise dos elementos requeridos por meio de Solicitações de Documentos/Informações-SDI ao Órgão.

Este documento tem efeito estritamente informativo, em conformidade às Normas Brasileiras de Auditoria do Setor Público – NBASP, 12/26, 100/43, 400/59 e 4000/97, sendo assim, não cabe neste momento manifestação de defesa.

A manifestação de razões de justificativa serão oportunamente solicitadas em conformidade com os termos regimentais do art. 134, §1º, art. 215 e 216 do Ato 63/12.

1. INFORMAÇÕES DA FISCALIZAÇÃO

1.1. DADOS PROCESSUAIS

Número do Processo: TC/0082837/2021
Classe Processual: Prestação de Contas dos Administradores e Responsáveis Pela Gestão de Recursos Públicos Estaduais - Contas de Exercício ou Gestão
Relator: Maria de Lourdes Lima de Oliveira
Instrumento de Fiscalização: Auditoria
Modalidade (tipo de instrumento): Conformidade

1.2. EQUIPE DE FISCALIZAÇÃO

Equipe Designada: Arlene de Jesus Costa, Orlando Farias Rabelo Filho, Suany Campos Freitas Macedo
Supervisora: Sandra Mara Mariz de Sá Ferreira



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO
1ª CONTROLADORIA DE CONTAS DE GESTÃO

1.3. UNIDADE JURISDICIONADA

Unidade jurisdicionada: Assembleia Legislativa do Estado do Pará
Responsável Pelas Contas: Daniel Barbosa Santos
CPF Responsável pelas Contas: 920.***.***-53

1.4. DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

Exercício: 2020
Valor das Contas: R\$ 459.571.865,71
Encaminhamento: 05/01/2021
Prazo: 31/05/2021
Origem dos Recursos: Ordinários
Saldo: R\$10.915.992,47

3. ESCOPO E OBJETIVO DA FISCALIZAÇÃO

Objetivo: Formalizar opinião técnica sobre a gestão dos recursos empregados nas naturezas de despesa 339039 e 339037, concernentes aos aditivos e/ou apostilamentos, vigentes no exercício de 2020, vinculados aos contratos firmados com as empresas M.W.S. Eventos e Buffet Ltda. (Contrato nº 12/2015), Locdesk Locação de Equipamentos e Soluções em Informática Ltda. (Contrato nº 36/2019) e Limp Car Locação e Serviços Ltda. (Contrato nº 21/2015).

Justificativa: Considerando que os valores que compõem os gastos com pessoal e encargos sociais, relacionados a funcional programática - 01.122.1496.8551, já foram submetidos à análise, por ocasião dos Relatórios de Gestão Fiscal do período (processos nº TC/416692/2020, nº TC/006117/2021, nº TC/006123/2021) por esta unidade técnica, selecionaram-se, como amostra para procedimento de auditoria, as despesas que envolvem Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica (339039) e Locação de Mão de Obra (339037), inclusas na dotação orçamentária vinculadas ao projeto Operacionalização das Ações Administrativas (funcional programática - 01.122.1496.8552). Desta forma, serão verificadas possíveis inconsistências na execução das despesas relativas aos termos aditivos, vigentes em 2020, vinculados aos seguintes contratos:



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO
1ª CONTROLADORIA DE CONTAS DE GESTÃO

1 - M.W.S. Eventos Eventos e Buffet Ltda., contrato nº 12/2015, proveniente do pregão eletrônico nº 02/2015, natureza 339039, na importância paga de R\$ 1.381.042,71 (um milhão, trezentos e oitenta e um mil, quarenta e dois reais e setenta e um centavos);

2 - Locdesk Locação de Equipamentos e Soluções em Informática Ltda., contrato nº 36/2019, proveniente do pregão eletrônico nº. 14/2019, natureza 339039, na importância paga de R\$ 2.067.283,35 (dois milhões, sessenta e sete mil, duzentos e oitenta e três reais e trinta e cinco centavos);

3 - Limp Car Locação e Serviços Ltda., contrato nº 21/2015, proveniente do pregão eletrônico nº 12/2015, natureza 339037, na importância de R\$ 2.240.995,43 (dois milhões, duzentos e quarenta mil, novecentos e noventa e cinco reais e quarenta e três centavos).

Ressalta-se que a soma das importâncias pagas, referentes aos contratos nº 12/2015 e nº 36/2019, equivaleu a 12% (doze por cento) e a importância paga, referente ao contrato nº 21/2015, equivaleu a 88% (oitenta e oito por cento), respectivamente, do montante executado no exercício em relação às naturezas de despesa ora selecionadas.

4. RESULTADO

4.1. Análise da Legalidade dos Termos Aditivos (A1)

Questão de Auditoria: As celebrações dos termos aditivos aos contratos atenderam aos ditames previstos nos artigos 57 e 65, da Lei nº 8.666/1993?

Situação Encontrada: No exercício financeiro de 2020, ocorreram as seguintes alterações contratuais:

1- Na continuidade do objeto referente ao contrato nº 12/2015, com fundamento no art. 57, II, da Lei nº 8.666/93, assim como ao subitem 6.1 da cláusula sexta contratual, foi formalizado o 4º T.A. prorrogando a vigência para o período compreendido entre 06/07/2019 a 05/07/2020, no limite de 60 (sessenta) meses. Contudo, após justificativa e autorização, nos termos do § 4º do art. 57, da Lei nº 8.666/93, formalizou-se o 5º T.A. prorrogando de forma excepcional por 12 (doze) meses a vigência do objeto definido na cláusula segunda contratual, no período entre 06/07/2020 a 05/07/2021, mantidas vigentes as demais cláusulas.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO
1ª CONTROLADORIA DE CONTAS DE GESTÃO

2- No que se refere ao contrato nº 36/2019, celebrado em 14/11/2019, houve aditamento de prorrogação de prazo de vigência e reajuste de valor, formalizados no 1º T.A. de 13/11/2020, com fulcro nos art. 57, II e IV e art. 65, II, alínea "d", da Lei nº 8.666/93, respectivamente, quanto às cláusulas décima primeira e décima terceira contratuais. Consoante cláusula terceira deste Termo, a prorrogação compreende o período de 14/11/2020 a 13/11/2021, e o reajuste, definido na cláusula quarta, utilizou o Índice Geral de Preços de Mercado da Fundação Getúlio Vargas IGP-M no percentual de 17,94%.

3- Quanto ao contrato nº 21/2015, após justificativa, conforme memorando nº 0312/2020-DA, de que a continuidade da prestação do serviço é essencial ao desempenho das atividades legislativas como um todo, foi autorizado e formalizado o 5º T.A. prorrogando de forma excepcional o prazo de vigência, nos termos do § 4º do art. 57, da Lei nº 8.666/93, por mais 12 (doze) meses, no período compreendido entre 13/11/2020 a 12/11/2021, mantidas as demais cláusulas contratuais.

Ressalta-se ainda que os recursos orçamentários definidos nas prorrogações e/ou alterações contratuais acima estão contemplados nas metas estabelecidas no Plano Plurianual, na classificação orçamentária considerada para o exercício em análise, em conformidade com as orientações previstas no art. 57, I, da Lei nº 8.666/93.

Ante o exposto, considerando, em especial os artigos 57 e 65 da Lei nº 8.666/93, verificou-se a formalização regular das adições contratuais ora analisadas.

4.2. Análise do cumprimento das principais cláusulas contratuais (A2)

Questão de Auditoria: A prestação de serviço, em 2020, ocorreu em conformidade com as cláusulas pactuadas no contrato inicial, e com o art. 66 da Lei 8.666/93?

Situação Encontrada: A Assembleia Legislativa do Estado do Pará, celebrou os Contratos: nº 12/2015, nº 36/2019 e nº 021/2015, com as seguintes empresas: MWS Eventos e Buffet Ltda. (CNPJ nº 07.370.589/001-69), Locdesk Locação de Equipamentos e Soluções em Informática Ltda. – ME (CNPJ nº 17.811.328/0001-90) e Limp Car Locação e Serviços Ltda. (CNPJ nº 01.323.642/0001-89), respectivamente. No decorrer do exercício financeiro de 2020 a execução contratual foi efetivada como a seguir exposto:



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO
1ª CONTROLADORIA DE CONTAS DE GESTÃO

1- Contrato nº 12/2015 - MWS Eventos e Buffet Ltda.: Teve por objeto a contratação de empresa especializada em serviços de alimentação, para fornecer e servir, nas dependências do Palácio Cabanagem, sede do Poder Legislativo do Estado do Pará, refeições diárias - especiais e executivas, buffets e *brunch's*.

Em consulta ao Siafem/PA, apurou-se que no exercício de 2020 foram empenhados e pagos à empresa M.W.S. Eventos e Buffet Ltda., o montante de R\$ 1.381.042,71 (um milhão, trezentos e oitenta e um mil, quarenta e dois reais e setenta e um centavos), valor verificado por ocasião da inspeção física dos processos de pagamentos.

No exame, constatou-se o cumprimento às cláusulas contratuais, como exemplo ao previsto na cláusula oitava, onde se pode observar que os pagamentos foram efetivados no prazo de 30 (trinta) dias, contados da emissão da nota fiscal correspondente, acompanhada de certidões comprobatórias da inexistência de débitos (Certificado de Regularidade do FGTS-CRF, Certidão da Secretaria da Receita Federal do Brasil, Certidão Negativa de Débito da SEGEF e Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas).

Outrossim, em conformidade com a cláusula sétima do contrato original, as despesas foram efetivadas no projeto Operacionalização das Ações Administrativas, na funcional programática definida no Orçamento de 2020. Ainda em relação ao montante pago, observa-se compatível com o valor global definido na cláusula 4ª do 2º termo aditivo a este contrato que passou a ser de R\$1.761.681,30 (um milhão, setecentos e sessenta e um mil, seiscentos e oitenta e um reais e trinta centavos).

2 - Contrato nº 36/2019 - Locdesk Locação de Equipamentos e Soluções em Informática Ltda. – ME: proveniente da Ata de Registro de Preços nº 012/2019, Pregão Eletrônico nº 014/2019, foi assinado em 14/11/2019, e teve como objeto a contratação de empresa especializada para a locação de equipamentos de informática, incluindo instalação e manutenção, para atender as necessidades da Alepa. Em consulta ao Siafem/PA, apurou-se que os valores empenhados e pagos à empresa Locdesk Ltda., alcançaram o montante de R\$2.067.283,35 (dois milhões, sessenta e sete mil, duzentos e oitenta e três reais e trinta e cinco centavos).

Constatou-se conformidade dos recursos utilizados em relação a dotação definida na cláusula terceira, assim como compatibilidade do montante pago com o valor estabelecido na cláusula



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO
1ª CONTROLADORIA DE CONTAS DE GESTÃO

quarta deste instrumento. Também o reajuste do valor do contrato por meio do 1º Termo aditivo, em 13/11/2020, respaldou-se no definido na cláusula décima terceira e os valores pagos ocorreram mediante comprovações de regularidades quanto às obrigações fiscais, previdenciárias e trabalhistas, ratificadas por meio de certidões negativas de débitos apresentadas, em cumprimento ao disposto na cláusula décima quarta do contrato, e legislação pertinente.

3 - Contrato nº 21/2015 - Limp Car Locação e Serviços Ltda.: oriundo do Pregão Eletrônico nº 012/2015, do tipo menor preço global, foi assinado em 13/11/2015, regido pela Lei nº 8.666/93. O objeto versa sobre contratação de empresa especializada na prestação de serviços de limpeza, conservação e higienização de todos os prédios e anexos da Alepa, conforme disposto na cláusula primeira do instrumento contratual.

Em consulta ao Siafem/PA, apurou-se que no exercício de 2020, os valores empenhados e pagos à empresa Limp Car Ltda. alcançaram o montante de R\$2.240.995,43 (dois milhões, duzentos e quarenta mil, novecentos e noventa e cinco reais e quarenta e três centavos). Constatou-se que os recursos financeiros, como definido na cláusula oitava contratual, estavam previstos na dotação orçamentária para o exercício em análise (orçamento 2020). Constatou-se ainda que os pagamentos mensais foram efetivados no prazo de 30 (trinta) dias, posteriormente a apresentação das Notas fiscais, com atesto de regularidade na prestação dos serviços e ainda com certidões negativas previdenciárias, trabalhistas, fiscais, válidas, em consonância à cláusula décima quarta deste instrumento.

Diante do exposto, verificou-se que os instrumentos contratuais analisados seguiram as determinações contidas no art. 66, da Lei nº 8.666/1993, no que tange às principais cláusulas pactuadas nos contratos originais e respectivos termos aditivos.

4.3. Análise do processo de fiscalização contratual (A3)

Questão de Auditoria: O processo de fiscalização da execução do contrato atendeu o disposto no art. 67 da Lei nº 8.666/1993?

Situação Encontrada:

- Na cláusula décima segunda do contrato nº 12/2015 ficou estabelecido que: “O Departamento Administrativo da Alepa, responsável pelo acompanhamento e fiscalização da execução deste Contrato Administrativo, designará um representante para acompanhamento e fiscalização, anotando



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO
1ª CONTROLADORIA DE CONTAS DE GESTÃO

em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou vícios apresentados, nos termos do art. 67 da Lei nº 8.666/1993 (processo nº TC/008283/2021, peça 10);

- No Contrato nº 21/2015, a cláusula sétima estabeleceu que “a execução do serviço será acompanhada e fiscalizada pela Divisão de Serviços Gerais da ALEPA – DISEG, através da Seção de Portaria e Zeladoria – SPZ” (processo nº TC/008283/2021, peça 11);

- Em relação ao contrato nº 36/2019, a cláusula décima determinou: "Caberá a fiscalização do Contrato à Divisão de Apoio Administrativo - D.A.A. da Assembleia Legislativa do Estado. No impedimento e/ou afastamento legal do fiscal titular, suas funções serão desempenhadas pelo substituto que será designado na oportunidade" (processo nº TC/008283/2021, peça 12).

Não obstante tais previsões contratuais, na análise do exercício de 2020, do mesmo modo como se constatou na fiscalização do exercício anterior, não foram identificadas designações formais dos fiscais dos contratos executados pela Alepa conforme prevê o art. 67 da Lei nº 8.666/93, contudo, houve atesto nos documentos fiscais emitidos para liquidação e pagamento, por servidores da Casa Legislativa.

Ressalta-se que, por ocasião da solicitação de documentos e informações para instruir a fiscalização, oportunizou-se ao fiscalizado apresentar justificativa sobre a inexistência de portaria de designação de fiscal de contrato. Em resposta, a Procuradoria Geral por meio do memorando nº 328/2023-PG/AL de 20/11/2023 (processo nº TC/008283/2021, peça 13) apresentou a informação: “O Departamento Administrativo-DA esclareceu que não há portarias de designação de fiscal dos contratos, sendo os mesmos estabelecidos nos instrumentos jurídicos contratuais”,

Diante disso, esta equipe de auditoria, recomenda que nos futuros contratos a serem celebrados pela Assembleia Legislativa, seja observado o dispositivo legal supramencionado, para que se proceda à designação formal de servidor, para atuação como fiscal, com qualificação técnica na área em que atuará, com a publicação do ato, tudo em atendimento aos princípios da legalidade, da publicidade, da supremacia do interesse público, e do dever de transparência da administração pública.

4.4. Análise de obediência à ordem cronológica de pagamentos (A4)



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARÁ

SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO
1ª CONTROLADORIA DE CONTAS DE GESTÃO

Questão de Auditoria: Houve obediência à ordem cronológica das datas das exigibilidades dos pagamentos, conforme disposto no art. 5º da Lei nº 8.666/93?

Situação Encontrada: No exame dos processos de pagamentos efetivados no exercício de 2020, referentes aos contratos em análise, constatou-se que as despesas foram precedidas da confirmação de disponibilidades financeira, conforme dotações orçamentárias previstas nas respectivas cláusulas contratuais e definidas em orçamento anual: Contrato nº12/2015, cláusula 4ª (4ªT.A.); contrato nº 36/2019, cláusula 3ª e cláusula 5ª (1º T.A.); contrato nº 21/2015, cláusula 4ª (4º T.A.).

Apurou-se ainda que tais dispêndios foram realizados obedecendo aos prazos máximos de 30 (trinta dias) estipulados nesses contratos, cláusula 8ª, cláusula 14ª e cláusula 14ª, respectivamente, após atesto de regular execução dos serviços prestados, mediante emissão das respectivas notas fiscais.

Neste sentido, considerando que a ordem cronológica de exigibilidade tem como marco inicial, para efeito de inclusão do crédito na sequência de pagamentos, a data de exigibilidade das respectivas despesas, mediante recebimento da nota fiscal ou fatura pela unidade administrativa responsável pela gestão do contrato, conclui-se que os desembolsos efetivados observaram a ordem cronológica de exigibilidade para cada fonte de recursos, em conformidade com o disposto no art. 5º da Lei nº 8.666/93.

4.5. Análise da legalidade das fases de execução das despesas contratuais (A5)

Questão de Auditoria: A execução da despesa apresentou conformidade nas fases de empenho, liquidação e pagamento conforme disposto nos art. 58 a 65 da Lei nº 4.320/1964?

Situação Encontrada: No exame da continuidade dos pagamentos em 2020, referentes aos contratos selecionados nº 12/2015, nº 21/2015, e nº 36/2019, constatou-se conformidade com os ditames legais previstos na Lei nº 4.320/1964, senão vejamos:

1 - Os empenhos foram emitidos com observância aos limites dos créditos concedidos no orçamento anual (LOA 2020), em conformidade ao normativo disposto nos art. 58 e 59 da Lei Federal em questão;



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO
1ª CONTROLADORIA DE CONTAS DE GESTÃO

- 2 - Não se identificou despesas realizadas sem prévio empenho, conforme previsto no art. 60, assim como, não foram constatadas divergências entre os empenhos e as despesas executadas, verificando-se nexos de causalidade entre os valores pagos e os documentos comprobatórios;
- 3 - Na etapa da liquidação da despesa, a Lei nº 4.320/64, art. 63, § 2º, III, prevê que a liquidação se dá mediante os comprovantes de entrega do material ou prestação efetiva do serviço. No teor das notas fiscais analisadas constam as discriminações dos serviços prestados, com os respectivos atesto, os quais certificaram a efetiva prestação dos serviços contratados;
- 4 - Constatou-se ainda que, após emissão do empenho e verificação do direito adquirido pelas contratadas, mediante documentos fiscais atestados, foram efetivados os pagamentos, em consonância com o estabelecido no art. 62, da lei supramencionada, bem como os respectivos valores foram consolidados em conta corrente específica das empresas fornecedoras dos serviços, conforme dispõe o art. 65, do diploma legal em comento.

Belém (PA), 18 de dezembro de 2023.

Orlando Farias Rabelo Filho
Auditor de Controle Externo
Mat. nº 0101201


Suany Campos Freitas Macedo
Auditora de Controle Externo
Mat. nº 0101782



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO - SECEX
1ª Controladoria de Contas de Gestão

RELATÓRIO TÉCNICO DE AUDITORIA Nº 0009/2023

1. INFORMAÇÕES DA FISCALIZAÇÃO

1.1. DADOS PROCESSUAIS

Número do Processo: TC/008283/2021
Classe Processual: Prestação de Contas dos Administradores e Responsáveis pela Gestão de Recursos Públicos Estaduais - Contas de Exercício ou Gestão
Relator: Maria de Lourdes Lima de Oliveira
Instrumento de Fiscalização: Auditoria
Modalidade: Conformidade

1.2. EQUIPE DE FISCALIZAÇÃO

Equipe Designada: Arlene de Jesus Costa, Orlando Farias Rabelo Filho, Suany Campos Freitas Macedo
Supervisor: Sandra Mara Mariz de Sá Ferreira

1.3. UNIDADE JURISDICIONADA

Unidade Jurisdicionada: Assembleia Legislativa do Estado do Pará
Responsável pelas Contas: Daniel Barbosa Santos
CPF Responsável pelas Contas: 920.***.***-53

1.4. DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

Exercício: 2020
Valor das Contas: R\$500.410.294,03
Encaminhamento: 05/05/2021
Prazo: 31/05/2021
Origem dos Recursos: Ordinários
Saldo: R\$10.915.992,47

2. ESCOPO E OBJETIVO DA FISCALIZAÇÃO

Objetivo: Formalizar opinião técnica sobre a gestão dos recursos empregados nas naturezas de despesa 339039 e 339037, concernentes aos aditivos e/ou apostilamentos, vigentes no exercício de 2020, vinculados aos contratos firmados com as empresas M.W.S. Eventos e Buffet Ltda (Contrato nº 12/2015), Locdesk Locação de Equipamentos e Soluções em Informática Ltda (Contrato nº 36/2019) e Limp Car Locação e Serviços Ltda (Contrato nº 21/2015).



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO - SECEX
1ª Controladoria de Contas de Gestão

Justificativa: Considerando que os valores que compõem os gastos com pessoal e encargos sociais, relacionados a funcional programática - 01.122.1496.8551, já foram submetidos à análise, por ocasião dos Relatórios de Gestão Fiscal do período (processos nº TC/416692/2020, nº TC/006117/2021, nº TC/006123/2021) por esta unidade técnica, selecionaram-se, como amostra para procedimento de auditoria, as despesas que envolvem Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica (339039) e Locação de Mão de Obra (339037), inclusas na dotação orçamentária vinculadas ao projeto Operacionalização das Ações Administrativas (funcional programática - 01.122.1496.8552). Desta forma, serão verificadas possíveis inconsistências na execução das despesas relativas aos termos aditivos, vigentes em 2020, vinculados aos seguintes contratos:

1 - M.W.S. Eventos e Buffet Ltda., contrato nº 12/2015, proveniente do pregão eletrônico nº 02/2015, natureza 339039, na importância paga de R\$ 1.381.042,71 (um milhão, trezentos e oitenta e um mil, quarenta e dois reais e setenta e um centavos);

2 - Locdesk Locação de Equipamentos e Soluções em Informática Ltda., contrato nº 36/2019, proveniente do pregão eletrônico nº. 14/2019, natureza 339039, na importância paga de R\$ 2.067.283,35 (dois milhões, sessenta e sete mil, duzentos e oitenta e três reais e trinta e cinco centavos);

3 - Limp Car Locação e Serviços Ltda., contrato nº 21/2015, proveniente do pregão eletrônico nº 12/2015, natureza 339037, na importância de R\$ 2.240.995,43 (dois milhões, duzentos e quarenta mil, novecentos e noventa e cinco reais e quarenta e três centavos).

Ressalta-se que a soma das importâncias pagas, referentes aos contratos nº 12/2015 e nº 36/2019, equivaleu a 12% (doze por cento) e a importância paga, referente ao contrato nº 21/2015, equivaleu a 88% (oitenta e oito por cento), respectivamente, do montante executado no exercício em relação às naturezas de despesa ora selecionadas.

Crerios: Lei nº 4.320/1964, Lei nº 8.666/1993 e Lei nº 8.969/2019 (LOA/2020).

Objeto: Execução de despesas na natureza 339039 -Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica, e na natureza 339037 - Locação de Mão de Obra, referentes aos Contratos nº 12/2015, nº 36/2019e nº 21/2015 e seus respectivos termos aditivos, vigentes no exercício de 2020.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO - SECEX
1ª Controladoria de Contas de Gestão

3. METODOLOGIA

Foram aplicadas as normas de auditoria NBASP, resolução 17.842/2010 TCE-PA e padrões de conformidade do TCU.

3.1. PROCEDIMENTOS

- Análise da legalidade dos termos aditivos (T.A.)
- Análise do cumprimento das principais cláusulas contratuais
- Análise do processo de fiscalização contratual
- Análise de obediência à ordem cronológica de pagamentos
- Análise da legalidade das fases de execução das despesas contratuais

4. ACHADOS DA AUDITORIA

4.1. Análise da Legalidade dos Termos Aditivos (A1)

Questão de Auditoria: As celebrações dos termos aditivos aos contratos atenderam aos ditames previstos nos artigos 57 e 65, da Lei nº 8.666/1993?

Situação Encontrada: No exercício financeiro de 2020, ocorreram as seguintes alterações contratuais:

1- Na continuidade do objeto referente ao contrato nº 12/2015, com fundamento no art. 57, II, da Lei nº 8.666/93, assim como ao subitem 6.1 da cláusula sexta contratual, foi formalizado o 4º T.A. prorrogando a vigência para o período compreendido entre 06/07/2019 a 05/07/2020, no limite de 60 (sessenta) meses. Contudo, após justificativa e autorização, nos termos do § 4º do art. 57, da Lei nº 8.666/93, formalizou-se o 5º T.A. prorrogando de forma excepcional por 12 (doze) meses a vigência do objeto definido na cláusula segunda contratual, no período entre 06/07/2020 a 05/07/2021, mantidas vigentes as demais cláusulas.

2- No que se refere ao contrato nº 36/2019, celebrado em 14/11/2019, houve aditamento de prorrogação de prazo de vigência e reajuste de valor, formalizados no 1º T.A. de 13/11/2020, com fulcro nos art. 57, II e IV e art. 65, II, alínea "d", da Lei nº 8.666/93, respectivamente, quanto às cláusulas décima primeira e décima terceira contratuais. Consoante cláusula terceira deste Termo, a prorrogação compreende o período de 14/11/2020 a 13/11/2021, e o reajuste, definido na cláusula quarta, utilizou o Índice Geral de Preços de Mercado da Fundação Getúlio Vargas IGP-M no percentual de 17,94%.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO - SECEX
1ª Controladoria de Contas de Gestão

3- Quanto ao contrato nº 21/2015, após justificativa, conforme memorando nº 0312/2020-DA, de que a continuidade da prestação do serviço é essencial ao desempenho das atividades legislativas como um todo, foi autorizado e formalizado o 5º T.A. prorrogando de forma excepcional o prazo de vigência, nos termos do § 4º do art. 57, da Lei nº 8.666/93, por mais 12 (doze) meses, no período compreendido entre 13/11/2020 a 12/11/2021, mantidas as demais cláusulas contratuais.

Ressalta-se ainda que os recursos orçamentários definidos nas prorrogações e/ou alterações contratuais acima estão contemplados nas metas estabelecidas no Plano Plurianual, na classificação orçamentária considerada para o exercício em análise, em conformidade com as orientações previstas no art. 57, I, da Lei nº 8.666/93.

Ante o exposto, considerando, em especial os artigos 57 e 65 da Lei nº 8.666/93, verificou-se a formalização regular das adições contratuais ora analisadas.

Objeto: Termos aditivos aos contratos nº. 12/2015, nº.21/2015, e nº 36/2019

Critério: Artigos 57 e 65, da Lei nº 8.666/1993 e alterações.

Evidência: Processos licitatórios examinados: nº 4212/2015 (contrato nº 12/2015), nº 1135/2019 (contrato nº 36/2019) e nº 4155/2015 (contrato nº 21/2015).

4.2. Análise do cumprimento das principais cláusulas contratuais (A2)

Questão de Auditoria: A prestação de serviço, em 2020, ocorreu em conformidade com as cláusulas pactuadas no contrato inicial, e com o art. 66 da Lei 8.666/93?

Situação Encontrada: A Assembleia Legislativa do Estado do Pará, celebrou os Contratos: nº 12/2015, nº 36/2019 e nº 021/2015, com as seguintes empresas: MWS Eventos e Buffet Ltda. (CNPJ nº 07.370.589/001-69), Locdesk Locação de Equipamentos e Soluções em Informática Ltda – ME (CNPJ nº 17.811.328/0001-90) e Limp Car Locação e Serviços Ltda (CNPJ nº 01.323.642/0001-89), respectivamente. No decorrer do exercício financeiro de 2020 a execução contratual foi efetivada como a seguir exposto:

1- Contrato nº 12/2015 - MWS Eventos e Buffet Ltda: Teve por objeto a contratação de empresa especializada em serviços de alimentação, para fornecer e servir, nas dependências do Palácio Cabanagem, sede do Poder Legislativo do Estado do Pará, refeições diárias - especiais e executivas, buffets e *brunch's*.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO - SECEX
1ª Controladoria de Contas de Gestão

Em consulta ao Siafem/PA, apurou-se que no exercício de 2020 foram empenhados e pagos à empresa M.W.S. Eventos e Buffet Ltda., o montante de R\$ 1.381.042,71 (um milhão, trezentos e oitenta e um mil, quarenta e dois reais e setenta e um centavos), valor verificado por ocasião da inspeção física dos processos de pagamentos.

No exame, constatou-se o cumprimento às cláusulas contratuais, como exemplo ao previsto na cláusula oitava, onde se pode observar que os pagamentos foram efetivados no prazo de 30 (trinta) dias, contados da emissão da nota fiscal correspondente, acompanhada de certidões comprobatórias da inexistência de débitos (Certificado de Regularidade do FGTS-CRF, Certidão da Secretaria da Receita Federal do Brasil, Certidão Negativa de Débito da SEGEF e Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas).

Outrossim, em conformidade com a cláusula sétima do contrato original, as despesas foram efetivadas no projeto Operacionalização das Ações Administrativas, na funcional programática definida no Orçamento de 2020. Ainda em relação ao montante pago, observa-se compatível com o valor global definido na cláusula 4ª do 2º termo aditivo a este contrato que passou a ser de R\$1.761.681,30 (um milhão, setecentos e sessenta e um mil, seiscentos e oitenta e um reais e trinta centavos).

2 - Contrato nº 36/2019 - Locdesk Locação de Equipamentos e Soluções em Informática Ltda – ME: proveniente da Ata de Registro de Preços nº 012/2019, Pregão Eletrônico nº 014/2019, foi assinado em 14/11/2019, e teve como objeto a contratação de empresa especializada para a locação de equipamentos de informática, incluindo instalação e manutenção, para atender as necessidades da Alepa. Em consulta ao Siafem/PA, apurou-se que os valores empenhados e pagos à empresa Locdesk Ltda., alcançaram o montante de R\$2.067.283,35 (dois milhões, sessenta e sete mil, duzentos e oitenta e três reais e trinta e cinco centavos).

Constatou-se conformidade dos recursos utilizados em relação a dotação definida na cláusula terceira, assim como compatibilidade do montante pago com o valor estabelecido na cláusula quarta deste instrumento. Também o reajuste do valor do contrato por meio do 1º Termo aditivo, em 13/11/2020, respaldou-se no definido na cláusula décima terceira e os valores pagos ocorreram mediante comprovações de regularidades quanto às obrigações fiscais, previdenciárias e trabalhistas, ratificadas por meio de certidões negativas de débitos apresentadas, em cumprimento ao disposto na cláusula décima quarta do contrato, e legislação pertinente.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO - SECEX
1ª Controladoria de Contas de Gestão

3 - Contrato nº 21/2015 - Limp Car Locação e Serviços Ltda: oriundo do Pregão Eletrônico nº 012/2015, do tipo menor preço global, foi assinado em 13/11/2015, regido pela Lei nº 8.666/93. O objeto versa sobre contratação de empresa especializada na prestação de serviços de limpeza, conservação e higienização de todos os prédios e anexos da Alepa, conforme disposto na cláusula primeira do instrumento contratual.

Em consulta ao Siafem/PA, apurou-se que no exercício de 2020, os valores empenhados e pagos à empresa Limp Car Ltda. alcançaram o montante de R\$2.240.995,43 (dois milhões, duzentos e quarenta mil, novecentos e noventa e cinco reais e quarenta e três centavos). Constatou-se que os recursos financeiros, como definido na cláusula oitava contratual, estavam previstos na dotação orçamentária para o exercício em análise (orçamento 2020). Constatou-se ainda que os pagamentos mensais foram efetivados no prazo de 30 (trinta) dias, posteriormente a apresentação das Notas fiscais, com atesto de regularidade na prestação dos serviços e ainda com certidões negativas previdenciárias, trabalhistas, fiscais, válidas, em consonância à cláusula décima quarta deste instrumento.

Diante do exposto, verificou-se que os instrumentos contratuais analisados seguiram as determinações contidas no art. 66, da Lei nº 8.666/1993, no que tange às principais cláusulas pactuadas nos contratos originais e respectivos termos aditivos.

Objeto: Contratos nº 12/2015, nº 36/2019 e nº 21/2015 e seus respectivos termos aditivos circunscritos ao exercício de 2020.

Critério: Art. 66, da Lei nº 8.666/93 e suas alterações.

Evidência: Processos licitatórios examinados: nº 4212/2015 (contrato nº 12/2015), nº 1135/2019(contrato nº 36/2019) e nº 4155/2015 (contrato nº 21/2015).

4.3. Análise do processo de fiscalização contratual (A3)

Questão de Auditoria: O processo de fiscalização da execução do contrato atendeu o disposto no art. 67 da Lei nº 8.666/1993?

Situação Encontrada:

- Na cláusula décima segunda do contrato nº 12/2015 ficou estabelecido que: “O Departamento Administrativo da Alepa, responsável pelo acompanhamento e fiscalização da execução deste Contrato Administrativo, designará um representante para acompanhamento e fiscalização,



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO - SECEX
1ª Controladoria de Contas de Gestão

anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou vícios apresentados, nos termos do art. 67 da Lei nº 8.666/1993 (processo nº TC/008283/2021, peça 10);

- No Contrato nº 21/2015, a cláusula sétima estabeleceu que “a execução do serviço será acompanhada e fiscalizada pela Divisão de Serviços Gerais da ALEPA – DISEG, através da Seção de Portaria e Zeladoria – SPZ” (processo nº TC/008283/2021, peça 11);

- Em relação ao contrato nº 36/2019, a cláusula décima determinou: "Caberá a fiscalização do Contrato à Divisão de Apoio Administrativo - D.A.A. da Assembleia Legislativa do Estado. No impedimento e/ou afastamento legal do fiscal titular, suas funções serão desempenhadas pelo substituto que será designado na oportunidade" (processo nº TC/008283/2021, peça 12).

Não obstante tais previsões contratuais, na análise do exercício de 2020, do mesmo modo como se constatou na fiscalização do exercício anterior, não foram identificadas designações formais dos fiscais dos contratos executados pela Alepa conforme prevê o art. 67 da Lei nº 8.666/93, contudo, houve atesto nos documentos fiscais emitidos para liquidação e pagamento, por servidores da Casa Legislativa.

Ressalta-se que, por ocasião da solicitação de documentos e informações para instruir a fiscalização, oportunizou-se ao fiscalizado apresentar justificativa sobre a inexistência de portaria de designação de fiscal de contrato. Em resposta, a Procuradoria Geral por meio do memorando nº 328/2023-PG/AL de 20/11/2023 (processo nº TC/008283/2021, peça 13) apresentou a informação: “O Departamento Administrativo-DA esclareceu que não há portarias de designação de fiscal dos contratos, sendo os mesmos estabelecidos nos instrumentos jurídicos contratuais”,

Diante disso, esta equipe de auditoria, recomenda que nos futuros contratos a serem celebrados pela Assembleia Legislativa, seja observado o dispositivo legal supramencionado, para que se proceda à designação formal de servidor, para atuação como fiscal, com qualificação técnica na área em que atuará, com a publicação do ato, tudo em atendimento aos princípios da legalidade, da publicidade, da supremacia do interesse público, e do dever de transparência da administração pública.

Objeto: Contratos nº 12/2015, nº 36/2019 e nº21/2015 e seus respectivos termos aditivos circunscritos ao exercício de 2020



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO - SECEX
1ª Controladoria de Contas de Gestão

Critério: Art. 67 da Lei nº. 8.666/1993 e suas alterações

Evidência: Processo nº TC/008283/2021, peças 10, 11, 12 e 13

Causa: Inobservância quanto ao disposto no art. 67 da Lei nº 8.666/93

Efeito: Fragilidade no controle, acompanhamento e fiscalização contratual com possibilidade de ocorrência de danos ao erário.

4.4. Análise de obediência à ordem cronológica de pagamentos (A4)

Questão de Auditoria: Houve obediência à ordem cronológica das datas das exigibilidades dos pagamentos, conforme disposto no art. 5º da Lei nº 8.666/93?

Situação Encontrada: No exame dos processos de pagamentos efetivados no exercício de 2020, referentes aos contratos em análise, constatou-se que as despesas foram precedidas da confirmação de disponibilidades financeira, conforme dotações orçamentárias previstas nas respectivas cláusulas contratuais e definidas em orçamento anual: Contrato nº12/2015, cláusula 4ª (4ªT.A.); contrato nº 36/2019, cláusula 3ª e cláusula 5ª (1º T.A.); contrato nº 21/2015, cláusula 4ª (4º T.A.).

Apurou-se ainda que tais dispêndios foram realizados obedecendo aos prazos máximos de 30 (trinta dias) estipulados nesses contratos, cláusula 8ª, cláusula 14ª e cláusula 14ª, respectivamente, após atesto de regular execução dos serviços prestados, mediante emissão das respectivas notas fiscais.

Neste sentido, considerando que a ordem cronológica de exigibilidade tem como marco inicial, para efeito de inclusão do crédito na sequência de pagamentos, a data de exigibilidade das respectivas despesas, mediante recebimento da nota fiscal ou fatura pela unidade administrativa responsável pela gestão do contrato, conclui-se que os desembolsos efetivados observaram a ordem cronológica de exigibilidade para cada fonte de recursos, em conformidade com o disposto no art. 5º da Lei nº 8.666/93.

Objeto: Naturezas de despesas: Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica (339039) e Locação de mão de obra (339037), relativas aos contratos nº 12/2015, nº 36/2019 e nº 21/2015 e seus respectivos termos aditivos circunscritos ao exercício de 2020

Critério: Art. 5º, da Lei nº8.666/1993.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO - SECEX
1ª Controladoria de Contas de Gestão

Evidência: Processos de pagamentos inspecionados referentes aos Contratos nº 12/2015 (372/2020, 1086/2020, 1669/2020, 2099/2020, 2814/2020, 3242/2020, 3850/2020, 4786/2020, 5314/2020, 5660/2020); Contrato nº 36/2015 (259/2020, 786/2020, 2022/2020, 2283/2020, 2622/2020, 3058/2020, 3451/2020, 3964/2020, 4544/2020, 5049/2020, 5568/2020) e Contrato nº 21/2015 (4018/2020, 1047/2020, 1693/2020, 2156/2020, 2599/2020, 2811/2020, 3243/2020, 3776/2020, 4216/2020, 5443/2020) circunscritos ao exercício de 2020.

4.5. Análise da legalidade das fases de execução das despesas contratuais (A5)

Questão de Auditoria: A execução da despesa apresentou conformidade nas fases de empenho, liquidação e pagamento conforme disposto nos art. 58 a 65 da Lei nº 4.320/1964?

Situação Encontrada: No exame da continuidade dos pagamentos em 2020, referentes aos contratos selecionados nº 12/2015, nº 21/2015, e nº 36/2019, constatou-se conformidade com os ditames legais previstos na Lei nº 4.320/1964, senão vejamos:

- 1 - Os empenhos foram emitidos com observância aos limites dos créditos concedidos no orçamento anual (LOA 2020), em conformidade ao normativo disposto nos art. 58 e 59 da Lei Federal em questão;
- 2 - Não se identificou despesas realizadas sem prévio empenho, conforme previsto no art. 60, assim como, não foram constatadas divergências entre os empenhos e as despesas executadas, verificando-se nexo de causalidade entre os valores pagos e os documentos comprobatórios;
- 3 - Na etapa da liquidação da despesa, a Lei nº 4.320/64, art. 63, § 2º, III, prevê que esta se dá mediante os comprovantes de entrega do material ou prestação efetiva do serviço. No teor das notas fiscais analisadas constam as discriminações dos serviços prestados, com os respectivos atesto, os quais certificaram a efetiva prestação dos serviços contratados;
- 4 - Constatou-se ainda que, após emissão do empenho e verificação do direito adquirido pelas contratadas, mediante documentos fiscais atestados, foram efetivados os pagamentos, em consonância com o estabelecido no art. 62, da lei supramencionada, bem como os respectivos valores foram consolidados em conta corrente específica das empresas fornecedoras dos serviços, conforme dispõe o art. 65, do diploma legal em comento.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO - SECEX
1ª Controladoria de Contas de Gestão

Objeto: Despesas realizadas na rubrica Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica (339039) e Locação de Mão de Obra (339037), relativas aos contratos nº 12/2015, nº 36/2019 e nº 21/2015 e seus respectivos termos aditivos circunscritos ao exercício de 2020

Critério: Art. 58 a 65, da Lei nº 4.320/1964.

Evidência: Processos de pagamentos referentes ao Contrato nº 12/2015 (372/2020, 1086/2020, 1669/2020, 2099/2020, 2814/2020, 3242/2020, 3850/2020, 4786/2020, 5314/2020, 5660/2020); contrato nº 36/2015 (259/2020, 786/2020, 2022/2020, 2283/2020, 2622/2020, 3058/2020, 3451/2020, 3964/2020, 4544/2020, 5049/2020, 5568/2020) e contrato nº 21/2015 (4018/2020, 1047/2020, 1693/2020, 2156/2020, 2599/2020, 2811/2020, 3243/2020, 3776/2020, 4216/2020, 5443/2020) circunscritos ao exercício de 2020.

5. CONCLUSÃO

Os procedimentos da auditoria programada, efetuada na prestação de contas da Assembleia Legislativa do Estado - Alepa, possibilitaram à equipe técnica concluir, quanto à prestação de contas, no valor de R\$ 500.410.294,03 (quinhentos milhões, quatrocentos e dez mil, duzentos e noventa e quatro reais e três centavos) de responsabilidade do Sr. Daniel Barbosa Santos, CPF nº 920.***.***-53, presidente da Alepa no período de 01/01/2020 a 31/12/2020, pela REGULARIDADE, com base no art. 158, inciso I, do RITCE/PA c/c o art.56, I, da LOTCE/PA.

5.1. PROPOSTAS DE ENCAMINHAMENTO

Ante o exposto submete-se os autos à consideração superior com as recomendações de ajuste relativos aos apontamentos descritos no subitem 4.3 da análise.

É o relatório.

Belém, 18 de dezembro de 2023.

Orlando Farias Rabelo Filho
Auditor de Controle Externo
Matrícula 0101201

Suany Campos Freitas Macedo
Auditora de Controle Externo
Matrícula 0101782

(assinaturas eletrônicas)



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO - SECEX
1ª Controladoria de Contas de Gestão

À Controladora, após revisado o relatório.

Belém-PA.

Sandra Mara Mariz de Sá Ferreira
Gerente de Fiscalização – 1ª CCG
Mat. 0100488
(data e assinatura eletrônicas),

À Secex, com a manifestação técnica desta
Controladoria.

Belém-PA.

Priscila da Paz Nascimento
Controladora – 1ª CCG
Mat. 0101112
(data e assinatura eletrônicas)



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARÁ
Secretaria de Controle Externo (Secex)

DESPACHO

À SEGER ,

Com o relatório da Unidade Técnica.

Em, 09/01/2024.

Ana Paula Cruz Maciel
Secretária de Controle Externo



SECRETARIA GERAL

TERMO DE REMESSA

Encaminho os autos ao Ministério Público de Contas.

TERMO DE DISTRIBUIÇÃO

Nº PROCESSO: 008283/2021

Nos termos e na forma da Resolução nº 01/2023
do Colégio de Procuradores de Contas,
os presentes autos foram distribuídos para a

1ª PROCURADORIA DE CONTAS

do que, para constar, lavro o presente termo.

Belém-PA, 09/01/2024

ARMANDO BARBOSA DA FONSECA - MAT. 200101
Secretaria Processual

PARECER MPC

Processo nº	TC/008283/2021
Matéria:	Obrigações Comuns
Referência:	Exercício de 2020
Entidades:	Assembleia Legislativa do Estado do Pará - ALEPA
Responsável:	Daniel Barbosa Santos
Valor:	R\$-500.410.294,03 (quinhentos milhões, quatrocentos e dez mil reais, duzentos e noventa e quatro reais e quarenta e sete centavos)

EMENTA: OBRIGAÇÕES COMUNS. PRESTAÇÃO DE CONTAS REFERENTE AO EXERCÍCIO DE 2020. PARECER PELA REGULARIDADE DAS CONTAS.

I. RELATÓRIO

Versam os autos sobre a Prestação de Contas da Assembleia Legislativa do Estado do Pará, referente ao exercício de 2020, no valor de R\$-500.410.294,03 (quinhentos milhões, quatrocentos e dez mil reais, duzentos e noventa e quatro reais e quarenta e sete centavos), de responsabilidade do Sr. Daniel Barbosa Santos.

A remessa da prestação de contas anual ocorreu de forma tempestiva.

A 1ª CCG/SECEX/TCE/PA, em Relatório Técnico, opinou pela regularidade das contas.

Em seguida, vieram os autos para apreciação ministerial.

II. FUNDAMENTAÇÃO

A Constituição Federal prevê no parágrafo único do art. 70 o seguinte:

Art. 70. A fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial da União e das entidades da administração direta e indireta, quanto à legalidade, legitimidade, economicidade, aplicação das subvenções e renúncia de receitas, será exercida pelo Congresso Nacional, mediante controle externo, e pelo sistema de controle interno de cada Poder.

Parágrafo único. Prestará contas qualquer pessoa física ou jurídica, pública ou privada, que utilize, arrecade, guarde, gerencie ou administre dinheiros, bens e valores públicos ou pelos quais a União responda, ou que, em nome desta, assumas obrigações de natureza pecuniária. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998).

O dispositivo constitucional é claro: quem for, quanto for, e aonde for, havendo dispêndio de verba pública federal, estadual ou municipal, o executor da despesa deve dela prestar contas, de modo que se constate e ateste a regularidade.

1ª PROCURADORIA DE CONTAS
PROCURADORA SILAINE KARINE VENDRAMIN

Havendo a necessidade de fiscalizar o emprego de verbas públicas, surgiu o império de se atribuir tal função a corpo especializado, daí a atribuição de competência aos Tribunais de Contas para julgar as contas de todos os responsáveis por dinheiros, bens e valores públicos.

Art. 71. O controle externo, a cargo do Congresso Nacional, será exercido com o auxílio dos administradores e demais responsáveis por dinheiros, bens e valores públicos da administração direta e indireta, incluídas as fundações e sociedades instituídas e mantidas pelo Poder Público federal, e as contas daqueles que derem causa a perda, extravio ou outra irregularidade de que resulte prejuízo ao erário público;

Está, portanto, definido o sistema de controle externo da Administração Pública, exercido pelo Poder Legislativo, mas exercido com o imprescindível auxílio dos Tribunais de Contas. E no termo “auxílio” não se denota qualquer margem de subalternidade, mas sim de essencialidade. Tanto que as competências elencadas no extenso rol de incisos do art. 71 são todas da exclusiva competência dos Tribunais de Contas, sem possibilidade de intromissão e revisão pelo Poder Legislativo.

Sacramentado que ao gestor público cabe o dever de prestar contas, e que essa prestação de contas deve se dar perante os Tribunais de Contas, uma consequência lógica já pode ser apreendida: **é ônus do responsável comprovar a exata aplicação da verba pública.**

Isto é, não são os Tribunais e Ministérios Públicos de Contas que devem comprovar o emprego irregular. Pelo contrário. Cabe ao responsável comprovar a obediência da lei e a regularidade de suas contas.

O sempre lembrado Jacoby Fernandes¹ reforça o entendimento: “*o ônus da prova em relação à boa e regular aplicação de recursos públicos incumbe a quem os recebe, posto que é inerente à função de administrar coisa alheia o dever de prestar contas*”.

Por sua vez, o TCU possui antiga e remansosa jurisprudência de que não cabe a si “*laborar na produção de provas em favor das partes, competindo, sim, o ônus da prova ao gestor dos recursos públicos*”².

No caso em tela, considerando a minuciosa análise realizada pela equipe técnica do TCE/PA, entende-se como desnecessária a reprodução dos fundamentos jurídicos que presidem o exame da prestação de contas em análise, porquanto se acham demonstrados no Relatório de Fiscalização de peça 17, do qual este órgão ministerial corrobora de forma integral.

Verifica-se que a prestação de contas apresentada logrou êxito em demonstrar de forma idônea a boa aplicação dos recursos relativos **ao exercício de 2020 da Assembleia Legislativa do Estado do Pará – ALEPA.**

¹ Tribunais de Contas do Brasil, pg. 232, 3ª Edição, Editora Fórum

² Processo TC 549.008/1991.

1ª PROCURADORIA DE CONTAS
PROCURADORA SILAINE KARINE VENDRAMIN

O processo está em ordem e teve tramitação regular.

A remessa das contas foi tempestiva.

Há que se ressaltar que os recursos referentes ao exercício financeiro pertinente às contas *sub examen*, foram administrados, conforme demonstra a auditoria, de forma esmerada, orientados pelos princípios e normas da contabilidade pública e em conformidade com os preceitos inerentes à Administração Pública, traduzindo, portanto, a legalidade, economicidade e eficácia dos respectivos atos de gestão, analisados com base em amostragem.

Destarte, corroborando o entendimento da 1ª CCG/SECEX/TCE/PA, opina-se pela regularidade das presentes contas.

III. Conclusão

Diante do exposto, opina o Ministério Público de Contas, na toada do proposto pela unidade técnica, pela **REGULARIDADE** das contas do exercício de **2020**, no valor de R\$ 463.886.047,25 (quatrocentos e sessenta e três milhões, oitocentos e oitenta e seis mil, quarenta e sete reais e vinte e cinco centavos), de responsabilidade do **Sr. Daniel Barbosa Santos**, com base no artigo 56, inciso I da Lei Orgânica do TCE/PA.

É como me manifesto.

Belém, 10 de janeiro de 2024.

(assinado digitalmente)

Silaine Karine Vendramin

Procuradora de Contas

Titular da 1ª Procuradoria de Contas

TERMO DE REMESSA

Nº PROCESSO: 008283/2021

Remeto, nesta data, os presentes autos ao Tribunal de Contas do Estado do Pará, do que, para constar, lavro o presente termo.

Belém-PA, **12/01/2024**

SÉRGIO AUGUSTO SANTOS OLIVEIRA - MAT. 200138
Secretaria Processual



SECRETARIA GERAL

REMESSA

Ao Gabinete da Exma. Conselheira
Lourdes Lima.



PEDIDO DE RESCISÃO	TC/008283/2021
CLASSE	Obrigações Comuns – exercício 2020
PROCEDÊNCIA	Assembleia Legislativa do Estado do Pará
INTERESSADO	DANIEL BARBOSA SANTOS

RELATÓRIO

Versam os autos sobre a Prestação de Contas da Assembleia Legislativa do Estado do Pará, referente ao exercício de 2020, no valor de R\$-500.410.294,03 (quinhentos milhões, quatrocentos e dez mil reais, duzentos e noventa e quatro reais e três centavos), de responsabilidade do Sr. Daniel Barbosa Santos.

A remessa da prestação de contas anual ocorreu de forma tempestiva.

A 1ª CCG/SECEX/TCE/PA, em Relatório Técnico, opinou pela regularidade das contas.

Corroborando com o entendimento da 1ª CCG/SECEX/TCE/PA, o Ministério Público de Contas do Estado opina pela REGULARIDADE das presentes contas

É o relatório.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARÁ
GABINETE DA CONSELHEIRA LOURDES LIMA

PEDIDO DE RESCISÃO	TC/008283/2021
CLASSE	Obrigações Comuns – exercício 2020
PROCEDÊNCIA	Assembleia Legislativa do Estado do Pará
INTERESSADO	DANIEL BARBOSA SANTOS

VOTO

Conclusa a análise das contas da Assembleia Legislativa do Estado do Pará, com base nos artigos 56, inciso I da Lei Orgânica do TCE/PA e 158, inciso I do RITCE/PA, julgo REGULARES as contas do exercício de 2020, no valor de R\$500.410.294,03 (quinhentos milhões, quatrocentos e dez mil, duzentos e noventa e quatro reais e três centavos), de responsabilidade do Sr. Daniel Barbosa Santos, presidente da Alepa no período de 01/01/2020 a 31/12/2020.

Encaminho à Augusta casa de Leis os apontamentos trazidos no subitem 4.3 do relatório técnico com o objetivo de contribuir com a melhor controle e aprimoramento da gestão.

É como voto, senhora presidente, senhores conselheiros.

BELÉM - PA, 07 de março de 2024.

LOURDES LIMA
CONSELHEIRA RELATORA



ACÓRDÃO N.º 66.557
(Processo TC/008283/2021)

Assunto: Prestação de Contas do Assembleia Legislativa do Estado do Pará referente ao exercício financeiro de 2020.

Responsável: DANIEL BARBOSA SANTOS

Relatora: Conselheira: MARIA DE LOURDES LIMA DE OLIVEIRA

EMENTA:

PRESTAÇÃO DE CONTAS DOS ADMINISTRADORES PELA GESTÃO DE RECURSOS PÚBLICOS ESTADUAIS. COMPROVAÇÃO DA CORRETA APLICAÇÃO DOS RECURSOS NA EXECUÇÃO DAS DESPESAS. CONTAS REGULARES. QUITAÇÃO AO RESPONSÁVEL.

Devem ser julgadas regulares as contas quando expressarem de forma clara e objetiva, a exatidão dos demonstrativos contábeis, a legalidade e a economicidade dos atos de gestão do responsável.

Relatório da Exma. Sra. Conselheira MARIA DE LOURDES LIMA DE OLIVEIRA:
Processo TC/008283/2021.

Versam os autos sobre a Prestação de Contas da Assembleia Legislativa do Estado do Pará, referente ao exercício de 2020, no valor de R\$ 500.410.294,03 (quinhentos milhões, quatrocentos e dez mil reais, duzentos e noventa e quatro reais e três centavos), de responsabilidade do Sr. Daniel Barbosa Santos.

A remessa da prestação de contas anual ocorreu de forma tempestiva.

A 1ª CCG/SECEX/TCE/PA, em Relatório Técnico, opinou pela regularidade das contas.

Corroborando com o entendimento da 1ª CCG/SECEX/TCE/PA, o Ministério Público de Contas do Estado opina pela REGULARIDADE das presentes contas

É o relatório.

VOTO

Conclusa a análise das contas da Assembleia Legislativa do Estado do Pará, com base nos artigos 56, inciso I da Lei Orgânica do TCE/PA e 158, inciso I do RITCE/PA, julgo REGULARES as contas do exercício de 2020, no valor de R\$500.410.294,03 (quinhentos milhões, quatrocentos e dez mil, duzentos e noventa e quatro reais e três centavos), de responsabilidade do Sr. Daniel Barbosa Santos, presidente da Alepa no período de 01/01/2020 a 31/12/2020.

Encaminho à Augusta casa de Leis os apontamentos trazidos no subitem 4.3 do relatório técnico com o objetivo de contribuir com a melhor controle e aprimoramento da gestão.

É como voto, senhora presidente, senhores conselheiros.

ACORDAM os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Pará, unanimemente, nos termos do voto da Relatora, com fundamento no art. 56, inciso I, c/c o art. 60 da Lei Complementar nº 81, de 26 de abril de 2012:

1 – Julgar regulares as contas de responsabilidade do Sr. DANIEL BARBOSA SANTOS, Presidente à época da Assembleia Legislativa do Estado do Pará, período de 01/01/2020 a 31/12/2020, no valor R\$-500.410.294,03 (quinhentos milhões, quatrocentos e dez mil, duzentos e noventa e quatro



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA-GERAL
COORDENADORIA DE APOIO ÀS SESSÕES PLENÁRIAS

Ofício nº. 02084/2024/SEGER-TCE

A Sua Excelência
Deputado FRANCISCO DAS CHAGAS SILVA MELO FILHO
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Pará

Assunto: Comunicação de decisão do Plenário do TCE-PA.

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência a decisão proferida pelo Plenário do Tribunal de Contas do Estado do Pará, referente ao Processo TC/008283/2021 (Acórdão nº 66.557, Sessão Ordinária de 07.03.2024.

Ressalto que todas as informações sobre o Processo podem ser obtidas pelo “PORTAL DO JURISDICONADO” do TCE-PA, no endereço eletrônico: <https://tcepa.tc.br/apresentacao-e-tce-portal>, bastando apenas que, em caso de primeiro acesso, seja realizado o cadastro do interessado no mesmo endereço. Frise-se que, havendo necessidade, quaisquer manifestações devem ser encaminhadas, exclusivamente, por meio do referido PORTAL.

Cordialmente,

ROSA EGÍDIA CRISPINO CALHEIROS LOPES
Presidente

SB/

Travessa Quintino Bocaiúva, 1585 – Fone: (91) 3210-0555

<http://www.tce.pa.gov.br/>

CEP: 66035-190 – Belém-Pará

Assinatura eletrônica pelo sistema e-TCE - **ROSA EGÍDIA CRISPINO CALHEIROS LOPES - 08/04/2024 10:32:52**
Para validar essa(s) assinatura(s) acesse <http://validarassinatura.tcepa.tc.br/> e insira o código - F70467C46B1F5051C69DAB40358A187A



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA GERAL

CERTIDÃO DE PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃO

Certifico, para os ulteriores de direito, que o Acórdão nº 66557/2024, cujo teor contém o resultado do julgamento/apreciação do Processo TC/008283/2021, ocorrido(a) em Sessão Ordinária realizada no dia 07/03/2024, está com sua publicação no Diário Oficial do Estado agendada para o dia 18/04/2024.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA-GERAL

TERMO DE INFORMAÇÃO

Pelo presente termo fica registrado que **MARIA GRACILENE ANTUNES LOBATO** tomou conhecimento do disposto no art. 24 da Resolução nº. 19.205, de 11/08/2020, bem como aquiesceu que, a partir desta data, as comunicações processuais referentes ao Processo nº **TC/008283/2021**, serão realizadas exclusivamente por meio do Portal do Jurisdicionado do TCE-PA.

Belém, 24/04/2024

** Termo gerado automaticamente após concordância do interessado/responsável ao solicitar acesso à Comunicação Processual nº. 202402084, realizada em 24/04/2024*



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA GERAL
COORDENADORIA DE INFORMAÇÃO E DOCUMENTAÇÃO

TERMO DE REMESSA

Nesta data, faço remessa destes autos ao Arquivo Geral.

Em, 3/5/2024.

COORDENADORIA DE INFORMACAO E DOCUMENTACAO-CID